www.correiobraziliense.com.br
LONDRES, 1808, HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA. BRASÍLIA, 1960, ASSIS CHATEAUBRIAND

CORREIO BRAZILIENSE

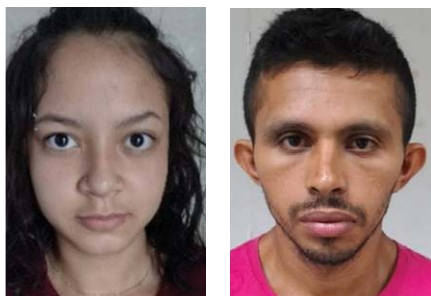
BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUINTA-FEIRA, 13 DE ABRIL DE 2023

NÚMERO 21.941 • 52 PÁGINAS • R$ 4,00

Fotos: Redes sociais

Cristina, vítima de um covarde

Murillo Muniz, 26 anos, matou Cristina Santos, 32, a tiros, em Planaltina. Ela tinha medida protetiva contra o ex-companheiro. É o nono caso de feminicídio no DF este ano. Murillo resistiu à prisão, foi baleado pela PM e está internado.

Fotos: Redes sociais

Sara: rumo ao desfecho

Caso revelado pelo **Correio**, sumiço da menina de 14 anos tem um suspeito. Jailton Santos foi preso em São Paulo e admitiu conhecer a adolescente, desaparecida desde janeiro de 2022. Ele tem passagens por estupro.

PÁGINAS 35 E 36

Preso estudante que fez ameaça de ataque à UnB

Aluno que desenhou num banheiro uma suástica nazista e escreveu "Dia 12. Massacre (sic) na FAC" foi detido pela Polícia Civil. Ele responderá também a processo administrativo. Ministro da Justiça promete banir do país redes sociais que não excluírem ameças de massacre da web. PÁGINA 38

Minervino Júnior/CB/D.A Press

Triste lembranças — Exposição do fotógrafo Dartanhan Figueiredo, na Câmara dos Deputados, relembra os 10 anos da tragédia em Santa Maria (RS) que abalou o Brasil. PÁGINA 7

Kleber Sales/CB/D.A Press

Isso aqui é bom demais

Espetáculo vai revisitar a obra de Dominguinhos, um dos gênios da música nordestina e da sanfona. PÁGINA 44

Ed Alves/CB/D.A Press

O jornalista Vicente Nunes mediou o *Correio* ***Talks*** Reforma Tributária: O Brasil quer impostos justos: debate reuniu especialistas, autoridades e políticos

Reforma tributária aumenta PIB em até 20% e amplia renda

A reforma tributária, se aprovada, poderá incrementar o Produto Interno Bruto (PIB) potencial entre 12% e 20% nos próximos 10 a 20 anos. A perspectiva é que a renda per capta no país aumente, em média, R$ 500 por mês, ou R$ 6 mil por ano. As projeções foram apresentadas em seminário promovido ontem pelo **Correio** em parceria com a Unafisco. Na avaliação de Bernard Appy, secretário extraordinário da Reforma Tributária do Ministério a Fazenda, o atual sistema brasileiro de impostos é perverso e pune, sobretudo, os mais pobres. O emaranhado é tamanho, que a cumulatividade de tributos reduz o PIB em 4%. Tanto o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator da reforma tributária na Câmara, quanto o ex-senador Roberto Rocha, que relatou a PEC-110 no Senado sobre o assunto, acreditam que há um real comprometimento do governo Lula de tirar o Brasil das amarras que prejudicam as empresas, travam a geração de empregos e impedem um salto nos salários. Eles preveem forte apoio do Congresso à simplificação tributária. Presidente da Unafisco, Mauro Silva acredita que a reforma deve ser mais ampla do que a que está sendo proposta, que começa pelos impostos que incidem sobre o consumo. Para ele, as mudanças devem abranger também a tributação sobre a renda e o patrimônio, além de uma nova estrutura de financiamento da Previdência Social. O deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), coordenador do Grupo de Trabalho da Reforma Tributária, disse que o governo pretende devolver aos mais pobres, por meio do mecanismo de cashback, parte dos impostos que eles pagam sobre mercadorias e serviços. Pedro Delarue, auditor fiscal, afirmou que o governo não pode se furtar de taxar lucros e dividendos, uma forma de justiça fiscal.

Fotos: Ed Alves/CB/D.A Press

Bernard Appy

Dep. Reginaldo Lopes

Dep. Aguinaldo Ribeiro

Mauro Silva

Melina de Souza Rocha

Fernando Mombelli

Rodrigo Spada

Pedro Delarue Tolentino

Roberto Rocha

Ricardo Ezequiel Torres

PÁGINAS 8 A 10

General depõe na PF

Um dia após ser exonerado do CMP, Dutra Menezes é ouvido no inquérito dos atos de 8 de janeiro. PÁGINA 4

Lira põe o bloco na rua

Presidente da Câmara reúne 175 deputados de nove partidos no maior grupo político da Casa. PÁGINA 2

Exército de Xi em alerta

Presidente chinês, Xi Jinping ordena que as forças armadas se preparem para o "combate real". PÁGINA 14

Fotos: Redes sociais

Uma joia de Ceilândia

Aos 32 anos, Paula Sampaio é líder em inovação da Pandora, uma das joalherias mais importantes do mundo. Formada na UnB, ela ganhou o mundo.

PÁGINA 39

Taxação de compras vira crise no Planalto

Governo chama influenciadores de redes sociais para ajudar a explicar mudanças nos negócios de até US$ 50 pela internet. A notícia sobre uma suposta tributação, negada ontem, foi mal recebida pelos consumidores e provocou uma onda de críticas. PÁGINA 5

ISSN 1808-2661

Editor: Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre.df@dabr.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)

LEGISLATIVO

Lira mostra força e cria maior bloco da Câmara

Presidente consegue formar o principal grupo parlamentar da Casa, com nove partidos e 175 deputados

» RAPHAEL FELICE

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), mostrou força e conseguiu formar o maior bloco da Casa, com nove partidos e 175 deputados. A composição do novo supergrupo — formado por PP, União Brasil, PDT, PSB, Solidariedade, Avante, Patriota e pela federação Cidadania-PSDB — foi anunciada em uma coletiva de imprensa com a presença dos líderes e de outros parlamentares das legendas. O comando do bloco ao deputado governista Felipe Carreras (PSB-PE).

A iniciativa de Lira é uma reação à formação, na semana retrasada, de outro grande bloco, composto por partidos de centro, como MDB-PSD-Republicanos-Podemos-PSC, com 142 parlamentares.

A criação do blocão surpreendeu o Palácio do Planalto, que não acreditava que o presidente da Câmara conseguiria formar um grupo maior do que o anunciado há duas semanas.

Lira buscava a composição de um bloco majoritário havia algumas semanas e intensificou as negociações após a criação do grupo concorrente. A ida do Republicanos para a formação na qual está PSD e MDB foi um dos motivos para o Executivo não crer na força de Lira de reagir.

O principal entrave nas negociações do bloco estava nos posicionados mais à esquerda, como PSB e PDT. Havia uma certa resistência deles em integrar um grupo com legendas de direita e de centro-direita, como União Brasil e PP.

Segundo interlocutores dos partidos, o modelo adotado pelo blocão de Lira, de rodízio de líderes — o PSB começa, com Carreras, e o segundo da fila é o PDT — foi importante para se chegar a um consenso. Além disso, a composição possibilitará que legendas de bases menores consigam atuar de forma mais ampla, como em relatorias ou presidências de comissões mistas de medidas provisórias (MP).

Durante a coletiva de imprensa, Carreras fez elogios a Lira e afirmou que a decisão da formação do bloco vai ajudar o governo federal a pavimentar a sua base no Congresso.

"Quero deixar registrado nosso agradecimento ao presidente Arthur Lira e parabenizar pela isenção em deixar que cada partido, de forma democrática, formasse esse bloco", afirmou. "Quero dizer que nós, do PSB, do PDT, do Solidariedade, partidos do campo de centro-esquerda, aliados de primeira hora do presidente Arthur Lira, vamos iniciar a largada desse bloco simbolizando que é um bloco que vai procurar ajudar o presidente Lula a pavimentar governabilidade e ter uma base sólida aqui a Câmara, isso vai ficar muito bem registrado."

Um dos fatores que motivaram a escolha de Carreras para liderar o bloco é o fato de o partido integrar o partido do vice-presidente da República, Geraldo Alckmin.

Poder

O novo grupo será o fiel da balança em qualquer votação importante para o Palácio do Planalto. Com o arranjo, Lira mostra poder em relação à governabilidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Sem celeuma

O deputado Elmar Nascimento (União-BA) também frisou que dar a largada no bloco com parlamentares de legendas da base aliada do governo na liderança foi uma forma de mostrar à gestão Lula que o grupo não criaria "qualquer tipo de celeuma" às pautas do Executivo.

"Líderes de partidos antagônicos em vários estados e federações, inclusive nacionais, conseguiram conversar no sentido de construir um bloco majoritário na Câmara para trazer as respostas que o Brasil precisa", discursou Nascimento. "Para mostrar que nós não temos intenção de criar ao governo qualquer tipo de celeuma, os primeiros líderes do bloco serão deputados de partidos que compõem a base do governo", acrescentou.

Bruno Spada/Câmara dos Deputados

Líderes de PP, PDT, PSB, PSDB-Cidadania, Avante, Patriota e Solidariedade no anúncio do blocão: comando do grupo ficará com deputado governista

Saiba mais

Isolamento

O blocão foi anunciado um dia depois da instalação de comissões mistas para analisar medidas provisórias de Lula, em uma queda de braço perdida por Lira no duelo com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). O senador está na China com o petista, em viagem oficial. O novo grupo isolou a federação PT-PCdoB-PV, com 81 deputados, e o PL, partido do ex-presidente Jair Bolsonaro, com 99.

União ameaça denunciar Boulos

A indicação do deputado Guilherme Boulos (PSOL-SP) para ser relator da medida provisória do Minha Casa Minha Vida gerou polêmica dentro da Casa. O líder do União Brasil, Elmar Nascimento (BA) disse que pode denunciar Boulos ao Conselho de Ética da Casa e afirmou que o deputado "agiu de má fé". A declaração foi feita logo após a coletiva de anúncio do superbloco.

Segundo a bancada do União Brasil e de deputados de outras legendas, há um acordo para que a relatoria da MP seja do União Brasil, e o escolhido para a relatoria seria Fernando Marangoni (União-SP). Segundo Elmar Nascimento, Boulos teria confundido o presidente da comissão mista do Minha Casa Minha Vida, e por isso, foi escolhido relator.

"Houve um acordo ontem no colégio de líderes, PSOL não tem nem tamanho para ser membro de um colegiado de idoso, quanto mais para ser relator. O deputado Boulos foi lá má fé, falou ao presidente (da comissão da MP) Eduardo Braga (MDB-AM) que tinha sido escolhido pelo colégio de líderes, o que não é verdade. A escolha recaiu não sobre pessoas, recaiu sobre o União Brasil. O PT escolheu a comissão do Bolsa Família e a gente ficou com o Minha Casa, Minha Vida, e o MDB com a reestruturação (dos ministérios)", acusou", acusou.

Elmar afirmou que espera que Boulos renuncie ao papel de relator e disse que o ocorrido nunca havia acontecido no Congresso Nacional.

Por sua vez, Marangoni afirmou que vai aguardar um acordo entre os líderes, o presidente da comissão, Eduardo Braga, e o escolhido relator, Guilherme Boulos.

"Essa é uma negociação de proporcionalidade, então cabe a relatoria da MP 1162 para o União Brasil. Vamos ver a decisão do deputado Boulos ou do presidente da comissão, senador Braga, com relação a essa errônea indicação, em desacordo com o que foi definido pelos líderes", frisou o deputado. O **Correio** não conseguiu entrar em contato com Boulos. (**RF**)

Deputada acusa colega de importunação sexual

Reprodução/redessociais

A deputada Julia Zanatta postou fotos do suposto assédio

A deputada federal Júlia Zanatta (PL-SC) acusou o colega de Casa Márcio Jerry (PCdoB-MA) de assediá-la durante a sessão da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, que ocorreu na terça-feira. Ele afirma que interveio para defender a parlamentar Lídice da Mata (PSD-BA) de uma abordagem "agressiva" por parte da colega.

O incidente foi por volta das 16h. Ontem, perto do meio-dia, Júlia divulgou nas suas redes sociais uma sequência de fotos na qual Jerry parece abordá-la pelas costas, aproximando o rosto. "Nunca dei liberdade para esse deputado e nem sabia qual era o nome dele. Se fosse uma deputada de esquerda e um deputado de direita: já sabem né?"

O parlamentar nega qualquer crime. "A deputada (Júlia Zanatta), em suas redes sociais, soltou uma fake news. Uma acusação despropositada, leviana e até criminosa", disse Jerry. Ele frisou que a fotografia publicada é um recorte descontextualizado do que de fato ocorreu.

Instantes depois de Júlia divulgar as duas fotografias, Jerry também usou as redes sociais para publicar o vídeo correspondente ao momento. Ele sustentou que, ao final da sessão, os presentes na Casa dividiram-se em vários grupos e que deputada do PL "estava abordando de forma extremamente agressiva a deputada Lídice da Mata".

A sessão da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado foi marcada pelo tumulto entre parlamentares. O ministro da Justiça, Flávio Dino, interrompeu seu depoimento e deixou o plenário ao som de gritos de "fujão", entoados por parlamentares contrários ao governo.

"Como estava muito barulho, aproximei o rosto da deputada (Júlia) e disse 'é uma deputada com 40 anos de mandato, respeite'", ressaltou Jerry. No vídeo, é possível ver que ela se vira e responde, mas em seguida a câmera muda de direção.

Confronto

Já a deputada Lídice da Mata disse que, durante a sessão, se envolveu em um embate com parlamentares bolsonaristas que teriam falado para ela "se acalmar". Lídice estava nas últimas fileiras do plenário e interpretou a fala como um ato machista. "Não tem homem aqui que vai me fazer calar ou pedir calma", disparou.

Segundo Lídice, Júlia teria ido em direção a ela para intervir na discussão. "Ela virou para mim, de dedo em riste, 'homem não pode mandar ficar calma, não? Pois então eu posso, eu sou mulher'", relatou a parlamentar baiana. Esse seria o instante em que Jerry se aproximou. "Se tem alguém que foi assediada desde o princípio, fui eu. Ela (Júlia) veio para me confrontar, auxiliando os deputados do lado dela."

Questionado pela reportagem, Jerry respondeu que está coletando material para avaliar as providências cabíveis.

Em março, Júlia publicou nas suas redes sociais uma foto em que segurava uma arma vestindo uma camiseta com uma mão de nove dedos perfurada por balas, o que foi interpretado como uma referência ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O caso foi levado ao Supremo Tribunal Federal por meio de uma representação da liderança petista na Câmara.

A reportagem buscou contato com Júlia Zanatta, mas não obteve retorno.

ATOS GOLPISTAS

General depõe um dia após ser exonerado

Dutra Menezes, ex-chefe do CMP, foi um dos 72 integrantes do Exército ouvidos pela PF

» RENATO SOUZA

Dezenas de militares do Exército foram ouvidos, ontem, pela Polícia Federal no âmbito da investigação que trata dos ataques golpistas de 8 de janeiro. Os depoimentos integram as diligências de um **inquérito** que corre no Supremo Tribunal Federal (STF). Pela manhã, 40 membros da Força prestaram esclarecimentos, e, à tarde, foi a vez de outros 32. Oito não compareceram.

De acordo com o Exército, os militares estão depondo na condição de testemunhas e foram instruídos a colaborar com as investigações dos órgãos competentes.

A Polícia Federal quer entender qual o papel da Força terrestre na concretização dos atos e eventual proteção aos criminosos que depredaram o Congresso, o Palácio do Planalto e o Supremo.

Entre os convocados a prestar depoimento, estavam oficiais que ocupavam cargos de comando no Exército. Um dos depoentes foi o general Gustavo Henrique Dutra de Menezes, que chefiou o Comando Militar do Planalto (CMP).

O general estava à frente do CMP até terça-feira passada, quando foi exonerado. Ele é suspeito de se omitir ante a invasão do Palácio do Planalto e de atuar para impedir as prisões dos acusados.

Também foi ouvido o tenente-coronel Jorge Fernandes da Hora, do Batalhão da Guarda Presidencial (BGP), responsável pela segurança do Palácio do Planalto.

Os depoimentos ocorreram presencialmente na Academia Nacional de Polícia, localizada no Lago Norte. Os integrantes da Força foram ouvidos em salas separadas por 50 delegados destacados para analisar o caso.

Ton Molina/Estadão Conteúdo

Grupo de militares chegou à Polícia Federal em ônibus do Exército para prestar esclarecimentos

Parte dos militares em atividade no dia dos atos foi levada às oitivas em ônibus do Exército, enquanto outros se deslocaram por conta própria. Não houve presença de advogados durante os depoimentos.

A instalação em que ocorreram as oitivas é a mesma para onde foram levados extremistas presos no acampamento em frente ao Quartel-General do Exército, no dia seguinte aos atentados.

Diversas testemunhas e investigados afirmaram em depoimento que o Exército impediu a prisão dos vândalos no dia dos ataques.

Em novembro, dois meses antes da depredação dos edifícios na Praça dos Três Poderes, a Polícia do Exército deixou que acampados agredissem fiscais do governo de Brasília que tentaram remover barracas com mantimentos usados para sustentar o grupo extremista, de acordo com documentos obtidos pela PF durante as investigações.

Além disso, o ex-comandante-geral da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) Fábio Vieira afirmou que o Exército impediu operações da corporação para prender os integrantes do acampamento. Ele indicou que os oficiais da Força discordavam das ações e que chegaram a impedir o acesso da tropa da polícia.

A prisão só foi autorizada no dia seguinte, quando algumas pessoas, inclusive parentes de militares, já tinham deixado o acampamento.

Destruição e roubo

No dia 8 de janeiro, a Guarda Presidencial e o Exército não conseguiram evitar a invasão do Palácio do Planalto pelos golpistas. O prédio da Presidência foi um dos que mais sofreram com os ataques dos invasores, que destruíram obras de arte e roubaram equipamentos do Gabinete de Segurança Institucional (GSI). As oitavas têm autorização do ministro do STF. Ele considerou que o envolvimento de militares na tentativa de golpe deve ser entendido como crime comum, portanto de competência da PF.

MPF-RN cobra R$ 5 milhões de Girão

A Procuradoria da República no Rio Grande do Norte entrou com ação na Justiça cobrando R$ 5 milhões do deputado federal General Girão (PL-RN) — oficial da reserva — por danos morais coletivos. O órgão atribui ao parlamentar "fomento de atos antidemocráticos" em frente ao 16° Batalhão de Infantaria Motorizada do Exército em Natal.

Segundo a ação, Girão fez "reiteradas postagens em suas redes sociais conspirando contra o Estado Democrático de Direito". O Ministério Público Federal classificou o general como "importante articulador e motivador dos atos criminosos".

A ação ainda tem pedido liminar (decisão provisória, dada em casos urgentes) para que sejam retiradas do ar as postagens de Girão. A Procuradoria ressalta que "manifestações de ódio à democracia não estão protegidas pela liberdade de expressão, já que infligem risco de dano real e iminente às instituições democráticas, sobretudo no contexto das eleições".

O processo também atinge a União — os ex-comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica divulgaram nota "estimulando os acampamentos", diz o Ministério Público Federal. Ainda são alvo da ação o estado do Rio Grande do Norte e o município de Natal por suposta "omissão na proteção à democracia ao permitirem a manutenção dos acampamentos".

A ação civil pública foi apresentada à 4ª Vara Federal do Rio Grande do Norte e é assinada pelos procuradores da República Victor Manoel Mariz, Emanuel De Melo Ferreira e Fernando Rocha de Andrade. Eles argumentam que os acampados em frente ao QG do Exército em Natal defenderam um "verdadeiro golpe de Estado", tratando-se de "reunião realizada por associação antidemocrática, não protegida pela liberdade de expressão e reunião incitando animosidade entre Forças Armadas e Poderes constituídos".

Cleia Viana/Câmara dos Deputados

Procuradoria atribui a Girão "fomento de atos antidemocráticos"

Nessa linha, a ação argumenta que General Girão "usou ativamente suas redes sociais, em claro abuso da liberdade de expressão e da imunidade parlamentar, para encorajar condutas que atentavam contra a ordem democrática", inclusive a continuidade do acampamento existente à época em Natal.

"Em postagem feita um mês antes da invasão dos prédios do STF, do Congresso Nacional e do Palácio do Planalto, o réu já instigava a violência contra as instituições, especialmente o Congresso", ressaltou a Procuradoria. "A vontade do réu em ver a concretização de um golpe de Estado, como se sabe, quase se consumou pouco mais de um mês de tal postagem, havendo nexo de causalidade entre conduta e dano."

Já com relação aos comandantes das Forças Armadas, a Procuradoria argumenta que a nota divulgada pelo trio "defendeu que a liberdade de expressão e reunião podem ser utilizadas inclusive para estimular a prática de crimes".

"A emissão da nota demonstra politização inconstitucional das Forças Armadas e estimulou a manutenção dos atos antidemocráticos e golpistas em frente aos quartéis a partir do desenvolvimento da narrativa de que as eleições foram fraudadas, fomentando a busca pela quebra da ordem democrática", sustentam os procuradores.

A reportagem fez contato com o gabinete do deputado General Girão, mas ele não se pronunciou sobre a ação do MPF até o fechamento desta edição.

As críticas de Almeida

» TAINÁ ANDRADE

O ministro dos Direitos Humanos, Silvio Almeida, afirmou, ontem, que quem se coloca contra as instituições democráticas viola os direitos humanos. Ele participou de uma sessão na Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados.

"Sou a favor do combate implacável, nos termos da lei, ao crime organizado, a pessoas que tentam desestabilizar a democracia e golpes de Estado", frisou. "Todo golpista é invariavelmente um violador dos direitos humanos. Toda pessoa que pensa e que avança contra instituições democráticas e republicanas fazem isso, invariavelmente, suprimindo, espezinhando, violando os direitos humanos."

Almeida fez questão de dizer, também, que "mesmo as que cometem crimes de altíssima gravidade, como é o caso da desestabilização da democracia brasileira, essas pessoas não ficarão desamparadas".

O titular da pasta ainda enfatizou que, desde os atentados, a ouvidoria nacional dos direitos humanos acompanha a situação dos extremistas presos, assim como o Ministério da Justiça.

Na comissão, o ministro reforçou que é importante voltar o olhar para o sistema prisional, com o respeito pela dignidade humana. "Manifesto minha alegria em saber que os parlamentares dão atenção ao sistema prisional brasileiro para que possamos conter as torturas e os maus-tratos recorrentes e históricos no sistema penitenciário brasileiro", ressaltou.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo

luizazedo.df@dabr.com.br

Novo bloco de Lira isola o bolsonarismo na Câmara

"Isso tem que ficar bem claro, nosso bloco é pela estabilidade e pela governabilidade. Para ajudar a pacificar o país e o governo montar sua base sólida na Câmara", anunciou o líder do PSB na Câmara, Felipe Carreras (PE), ao apresentar os demais colegas de liderança do superbloco de 173 deputados formado pelo PP, partido do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e mais União Brasil, Patriota, PSB, PDT, PSDB, Cidadania, Solidariedade e Avante. Escolhido para ficar à frente do grupo, Carreras é um dos líderes que dão sustentação a Lira e já se articula para sua sucessão no comando da Casa.

Muito heterogêneo, o bloco não tem identidade programática nem carta de intenções. Seus objetivos são negociar com mais força a liberação de verbas e ocupação de cargos no governo Lula e articular a ocupação de espaços na própria Câmara. Além de Carreras, os demais líderes do bloco são aliados de primeira hora do atual presidente da Câmara: deputados Elmar Nascimento (União Brasil-BA), André Fufuca (PP-MA), Adolfo Viana (PSDB-BA), Alex Manente (Cidadania-SP), André Figueiredo (PDT-CE), Luís Tibé (Avante-MG) e Áureo Ribeiro (Solidariedade-RJ).

Com a formação do superbloco, o presidente da Câmara recupera a capacidade de iniciativa na Casa, que estava ameaçada pela formação do blocão de 142 deputados do MDB, do PSD, dos Republicanos, do Podemos e do PSC. Mais alinhado ao governo, esse bloco dividiu o chamado Centrão e empurrava Lira para o colo do bolsonarismo, representado pelo PL de Valdemar Costa Neto, com 99 deputados, a maior bancada partidária, isoladamente. O ex-ministro da Casa Civil Ciro Nogueira, presidente do PP, é aliado de Lira.

Segundo Carreras, o grupo pretende "ajudar o governo federal em pautas prioritárias". Pelo acordo, haverá rodízio na liderança do superbloco a cada dois meses. O líder do PDT, André Figueiredo, será o próximo a ocupar o cargo. Segundo ele, o fato de os partidos de esquerda comandarem o grupo no primeiro momento tem por objetivo "manter um bom relacionamento com o governo". Lira articulava um bloco de 108 deputados do PP e do União Brasil, porém, numa manobra muito ousada, resolveu compor com os partidos de esquerda.

> UMA QUEDA DE BRAÇO ESTÁ CONTRATADA: A REVOGAÇÃO DOS DECRETOS DE LULA QUE ALTERARAM O NOVO MARCO DO SANEAMENTO

De certa maneira, o novo bloco fortalece o governo Lula, mas isola o PT, que formou uma federação com o PCdoB e o PV. Explora as contradições criadas pelo hegemonismo petista no governo, que descontenta os aliados do PSB e do PDT, principalmente. Há muitas divergências entre partidos de esquerda, de centro e de direita que integram o superbloco, mas todos estarão alinhados com Lira nas principais votações da Câmara. Nesse sentido, a grande queda de braços com o governo já está contratada: a revogação dos decretos do governo que alteraram o marco do saneamento, por meio de decreto legislativo apresentado pela bancada do Cidadania, com apoio de Lira.

Queda de braço

Recentemente, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva alterou a Lei Federal 14.026/20, o chamado novo marco do saneamento, cujo objetivo é a universalização do acesso à água potável, à coleta e ao tratamento de esgotos. Hoje, 33 milhões de brasileiros não têm água tratada e 100 milhões, coleta de esgotos. Na Região Norte, 43% da população não tem a água tratada e 90% não têm tratamento de esgoto; no Nordeste, apenas 30% da população têm esgoto coletado. A falta de acesso ao saneamento básico atinge, principalmente, as famílias de baixa renda, o que eleva os custos da saúde pública, por exemplo.

A mudança no marco regulatório é vista como um retrocesso no programa de privatizações das companhias estaduais de saneamento, considerado irreversível, do ponto de vista político. No Rio de Janeiro, por exemplo, a privatização da Cedae trouxe muitos benefícios eleitorais para o governador Cláudio Castro (PL), que foi reeleito. Em São Paulo, a privatização da Sabesp é uma promessa de campanha do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos). Um dos benefícios do novo marco foi o estabelecimento de métricas de avaliação dos serviços e sua fiscalização, com ganhos de qualidade para a população.

Quando foi aprovado, os partidos de esquerda votaram contra o novo marco. Agora, tentam reverter a legislação aprovada pelo Congresso. Segundo o prefeito de Aracaju, Edvaldo Nogueira (PDT), presidente da Frente Nacional dos Prefeitos, a legislação precisa ser aperfeiçoada, para oferecer mais garantias de prestação dos serviços aos municípios, mas não deve retroceder quanto às privatizações, porque comprovadamente houve avanços na qualidade dos serviços prestados, com as concessões e parcerias público-privadas, como no caso de Aracaju.

Existe um imbróglio jurídico em relação ao saneamento, porque a titularidade das concessões, constitucionalmente, é dos municípios, mas as antigas companhias eram estaduais. As maiores cidades, como as capitais, são as que financiam os serviços de saneamento dos pequenos municípios. Se depender apenas da iniciativa privada, e não houver um arranjo institucional adequado, as pequenas cidades continuarão sem tratamento de esgoto.

Brasília-DF

DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

MP da discórdia

O governo, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e Lira bem que tentaram colocar para análise apenas as medidas provisórias menos polêmicas. Mas, ainda assim, não deu. A briga entre o líder do União Brasil, Elmar Nascimento, e o deputado Guilherme Boulos (PSol-SP) pela relatoria da MP do Minha Casa Minha Vida ameaça atrasar essa votação.

A ordem dos fatores

Os congressistas esperam que o texto das novas regras fiscais chegue ao Congresso até a próxima segunda-feira. A ideia é aprovar esse tema a toque de caixa para que a Câmara possa se dedicar com mais afinco à reforma tributária.

Por falar em tributária...

A votação da emenda constitucional que juntará os impostos sobre o consumo é apenas a largada da reforma tributária que terá outros capítulos. É na segunda fase que o governo tentará emplacar a taxação sobre lucros e dividendos.

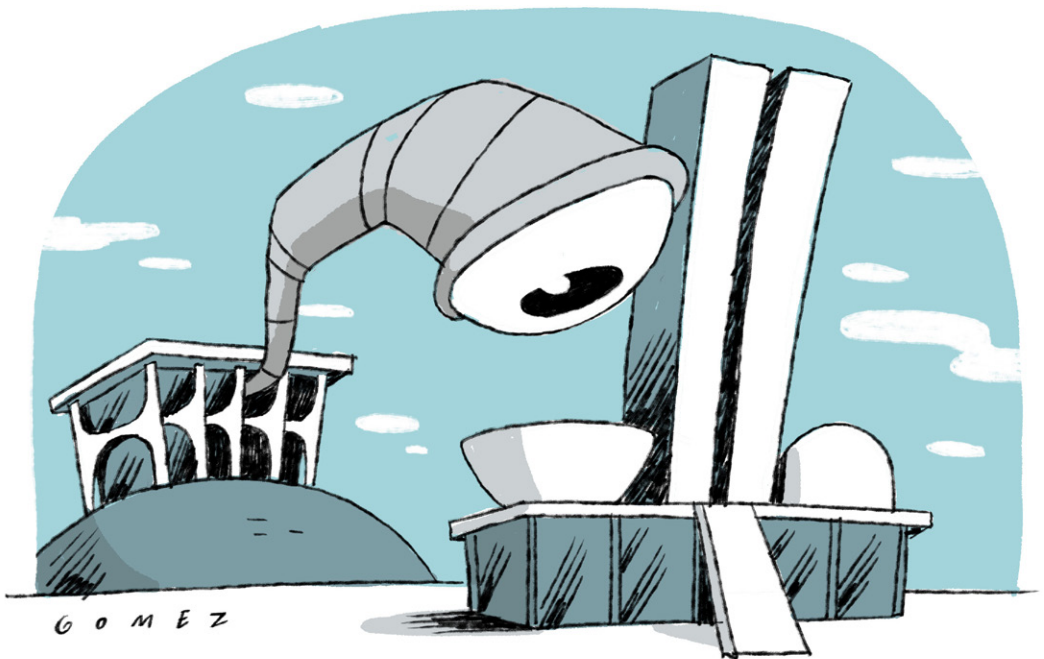
Janelas para investimentos

O governo brasileiro está esperançoso. Afinal, com o ex-presidente do Banco Central Ilan Goldfajn no comando do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e Dilma Rousseff no banco dos BRICS, o Brasil terá dois espaços importantes com recursos para financiamento. E olha que, lá atrás, o PT tentou puxar o tapete de Goldfajn no BID.

Os blocos e o risco

O governo tem razão de acompanhar, com muita cautela, os blocos que se formam na Câmara. É que se as duas formações decidirem atuar em parceria na Casa, haverá uma maioria capaz de isolar, à esquerda, os partidos totalmente afinados com o governo e, à direita, o PL de Jair Bolsonaro. A contar pela conversa do presidente Arthur Lira (PP-AL) com seus aliados, é nesse sentido que ele jogará daqui até 2025, quando chegar a hora de eleger seu sucessor ao comando da Câmara.

A leitura de alguns, de que esse bloco maior é para se contrapor ao de 142 deputados, é considerada superficial pelos ases da política no Congresso. A ideia da nova formação é dar ao presidente da Câmara espaço para que possa comandar a própria sucessão. Se o futuro comandante da Casa sairá do bloco de 142 deputados ou daquele com 174, é algo para se verificar mais à frente. Quanto à base do governo, continuará diluída em parcelas de vários partidos.

Ampulheta: Lira tem tempo para organizar o jogo da própria sucessão. Quanto a Lula, tem mais pressa porque a economia e a popularidade cobram urgência. No caso da economia, os bons ventos para a bolsa de valores precisam de confiança para continuar nesse ritmo. A popularidade do governo, que apresentou um índice de ótimo e bom em 39% na pesquisa do Ipec desta semana, requer cuidados.

CURTIDAS

Ed Alves/CB/DA.Press

Brasil Competitivo emplaca uma/ Na mesma semana em que o vice-presidente Geraldo Alckmin **(foto)** destacou a importância da aprovação do Marco Legal das Garantias de Crédito, em tramitação no Senado, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, confirmou que o governo pedirá urgência para esse projeto. A proposta faz parte da agenda da Frente Brasil Competitivo, anunciada num jantar, semana passada, com a presença de Alckmin.

O sedutor/ Na visita de Lula a Sergipe, o senador Laércio Oliveira (PP-SE) não foi ao aeroporto esperar o presidente. Ao encontrá-lo, depois, foi direto: "Presidente, não fui para não ser vaiado". Lula, então, do alto de quem já viu de tudo na política, respondeu: "Senador, entendo perfeitamente. O senhor não precisa de mim, tem oito anos de mandato. Quem precisa do senhor sou eu!"

Aliás.../ Sempre que conversa com representantes de partidos que não apoiaram diretamente sua candidatura, Lula se sai com esta: "Meus aliados já tenho. Preciso é que você me traga aos seus".

E o Bolsonaro, hein?/ O ex-presidente foi testar a popularidade numa padaria próxima ao condomínio onde mora. Saiu entusiasmado com a quantidade de pessoas que pediam para tirar selfies. Bolsonaro, aliás, vai começar a percorrer o país para alavancar candidatos a prefeitos país afora.

COMPRAS ON-LINE

Fazenda nega criação de taxa

Após série de críticas, ministério diz que não haverá nova tributação. A intenção, segundo a pasta, é reforçar a fiscalização

» RENATO SOUZA

O governo federal mobilizou aliados nas redes sociais para tentar conter uma onda de críticas provocada após a notícia de que está sendo preparada uma medida provisória para taxar compras on-line de até US$ 50 (R$ 250). A informação começou a ser disseminada na terça-feira e gerou preocupação nos consumidores. No fim da noite de ontem, o Ministério da Fazenda afirmou que não fará esse tipo cobrança, mas, sim, reforçará a fiscalização.

Falhas na comunicação do Executivo, assim como ausência de explicações sobre o que de fato está sendo articulado, provocaram uma enxurrada de críticas. A turbulência ocorreu enquanto o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, viajam à China.

No Twitter, a primeira-dama Rosângela da Silva, a Janja, afirmou que a taxação será apenas sobre empresas estrangeiras que enviam produtos ao Brasil, e não sobre os consumidores. No entanto, o temor é de que os custos sejam repassados para os compradores.

Na mira da medida provisória estão empresas chinesas, como o AliExpress e a Shein, que têm milhares de clientes no Brasil. O governo afirma que existe uma concorrência desleal e que essas companhias enviam itens sem informar o número de cadastro empresarial, como o CNPJ. Resolução da Receita Federal só isenta de impostos a venda de produtos entre pessoas físicas.

Em mensagens às quais o **Correio** teve acesso e repassadas a grupos de influenciadores aliados, integrantes do governo pedem a difusão nas redes sociais de dois pontos: que a taxação tem os objetivos de "combater a sonegação de impostos no comércio eletrônico" e do de "proteger empresas brasileiras, e o mais importante, proteger os trabalhadores".

O ministro da Secretaria de Comunicação, (Secom), Paulo Pimenta, afirmou nas redes sociais que "nada muda para quem importa legalmente".

Já o Ministério da Fazenda afirmou que reforçar a fiscalização contra eventuais fraudes. A pasta alegou, em nota, que a isenção para importações até o valor descrito jamais ocorreu.

"Nunca existiu isenção de US$ 50 para compras on-line do exterior. Portanto, não faz sentido afirmar que se pretende acabar com o que não existe. Nada muda para o comprador e para o vendedor on-line que atua na legalidade", diz um trecho do texto. "O que o Ministério da Fazenda pretende fazer é reforçar a fiscalização. A partir da medida provisória, o exportador vai ter de prestar declaração antecipada com dados do exportador e de quem compra, além do produto", completou.

A pasta também afirma que as mudanças previstas ocorrerão para coibir práticas ilegais. "Sobre o fim dos US$ 50 de isenção de pessoa física para pessoa física, o Ministério da Fazenda esclarece: esse benefício se aplica somente para envio de pessoa física para pessoa física. Se, com base nele, empresas estiverem fracionando as compras e se fazendo passar por pessoas físicas, estão agindo ilegalmente. Com as alterações anunciadas, não haverá qualquer mudança para quem, atualmente, compra e vende legalmente pela internet", enfatizou.

A isenção para compras entre pessoas físicas, limitadas até o valor de US$ 50, está prevista na portaria 156, de 1999, do Ministério da Economia.

VISITA À CHINA

Lula se reúne amanhã com Xi Jinping

» INGRID SOARES
» VICTOR CORREIA

Ricardo Stuckert/PR

Lula e comitiva são recepcionados pelo vice-ministro das Relações Exteriores da China, Xie Feng

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva desembarcou, ontem, em Xangai, na China, ao lado da primeira-dama, Rosângela da Silva. A viagem durou cerca de 30 horas e contou com escalas em Lisboa e em Abu Dhabi, nos Emirados Árabes.

Na chegada, a comitiva, que inclui o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, foi recebida pela ex-presidente Dilma Rousseff e pelo vice-ministro das Relações Exteriores da China, Xie Feng, e posaram para uma foto oficial.

A primeira agenda do presidente, em Xangai, foi a cerimônia de posse de Dilma no comando do Novo Banco de Desenvolvimento, o banco de fomento do Brics (bloco formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Em seguida, ele participou de um almoço na sede do banco.

A ex-presidente já assumiu o comando do cargo, mas a solenidade de posse em Xangai foi adiada devido a problemas de saúde de Lula, que teve pneumonia. Dilma terminará o mandato de cinco anos de seu antecessor, Marcos Troyjo, indicado pelo então presidente Jair Bolsonaro (PL) em 2020, e ficará à frente da instituição até 6 de julho de 2025.

Amanhã, Lula estará em Pequim, onde se reunirá com o presidente Xi Jinping. No retorno ao Brasil, no sábado, o avião presidencial vai pousar em Abu Dhabi, capital dos Emirados Árabes Unidos, para uma visita oficial.

A viagem tem como objetivo a busca por investimentos no país. Ao menos 20 acordos bilaterais deverão ser assinados durante a visita, entre eles, o que prevê a operação direta entre o real e o yuan, a moeda chinesa, sem necessidade de dolarização, com o intuito de facilitar o comércio entre os dois países.

Outras áreas de destaque incluem turismo e investimentos, além da construção do CBERS-6, o sexto de uma linha de satélites construídos em parceria entre Brasil e China. O diferencial do novo modelo é uma tecnologia que permite o monitoramento de biomas como a Floresta Amazônica mesmo com nuvens.

Há expectativa de que Lula trate, ainda, sobre a guerra da Ucrânia, na tentativa de formação do chamado "Clube da paz".

O presidente em exercício, Geraldo Alckmin, destacou ontem a importância da viagem de Lula à China. Segundo ele — que também chefia o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) —, podem ser firmados acordos de cooperação em infraestrutura e até venda de aeronaves fabricadas no Brasil.

"O Brasil é o quarto país do mundo a receber investimentos oriundos da China. Primeiro, os Estados Unidos; segundo, a Austrália; terceiro, o Reino Unido; e, em quarto, Brasil. E pode crescer muito", discursou, ao participar da abertura do Fórum ABDIB (Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base).

VIOLÊNCIA NA INTERNET

Rede que não tirar do ar ameaça pode ser banida

Dino anuncia medidas para tentar conter "situação emergencial". Segundo o ministro, cerca de mil perfis de ódio foram identificados

» ÂNDREA MALCHER

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, anunciou, ontem, novas medidas para o aumento na segurança e prevenção de novos ataques a instituições de ensino. Ele afirmou que a Secretaria Nacional do Consumidor avaliará a responsabilidade de plataformas digitais na divulgação de ameaças e as redes sociais poderão ser suspensas no país, caso não excluam publicações de conteúdo ameaçador. O reforço, segundo ele, é por causa da explosão de ameaças de ataques a escolas e universidades na web, sobretudo uma possível ofensiva orquestrada para o próximo dia 20 — que marcam os 24 anos do Massacre de Columbine, nos Estados Unidos.

"Estamos vendo que há uma situação emergencial, que tem gerado uma epidemia de ataques e ameaças de ataques, bem como de difusão de pânico no seio das famílias e das escolas. Foi nesse contexto que resolvemos editar uma portaria, que traz medidas práticas, concretas, a fim de que haja uma regulação desse serviço prestado à sociedade, especificamente no que se refere à prevenção de violência contra escolas. Temos dois caminhos, que vamos adotar concomitantemente: de um lado, sanções administrativas que podem chegar à suspensão da atividade da empresa; e, no caso de descumprimento, poderíamos chegar ao limite do banimento", frisou.

Ele afirmou que cerca de mil perfis com postagens ameaçadoras foram identificados nas redes sociais e encaminhados às empresas para serem derrubados. Os IPs — as identidades digitais — também foram entregues às polícias civis das unidades da Federação, a fim de criar uma rede para troca de informações sobre os perfis que publicam conteúdo que incite à violência.

"São pequenos agrupamentos que atuam em rede, por intermédio da internet. Então, não há, hoje, a detecção de um único grupo. Temos indivíduos e células extremistas, digamos assim", detalhou.

Sobre o engajamento das empresas que controlam as redes sociais, Dino disse que há avanços — inclusive com o Twitter, que se recusara a monitorar discurso de ódio sob a alegação de que feriria o direito à liberdade de expressão. "Avançamos o diálogo nos últimos dias, principalmente com uma determinada empresa que estava muito reticente ou resistente às orientações que temos transmitido", afirmou.

Interesses políticos

Dino, no entanto, disse ter a "intuição e suspeita" de algumas motivações por trás das ações, mas ressaltou que tudo vem sendo apurado. "É razoável cogitar haver interesses políticos e econômicos, que, em parte, influenciam (os ataques)", apontou.

Na portaria editada pelo ministério está previsto, ainda, o trabalho coordenado com delegacias de crimes cibernéticos para a identificação de materiais de apologia aos ataques; a proibição para plataformas aceitarem novos perfis que venham de endereços identificados como ameaçadores para escolas; a sugestão para a criação de comitês estaduais de segurança nas escolas, integrada por autoridades e membros da sociedade civil; e a obrigação das plataformas de repassar dados de identificação de usuários para que facilite as investigações.

Até terça-feira, a Operação Escola Segura — lançada pelo ministério para acompanhar o discurso de ódio e de preconceito nas redes sociais — realizou 546 pedidos de providências ao Twitter, incluindo a exclusão de publicações e perfis relacionados à incitação a ataques. Ao TikTok, policiais envolvidos requisitaram a suspensão de três contas que viralizaram conteúdos que disseminaram medo na população.

"Termos de uso não se sobrepõem à Constituição, à lei e à vida de crianças e adolescentes. Liberdade de expressão não existe para quem está difundindo pânico nas escolas", reafirmou.

Ed Alves/CB/DA.Press

De acordo com o ministro, as conversas com as empresas que gerem as redes sociais avançaram e o Twitter deu mostras de que quer colaborar

Há uma situação emergencial, que tem gerado uma epidemia de ataques e ameaças de ataques, bem como de difusão de pânico no seio das famílias e das escolas. Foi nesse contexto que resolvemos editar uma portaria"

Flávio Dino, *ministro da Justiça e Segurança Pública*

No RS, jovem preso por planejar ataque

» MARIANA ALBUQUERQUE*

Um jovem de 14 anos, suspeito de planejar ataque a uma escola, em Maquiné (RS), foi apreendido na noite de terça-feira. Na casa do adolescente, a Polícia Civil recolheu material que fazia apologia ao nazismo. Os pais do rapaz também foram encaminhados para depor e, até o fechamento desta edição, permaneciam detidos.

O adolescente responderá por ato análogo ao terrorismo, apologia ao nazismo e organização criminosa. Os investigadores encontraram bandeiras e fotos de nazistas e fascistas, imagens de Adolf Hitler e Benito Mussolini, além de simulacro de arma de fogo, facas, canivetes, fardas camufladas e capacetes. O jovem das ameaças será encaminhado a uma unidade de socioeducativa.

"Ele participava desses grupos que fomentavam e discutiam esse tipo de ataque, mas ele também tinha uma razão de ordem pessoal envolvendo a escola, algo que a gente acaba preservando pela investigação. Ele admitiu que esse ataque era iminente. Razões da investigação nos levam a crer que o ataque seria perpetrado na manhã desta quarta (ontem)", explicou o diretor do Grupamento de Operações Especiais da Core, delegado Marco Antônio de Souza.

Agressão

No Ceará, duas crianças de nove anos foram feridas em um ataque à escola Isaac de Alcântara Costa, na zona rural do município de Farias Brito. Uma delas sofreu ferimentos superficiais e recebeu alta, mas a outra teve lesões mais graves e foi preciso transferi-la para o Hospital Santo Antônio, em Barbalha — o estado geral é estável.

O agressor foi apreendido pela polícia. A Prefeitura de Farias Brito divulgou nota na qual salienta que "a segurança dos alunos é uma prioridade para a administração municipal e estamos trabalhando para garantir que todas as escolas municipais tenham um ambiente seguro e acolhedor para os estudantes".

Em publicação em uma rede social, Jade Romero, governadora em exercício do Ceará, comentou o episódio: "Recebi com preocupação a notícia de um episódio de violência ocorrido numa escola municipal na zona rural de Farias Brito, no Cariri, que deixou duas crianças feridas. Estou acompanhando o caso, inclusive mobilizando nossos secretários", garantiu.

Na Bahia, quatro adolescentes chegaram a ser apreendidos depois de propagarem boatos de ataques a escolas. Entre as mensagens está uma que diz que haveria um ataque em massa em escolas em um mesmo dia. Porém, Secretarias de Segurança de alguns estados, como São Paulo e Espírito Santo, têm alertado que a maioria dessas publicações são falsas e o objetivo é de somente gerar pânico.

Daniel Pedrera, historiador especialista em extrema direita no Brasil, destaca que as redes sociais têm ajudado a impulsionar os discursos de ódio. Segundo ele, há uma organização nas redes sociais nas quais se coopta "menores para a radicalização".

"Abril, simbolicamente, tem relação à questão de massacres escolares por dois motivos extremamente específicos. O primeiro, é o massacre de Realengo e, o segundo, é o de Columbine, nos Estados Unidos. Era esperado que ataques fossem ocorrer e isso está sendo avisado há tempos, mas, infelizmente, pegou a maioria das autoridades de surpresa", lamenta o pesquisador.

Para o criminalista Luiz Antonio Calhao, as redes sociais têm sido um terreno fértil para alcançar jovens de mentes fragilizadas. "Existe um grande número de pessoas que idolatram os autores de ataques em escolas. Essa idolatria circula livremente nas redes sociais. Toda vez que acontece é uma tragédia dessas, existem manifestações positivas na internet, com elogios e, até mesmo, comemorações. De alguma forma, a internet incentiva esse tipo de prática e ajudou a disseminar essa possibilidade", afirma o criminalista.

***Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi**

Reprodução/Redes sociais

Fachada da escola, no Ceará, onde duas crianças de nove anos foram feridas. O agressor foi apreendido

Policiais penais cruzam os braços por 24h

» MARIANA SARAIVA

Os policiais penais federais cruzam os braços, amanhã, por 24h, em todo o país. O motivo do ato é a insatisfação com a administração do secretário Nacional de Políticas Penais, Rafael Velasco, que assumiu o posto com a chegada de Flavio Dino ao Ministério da Justiça e Segurança Pública. A categoria garante que as unidades prisionais de segurança máxima não ficarão desguarnecidas.

Os policiais querem a saída de Velasco e pedem que o governo acelere a tramitação um projeto de lei, que foi elaborado pela Federação Nacional dos Policiais Penais Federais (FENAPPF), para regulamentar a carreira. Segundo a categoria, o PL que foi enviado pelo secretário ao Congresso não condiz com as tratativas feitas entre o governo federal, os sindicatos e a categoria. Para os agentes, o texto enviado ao Congresso impõe, entre outras coisas, até mesmo perdas remuneratórias.

Segundo Gentil Nei Silva, presidente da FENAPPF, a Secretaria Nacional de Políticas Penais não dá a devida atenção à categoria, cujos profissionais são ameaçados de morte diariamente durante a execução do trabalho nas penitenciárias. "Quantos servidores terão que morrer para que enxerguem a importância das nossas carreiras?", registra nota da FENAPPF, divulgada ontem.

»Entrevista | JADE BEATRIZ | PRESIDENTE DA UNIÃO BRASILEIRA DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS

Segundo a dirigente da Ubes, a suspensão, por 60 dias, do Novo Ensino Médio — que será outra vez debatido —, é uma boa oportunidade de se montar uma plataforma abrangente e inclusiva, sobretudo para quem está na escola pública

"Reforma piora as diferenças"

» TAINÁ ANDRADE

A implementação do Novo Ensino Médio — suspensa por 60 dias no último dia 6 — tinha tudo para dar errado, como, de fato, deu, na visão da União dos Estudantes Secundaristas (Ubes). Segundo Jade de Beatriz, presidente da entidade, a falta de participação dos jovens que estão no Ensino Médio, e se preparam para disputar a peneira do Enem por uma vaga no Ensino Superior, o grande problema é que a reforma não levou em consideração os problemas da escola pública e outras questões que, conforme enfatizou, aprofundam as diferenças em relação aos alunos do ensino privado. A seguir, os principais pontos da entrevista.

Por que é importante rever o Novo Ensino Médio?

No Ensino Médio, hoje, a maior parte dos estudantes é negra, está na periferia e é mulher. Vinte e sete milhões, a maior parte dos aproximadamente 44 milhões de estudantes no ensino básico, são mulheres, somos maioria. Seremos a maioria na pós-graduação. Só que ainda não somos a maioria dentro dos postos de trabalho, por exemplo. O debate do Novo Ensino Médio é muito mais que só a sala de aula. É ter acesso à ascensão social.

O que precisava ser avaliado antes de as mudanças serem aplicadas?

O primeiro percalço para a implementação é a estrutura que as escolas públicas no Brasil têm. Há uma ausência de investimento para reestruturação das escolas. Se você for numa escola pública e estiver chovendo, a sala estará alagada, tem um banheiro que não tem porta. A escola estará, muitas vezes, localizada em um bairro que não tem saneamento básico. Então, antes de fazer qualquer mudança na estrutura do ensino, a estrutura dessa escola precisa estar minimamente OK para poder receber a reforma. E essa não é a realidade. A partir disso, no momento em que naquela escola não tem um laboratório e existe um itinerário a ser cumprido que precisa da estrutura, o estudante precisa ir para outra escola. Isso envolve alimentação, dinheiro de passagem e nem todo mundo tem condição de conseguir chegar perto disso.

Quais os principais prejuízos do Novo Ensino Médio traria para os estudantes?

Além da estrutura para receber a reforma, a implementação fica sob controle de estados e municípios. Foge do que é o governo federal e o Ministério da Educação (MEC). Os estados podem definir quais matérias estarão nos itinerários formativos. É completamente desigual entre o que é oferecido nas escolas particulares e nas públicas. Dá para ver em vários estados, como é o caso do itinerário de aprender a fazer brigadeiro caseiro dentro das escolas públicas de São Paulo, de aprender a ser um milionário — como é nas escolas públicas do Rio de Janeiro —, como é o itinerário que o nome é o que rola por aí, no Paraná. Qual é o problema além disso? Um Enem para o qual não estamos preparados para fazer sobre as matérias que deixamos de ver que são importantes — história, geografia, filosofia. É importante dizer que os estudantes de escola privada estão tendo essas matérias normalmente, com toda estrutura. Não tem nada no Novo Ensino Médio: é só uma repetição da falta de estrutura, de acesso à educação, do aumento na desigualdade social, do aumento da evasão escolar.

A ideia do Novo Ensino Médio é preparar os jovens para uma vida profissionalizante. Como isso deve ser feito?

É beber da experiência nos institutos federais. A ideia do Novo Ensino Médio é aproximar os estudantes do mercado de trabalho e tornar a escola mais atrativa, mas, na prática, não é isso que está acontecendo. Trazer medidas que possam realmente fazer com que isso aconteça, de não afastar esses estudantes do caminho da universidade, que é o que está acontecendo. Há a necessidade de cursos que, realmente, estimulem o estudante no mercado. Ninguém quer trabalhar vendendo brigadeiro — isso é subemprego, não é alternativa.

Minervino Júnior/CB/D.A.Press

> Desde 2016, a Ubes fala que o Novo Ensino Médio, sem nossa presença e contribuição, acabaria trazendo grandes prejuízos. Acredito que vai ser possível mudar e construir um modelo com nossa participação"

O que a Ubes tem para sugerir ao governo federal?

Estamos elaborando um documento, com profissionais da educação, pesquisadores e cientistas, para poder diagnosticar o que está sendo o Novo Ensino Médio e apresentar as saídas dentro dele para levar ao MEC. Sabemos que a saída é revogar e apresentar um novo modelo de ensino. Também entendemos que não é possível voltar ao que era antes.

O que faltou para que o projeto do Novo Ensino Médio não sofresse tantos percalços e terminasse suspenso por 60 dias?

Desde 2016, a Ubes fala que o Novo Ensino Médio nesse modelo, sem nossa presença e contribuição, acabaria trazendo grandes prejuízos. Com a implementação, isso foi concretizado. Acredito que vai ser possível mudar a reforma que não nos representa e construir um novo modelo com a nossa participação, com participação de professores, com participação de quem está todos os dias na escola pública — que é quem realmente interessa.

BOATE KISS

Parentes querem rever anulação de julgamento

» DÉBORA OLIVEIRA

Parentes das vítimas do incêndio na boate Kiss — que matou 242 pessoas, em 2013, em Santa Maria (RS) — estão em Brasília, em busca da reversão da anulação, no Supremo Tribunal Federal (STF) e no Superior Tribunal de Justiça (STJ), do julgamento dos responsáveis pela tragédia. Os quatro réus foram condenados, em dezembro de 2021, a penas entre 18 e 22 anos, mas a 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJ-RS) anulou o júri, em agosto de 2022, após acolher parte dos recursos das defesas.

"Viemos buscar prioridade no julgamento do recurso contra anulação. O Ministério Público recorreu dessa anulação e estamos aqui, fazendo uma vigília para que tenha divulgação sobre esse fato. Anular um júri, depois de nove anos, por questões processuais, é um absurdo", critica Paulo Carvalho, pai de uma das vítimas do incêndio, que ainda deixou 636 feridos.

A anulação concedeu a liberdade a Elissandro Spohr e Mauro Hoffmann, sócios da Kiss, além de Marcelo de Jesus e Luciano Bonilha, cantor e auxiliar da banda Gurizada Fandangueira, que se apresentavam quando aconteceu a tragédia.

Fotos do local da tragédia que matou 242 pessoas estão sendo exibidas no corredor do Anexo I da Câmara

Exposição

Para que a presença dos parentes das vítimas da boate não fique somente no relato que cada um faz sobre o impacto que as mortes e as sequelas têm sobre cada um, a bancada do PSol montou a exposição fotográfica *10 anos da tragédia da Boate Kiss*, do fotógrafo Dartanhan Figueiredo, que registrou centenas de detalhes do local onde ocorreu a tragédia. A exposição está sendo exibida no corredor que leva ao Anexo I da Câmara dos Deputados. São 28 fotografias que poderão ser vistas até 20 de abril.

"Embora seja doloroso, não tinha como não registrar o interior da boate. São duros, mas necessários. Mostram a realidade do que era o interior da boate, a limitação de circulação que foi uma das grandes causas da quantidade de vítimas. É uma tragédia que não foi uma tragédia, mas, sim, um massacre. O local estava aberto quando, na verdade, deveria estar fechado", lamenta Figueiredo.

Na abertura da mostra, os deputados do PSol Chico Alencar (RJ), Tarcísio Motta (RJ), Luciene Cavalcante (SP) e Fernanda Melchionna (RS)prestaram solidariedade às famílias dos parentes das vítimas da Kiss. Além disso, reforçaram a necessidade da anulação da decisão do TJ-RS para que os responsáveis pelas mortes sejam punidos.

"Para nós, é muito importante a luta justa dos parentes, diante de uma impunidade de quase uma década. Todos acompanharam o crime contra o jovens da Kiss, em 27 de janeiro de 2013, que não teria acontecido se tivesse regras básicas de segurança, se a boate tivesse sido impedida de funcionar naquelas condições. Foram mais de 20 apontamentos feitos pelos órgãos da prefeitura contra a boate. Por isso, os pais seguem lutando, para que os agentes públicos também sejam investigados e condenados por omissão e negligência ao permitirem que a boate funcionasse naquelas condições, que eram precárias", observou Melchionna.

IMIGRAÇÃO

Turista terá de gastar mais pelo visto dos EUA

» ISABEL DOURADO*

A partir de 30 de maio, o visto de entrada nos Estados Unidos ficará mais caro. Segundo a Embaixada norte-americana e o Consulado em São Paulo, a taxa para a permissão de entrada para turismo ou negócios (categorias B1 e B2) passará de US$ 160 para US$ 185.

Já as taxas para vistos de outras categorias como de estudante e visitante de intercâmbio, também terão aumento de preço. Passam dos atuais US$ 160 para US$ 185. No caso de trabalhador temporário, passará de US$ 190 para US$ 205, enquanto que o de investidor sobe de US$ 205 para US$ 315.

Rodrigo Lins, pesquisador da imigração para os EUA, explica que o aumento do preço do visto segue a tentativa do presidente Joe Biden de restringir o acesso ao país. "Existe uma política para tentar conter a imigração e o acesso aos Estados Unidos, inclusive nos aeroportos — com o novo modelo com a nossa participação, com o escrutínio maior de perguntas que são feitas para quem viaja com os vistos B1 e B2", observou.

O economista André Braz, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), discorda que o aumento do preço do visto impacte na quantidade de pessoas que visita o país. Para ele, não mexerá no turismo e não diminuirá o fluxo de migração de brasileiros para lá.

***Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi**

Marcelo Camargo/EM/D.A Press

Visto americano para turismo ou negócios pula de US$ 160 para US$ 185

Bolsas Na quarta-feira
0,64% São Paulo
0,11 % Nova York

Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias
100.977 — 106.889
6/4 10/4 11/4 12/4

Na quarta-feira
R$ 4,941 (- 1,31%)

Dólar Últimos

5/abril	5,049
6/abril	5,058
10/abril	5,066
11/abril	5,007

Salário mínimo
R$ 1.302

Euro Comercial, venda na quarta-feira
R$ 5,430

CDI Ao ano
13,65%

CDB Prefixado 30 dias (ao ano)
13,65%

Inflação IPCA do IBGE (em %)

Outubro/2022	0,59
Novembro/2022	0,41
Dezembro/2022	0,62
Janeiro/2023	0,53
Fevereiro/2023	0,84

Simplificar imposto para o país crescer

Em seminário do **Correio**, especialistas explicam que reforma tributária pode alavancar o PIB e combater a desigualdade

» ROSANA HESSEL

O Brasil não cresce acima de 2% de forma sustentável devido, em grande parte, à falta de uma efetiva reforma tributária, que simplifique e destrave a economia. No começo dos anos 2000, o país despontou como um dos protagonistas do grupo dos países emergentes de crescimento rápido. Mas, na terceira década do novo milênio, registra as menores taxas de expansão do Produto Interno Bruto (PIB).

A necessidade de mudanças no complexo sistema nacional de tributos — que afugenta muitos investidores brasileiros e estrangeiros — é mais do que urgente. Especialistas destacam que uma reforma bem feita poderá alavancar o PIB potencial em até 20% nos próximos 10 a 20 anos.

Ante essa realidade, o **Correio Braziliense** realizou, ontem, em parceria com a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco Nacional), o seminário *Correio Talks: Reforma Tributária: o Brasil quer impostos justos*.

O evento teve a presença de parlamentares, autoridades e especialistas. Um dos impactos destacados foi de que, com a reforma no modelo tributário, a renda per capita poderá crescer em torno de R$ 500 por mês e até R$ 6 mil por ano.

Na abertura do evento, o secretário extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, destacou que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pretende realizar as mudanças no sistema tributário em duas etapas: primeiramente, pelo consumo; em seguida, pela renda.

Reprodução/YouTube

Jornalista Vicente Nunes (E) mediou o CB Talks sobre reforma tributária: em dois painéis, especialistas debateram as perspectivas do debate

Appy ressaltou que, nessa primeira fase, será preciso aproveitar as propostas de emenda à Constituição que estão no Congresso Nacional: a PEC 45/2019, da Câmara dos Deputados, e a PEC 110, do Senado Federal. As duas matérias ficaram paradas no Legislativo durante o governo anterior, que tentou apresentar uma proposta própria, que também não prosperou.

A ideia do novo governo, segundo Appy, é aproveitar o teor das PECs para construir um texto único de uma reforma tributária que, além de simplificar o sistema atual, garanta um crescimento de, pelo menos, 12% no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, em 20 anos.

De acordo com o secretário, alguns estudos indicam que uma boa reforma tributária poderá garantir aumento de até 20% no PIB potencial daqui a cerca de 10 a 20 anos. Na avaliação dele, as duas propostas têm inúmeros pontos em comum, com taxações adicionais sobre produtos que agridem a saúde e o meio ambiente, por exemplo.

A diferença entre as duas, apontada por Appy, é que a PEC 45 propõe um imposto único, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que unifica cinco tributos federais e regionais; e a PEC 100 estabelece um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, sendo um cobrado pelo governo federal e o outro, pelos entes federativos.

Durante a apresentação de abertura, Appy chamou a atenção para a complexidade do sistema de impostos brasileiros, denominando-o de "manicômio", mesmo termo utilizado pelo ex-senador Roberto Rocha, também convidado ao encontro. Rocha se juntou ao deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator da PEC 45, também convidado do CB Talks, e sustentou que a reforma tributária vai melhorar a distribuição de renda no país. "Essa reforma que estamos fazendo tem o papel de cidadania, para construirmos a cidadania do ponto de vista fiscal e social", complementou Ribeiro.

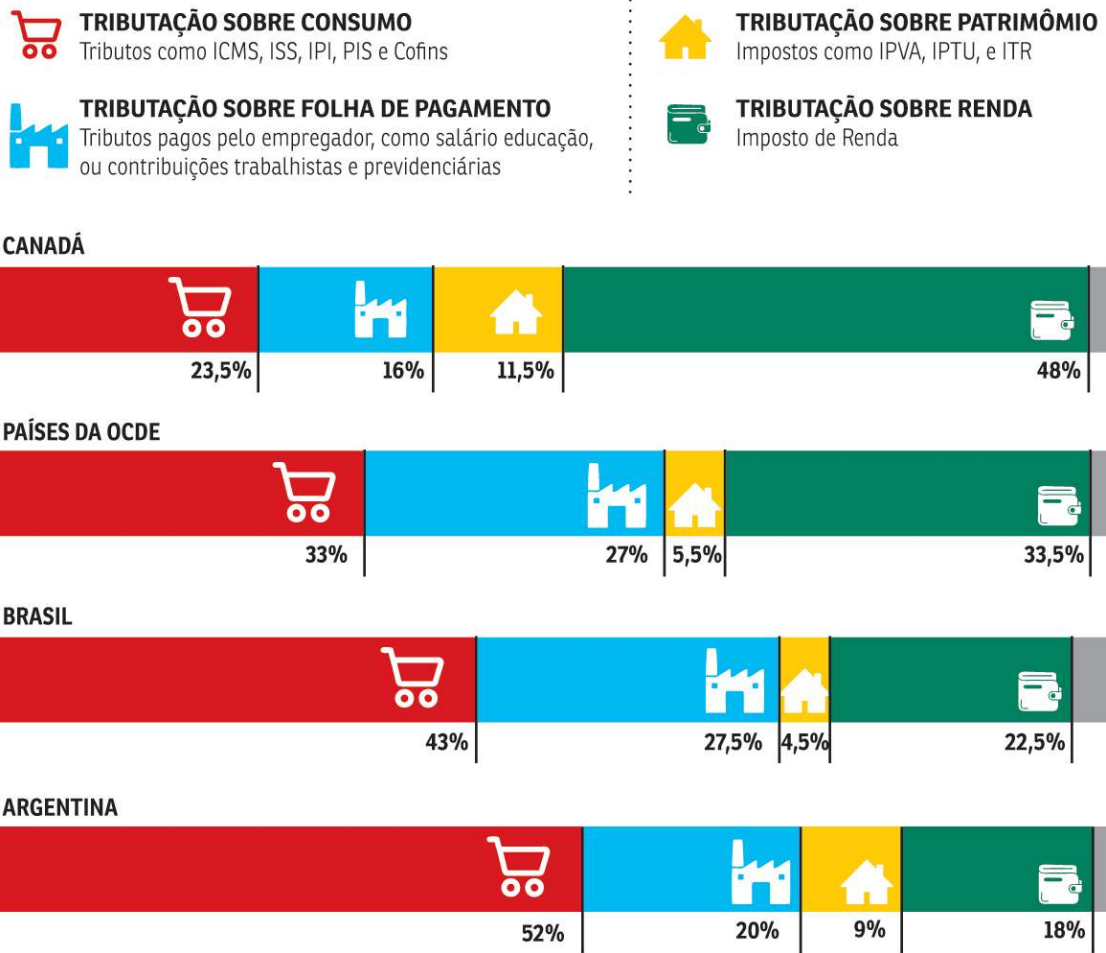
Debate maduro

Na avaliação do deputado federal Reginaldo Lopes (PT-MG), coordenador do grupo de trabalho sobre Reforma Tributária na Câmara, o debate acerca do tema está bastante maduro. Segundo ele, será possível unir parlamentares governistas e da oposição para aprovar a PEC da reforma tributária com ampla maioria. "Creio que teremos mais de 400 parlamentares votando a favor", estimou o parlamentar ao **Correio**. Para ser aprovada na Câmara, uma PEC precisa de, no mínimo, 308 votos favoráveis. "Essa matéria será uma reforma do Estado e não de governo, e será votada", afirmou.

Na parte relativa à taxação sobre renda, o secretário-geral da Unafisco, Pedro Delarue Tolentino Filho, defendeu a tributação de lucros e dividendos, uma vez que apenas o Brasil, Estônia e Eslováquia não adotam essa cobrança. Pelas contas dele, uma taxação de lucros e dividendos, mesmo de forma parcial, como ocorre em países como México, Chile e Nova Zelândia, permitiria um aumento da arrecadação do governo federal de R$ 80 bilhões a R$ 90 bilhões por ano.

"Esse recurso poderia ser utilizado para atualizar a tabela do Imposto de Renda Pessoa Física e até contribuir para reduzir um pouco o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), fazendo um mix", sugeriu Delarue. "Sem tributar dividendos e lucro das empresas, o governo perde duas vezes", frisou. Delarue também lembrou, que, ao não tributar dividendos e lucros pagos aos acionistas, o governo descumpre um dos princípios basilares da Constituição: a isonomia.

Tributação pelo mundo

Compare o modelo tributário adotado no Brasil ao de outros países. Por aqui, a carga de impostos recai mais sobre o consumo. Em países desenvolvidos, o fisco impõe taxas maiores sobre patrimônio e renda.

Fonte: Unafisco Nacional

Quatro perguntas para Bernard Appy

Reprodução/YouTube

Bernard Appy no CB Talks: maiores chances para o IVA dual

O senhor falou que o governo apoia as propostas de reforma tributária do Congresso. Qual das duas — a PEC 45 ou a PEC 110 — deve caminhar mais?
Na verdade, as duas se aproximaram muito. O resultado final vai ser uma composição das duas, acredito eu, com um texto único. O próprio grupo de trabalho da Câmara, neste momento, está trabalhando com as duas PECs como referência. O objetivo é importante, porque se não fizer isso, elas não são muito diferentes. Foram diferentes no começo. Hoje são muito mais próximas.

Mas o imposto dual e o imposto único se diferenciam nas duas propostas. O senhor acha que vai caminhar para qual solução?
Vai ser uma decisão do Congresso. Mas a nossa avaliação é que, politicamente, tem mais chance de avançar o IVA dual do que um IVA único. Do ponto de vista das empresas, o ideal seria um IVA único, mas ter dois IVAs com a mesma legislação. A diferença é muito pequena, não tem realmente um impacto muito relevante do ponto de vista das empresas. Politicamente, o IVA dual parece-me ser mais factível por conta das questões federativas.

O senhor comentou sobre a segunda etapa da reforma tributária, sobre a renda. O ministro Haddad tem falado um pouco sobre isso também...
Essa reforma da renda vai vir. Ainda não estou antecipando detalhe. O ministro falou algumas coisas que estão vindo agora para a redução de distorções. Isso pode vir antes, mas o grosso dessa reforma vem em seguida.

Quando? Depois da viagem presidencial para a China ou ainda neste semestre?
Não sei. Pode ser. Não tenho, tenho como dar o timing agora, porque ainda não está decidido (o cronograma). **(RH)**

Uma reforma ampla e justa

Relator da proposta na Câmara e presidente da Unafisco defendem modelo que corrija falhas acumuladas há décadas no país

» TAÍSA MEDEIROS
» RAFAELA GONÇALVES
» FERNANDA STRICKLAND
» HENRIQUE LESSA

Em um debate que se arrasta há décadas, uma pergunta se impõe: qual reforma tributária é possível no Brasil? Essa indagação conduziu o primeiro painel do CB Talks realizado ontem no auditório do **Correio**. O debate reuniu o deputado e relator da Reforma Tributária na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB); o presidente da Unafisco, Mauro Silva; o ex-senador Roberto Rocha; e o diretor de programa da Receita Federal, Fernando Mombelli.

Ao comentar o tema, Ribeiro defendeu uma mudança na regra tributária que "atenda ao interesse do país", e que não leve em conta apenas os anseios do governo ou de parcela da sociedade. "Uma reforma como essa é estruturante para o país. Ela é progressiva porque visa distorcer o que construímos ao longo de 50 anos de história, onde nos especializamos, ao longo desse tempo, em construir o pior sistema tributário do planeta", criticou.

O parlamentar relembrou a dificuldade do país em competir em nível global. Segundo o ranking Competitividade Brasil, elaborado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), o Brasil ocupa a 16ª posição na escala que mede o potencial competitivo das empresas brasileiras.

"Estamos fora do mundo. Precisamos fazer esse ajuste porque não temos como concorrer hoje, com quem quer que seja. Esse sistema é muito caro e traz o famoso Custo Brasil, que é impeditivo.

ED ALVES/CB/D.A.Press

O deputado e relator da Reforma Tributária na Câmara, Aguinaldo Ribeiro: mudança no atual modelo deve atender ao interesse geral

Oitenta por cento do chamado Custo Brasil estão no sistema tributário brasileiro", destacou.

O ex-senador Roberto Rocha, que foi relator da PEC 110/2019, apresentada pelo senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), definiu o atual sistema como "um manicômio tributário" e alertou para o fato de que a complexidade dos investimentos do Brasil, ampliando a pobreza com a não geração de riqueza.

Rocha avaliou, ainda, que o sistema tributário brasileiro está na era analógica, enquanto a sociedade já é digital. A consequência disso é a disparidade na arrecadação, especialmente entre as maiores empresas do país, citando as plataformas que não são tributadas.

"Nós temos o maior restaurante do Brasil, que não tem uma panela; a maior rede de táxis, que não tem um carro; e a maior rede de hotel do país, que não tem um quarto", exemplificou o ex-senador. Por fim, Rocha defendeu ainda que, após a aprovação da reforma no parlamento, será necessário se debruçar sobre uma reforma administrativa.

Edifício tributário

O presidente da Unafisco, Mauro Silva, enfatizou o papel decisivo dos parlamentares para o sucesso da reforma. Utilizando a analogia da construção de um edifício para exemplificar o que seria o novo sistema tributário, Silva definiu os parlamentares como os engenheiros do "prédio".

"Não adianta um desenho muito bem feito se os engenheiros que forem colocar de pé esse prédio tributário, chamado Brasil, não estiverem bem sintonizados e aproveitarem as experiências dos problemas passados", afirmou, ao destacar a importância do diálogo para a construção da reforma.

"A reforma é um desafio político que depende de que a sociedade seja esclarecida, para que essa compreensão chegue também até o Congresso Nacional. Há obstáculos a serem ultrapassados, e só o debate pode fazer com que se clareie os caminhos", frisou.

O diretor de programa da Receita Federal, Fernando Mombelli citou alguns desses desafios. Um dos principais, na opinião dele, é manter a atual carga tributária, sem aumentá-la. "Temos que manter a base tributária entre os entes federativos. Isso é um desafio porque se reflete em tudo. Precisa calcular o passado, trazer isso para o presente, para impactar no futuro, e calcular a alíquota modal, para que assim tenhamos a efetiva tributação", explicou.

Aguinaldo Ribeiro comentou a complexidade de se definir uma regra tributária justa. "Uma reforma como essa não é uma reforma de governo, é uma reforma do Estado brasileiro. Aliás, é uma coisa que nós perdemos de vista. Nós discutimos e implantarmos as políticas de Estado. São aquelas que decidimos como cidadãos, não importa se vai ser a esquerda ou a direita ou centro que vai executar. Mas nós sabemos para onde queremos ir", completou.

O relator externou o tipo de pressão a que é exposto. "Algumas pessoas me perguntam: você acha que tem ambiente para se aprovar uma reforma tributária? E eu respondo: 'Não vai ter ambiente nunca'. Se a gente fosse pensar, o ideal era primeiro reduzir o tamanho do Estado. Adaptar o Estado à nossa realidade, reduzir o compromisso fiscal que nós temos hoje. E aí fazer uma reforma que a gente pudesse reduzir a carga tributária", apontou.

Aguinaldo ressaltou a urgência de se rever o modelo tributário. "Temos primeiro a exaustão de um sistema tributário que ninguém consegue mais conviver com ele. Nem a federação, nem os entes federados, nem os setores", constatou.

Um edifício com problemas

A proposta de reforma tributária que tramita no Congresso está sendo discutida de forma fatiada. No primeiro semestre, será tratada a reformulação nos tributos sobre o consumo e a reforma do Imposto de Renda, que inclui a tributação sobre dividendos, ficará para o segundo semestre. O presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco), Mauro Silva, defendeu que a reforma seja tocada de maneira unificada.

"Não tem sido essa a opção do governo, mas entendemos que temos classe política e corpo técnico competentes para levar em paralelo tanto a reforma sobre o consumo quanto sobre a renda," avaliou Mauro Silva. "Acho que temos capacidade para isso, mas há aqueles que acreditam que o foco é melhor", enfatizou. "Compreendo a opção política atual, mas faço o chamado para essa reflexão, de que é capaz e talvez até facilite a discussão sobre o consumo, levar em paralelo a discussão sobre a tributação da renda", acrescentou.

Ao fazer a analogia do sistema tributário com um edifício, ele citou cinco pilares: tributação sobre o consumo, renda, patrimônio, comércio exterior e o sobre o financiamento da previdência. Para o presidente da Unafisco, há problemas em todos os "andares do edifício" e não é possível focar apenas em determinadas distorções do sistema tributário atual.

"Esse novo prédio, chamado Brasil, tem que contemplar todos esses andares e também o velho prédio [o sistema atual], aquele que mostramos que há privilégios, muitos pobres e é complexo. Temos dialogado com o Congresso no sentido dessa preocupação de não desconsiderar a importância da administração tributária", afirmou.

"Uma vez que a renda das famílias e o investimento das empresas chegue em mais de 80% do PIB (Produto Interno Bruto), é compreensível que se jogue um olhar mais preocupante sobre a tributação do consumo. Mas eu não posso ignorar que este prédio não tem só um andar", insistiu.

O presidente da Unafisco reforçou que em um país como o Brasil, o financiamento da previdência tem uma necessidade de ajudar os mais pobres. "Isso tem sido esquecido na reforma tributária. O que estamos assistindo é a precarização das relações de trabalho", criticou.

"Bicicleta"

Ele citou, por exemplo, a situação de trabalhadores empregados em plataformas digitais. "Esse tal de empreendedorismo do cara de bicicleta, que é praticamente um trabalho semi-escravo; os aplicativos estão erodindo a base das folhas de salários e comprometendo o financiamento da previdência", afirmou Silva. Ele citou ainda o movimento de "pejotização", com a ampliação de Microempreendedores Individuais (MEIs). Segundo ele, o fenômeno também enfraquece a folha de salários.

"Os problemas desse andar mal têm sido tocados e é preciso encarar isso, porque é um problema social gravíssimo", destacou Mauro Silva. No caso da tributação do patrimônio, o auditor fiscal lembrou da cobrança do IPVA (Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores), que também deveria ser cobrado de jatinhos; e a tributação sobre heranças, que tem no Brasil uma das alíquotas mais baixas do mundo, não passando de 8%, enquanto países desenvolvidos cobram de 30% a 50%.

"Aqueles países citados para dizer que o Brasil precisa 'chegar lá' cobram essas alíquotas, mas nessa hora ninguém gosta de citar", observou Mauro Silva. "Se precisamos ser igual ao Chile ou aos Estados Unidos, então que sejamos também na tributação sobre a herança, no ITCMD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação)", comparou o presiente da Unafisco. Ele citou também benefícios fiscais ineficientes, "enormes e bilionários na área do Imposto de Renda, que precisam ser tratados". (**RG**)

Ed Alves/CB/D.A Press

Mauro Silva, presidente da Unafisco, defende uma reforma unificada

Pobre é mais penalizado

O ex-senador Roberto Rocha (PTB-MA) apontou que o projeto da reforma tributária discutido atualmente na Câmara dos Deputados tem o objetivo de corrigir as injustiças do sistema tributário brasileiro, que tributa proporcionalmente mais o pobre que emprega toda a sua renda em consumo. Nesse sentido, o ex-senador definiu o sistema tributário atual como "um manicômio tributário". Ele foi relator da proposta de emenda constitucional 110/2019 na Casa.

Rocha disse também que a complexidade tributária do sistema brasileiro torna a gestão fiscal extremamente cara ao empresário. "As empresas pagam no Brasil mais de 1% do PIB só para fazer a gestão tributária", destacou. Para Rocha, a alta das alíquotas e a complexidade do sistema afastam os investimentos do Brasil, ampliando a pobreza com a baixa geração de riqueza.

A base de arrecadação brasileira é injusta, sustentou o ex-senador. Ele lembrou que o sistema tributário obtém 50% de sua arrecadação na tributação sobre o consumo, enquanto apenas 17% de toda a arrecadação em tributos é sobre a renda. (**HL**)

É preciso corrigir vícios, diz diretor da Receita

ED ALVES/CB/D.A.Press

Mombelli: uma solução para o "emaranhado" tributário

O diretor de programa da Receita Federal, Fernando Mombelli, afirmou que o sistema simplificado da reforma tributária "vai melhorar a vida do brasileiro". Segundo ele, vários aspectos serão aprimorados com a reforma tributária a partir da simplificação dos impostos. "Vai melhorar a vida das empresas e vai trazer luz, trazer transparência ao que a gente não tem hoje", disse.

Saber o caminho a ser traçado é essencial, defendeu ainda o diretor de programa da Receita Federal. "Se tivéssemos a Constituição de 1988 trazida para hoje, veríamos que seria muito mais fácil a aprovação, pois estaríamos sem os vícios e sem os privilégios que foram colocados ao longo do tempo, transformando a nossa legislação de forma caótica", apontou.

Mombelli detalhou o nó tributário no qual o país está metido. "Hoje nós temos um emaranhado de leis, de reduções de base de cálculo, de alíquotas diferenciadas, de reduções, de créditos presumidos que nos enlouquecem. Por exemplo, a legislação do piso da Cofins, que é o do âmbito de tributação federal, iniciou lá em 1982, com uma lei com 0,5% de faturamento. E naquela época era só sobre bens", exemplificou.

Tais vícios, segundo o diretor de programa da Receita Federal, se tratam de escolhas ao longo do tempo e dificultam as mudanças. "Depois houve um aumento da carga tributária, do financiamento do Estado aos novos desafios da Constituição brasileira. Desta forma, o 0,5% passou a ser 3%. Ou seja, seis vezes o valor, em 1988. Foi uma escolha de financiamento de Estado, que nós estávamos vivendo, um problema de inflexão do plano real", descreveu. (**FS**)

Esse novo prédio, chamado Brasil, tem que contemplar todos esses andares e também o velho prédio, aquele que mostramos com privilégios, muitos pobres e é complexo"

Mauro Silva,
presidente da Unafisco

ED ALVES/CB/D.A.Press

Roberto Rocha: sistema é desequilibrado e injusto

IVA dual: uma solução à vista

Coordenador de GT na Câmara afirma que debates caminham para um imposto federal e outro para estados e municípios

» RAFAELA GONÇALVES
» HENRIQUE LESSA
» FERNANDA STRICKLAND
» MICHELLE PORTELA
» KELLY HERALLY

Ed Alves/CB/D.A Press

Deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), coordenador do Grupo de Trabalho na Câmara: reforma não é um embate entre governo e oposição

Coordenador do Grupo de Trabalho (GT) da Reforma Tributária na Câmara, o deputado federal Reginaldo Lopes (PT-MG) afirmou que as discussões sobre o tema caminham para a implantação de um Imposto de Valor Agregado (IVA) Dual, em que estão previstos um IVA federal e um IVA para estados e municípios. O parlamentar participou ontem de evento realizado pelo **Correio Braziliense** e pela Unafisco para debater a reforma tributária.

"Vamos discutir um pouco como se dará o modelo da gestão que caminha para um IVA Dual, que tem o nacional e o subnacional e um comitê gestor com participação paritária. É bom lembrar que é uma revolução esse modelo de participação, porque hoje os municípios não estão nas decisões em relação ao ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). Eles têm cota parte, mas não participam. Com o comitê gestor, vão participar", ressaltou.

A proposta do IVA Dual foi levantada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), em janeiro deste ano, em Davos. Funciona também como instrumento para dirimir a resistência de prefeitos que se posicionam contrários ao fim do Imposto Sobre Serviços (ISS), cuja arrecadação é de competência municipal.

"A ampla maioria dos municípios quer o IVA. Há aprovação de pelo menos 5 mil cidades do novo critério, o de tributação no destino. Nos outros municípios, estamos negociando", contou. No âmbito do GT, informou o coordenador, as audiências públicas realizadas até o momento ouviram os setores da saúde, educação, serviços, transportes, agro e agroindústria.

O coordenador do GT foi cauteloso ao falar de prazos para aprovação da reforma. Ele estimou o primeiro semestre, mas somente à Câmara. "Há convergências no GT, mas está dependendo desse desfecho final. Tem uma disposição muito grande da sociedade brasileira pela aprovação da reforma, que é do Estado brasileiro e não de governo versus oposição. Pertence à Câmara e ao Senado, com apoio do governo federal, que sabe que o protagonismo é do Congresso. Há uma circunstância perfeita para aprovação dessa reforma", ponderou.

Ed Alves/CB/D.A Press

Pedro Delarue, da Unafisco: sistema é cruel com os mais pobres

Crescimento

O segundo painel do encontro teve como foco o crescimento econômico. Segundo a pesquisadora Melinda Rocha, diretora de cursos na York University do Canadá, o atual sistema tributário é um dos maiores entraves para o avanço da economia.

"Diversos estudos acadêmicos falam justamente que uma das causas para esse baixo crescimento econômico é o nosso sistema tributário, tendo em vista as inúmeras distorções e problemas", destacou Rocha. Ela defendeu que não adianta manter o modelo atual, como sustenta a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 46/2022.

A reforma, de acordo com a pesquisadora, deve corroborar para o crescimento ao eliminar ou diminuir substancialmente os principais empecilhos trazidos pelo modelo atual com a implementação do IVA (ou Imposto sobre Valor Agregado), que é a unificação de diversos impostos. "Este é o modelo implementado em 174 países dos 193 países do mundo. Não estamos importando nenhum modelo novo, revolucionário. A gente está propondo implementar o modelo padrão, utilizado pela grande maioria dos países do mundo", disse.

Entre as preocupações em debate com a reforma está a perda de arrecadação dos estados e municípios. Contudo a expectativa, segundo a pesquisadora, é que o sistema beneficie 98% dos municípios brasileiros. "Estamos há muito tempo presos nessa armadilha do baixo crescimento. O Brasil tem muita sorte com condições climáticas e alto potencial produtivo, mas ficamos presos nesta questão e uma das causas é o sistema tributário, que gera inúmeras distorções", afirmou.

Desigualdade

Para Rodrigo Spada, presidente da Associação Nacional das Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite), o sistema tributário atual é injusto e amplia as desigualdades, e impacta até na questão climática.

Uma das razões de o sistema tributário nacional ampliar as desigualdades, de acordo com o auditor, é a tributação diferenciada entre a renda do trabalho e a renda do capital. "O país não tributa herança nem a propriedade rural, e tributa mais fortemente a renda do trabalho em relação à renda do capital", disse Spada.

Em posicionamento semelhante, o secretário geral da Unafisco, Pedro Delarue, afirmou que o Brasil desobedece a Constituição Federal no seu princípio basilar. Segundo ele, a Lei Maior determina que todos devem ser tributados, independentemente da sua atuação econômica. "A tributação de lucros e dividendos distribuídos a sócios e acionistas da PJ permitiria uma redistribuição da carga tributária, com a possibilidade de aliviar a classe média, trazendo maior justiça ao sistema e finalmente fazendo obedecer ao princípio basilar da isonomia tributária", disse Delarue.

O auditor fiscal explicou que no Brasil o sistema tributário é regressivo, desigual, concentrador de renda, oferece privilégios aos mais ricos e penaliza a classe média. "E dentro dessa realidade brasileira, tem uma coisa particularmente cruel com o trabalhador, principalmente com o trabalhador assalariado, que sobre ele recai a carga tributária sobre a renda", afirmou.

Modelo atual trava novos empregos

Rodrigo Spada, presidente da Associação Nacional das Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite)

O presidente da Associação Nacional das Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite), Rodrigo Spada, relembrou que o modelo tributário nacional é da década de 1980, quando o país ainda vivia uma economia fechada. Isso, segundo ele, trava o crescimento nacional, com a maior parcela da tributação se concentrando sobre o consumo das famílias. "Isso não faz a gente gerar empregos e renda."

"O contribuinte perde com altos custos de conformidade e de litigiosidade, e perde o fisco com isso também", afirmou o fiscal, para quem os altos custos de gestão tributária do contribuinte se somam à opacidade do sistema. Além da tributação excessiva do consumo, não permite que a sociedade entenda o que é realmente tributado. Para ele, isso representa as principais travas para o crescimento do país.

"Para além da função social do tributo, que é fundamental, existe também a qualidade da tributação. Hoje é muito ruim ser cobrador de tributos e saber que o fruto do seu trabalho acentua a desigualdade", lamentou Spada. "Para ter um país próspero e com crescimento, a reforma tributária sobre o consumo vai destravar o crescimento econômico."

"A reforma tributária diminui a desigualdade, gera crescimento econômico, como foi dito de 10 a 12% do PIB. Isso significaria uma renda per capita maior de 400 a 600 reais por mês para cada cidadão brasileiro se tivéssemos feito essa reforma há 10 anos" apontou Spada. (**HL**)

Ed Alves/CB/D.A Press

Spada, presidente da Febrafite: reforma aumenta renda per capita

ED ALVES/CB/D.A.Press

Ricardo Torres: debate precisa considerar demandas das prefeituras

Municípios não querem perder ISS

Ricardo Ezequiel Torres, secretário de Fazenda do município de São Paulo

No CB Talks, o gestor ressaltou a preocupação dos municípios no debate sobre reforma tributária. As prefeituras tentam reverter o fim do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), modelo incompatível com as PECs que estão sendo discutidas como base da tributária: a 45 e a 110.

Ao lembrar que há ao menos 5 milhões de normas sobre reforma tributária, Torres retomou o discurso de prefeitos, que se reuniram com o ministro Fernando Haddad (PT), da Fazenda, e outros ministros. Os representantes dos municípios pediram que a PEC 46 seja anexada à tramitação na Câmara e no Senado. O governo, contudo, segue com a sinalização de que a PEC não será incorporada. Para acalmar os ânimos, o Executivo propõe a possibilidade de consolidação do Imposto sobre Valor Agregado Dual (IVA). Segundo o GT da Reforma Tributária, essa solução dá margem de arrecadação a cidades, ainda que o ISS seja extinto.

"Se formos verificar o grande grau de litigiosidade que existe, ele está focado nas controvérsias relacionadas ao conceito de insumos usadas no PIS-Cofins, nas questões dos estados. Ou seja: estamos trazendo para dentro de um tributo hoje que é o ISS, que tem menor complexidade e tem sido usado na experiência mundial para resolver os problemas de grandes corporações com alíquota baixa e simplicidade de arrecadação, a complexidade de outros tributos que poderiam ser tratados de forma segregada. Há muito a se fazer na tributação do consumo nos níveis federativos", defendeu Ricardo Torres. (**KH**)

Imposto simples: "Todos ganham"

Melinda Rocha, diretora de cursos na York University

A pesquisadora destacou os impactos que a simplificação do sistema tributário trarão para a economia: "Vai trazer mais renda aos cidadãos, mais atividade econômica e demanda para as empresas, tanto setor ao industrial quanto, principalmente, ao setor agropecuário e ao setor de serviços. E por fim, vai trazer mais arrecadação aos entes federativos. Todos ganham com o crescimento econômico do país", argumentou.

A acadêmica calcula que a transição da reforma tributária levará 40 anos para se encerrar. "Há um consenso internacional de que o IVA é o melhor sistema para a tributação do consumo. Todos os setores vão ganhar, mas é importante ressaltar que não vai haver convivência dos dois sistemas por 40 anos", apontou.

Para a especialista, é preciso também desconstruir a ideia de que a proposta vai gerar perdas de arrecadação para os municípios maiores, ao menos se consideradas as PECs 110 e 45. "Se houve uma transação, a mesma será tributada. Esse método ou tipo de imposto teve início na Alemanha e muitos países se passaram a exigir cadastro de fornecedores não residentes como forma de evitar a evasão fiscal", explicou.

Questionada ao final do debate, a pesquisadora avaliou ainda o custo de o país não realizar a reforma tributária num curto prazo e continuar com o modelo atual, mantendo as distorções. "O custo é a gente manter as distorções do nosso sistema atual, as injustiças, tanto com relação ao cidadão mais pobre quanto aos municípios", enfatizou. (**MP**)

ED ALVES/CB/D.A.Press

Melinda Rocha: "modelo padrão", IVA é adotado em 174 países

Mercado S/A

AMAURI SEGALLA
amaurisegalla@diariosassociados.com.br

"O Twitter flerta com o perigo e as autoridades deveriam ficar atentas a isso"

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press

Por que é preciso debater os limites das redes sociais

Na nova era digital, é inegável que as redes sociais se tornaram instrumentos vitais no trabalho, no relacionamento entre pessoas e, claro, para diversão. Essas plataformas mudaram a sociedade para sempre e certamente contribuíram para que o mundo avançasse em diversas áreas. Isso é ótimo e, repita-se, não há volta. O problema é que, na mesma medida, elas se tornaram um meio para a propagação de barbaridades. Nesta semana, soube-se que o Twitter, a mídia comprada recentemente por Elon Musk, se recusou a tirar do ar conteúdos que fazem apologia à violência nas escolas. O argumento da rede não poderia ser mais infame: ela diz que seu termo de uso permite a divulgação de fotos e nomes de autores de ataques a instituições de ensino. Ora, que Musk mude então os termos de uso. O que não é admissível é que uma rede aberta a qualquer pessoa propague crimes dessa natureza. O Twitter flerta com o perigo e as autoridades deveriam ficar atentas a isso.

AFP

Vendas da Americanas na Páscoa crescem 15%

A Páscoa pode ter garantido um fôlego extra para a Americanas, que enfrenta doloroso processo de perda de reputação — a empresa está em recuperação judicial desde janeiro após um escândalo de rombo contábil. Na última edição do feriado católico, as vendas nas lojas físicas de itens relacionados à data cresceram 15% em relação ao mesmo período do ano passado. De acordo com a Americanas, seus clientes compraram aproximadamente 140 milhões de itens como ovos de chocolate e artigos de decoração.

Por que o etanol é forte aliado do meio ambiente

O lançamento do primeiro carro flex — movido a gasolina e a etanol — no Brasil completa, em 2023, duas décadas. Desde então, a inovação significou uma grande mudança na indústria automotiva. Além de abrir gigantesca frente de negócios para as montadoras, usinas e outras cadeias do agronegócio, o etanol teve forte impacto no meio ambiente. Nos últimos 20 anos, 620 milhões de toneladas de CO² deixaram de ser lançadas na atmosfera por causa da adoção desse tipo de combustível.

Dólar abaixo de R$ 5 deixaria alimentos mais baratos

Não é certo que o dólar ficará abaixo dos R$ 5 — ontem, a moeda americana fechou o dia negociada a R$ 4,94 —, mas a verdade é que a queda da cotação deveria baratear uma série de produtos no Brasil. De acordo com economistas, os preços dos alimentos tendem a cair, pois a possível redução do fluxo de exportações levaria à redução dos valores das commodities no mercado interno. Contudo, como sempre ocorre no Brasil, as tempestades políticas poderão mudar esse cenário.

3,8%

foi quanto cresceram as vendas do varejo em janeiro na comparação com dezembro, segundo o IBGE. Foi a maior variação para o mês desde o início da série histórica, em 2000.

Reprodução

"Acho mais fácil cair juro no Brasil do que nos Estados Unidos"

***André Esteves**, chairman e sócio sênior do banco BTG Pactual*

RAPIDINHAS

Conhecido como casco de cavalo, o cogumelo Fomes fomentarius está perto de se tornar um substituto viável para materiais como couro e plástico. Recentemente, a startup americana MycoWorks arrecadou US$ 125 milhões em uma rodada de investimentos — segundo a empresa, o dinheiro será integralmente destinado para a produção em escala de couro de cogumelo.

O agronegócio se tornou um celeiro de inovações. Há alguns dias, um time de engenheiros químicos da Universidade da Califórnia, nos Estados Unidos, apresentou o resultado de um trabalho que consumiu anos de pesquisa. Eles transformaram garrafas PET e isopor em adubo com alto teor de nutrientes.

A tradicional lista dos passaportes mais poderosos do mundo, elaborada pela Global Citizen Solutions, traz uma novidade: a Alemanha superou os Estados Unidos e passou a deter o passaporte mais poderoso do mundo. O Brasil avançou, mas nem tanto: subiu da 48ª posição para a 47ª. Nas Américas, o documento brasileiro é o quarto mais forte.

Não são apenas as montadoras de carros que enfrentam tempos difíceis. A fabricante de caminhões Iveco concedeu férias coletivas, a partir de 24 de abril, para os funcionários da área de produção da planta instalada em Sete Lagoas (MG). Segundo a empresa, a decisão se deve à desaceleração do mercado.

CONJUNTURA

MP para retomar 16 mil obras

Governo planeja medida provisória para dar continuidade a projetos de infraestrutura, escolas e outros empreendimentos

» VICTOR CORREIA

Após o retorno do presidente Lula da China, o governo federal deve focar os esforços na retomada de obras paralisadas e no novo plano de investimentos para o país, baseado no antigo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A indicação foi dada ontem pelo presidente em exercício, Geraldo Alckmin (PSB), e pelo chefe da Casa Civil, ministro Rui Costa, que participaram do Fórum ABDIB (Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base) 2023, em Brasília.

Costa revelou que, após voltar do país asiático, Lula deve assinar uma medida provisória para atualizar os valores das cerca de 16 mil obras paralisadas no país. Ele citou um exemplo do problema. "(Estamos falando de) Uma escola de R$ 8 milhões que, há seis, sete anos, quando ela foi começada, custava R$ 4 milhões. Não é possível ficar insistindo para o prefeito arrumar recurso para continuar a obra, porque ele não vai", enfatizou o ministro durante participação em painel do Fórum. "Ou a gente atualiza o valor, ou essa escola, a creche, esse hospital, não será concluído", acrescentou.

Durante participação na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, ontem, o ministro da Educação Camilo Santana também confirmou a medida. Segundo ele, o texto da MP já está pronto, e será acompanhado por outros anúncios, ao longo das semanas, voltados para a retomada das obras. A pasta estima que quatro mil creches, escolas e faculdades estão incompletas. "Todas elas terão oportunidades de serem retomadas", frisou.

A medida pavimenta o caminho para uma ação mais encorpada de investimento em infraestrutura. O chefe da Casa Civil destacou o lançamento do aplicativo Mãos à Obra, que ocorreu no começo da semana, com o qual as prefeituras podem cadastrar suas obras paradas. Segundo Costa, o governo quer vê-las concluídas "em sua grande maioria" ainda neste ano.

Na terça-feira, o ministro recebeu representantes das agências reguladoras para renegociar obras que já foram licitadas, mas que ainda não atingiram as metas. Citando exemplo da Agência Nacional dos Transportes Terrestres (ANTT), o Executivo identificou 16 mil quilômetros de vias que já foram licitadas, e 4 mil contratos ainda em vigência.

Rui Costa destacou ainda que o setor de energia também terá a retomada de licitações, a ser discutida em breve. "Eu diria que um dos marcos importantes é a liberação das linhas de transmissão. Nós temos muitos projetos de energia limpa que não podem ser viabilizados pela falta de transmissão. Estima-se que cerca de 15% da energia solar e eólica não consiga chegar ao consumidor", frisou.

Participação privada

O chefe da Casa Civil também voltou a detalhar o novo programa de investimentos, ainda não batizado, e que deve ser lançado no final de maio. O "novo PAC", como está sendo temporariamente chamado, terá como novidade a implementação de parcerias público-privadas (PPPs) para a realização das obras. O modelo anterior, lançado no segundo mandato de Lula, usava apenas recursos da União, estados e municípios.

"Dadas as limitações orçamentárias tanto da União quanto dos estados e municípios, nós vamos agregar uma parcela consistente, volumosa, significativa de recursos por meio de concessões e PPPs", comentou o chefe da Casa Civil. Questionado sobre qual será o fundo financiador da iniciativa, Costa declarou que isso está sendo acertado com o Ministério da Fazenda. "Tem algumas opções", citou.

O presidente em exercício, Geraldo Alckmin, também falou sobre o programa de retomada das obras. "O plano de investimento vai incluir infraestrutura, inclusão digital e conectividade, a área social que tem que fazer obras, transporte, integração dos vários modais de transporte, mobilidade urbana, habitação. Construção é emprego na veia", disse o vice-presidente, que também chefia o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

Em sua avaliação, o setor de infraestrutura e indústria de base recebeu bem as propostas do governo até agora. "A ancoragem fiscal também foi bem recebida, porque ela traz responsabilidade fiscal, redução da curva da dívida, compromisso com o superávit primário e com o investimento. E de uma maneira inteligente, porque é anticíclica. Quando (o gasto) cresce muito, tem o teto. Quando cai, tem o piso", explicou Alckmin.

Marcelo Camargo/Agência Brasil

Chefe da Casa Civil, Rui Costa, argumentou: ou se atualiza o valor da obra, ou ela não será concluída

Dólar abaixo dos R$ 5

O dólar emendou o segundo pregão de queda firme e fechou o dia cotado a R$ 4,94. É a cotação mais baixa da moeda norte-americana desde início de junho de 2022, em dia marcado por perdas da moeda americana no exterior. O real apresentou o melhor desempenho entre divisas emergentes e de países exportadores de commodities.

Já favorecidas pela alta das commodities diante de sinais positivos da economia chinesa, divisas emergentes, em especial latino-americanas de países com juros altos, ganharam impulso extra com a divulgação do resultado abaixo do esperado do índice de preços ao consumidor (CPI, na sigla em inglês) nos EUA em março. Embora o processo de desinflação ainda seja lento, cresce a percepção de fim iminente do aperto monetário, com provável alta residual de 25 pontos-base em maio.

Varejo

Após ter apresentado uma queda forte em dezembro, as vendas no comércio varejista voltaram a crescer no primeiro mês deste ano. Os dados constam da mais nova Pesquisa Mensal de Comércio, produzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo o levantamento, houve crescimento de 3,8% no período — o que representa a maior alta para o mês de janeiro desde o início da série, em 2000.

VISÃO DO CORREIO

Destruição do cerrado ameaça a vida de todos

Alcançou escala exponencial o crescimento da área desmatada no cerrado, que abriga as nascentes de oito das 12 principais bacias hidrográficas do país. Nos três primeiros meses deste ano, o bioma perdeu 1.375km² de vegetação, um recorde de destruição, e a Amazônia, 844,6km² — 157,6km² a mais do que em igual período de 2022 —, segundo dados do Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

A violenta intervenção antrópica se revela inadmissível, quando o país dispõe de 90 milhões de hectares de pastos degradados que poderiam ser recuperados para o cultivo de grãos e outras lavouras. A desarborização desnecessária e ilegal se torna mais grave, quando os países civilizados, inclusive o Brasil, estão em alerta e tentam promover políticas para mitigar as emissões dos gases de efeito estufa. O aquecimento crescente ameaça todas as espécies de vida no planeta, sem excluir os humanos. Além disso, leva à extinção de plantas e animais, acelera as mudanças climáticas, impondo secas cada vez mais rigorosas, contamina rios, favorece o surgimento e expansão das erosões, e provoca o esgotamento dos recursos naturais.

Desde a sua posse, o governo prometeu conter o desflorestamento criminoso no país. O "liberou geral", dos últimos anos, seria contido, como determina a legislação. No entanto, o desmonte do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama), promovido pela administração passada, é um obstáculo a ser vencido para que a promessa seja cumprida. Hoje, o Ibama tem cerca de 300 fiscais em campo, contra 2 mil no passado. Ainda que o governo promova concurso público para sanar o deficit de servidores, os aprovados teriam que passar por treinamentos e capacitação para atuar em campo, algo que consumiria um bom tempo. O hiato temporal seria favorável aos predadores que desafiam a ciência e são indiferentes aos danos causados pelas suas ações criminosas.

A bióloga Mercedes Bustamante, professora da Universidade de Brasília, hoje presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), reiteradas vezes, advertiu que a supressão da vegetação nativa do cerrado terá impactos hidrográficos não só no Centro-Oeste, mas nas regiões Sudeste e Sul: "Secando o cerrado, vai acabar água também em outras regiões".

Assim, há um elevado risco de comprometimento da produção agropecuária, ante a menor oferta de água para as lavouras, para a dessendentação animal e para a população. Em estados com elevada densidade demográfica, o indesejável racionamento de água seria imprescindível. Impedir, com severidade, o avanço da devastação ambiental, tanto no cerrado quanto nos demais biomas exige ações urgentes do poder público.

A leniência com os predadores ambientais afeta a qualidade de vida, e até a própria vida, pois não se vive sem água. Os graves danos têm repercussão na economia nacional. Eis que há uma disposição dos países desenvolvidos de boicotar os produtos nacionais derivados de áreas ilegalmente desmatadas. A União Europeia aprovou um marco regulatório para rastrear e rejeitar os produtos procedentes de áreas desmatadas, numa lógica de coerência ante a indiferença de governos passados às recomendações de medidas necessárias para o enfrentamento do aquecimento global. Vencer esses desafios não é responsabilidade só do governo federal. Demanda engajamento firme e responsável do Congresso Nacional, dos agropecuaristas, dos governos municipais e estaduais, bem como dos segmentos sociais. A sobrevivência de todos está em jogo.

CIDA BARBOSA
cidabarbosa.df@dabr.com.br

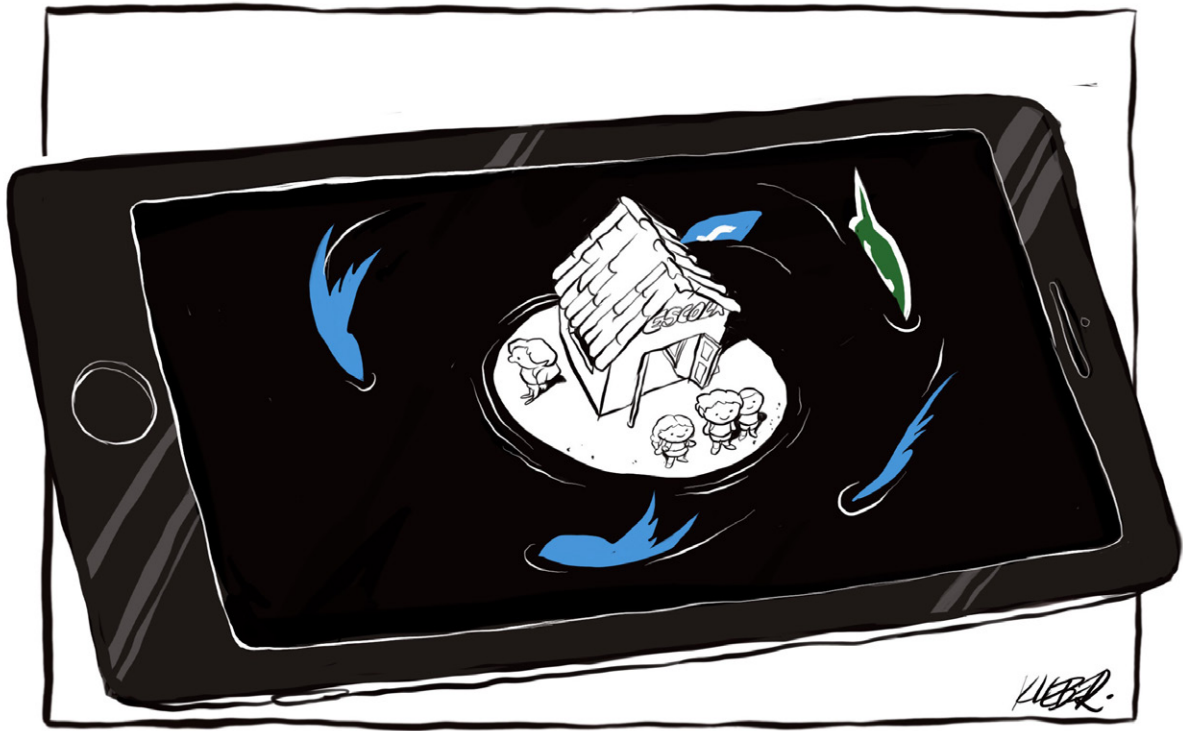
Pacto contra a violência

O Brasil é tolerante com a violência — em suas mais diversas formas — contra crianças e adolescentes. Família, sociedade e Estado naturalizam as violações dos direitos de meninos e meninas. As agressões físicas e psicológicas, especialmente, são práticas arraigadas no país. E medidas efetivas não são adotadas para mudar o cenário nefasto.

Para se ter um vislumbre dessa chaga nacional, das 121,5 mil denúncias de violações de direitos humanos recebidas pelo Disque 100 de janeiro a março deste ano, 51.979 dizem respeito à violência contra crianças e adolescentes. E como acontece reiteradamente em todos os levantamentos do tipo, a maior parte das violações, 57.416, ocorreu na residência onde vivem o suspeito e a vítima. Ou seja, o sofrimento de meninos e meninas é infligido, principalmente, por quem deveria cuidar deles, protegê-los. É a suprema covardia. E os números nem refletem totalmente a realidade, já que há subnotificação.

Felizmente, há atores que batalham para tornar o Brasil um país seguro para a parcela mais vulnerável da população. A Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes é um deles. Na semana passada, a organização cobrou ação do novo governo. Enfatizou que o país precisa fazer parte da Parceria Global pelo Fim da Violência, um pacto mundial liderado pela Organização das Nações Unidas (ONU).

"Em 2018, o Brasil aderiu à Parceria Global pelo Fim da Violência Contra Crianças e Adolescentes e se comprometeu com a implementação do Inspire, mas o governo federal não cumpriu esse compromisso", diz a Coalizão. O Inspire é um conjunto de sete estratégias para erradicar a violência contra meninos e meninas. Tem como base as melhores evidências mundiais para a prevenção e o enfrentamento desse mal. Na carta manifesto, entregue ao secretário nacional de Direitos da Criança e do Adolescente, Ariel de Castro Alves, a Coalizão pede a retomada do compromisso.

Relembro aqui o que diz o artigo 227 da Constituição: "É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão". Enfatizo a "absoluta prioridade", citada no trecho da Carta Magna e reiteradamente ignorada, principalmente pelo Estado, o principal violador dos direitos de crianças e adolescentes. Que o novo governo quebre essa rotina histórica de omissão e dê início à transformação social que meninos e meninas tanto necessitam.

» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato. **E-mail:** ***sredat.df@dabr.com.br***

Tributos

Nada como recorrer de tempos em tempos aos fatos, aos puros, simples e honestos fatos, para saber com mais segurança e menos ansiedade onde, exatamente a gente está pisando, sobretudo nessas horas em que o chão está se mexendo, mas não se sabe para onde. Podem ter enchido sua cabeça e sua paciência nas últimas semanas, com todos os tipos de explanações e as mais variadas definições que o arcabouço fiscal vai resultar. Alguma regra mais estrita do gasto obrigatório dos aposentadorias, associada à reforma da governança do Estado, visando adequá-lo aos processos digitais, teria promovido uma revolução da eficiência estatal, ao contrário da cogitada reforma administrativa, cujo fim é economizar e não aprimorar a gestão dos serviços públicos com eficácia. Não será teto de gastos ou o nome que se queira dar que vai exigir que políticos eleitos de entregar o que prometeram para se eleger. E a dissonância também do arrocho para onerar o crédito aumentando a taxa de juro do overnight (a Selic) para conter a inflação. O resultado é alcançado quando o desemprego se torna relevante e os salários reais encolhem. Arrochos monetários tem de ser breves e bem direcionados, o que está longe de ser a regra. E explica por que os políticos mandam as favas os regimes fiscais que, se cumpridos à risca, os condenam à demissão pelas urnas. Em suma, um arcabouço fiscal, atrelado a reforma tributária ampla, enfim, traz, por princípio, um ajuste fiscal mais crível que regras dependentes de interesses de ocasião.

» **Renato Mendes Prestes**
Águas Claras

Árvores

As árvores de nossa rua (Entrequadra 202/402 Norte) estavam lindas, se entrelaçando no ar, parecendo a Rua Gonçalo de Carvalho da capital gaúcha, declarada Patrimônio Ambiental de Porto Alegre e considerada a rua mais bonita do mundo. De repente, aparece a Novacap com suas motosserras e degolam as árvores, deixando-as quase nuas e desequilibradas para enfrentarem as ventanias ocasionais. Lastimável! Será que junto com os portadores das serras também vêm algum engenheiro ambiental para fiscalizar as podas indiscriminadas?

» **Paulo Molina Prates**
Asa Norte

Vacina

O presidente afirmou que vai exigir passaporte de vacinação de todos os funcionários do Palácio do Planalto, porque "a pessoa pode até querer ficar doente, o que ela não pode é querer adoecer os outros". A ministra da Saúde, se fosse médica, poderia ter orientado o presidente sobre um simples fato, de conhecimento geral: se a pessoa recebeu a vacina e ela gerou anticorpos, não há como quem não a recebeu adoecer o imunizado. Então, a questão é inversa do que disse o presidente: quem não quiser adoecer que tome a vacina e não tenha medo de quem não a tomou.

» **Roberto Doglia Azambuja**
Asa Sul

Valores

Durante a minha caminhada pela estrada da vida, vi coisas de causar espanto, coisas feias, nojentas. Nos últimos quatro anos então, todos nós brasileiros presenciamos coisas de arrepiar, vindas da boca de políticos com mandatos, especializados em insultar os bons costumes. Eu disse políticos com mandatos. Escolhidos pelo povo para representar o povo. O último desrespeito para com a sociedade brasileira, aconteceu em 11 de abril último, na Audiência do ministro Flávio Dino na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. As palavras proferidas pela deputada Carla Zambelli (PL-SP), em xingamento ao deputado Duarte (PSB-MA), não tenho coragem de repeti-las aqui, principalmente porque o meu neto, que sabe ler, está sentado ao meu lado no momento em que eu estou escrevendo, e porque devo também respeitar o leitor. Ponho-me a pensar um filho ouvindo uma mãe dizer um absurdo daquele. Como vai crescer esse filho? É por isso que valores estão sendo invertidos, e o que é errado está substituindo o certo. Caro eleitor, nós somos cúmplices. Precisamos escolher com responsabilidade.

» **Jeovah Ferreira**
Taquari

Cachês

O governo aumentou o valor de cachês para artistas financiados com base na Lei Rouanet para R$ 25 mil. Lula não aceita fácil a falta de recursos. Gastar é a ordem do dia, desde o início do mandato Lula 3, no último mês de janeiro. Num passado recente, o Mensalão e o Petrolão foram ótimos negócios para todos os seus participantes, durante Lula 1 e Lula 2, respectivamente. Vamos continuar pagando impostos e alimentando esse enorme dragão, que tem fome de dinheiro e que ainda não está saciado. Necessitamos da robusta atuação do Congresso Nacional e das Cortes de Justiça, evitando nova asfixia do já combalido Brasil, após espinhosos anos de governos petistas. As rédeas não podem ser seguradas como se o cavaleiro estivesse segurando uma casquinha de sorvete.

» **José Carlos Saraiva da Costa**
Belo Horizonte (MG)

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

O Brasil voltou! Lula chegou chegando em Xangai.

Vital Ramos de V. Júnior
— Jardim Botânico

Um dos lugares menos seguros do Brasil é a Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados.

Abrahão F. do Nascimento
— Águas Claras

A oposição ao governo na Comissão de Segurança Pública tem nível, mas é muito obscena. Que horror!

Giovanna Gouveia — Águas Claras

Relatoria do novo arcabouço fiscal gera turbulências na Câmara. Conflitos, divergências e nervos à flor da pele.

José Matias-Pereira - Lago Sul

CORREIO BRAZILIENSE

"Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara"
Camões, e, VII e 14

ÁLVARO TEIXEIRA DA COSTA
Diretor Presidente

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Diretor Financeiro

Valda César
Superintendente de Negócios e Marketing

Josemar Gimenez
Vice-presidente de Negócios Corporativos

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edilson Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1102 - Redação: (61) 3214.1100; Fax (61) 3214.1155 - Comercial: (61) 3214.1526, 3214-1211; Fax. (61) 3214.1205 - **Sucursal São Paulo**: End.: Alameda Joaquim Eugênio de Lima, nº 732, 7º andar – Jardim Paulista – CEP: 01403-000 – São Paulo/ SP, Tel: (11) 3372-0022; E-mail: associadossp@uaigiga.com.br. **Sucursal Rio de Janeiro**: End.: Rua Fonseca Teles, nº 114 a 120, Bloco 2, 1º andar – São Cristóvão – CEP: 20940-200 – Rio de Janeiro/ RJ, Tel: (21) 2263-1945; E-mail: sucursalrj@uaigiga.com.br. **REPRESENTANTES EXCLUSIVOS: Minas Gerais e Espírito Santo** – Mídia Brasil, Rua Tenente Brito Melo, 1223, sala 602 – Barro Preto – CEP: 30.180-070 – Belo Horizonte/MG; Tel.: (31) 3048-2310; E-mail: comercial@midiabrasilcomunicacao.com.br. **Região Sul** – HRM Representações Publicitárias, Rua Saldanha Marinho, 33 sala 608 – Menino Deus – CEP: 90.160-240 – Porto Alegre/RS; Tel.: (51) 3231-6287; E-mail: hrm@hrmmultimidia.com.br. **Regiões Nordeste e Centro Oeste – Goiânia:** Êxito Representações — Rua Leonardo da Vinci, Quadra 24, Lote 1, C 2, Jardim Planalto — CEP: 74333-140, Goiânia-GO — Telefones:62 3085-4770 e 62 98142-6119. **Brasília:** Sá Publicidade e Representações, SCS Qda 02 Bl. D – 15º andar – Ed. Oscar Niemeyer – salas 1502/3 – CEP: 70.316-900 – Brasília/DF; (61) 3201-0071/0072; E-mail: Thiago@sapublicidade.com.br. **Região Norte** – Meio & Mídia, SRTVS Qda 701, Bl. K – Ed Embassy Tower, salas 701/2 – CEP: 73.340-000 – Brasília/DF; Tel.: (61) 3964-0963; E-mail: atendimento@meioemidia.com.

ANJ Associação Nacional de Jornais | IVC

Endereço na Internet: http://www.correioweb.com.br
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela Reuters, AFP, Agência Noticiosa Intercontinental, Agência Estado, Agência O Globo, Agência A Tarde, Agência Folha, Agência O Dia e D.A Press, Tel: (61) 3214-1131.

COMO ENTRAR EM CONTATO COM O CORREIO
Assinante/leitor/ classificados: **3342-1000**

VENDA AVULSA

Localidade	SEG/SÁB	DOM
DF/GO	**R$ 4,00**	**R$ 6,00**

ASSINATURAS *
SEG a DOM
R$ 837,27
360 EDIÇÕES
(promocional)

* Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.

Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.

D.A Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco I, Subsolo – CEP: 70610-901 – Brasília – DF, de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/ sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 /1582/1568/0800-647-7377. Fax: (61) 3214.1595.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.dapress.com.br

DIÁRIOS ASSOCIADOS

Agenciamento de Publicidade

Brasília: a ser definida

» ALDO PAVIANI
Geógrafo, professor emérito da Universidade de Brasília, membro da Associação Nacional de Escritores (ANE) e do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal

Inaugurada em 21 de abril de1960 pelo presidente Juscelino Kubitscheck de Oliveira, Brasília teve o desenho inicial do urbanista e arquiteto Lucio Costa. Pensou ele que o centro abrigaria os poderes da República e seria "fechado" no Plano Piloto e, melhor ainda, na Esplanada dos Ministérios e Praça dos Três Poderes. Mas a migração e a chegada de operários para a construção de prédios e edifícios de apartamentos fez as autoridades abrir espaços novos nas assim chamadas cidades-satélites, posteriormente definidas como regiões administrativas (RAs) para efeito da governança distrital.

O primeiro núcleo, fora do centro, foi Taguatinga, inaugurada em 1958, antes mesmo do ato inaugural da capital federal. Para esse povoamento, foram deslocados os operários e membros da administração federal de nível salarial inferior aos dos altos escalões federais. Foram eles beneficiados com lotes doados como prêmio de consolação. Isso deveria ser para compensar os deslocamentos diários de cerca de hora e meia de viagem no estilo centro-periferia – à época em estradas poeirentas de chão batido. Os deslocamentos centro-periferia tinham a mesma conotação e semelhança das maiores metrópoles brasileiras.

Taguatinga ensejou outros povoamentos como Gama e Sobradinho, próprios para funcionários federais e distritais, fato que resultou em ocupações por mim denominadas de núcleos múltiplos ou estelares, espalhadas no território do Distrito Federal (DF). A eles já haviam sido incorporadas as cidades pré-existentes, Planaltina, que era município goiano, e Brazlândia, distrito de Luziânia, ambas incorporadas ao DF como cidades-satélites após 1960.

A essas localidades se juntaram outras, com a maior delas, Ceilândia, formada por 82 mil habitantes de comunidades próximas ao Núcleo Bandeirante, como a Vila Sara, Vila Tenório, Morro do Querosene etc. Tal como foi escrito em Brasília, ideologia e realidade — Espaço urbano em questão, de 1985, onde se poderá ler artigo meu *A metrópole terciária*. A capital do Brasil seguiu no rumo da expansão, estando muito superior ao que foi imaginado em 1960.

Agregue-se que essa obra é a primeira de muitas outras coletâneas que tratam especificamente de Brasília em seus múltiplos aspectos, conotações e problemas, todos com sugestões a respeito de soluções possíveis de serem implementadas. A essa coletânea, que inicialmente foi editada no Projeto de São Paulo, em 1985, e, posteriormente, incorporada à *Coleção Brasília*, da Editora da Universidade de Brasília. Outras coletâneas se seguiram a essa com o mesmo escopo — a evolução, estruturação e consolidação de Brasília.

Brasília foi se tornando uma grande cidade, hoje com estimativa de quase 3,1 milhões habitantes. Se agregarmos as cidades com limites do DF (Entorno), a população chegaria a mais de 4 milhões de habitantes. Em razão de a estimativa poder se aproximar da população existente, Brasília acaba sendo a terceira grande metrópole brasileira, segundo o IBGE, apenas superada em volume populacional por São Paulo e Rio de Janeiro, que são cidades seculares que foram se agigantando ao longo dos séculos.

Voltando ao tema do título, precisamos definir Brasília porque muitos pensam ser ela apenas coincidente com o Plano Piloto de Brasília, ou seja, com o núcleo histórico, idealizado para ser ele a capital do Brasil. Pergunta-se: o que deveriam ser os demais centros, como Ceilândia, com estimados 350 mil habitantes, ou Taguatinga, com mais de 200 mil moradores? Segundo as Empresa de Correios e Telégrafos (ECT), essas localidades são bairros. Se assim fossem realmente consideradas, se evitaria a dubiedade da denominação satélites. A centralização das atividades federais e distritais no Plano Piloto deve levar a algumas confusões, pois esses núcleos habitacionais possuem vida própria, tendo comércio e algumas indústrias, que não caberiam no núcleo central. Essa evolução demanda a esta altura uma necessária descentralização de atividades e serviços.

Ademais, a concentração dos postos de trabalho no centro obriga deslocamentos diários (commuting) aos que exercem atividades remuneradas, procuram serviços ou exercem algum tipo de trabalho no Plano Piloto. Isso mostra certa evolução de cidade que já não corresponde ao que imaginado no fim da década de 1950. E mais: Brasília precisa ser conceituada porque, com o passar dos anos, se modificou, inicialmente pelas migrações e, atualmente, com o crescimento vegetativo ou aumento populacional gerado internamente pelos habitantes. A meu juízo, a capital do Brasil é constituída por todos os centros urbanos do DF ou, dito de outra forma, Brasília é o somatório do núcleo central, o Plano Piloto de Brasília, com os bairros geograficamente afastados, componentes do todo urbano do DF.

O exame das contas partidárias em tempo real

» FABRÍCIO MEDEIROS
Advogado, mestre em direito e professor universitário

A legislação eleitoral há muito reclama por aperfeiçoamentos que superem os retalhos legislativos preocupados com o tamanho e a disposição dos adesivos com propagandas, com a posição dos cavaletes nas calçadas, com o volume que reverbera do minitrio e outras filigranas irrelevantes para o fortalecimento da democracia brasileira.

Nesse sentido, é preciso repensar o modelo de prestação de contas dos partidos políticos. É que, além de ilógico, o atual regime amesquinha o direito de defesa das agremiações em detrimento da necessidade de julgamento, em até cinco anos após a data da apresentação das contas à Justiça Eleitoral, sob pena de não poder ser aplicada nenhuma sanção.

Um observador minimamente atento ao cenário partidário no Brasil, mais precisamente ao exame das contas partidárias, deve estranhar o grande número de desaprovações das contas dos partidos políticos e dos candidatos, bem como o não incomum julgamento dessas contas pela Justiça Eleitoral na undécima hora para evitar a ocorrência de prescrição quinquenal.

Não se pode ignorar que, com o incremento do financiamento público da democracia brasileira, as contas partidárias passaram a ostentar maior grau de complexidade, seja pelas vultosas quantias de recursos públicos movimentados, seja pela aplicação vinculada desses recursos por imposição legal ou por obrigação proveniente de decisões judiciais.

Como se não bastasse, os partidos ainda se deparam, ano após ano, com exigências cada vez mais surpreendentes e inovadoras emanadas dos setores contábeis que assessoram os magistrados eleitorais, quase todas impossíveis de serem cumpridas porquanto relacionadas a fatos ocorridos em exercícios financeiros já executados.

A desaprovação de cambulhada das contas partidárias anuais é, diante desse cenário caótico, questão de tempo. É preciso caminhar no sentido da adoção de um modelo que possa emprestar racionalidade às prestações de contas dos partidos políticos (e por que não também às dos próprios candidatos?) sem, no entanto, descuidar do imperativo de transparência que deve presidir a gestão de recursos de origem pública.

Para tanto, deve-se partir de duas premissas constitucionais, a primeira delas já anunciada anteriormente: (1) o princípio republicano com o seu sucedâneo de transparência imposto a todo e qualquer gestor de recursos de natureza pública; (2) a competência da Justiça Eleitoral para julgar as contas partidárias e eleitorais.

Atento a essas duas premissas, propõe-se uma reflexão em torno da criação de uma modalidade optativa de prestação de contas partidárias com auditoria em tempo real. Esse modelo poderia ou não ser adotado pelos partidos políticos, no lídimo exercício da sua autonomia constitucional, por meio da contratação de empresas de auditoria e conformidade previamente cadastradas pela Justiça Eleitoral.

Segundo esse sistema, os órgãos partidários nacionais, regionais ou municipais poderiam contratar instituições privadas de auditoria e de conformidade para acompanhar e fiscalizar, em tempo real, a execução financeira anual sob a responsabilidade do partido político, as quais poderiam, inclusive, indicar uma correção de rumos diante de uma execução em descompasso com a legislação vigente, minimizando, assim, a errônea aplicação de recursos de origem pública.

Nessa hipótese, a prestação de contas do órgão do partido político a ser apresentada à Justiça Eleitoral seria acompanhada do balanço contábil do exercício findo, bem como de relatório elaborado pela instituição de auditoria que reflita a real movimentação financeira, os dispêndios realizados e, se for o caso, os recursos aplicados em campanhas eleitorais.

Adotado o regime de auditagem em tempo real, o processo de prestação de contas dos órgãos partidários teria natureza administrativa e seria submetido a julgamento pela Justiça Eleitoral, assegurada a ampla defesa. Nesse caso, as contas somente seriam desaprovadas na hipótese de o relatório de auditoria apresentado não refletir a real movimentação financeira da agremiação, sendo cabível, nessas situações, aplicação de multa à agremiação pela Justiça Eleitoral.

Se a razão de ser do exame das contas partidárias é verificar a escorreita aplicação de recursos públicos e identificar os reais financiadores da democracia, o sistema de auditoria em tempo real pode ser um bom ponto de partida para que, ao lado de outras contribuições, seja possível superar o atual regime que gera, quase que sempre e automaticamente, a desaprovação de contas dos partidos políticos e vem servindo de motivo para o desgaste e enfraquecimento do sistema partidário brasileiro.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // *circecunha.df@dabr.com.br*

Grande cemitério

Em vídeo de grande repercussão, que circula pela internet, é apresentado ao distinto público brasileiro uma pequena mostra da dura e perigosa realidade vivida hoje por milhares pelos professores em todo o país dentro das salas de aula.

Filmado pelos próprios alunos, na Escola Estadual Carlos Alberto de Oliveira, em Assis, o vídeo flagra a fúria e o descontrole de um adolescente de 15 anos contra o professor de biologia. de 58 anos, em cenas ocorridas na última terça-feira. Por muito pouco, o aluno agressor não parte para as vias de fato. Mas de dedo em riste na cara do mestre, o estudante ameaça o docente, joga objetos em sua direção, retira bruscamente sua cadeira por trás, joga sua mesa e seus objetos no chão, tudo numa onda de selvageria, que é apoiada pelo resto da turma aos gritos, incentivando ainda mais as cenas lamentáveis.

O professor não reage em instante algum, limitando sua ação a pedir que o aluno se retire de sala. É visível o constrangimento e mesmo o medo do professor diante de um aluno descontrolado e violento, que caso estivesse armado — o que seria hoje muito provável — não hesitaria em ferir ou mesmo matar o profissional por motivo injusto e fútil.

As cenas de barbárie, lógico, correram o mundo, oferecendo um pequeno close do nosso cotidiano dentro das escolas e que muito pouco difere da vida real fora das escolas. Para as autoridades que deveriam agir de imediato e com firmeza, restou a nota que diz: "O importante é trabalharmos uma visão holística, a qual envolve um olhar sobre todas as dimensões do indivíduo (desejo, crenças, sentimentos e afetividade) em conjunto com a comunidade escolar de forma que cada uma exerça seu papel a favor do bem comum".

A visão "holística" aqui, no tempo em que havia civilidade, era chamar os pais, depois de fazer um boletim de ocorrência na delegacia e depois de desligar o aluno da escola. Não se trata de um problema novo ou inusitado, mas demonstra, isso sim, um avanço, cada vez maior, da violência dentro de nossas escolas, contaminando, como um todo, as instituições de ensino e tornando a outrora respeitada profissão de docente, em uma atividade insalubre e de grande risco de morte. Atos sem consequências.

Não será exagero se mais adiante, não for exigido, por parte desses profissionais, acréscimo salarial por conta da extrema periculosidade da função. Ninguém precisa ser especialista em educação, psicologia, pedagogia e outras disciplinas voltadas ao ensino para saber que esse a avanço paulatino da permissividade e da violência dentro das escolas decorre, antes de tudo, de um desequilíbrio flagrante entre deveres e direitos, sendo, nesse caso específico e em outros registrados, ausência ou falta de punição adequada e correspondente ao nível de agressão.

Em alguns países, essas cenas terminariam com o aluno sendo algemado e conduzido a algum centro de reeducação de menores, ficando à disposição da Justiça. Por aqui, a frequência com que esses casos vêm ocorrendo mostra bem que a impunidade é também, em última análise, o motor propulsor desses atentados. É justamente a impunidade e a leniência das leis que estimulam os crimes, começando pelos pequenos delitos e tendo como desfecho os crimes de mortes e de chacinas de inocentes. Somos, nesse caso e em outros, compartícipes de desses atentados, dentro e fora de casa, quando toleramos comportamento longe daquilo que seria minimamente civilizado.

Muitos desses menores, verdadeiros infratores em potencial, são preparados ainda dentro dos lares e depois enviados para as escolas, na ilusão de que serão civilizados nesses ambientes externos. O que o país assiste, de mãos e atitudes amarradas, é a formação de uma grande legião de menores totalmente sem freios e sem leis, largados pelados de éticas, em meio à sociedade, que parece acordar apenas, naqueles momentos de grande comoção, quando delinquentes entram com machados em escolas e deixam um rio de sangue.

Depois disso, passados o susto e a comoção, voltamos sonolentos para nosso berço esplêndido, à espera que outro susto venha nos perturbar a paz nesse grande cemitério chamado Brasil.

» A frase que foi pronunciada

"O que educa é corrigir o erro na base da consequência. É corrigindo o erro que se aprende."

Içami Tiba, foi médico e psiquiatra

Há controvérsias

» Na discussão alterada dos deputados em Comissão, em participava Flávio Dino, uma coisa ficou clara. Os dados da violência no país não batem nem com os do Ipea, nem com os do monitor da violência do G1. Veja no *Blog do Ari Cunha* os indicadores da época.

» História de Brasília

No Setor Comercial Residencial à altura das casas da Fundação, uma máquina estava fazendo movimento de terra, e, por isso, foi preciso retirar as árvores plantadas outro dia. Terminado o trabalho, quem arrancou as árvores não plantou, novamente, como seria lógico.
(**Publicada em 18/3/1962**)

UCRÂNIA

Supostas decapitações provocam ultraje

Imagens mostram carrasco russo cortando a cabeça de prisioneiro de guerra ucraniano ainda vivo. Uma segunda gravação exibe corpos desmembrados. Zelensky promete não perdoar assassinos e ordena investigação. ONU se mostra "horrorizada"

» RODRIGO CRAVEIRO

Um dos vídeos, com duração de 1 minuto e 40 segundos, circula na internet desde terça-feira. Um combatente russo utiliza uma serra para decapitar outro homem, de uniforme. "Isso dói", grita a vítima, caída no chão. A imagem está borrada, mas a presença de plantas no terreno sugere que a execução tenha ocorrido durante o verão. Após o assassinato, a cabeça é mostrada pelo carrasco, enquanto se escuta aplausos ao fundo. "Você deve colocar em uma sacola e enviar para o comandante", diz uma voz, em russo. Na outra gravação, publicada em canal de mídia social pró-Rússia, em 8 de abril, corpos sem cabeça de soldados ucranianos estão espalhados pelo sol, perto de um veículo militar destruído. "O carro blindado foi f... por um mina. Eles o mataram. Alguém se aproximou deles e cortou suas cabeças", diz um suposto mercenário do chamado **Grupo Wagner**, uma unidade paramilitar aliada do Kremlin. Os soldados mortos também estão sem as mãos.

Ante as imagens, o presidente Volodymyr Zelensky determinou ao Serviço de Segurança da Ucrânia (SBU) a abertura de uma investigação sobre supostos crimes de guerra e avisou, por meio de um vídeo, que não perdoará os assassinos, caso os vídeos sejam confirmados. "Há algo que ninguém no mundo pode ignorar: com que facilidade estes animais matam! Esse vídeo... A execução de um prisioneiro ucraniano... O mundo precisa ver isso. Esse é um vídeo do que a Rússia é. Do tipo de criaturas que eles são. Não há pessoas para eles. Um filho, um irmão, um marido, o filho de alguém... Isso é um vídeo da Rússia tentando apenas fazer daquilo uma nova norma. Um hábito de destruir vidas. Isso não é um acidente", disse Zelensky.

O presidente lembrou que casos assim ocorreram "milhares de vezes" em Bucha — cidade situada a 15km a noroeste de Kiev que foi palco de um massacre, em março de 2022. "Todos devem reagir, todos os líderes. Não esperam que isso seja esquecido. O tempo passará. Não esqueceremos de nada. Nem perdoaremos os assassinos", acrescentou. Ele assegurou que "haverá responsabilidade legal por tudo". Por sua vez, Vasyl Maliuk, chefe do SBU, prometeu punição: "Nós encontraremos esses desumanos. Se preciso, vamos pegá-los onde quer que estiverem: debaixo do solo ou do outro lado. Mas eles definitivamente serão punidos por suas ações". Dmytro Kuleba, ministro das Relações Exteriores da Ucrânia, considerou a Rússia "pior que o Estado Islâmico" e defendeu a expulsão dos "terroristas russos da Ucrânia e da ONU".

Genya Savilov/AFP

Militares ucranianos da 95ª Brigada de Assalto Aéreo Separada preparam disparo de morteiro contra posições russas, em Donetsk (leste)

Twitter/Reprodução

> **Há algo que ninguém no mundo pode ignorar: com que facilidade estes animais matam!"**
>
> ***Volodymyr Zelensky,*** *presidente da Ucrânia*

Tentativa de compra de armas da Turquia

Um dos documentos de inteligência vazados dos Estados Unidos na internet mostra que o Grupo Wagner tentou comprar armas e equipamentos de uma fonte considerada improvável: a Turquia país-membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). O dossiê obtido pela emissora CNN mostra até onde o grupo paramilitar foi para buscar fortalecer suas capacidades ofensivas na Ucrânia. Na condição de membro da Otan, a Turquia é considerada uma nação aliada dos EUA e de outros países, fornecendo apoio militar direto a Kiev.

A Rússia colocou em dúvida a veracidade dos vídeos. "Claro que são imagens horríveis. Mas, no mundo de 'fakes' em que vivemos, a autenticidade destes vídeos deve ser comprovada", declarou o porta-voz do Kremlin, Dmitri Peskov. A Missão de Monitoramento dos Direitos Humanos da ONU na Ucrânia mostrou-se "horrorizada" com os vídeos "terríveis". "Um dos vídeos mostra uma execução brutal de um homem que parece ser um prisioneiro de guerra ucraniano, enquanto outro mostra corpos mutilados de supostos prisioneiros", afirmou a nota. A União Europeia advertiu que, caso confirmada, a filmagem será "outra brutal lembrança sobre a natureza desumana da agressão russa". Também reiterou o compromisso em responsabilizar todos os perpetradores e cúmplices de crimes de guerra.

Diretor da organização não governamental Eurasia Democracy Initiative (em Kiev), Peter Zalmayev acusou a Rússia de mentir de forma reiterada. "Isso ocorreu com as atrocidades cometidas durante o último verão. Os soldados russos deceparam a genitália de um militar ucraniano. Eles negam a realidade. Negaram o que houve em Bucha e o massacre em Mariupol. Eles negam até a invasão à Ucrânia. O jogo deles é tentar convencer as pessoas de que tudo o que veem não é verdade", explicou ao **Correio**.

Segundo Zalmayev, é preciso ter em mente que várias facções travam combates na região do Donbass, incluindo Grupo Wagner, o qual opera com normas próprias de conduta. "Uma grande questão é o quanto de apoio da Rússia esses mercenários recebem. Isso mostra a desorganização do esforço militar russo na Ucrânia e a falta de êxito de Moscou no front." O especialista acredita que os vídeos são parte de uma estratégia para amedrontar os ucranianos. "O Exército russo é uma entidade terrorista, assim como Vladimir Putin é um criminoso de guerra", acrescentou Zalmayev.

CHINA

Xi pede que exército se prepare para 'combate real'

Em plena tensão com Taiwan, o presidente da China, Xi Jinping, encorajou o exército a se preparar para o "combate real", dias depois de ter ensaiado um cerco à ilha capitalista. O exército deve "defender com determinação a soberania territorial e os interesses marítimos da China, além de se esforçar para estabilizar a situação periférica em geral", declarou Xi, durante visita a uma base naval no sul do país. No entanto, ele não mencionou, de forma explícita, Taiwan.

Xi Jinping também chamou as forças armadas a "reforçar o treinamento militar orientado para o combate real". O governante fez as declarações na terça-feira, depois que o Exército chinês realizou três dias de exercícios militares ao redor de Taiwan, nos quais ensaiou um cerco à ilha de governo autônomo e democrático. Pequim considera Taiwan como uma província rebelde, que não conseguiu incorporar ao seu território e não renuncia a tomá-la, inclusive pela força, se necessário.

China e Taiwan estão divididos desde 1949, quando os comunistas ganharam a guerra civil no continente, o que obrigou os nacionalistas do Kuomintang a se refugiarem na ilha. A política externa de Pequim se baseia no princípio de "uma só China" e, dessa forma, os países com os quais mantém relações diplomáticas não podem ter vínculos com Taipé. O governo chinês considerou uma provocação a reunião na semana passada, na Califórnia, entre a presidente taiwanesa, Tsai Ing-wen, e Kevin McCarthy, presidente da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos.

Em resposta, e para pressionar Taiwan, o Exército chinês organizou seus exercícios militares, que incluíram a mobilização de navios de guerra e aviões de combate. Os comentários de Xi Jinping foram os primeiros feitos em público depois dessas manobras.

Bonnie Glaser, diretora do Programa Ásia do think tank German Marshall Fund of the United States (sediado em Washington), explicou ao **Correio** que Xi Jinping fez essa declaração "muitas vezes". "Ela destina-se, em primeiro lugar, ao próprio Exército de Libertação Popular, que tem muitas deficiências e, até recentemente, não conduzia treinos bélicos realistas", lembrou.

Isaac Lawrence

Soldado do Exército de Libertação Popular participa de exercício no quartel de Ngong Shuen Chau, em Hong Kong

Macron

O presidente da França, Emmanuel Macron, visitou a China antes do início desses exercícios militares e, em declarações à imprensa publicadas no domingo, marcou distância com Washington, principal aliado militar da ilha. Os europeus, defendeu, não devem ser "seguidores" dos Estados Unidos nesse assunto, mas tampouco do gigante asiático. Macron recebeu críticas nos Estados Unidos por seu posicionamento, reafirmado por ele, ontem, durante uma visita aos Países Baixos.

"Ser um aliado (dos Estados Unidos) não significa ser um vassalo. Ser aliado (...) não significa que não tenhamos direito a pensar por nós mesmos", declarou o presidente em Amsterdã. Ele acrescentou que a França apoia "o status quo" em Taiwan e uma "solução pacífica" nesse conflito do Extremo Oriente. O Ministério de Relações Exteriores da Alemanha, por sua vez, criticou as "posições militares ameaçadoras" de Pequim, que incrementam "o risco de confrontos militares involuntários".

CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA
FAZENDA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

À sociedade brasileira, empregados, colaboradores, investidores e clientes, a CAIXA apresenta o Relatório da Administração relativo ao quarto trimestre de 2022, de acordo com as práticas e normas contábeis estabelecidas no País, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Nova Composição da Gestão

No dia 12 de janeiro de 2023 a Sra. Maria Rita Serrano tomou posse como Presidenta da CAIXA, conforme nomeação do Exmo. Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

A Sra. Maria Rita Serrano é empregada CAIXA desde 1989, tendo ocupado os mais diversos cargos da Instituição. Em 2017, foi eleita pela primeira vez pelos empregados como sua representante para ocupar o assento no Conselho de Administração do banco. Foi reeleita para o terceiro mandato em 2022.

Graduada em Estudos Sociais e História, mestra em Administração pela Universidade de São Caetano do Sul (USCS) e com especialização em Governança Corporativa para conselheiros, a Sra. Maria Rita Serrano é escritora com vários livros publicados, entre eles: “Caixa, Banco dos Brasileiros” (2018) e “Rompendo barreiras” (2022).

Logo que assumiu o cargo, deu início ao processo de mudança no quadro de dirigentes da Instituição. Em cumprimento à regra estatutária, as vagas serão preenchidas por meio de processo seletivo, sendo necessário que os candidatos cumpram as exigências legais e requisitos normativos do banco, com a escolha sendo avaliada pelo Comitê de Elegibilidade e Conselho de Administração da CAIXA. O banco já selecionou novos vice-presidentes e segue com processos abertos para outras duas vice-presidências.

Compromissos da Nova Gestão

Fortalecimento da CAIXA como empresa pública e principal agente operador de políticas públicas do país

Foi iniciado o processo de revisão do planejamento estratégico, de negócios e orçamentário do banco, preparando uma nova CAIXA para um novo Brasil.

Visando fortalecer sua atuação como empresa pública e se consolidar como principal parceiro estratégico do governo, a nova gestão tem o compromisso de ampliar o potencial da CAIXA no gerenciamento de programas sociais e contribuir para a promoção da cidadania e do desenvolvimento do país.

Mesmo enfrentando a pior crise reputacional de sua história no ano passado, no qual o principal dirigente da empresa foi acusado de cometer assédio moral e sexual contra empregados do banco, a CAIXA deu mostras de superação e, graças ao comprometimento inequívoco dos seus empregados, se mantém pública, segura e sólida, conforme demonstrado por seus números, e em seu protagonismo social, no apoio ao desenvolvimento do país. A melhoria constante das ações de governança e combate a práticas de assédio é um compromisso prioritário da nova gestão.

As ações a serem implementadas pelo banco são transversais e perpassam pelos temas de sustentabilidade, mundo digital, resultados baseados na rentabilidade do negócio em equilíbrio com as ações de inclusão, foco dos valores ligados à vocação social da Instituição, promoção da cultura, humanização das relações de trabalho, respeito à diversidade e equidade.

No intuito de cumprir com excelência o gerenciamento dos programas de transferência de renda do governo, a CAIXA atuou em parceira com o Governo Federal no relançamento do Bolsa Família, que beneficia a população carente do país, estimulando o desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens, ao mesmo tempo em que incentiva as famílias na busca por autonomia superando situações de vulnerabilidade social.

Ainda com o objetivo de potencializar negócios e apoiar a execução das políticas públicas do governo, serão reativadas as salas de atendimento às cidades e estados para oferecer apoio técnico especializado com prestação de assessoramento institucional e negocial aos gestores públicos.

No segmento imobiliário, o relançamento do programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) proporciona o acesso à moradia de famílias domiciliadas em áreas urbanas e rurais, associado ao crescimento econômico, à geração de trabalho e de renda e à elevação dos padrões de habitabilidade e de qualidade de vida da população.

No que diz respeito à estratégia institucional, o MCMV apresenta oportunidades de prospecção, retenção e ampliação da base de clientes da CAIXA, agregando produtos direcionados e implementando ações de cross selling a partir de sua ampla rede de atendimento.

Os projetos na área de infraestrutura representam ações estratégicas de longo prazo, que promovem a transformação social e contribuem para o progresso do país. A CAIXA iniciou estudos visando ampliar a parceria com estados e municípios para o desenvolvimento de projetos neste segmento.

Em linha com as expectativas do mercado e da sociedade para atenção às questões ambientais, sociais e climáticas, a CAIXA apresenta projetos para fortalecimento do banco nesses temas. Em janeiro de 2023 foi assinado Memorando de Entendimento (MoU) entre a CAIXA e a Embaixada do Reino Unido, com o objetivo de promover um programa ampliado de sustentabilidade.

A parceria representa oportunidade para a CAIXA, que passa a ser beneficiária de fundo global do Reino Unido de R$ 73,5 bilhões[1] para projetos de florestas, agricultura, cidades e infraestrutura. O objetivo do fundo é apoiar a transição para uma economia de baixo carbono.

Em relação às ações sociais, em fevereiro de 2023 a CAIXA e o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) assinaram protocolo de intenções para ampliação do atendimento aos povos indígenas nos estados do Amazonas e de Roraima.

A expectativa é oferecer apoio e bancarização com potencial para alcançar cerca de 30 mil famílias indígenas em regiões remotas por meio de medidas de acolhimento e orientação para recebimento do Bolsa Família.

Uma outra ação de destaque da CAIXA é a realização do projeto Mulheres de Favela, lançado como parte das comemorações da Semana da Mulher, em março. O programa tem como objetivo impulsionar um ecossistema de desenvolvimento socioeconômico nas favelas e a emancipação das mulheres, fomentando o empreendedorismo feminino e a educação financeira. Ao todo, serão investidos, na fase inicial do programa, R$ 16,6 milhões do Fundo Socioambiental CAIXA (FSA) em comunidades do Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

Vamos priorizar os investimentos em Cultura, reposicionar o banco nesse setor, gerando emprego e renda. Para isso devemos lançar, até o final do primeiro semestre, nosso edital para seleção de projetos de ocupação dos nossos espaços culturais. Além de apoiar a cultura brasileira, a CAIXA estabelece um canal permanente de comunicação direta com os clientes, favorecendo a entrega de benefícios extras à sociedade.

As iniciativas citadas reforçam a preparação de uma nova CAIXA para um novo Brasil, de modo que o planejamento estratégico do banco concilie o crescimento sustentável aliado ao seu papel de maior parceiro do Governo Federal na execução das políticas públicas, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico do país.

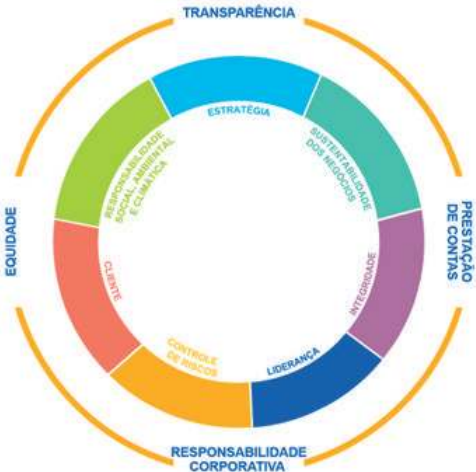
Estratégia e Governança Corporativa CAIXA

A fim de responder com agilidade aos desafios de hoje e estar pronto para os desafios de amanhã, a estratégia de longo prazo do Conglomerado CAIXA é construída em um processo integrativo, com agendas participativas, metodologias consolidadas e discussões fundamentadas por perspectivas de cenários macroeconômicos, análise de tendências, de risco e de capital. Sua aprovação, realizada no âmbito do Conselho de Administração (CA), traz diretrizes sobre a atuação da Instituição para os próximos cinco anos.

A CAIXA possui direcionadores voltados ao fortalecimento do Conglomerado; à atuação social, ambiental e climática; ao reforço do modelo de atuação centrado no cliente, antecipando e atendendo expectativas; e no fortalecimento da cultura organizacional.

O processo de monitoramento e avaliação da estratégia corporativa é normatizado, sendo submetido trimestralmente à Alta Administração para avaliação dos resultados e cumprimento das metas estabelecidas na estratégia do Conglomerado.

A Governança Corporativa da CAIXA tem como objetivo dirigir, monitorar e incentivar a Instituição na otimização do desempenho e proteção dos direitos de todas as partes interessadas. Encontra-se pautada nos princípios da transparência, equidade, responsabilidade corporativa e prestação de contas, bem como alinhada aos objetivos empresariais, com vistas a maximizar os resultados socioeconômicos.

Para alcance dos seus objetivos, a atuação da Governança Corporativa CAIXA está voltada para as premissas a seguir:

- **Estratégia**: alinhar as diretrizes da Alta Gestão às iniciativas dos negócios;
- **Integridade**: estabelecer o conjunto de mecanismos e procedimentos internos para o ecossistema de integridade, tendo como foco medidas anticorrupção;
- **Responsabilidade Social, Ambiental e Climática**: assegurar que o processo decisório incorpore aspectos sociais, ambientais e climáticos, bem como observe os impactos das operações da CAIXA na sociedade e no meio ambiente;
- **Cliente**: assegurar o devido tratamento justo e igualitário de todas as partes interessadas e envolvidas na atuação do Conglomerado;
- **Sustentabilidade dos Negócios**: garantir a viabilidade econômico-financeira dos negócios da CAIXA;
- **Controle de Riscos**: identificar, avaliar e monitorar os riscos inerentes aos produtos, serviços, operações, ações e atividades da CAIXA e de suas subsidiárias;
- **Liderança**: mobilizar conhecimentos, habilidades e atitudes dos dirigentes em prol da otimização de resultados organizacionais e promovendo um ambiente meritocrático.

Análise de Desempenho e Resultado[2]

Lucro Líquido

O lucro líquido da CAIXA foi de R$ 2,2 bilhões no 4T22, ante R$ 3,2 bilhões no 4T21. Em 2022 o resultado totalizou R$ 9,8 bilhões, redução de 43,4% em relação a 2021.

Em R$ milhões	4T22	3T22	Δ%	4T21	Δ%	2022	2021	Δ%
Margem Financeira	14.969	12.549	19,3%	11.489	30,3%	50.921	45.827	11,1%
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	(4.938)	(2.905)	70,0%	(2.949)	67,5%	(15.642)	(11.056)	41,5%
Resultado Intermerdiação Financeira	**10.031**	**9.643**	**4,0%**	**8.541**	**17,4%**	**35.279**	**34.771**	**1,5%**
Receita de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	6.457	6.473	-0,2%	6.313	2,3%	25.107	23.900	5,0%
Despesas Administrativas	(10.715)	(9.923)	8,0%	(9.648)	11,1%	(38.561)	(35.073)	9,9%
Outras Receitas e Despesas Operacionais	(2.079)	73	-	(1.270)	63,7%	(4.681)	(5.335)	-12,3%
Despesas Tributárias	(1.068)	(1.145)	-6,8%	(956)	11,7%	(4.252)	(3.809)	11,6%
Resultado de Part. em Coligadas e Controladas	543	591	-8,0%	441	23,1%	2.082	1.972	5,5%
Outros	(1.060)	(1.533)	-30,8%	(1.568)	-32,4%	(5.403)	(4.486)	20,5%
Resultado Operacional	**2.110**	**4.179**	**-49,5%**	**1.852**	**13,9%**	**9.570**	**11.941**	**-19,9%**
Resultado Não Operacional	**267**	**(10)**	**-**	**422**	**-36,7%**	**695**	**7.228**	**-90,4%**
Imposto de Renda, Contrib. Soc. e Part. nos Lucros	(22)	(791)	-97,2%	1.038	-	74	(1.651)	-
Lucro Líquido Contábil Consolidado	**2.176**	**3.224**	**-32,5%**	**3.218**	**-32,4%**	**9.774**	**17.268**	**-43,4%**

A margem financeira alcançou R$ 15,0 bilhões no 4T22, crescimento de 30,3% em relação ao 4T21, valor decorrente de bons desempenhos nas receitas com operações de crédito, no resultado com operações de Títulos e Valores Mobiliários (TVM) e derivativos, bem como no resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez.

No 4T22, as **receitas provenientes da carteira de crédito** totalizaram R$ 29,3 bilhões, aumento de 48,0% em relação ao 4T21. Destaca-se, na comparação dos últimos 12 meses, o crescimento das receitas em crédito imobiliário (37,8%); crédito para pessoa física (39,9%); crédito para pessoa jurídica (76,2%); saneamento e infraestrutura (47,9%) e crédito ao agronegócio (321,6%).

As despesas de captação foram impactadas pelo aumento da taxa de juros. As despesas administrativas (pessoal + outras despesas administrativas) totalizaram R$ 10,7 bilhões, aumento de 11,1% em relação ao 4T21. A variação foi impactada principalmente pelo aumento de aproximadamente mil empregados ao longo do exercício de 2022, bem como reajustes em salários, em razão de acordo coletivo do exercício.

As **Receitas de Prestação de Serviços** (RPS) alcançaram o valor de R$ 6,5 bilhões no 4T22, alta de 2,3% em relação ao 4T21. Destaque para o aumento de 11,1% em serviços de governo, 4,8% em fundos de investimentos e 19,7% em produtos de seguridade.

Ativos e Passivos

Os ativos da CAIXA totalizaram R$ 1,6 trilhão, aumento de 9,4% em relação a dezembro de 2021, influenciado pelo aumento de 16,7% na carteira de crédito, em contraponto com a redução de 11,1% em Títulos e Valores Mobiliários (TVM) e instrumentos financeiros derivativos.

Em dezembro de 2022 a participação da carteira de crédito no total de ativos passou a representar 63,7% do total de ativos, um aumento de 4,0 p.p. em relação a dezembro de 2021. O saldo das aplicações em tesouraria (TVM) representa 15,1% de participação no total de ativos, redução de 3,5 p.p em relação ao mesmo período do ano anterior.

[1] £ 11,6 bilhões, considerando cotação da data de assinatura do MoU em 27/01/2023. 1£ = R$ 6,3335.

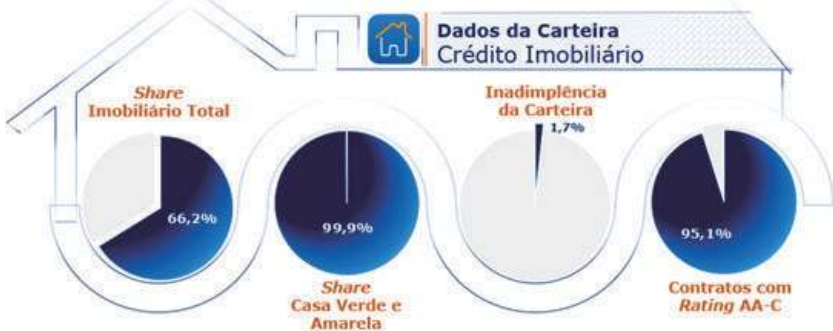
[2] Mais informações sobre Análise de Desempenho estão disponíveis no Relatório de Anaálise de Desempenho, podendo ser acessado no sítio eletrônico: https://ri.caixa.gov.br/informacoes-financeiras/central-de-resultados

Carteira de Crédito

A carteira de crédito encerrou o 4T22 com um saldo de R$ 1,0 trilhão, crescimento de 16,7% em relação a dezembro de 2021. No 4T22, foram concedidos R$ 123,9 bilhões em crédito, crescimento de 7,2% em 12 meses.

Destaque para o aumento nos últimos doze meses dos saldos das carteiras referentes ao setor imobiliário com recursos SBPE[3] (21,6%); consignado (22,8%) e de agronegócio (167,5%).

A CAIXA é o banco que apoia o brasileiro no sonho da conquista da casa própria, mantendo-se líder de mercado no **segmento imobiliário**, apresentando 66,2% de market share em financiamentos imobiliários totais, sendo que em 2022 foi operado o Programa Casa Verde e Amarela, com share de 99,9%. A Medida Provisória (MP) nº 1.162, de 14 de fevereiro de 2023 dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), com a liderança da CAIXA neste setor.

Também se destaca a qualidade da carteira imobiliária, com 95,1% dos contratos com rating entre AA-C, além do índice de inadimplência da carteira em 1,7%.

O **saldo da carteira imobiliária** finalizou o trimestre com o valor de R$ 637,9 bilhões, crescimento de 13,6% em relação ao 4T21. No 4T22 foram R$ 39,5 bilhões em contratações (considerando recursos SBPE e FGTS[4]), 7,4% maior em relação ao 4T21. Foram contratados R$ 21,8 bilhões somente com recursos do FGTS, crescimento de 40,6% em comparação com o mesmo período do ano anterior.

As contratações para o Programa Casa Verde e Amarela totalizaram R$ 70,5 bilhões em 2022, crescimento de 22,2% em relação à 2021. Do total de contratos, 71% foi destinado aos grupos 2 e 3 (faixa de renda de R$ 2,4 mil até R$ 8,0 mil); 3% para o público pró-cotista e 26% ao grupo 1 (faixa de renda até R$ 2,4 mil).

Em relação ao **segmento empresarial**, mantendo o foco nas Micro e Pequenas Empresas, a CAIXA operacionalizou a contratação de recursos do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PRONAMPE) e do Fundo de Aval para as Micro e Pequenas Empresas (FAMPE).

No 4T22, foram 20,2 mil contratos firmados pelo PRONAMPE e R$ 1,5 bilhão em recursos contratados. No acumulado de 2022, foram 108,8 mil contratos firmados, disponibilizando R$ 9,7 bilhões. Desde o lançamento do Programa, em junho de 2020, a CAIXA já apoiou 274 mil empresas, possuindo 32,2% do market share em volume concedido.

Em relação ao FAMPE, no 4T22 foram 2,7 mil contratos firmados e R$ 157,3 milhões em contratação. No acumulado de 2022, foram 57,4 mil contratos firmados, disponibilizando R$ 3,8 bilhões. Desde 2020, quando foram abertas as contratações, a CAIXA já apoiou 151 mil empresas.

As operações de **infraestrutura** alcançaram saldo de R$ 99,3 bilhões ao final do 4T22, crescimento de 5,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. Pela grande relevância e protagonismo que possuem, e por estarem intrinsecamente ligadas ao desenvolvimento econômico nacional, essas operações estão inseridas no escopo de atuação estratégica da CAIXA.

No **agronegócio**, o saldo da carteira atingiu a marca de R$ 44,1 bilhões ao final de 2022, aumento de 167,5% em comparação com 2021. No segmento Pessoa Física (PF), o crescimento, em 12 meses, foi de 259,1% totalizando R$ 32,1 bilhões; em Pessoa Jurídica (PJ) o crescimento foi de 59,2% em relação ao 4T21, alcançando o saldo de R$ 12,0 bilhões.

O 4T22 apresentou aumento nas contratações Agro de 10,3% em relação ao 4T21, alcançando o valor de R$ 6,0 bilhões, com foco especial nos clientes PF. Desse total, foram destinados R$ 2,7 bilhões para custeio, R$ 2,4 bilhões para investimento, R$ 568,4 milhões para industrialização e R$ R$ 315,0 milhões para comercialização.

No ano de 2022 a CAIXA realizou R$ 39,4 bilhões em contratações Agro, aumento de 150,2% em comparação a 2021. Desse total, foram destinados R$ 15,5 bilhões para custeio, R$ 15,5 bilhões para investimento, R$ 5,6 bilhões para industrialização e R$ R$ 2,8 bilhões para comercialização.

A inadimplência da carteira de crédito total fechou o 4T22 em 2,09%, ante 1,95% no 4T21. A cobertura da provisão finalizou o trimestre em 219,0%. O rating da carteira total possui 92,5% das operações classificadas em níveis de riscos entre AA e C, demonstrando qualidade e solidez.

A carteira de crédito da CAIXA possui 92% do saldo com garantias reais, concentradas em operações de longo prazo, principalmente por conta da carteira imobiliária, que corresponde a 63,0% da carteira total. Destaca-se que a carteira imobiliária, que possui R$ 637,9 bilhões de saldo, apresenta R$ 1,2 trilhão em garantias, representando um Loan to Value (LTV) de 51,75%.

Captações

As captações totais encerraram 2022 com um saldo de R$ 1,2 trilhão, crescimento de 11,3% em relação a 2021, dos quais a poupança representa R$ 360,7 bilhões, um recuo de 1,2% nos últimos 12 meses. A CAIXA se mantém líder nesse segmento, aumentando sua participação de mercado de 35,4% para 36,1% ao final de 2022.

No 4T22, as Letras da CAIXA alcançaram saldo de R$ 83,9 bilhões, crescimento de 241,2% em 12 meses, impulsionadas pelo cenário mais favorável à rentabilidade em produtos de renda fixa. Especificamente para as letras imobiliárias, houve crescimento de 229,3% na comparação em 12 meses, finalizando o ano de 2022 com um saldo de R$ 73,9 bilhões.

Patrimônio Líquido

A CAIXA encerrou o 4T22 com um patrimônio líquido de R$ 122,6 bilhões, aumento de 9,9% em 12 meses.

Liquidez

O Índice de liquidez de curto prazo (LCR)[5] relaciona os ativos livres de alta liquidez e as saídas (líquidas) no horizonte de 30 dias. No 4T22, a CAIXA totalizou um LCR de 170,9%. O indicador apresentou redução de 74,5 p.p em relação ao 4T21.

Basileia

No 4T22, a CAIXA registrou um Índice de Basileia de 18,4%, sendo superior em 6,9 pontos percentuais ao mínimo de 11,5% regulamentado pelas Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.955 e nº 4.958, de 21 de outubro de 2021, que normatizam as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital das instituições financeiras.

Assim, destaca-se a boa estrutura de capital mesmo diante da expansão da carteira de crédito, reforçando a capacidade da CAIXA executar, de maneira sustentável, seu planejamento estratégico.

Circular BACEN nº 3.068/2001

Em atendimento ao disposto no artigo 8º da Circular BACEN nº 3.068, de 08 de novembro de 2001, a CAIXA declarou ter a intenção de manter os títulos classificados na categoria III (mantida até o vencimento), os quais totalizaram R$ 10,1 bilhões no período, até os seus respectivos vencimentos, bem como possuir capacidade financeira para tanto.

Estrutura de Atendimento

Para melhor atender seus 151,1 milhões de clientes, dos quais 149,1 milhões são pessoas físicas e 2,0 milhões de pessoas jurídicas, a rede da CAIXA está presente em mais de 99% dos municípios do país, com 26,8 mil pontos de atendimento. São 4,3 mil agências e postos de atendimento, 22,5 mil lotéricos e correspondentes CAIXA Aqui, 10 agências-caminhão e 2 agências-barco. Ainda, a CAIXA disponibiliza à população 26,6 mil Terminais de Autoatendimento (ATM’s) disponíveis nos postos e salas de autoatendimento, além de 24,4 mil terminais da Rede Banco 24 horas.

Pagamento de Benefícios Sociais

Como principal agente operador dos programas sociais do Governo Federal, a CAIXA contribui ativamente para a erradicação da pobreza e para a melhoria da distribuição de renda da população brasileira.

Por meio dos canais de atendimento físicos e digitais e da rede parceira, no 4T22, a CAIXA realizou o pagamento de 103,7 milhões de parcelas de programas sociais, benefícios ao trabalhador e benefícios do INSS em todos os municípios brasileiros, totalizando R$ 79,7 bilhões em benefícios pagos. No acumulado de 2022 foram 402,2 milhões de parcelas pagas, no valor total de R$ 308,9 bilhões.

Auxílio Brasil[6]

No 4T22, a CAIXA realizou 61,7 milhões de pagamentos do benefício para 21,3 milhões de beneficiários, que receberam um montante de R$ 37,0 bilhões. No ano de 2022 foram 222,5 milhões de pagamentos do benefício para 23,6 milhões de pessoas, que receberam R$ 111,4 bilhões.

Abono Salarial

A CAIXA iniciou em fevereiro de 2022 o pagamento do Abono Salarial, de acordo com a Resolução Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) nº 934, de 7 de janeiro de 2022. O calendário regular do Abono Salarial de 2022 previu que o pagamento de todos os benefícios fosse realizado nos meses de fevereiro e março, não sendo necessário, portanto, realizar uma antecipação excepcional do calendário.

No ano de 2022, a CAIXA realizou 23,1 milhões de pagamentos para 22,5 milhões de beneficiários, que receberam um montante de R$ 20,4 bilhões.

Benefícios Regionais

No 4T22, a CAIXA operou o pagamento de 33 programas regionais, através de 2,1 milhões de pagamentos para 1,2 milhão de beneficiários, totalizando um montante de R$ 247,2 milhões distribuídos a população brasileira. No acumulado de 2022 foram 7,8 milhões de pagamentos para 2,7 milhões de beneficiários, totalizando um montante de R$ 1,2 bilhão.

Auxílio Gás

A CAIXA realiza o pagamento do Auxílio Gás dos Brasileiros. O programa do Governo tem como objetivo mitigar o efeito do preço do gás liquefeito de petróleo (GLP) sobre o orçamento das famílias de baixa renda. Em 2022, o benefício alcançou 6,3 milhões de beneficiários, sendo 38,8 milhões de pagamentos em um montante de R$ 3,1 bilhões.

Saque Extraordinário do FGTS

O calendário do Saque Extraordinário do FGTS começou em 20 de abril e foi estabelecido de acordo com o mês de nascimento do trabalhador. Foram liberados cerca de R$ 32,1 bilhões para aproximadamente 72,8 milhões de trabalhadores com direito ao saque até dezembro de 2022.

O valor do saque foi de até R$ 1 mil por trabalhador, considerando a soma dos saldos disponíveis de todas as suas contas do FGTS. O crédito do Saque Extraordinário do FGTS foi em Conta Poupança Social Digital, aberta automaticamente pela CAIXA em nome dos trabalhadores.

Atendimento digital para renegociação de dívidas do FIES

A CAIXA realizou atendimento aos cidadãos que utilizaram recursos do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) para custear o curso de ensino superior, que estavam enquadrados nos parâmetros consignados na MP nº 1.090/2021, convertida posteriormente na Lei 14.375/2022.

Durante o ano de 2022 foram realizadas 206,8 mil solicitações de renegociação dos contratos do FIES, resultando em R$ 5,57 bilhões de reais em descontos, o que representa 87% de desconto médio concedido.

Utilização do FGTS em até 12 prestações habitacionais em atraso

Durante o período de 02 de maio até 31 de dezembro de 2022, o trabalhador teve a possibilidade de utilizar o saldo de suas contas do FGTS para negociar o pagamento de até 80% das prestações de financiamento imobiliário em atraso, limitado a 12 prestações, consecutivas ou não.

Ações em apoio aos municípios atingidos por calamidades

Durante o ano de 2022, a CAIXA apoiou 193 municípios de diversas regiões do país que foram atingidos por enchentes para o Saque Calamidade do FGTS. O banco enviou empregados especialistas da área de Governo, Habitação e FGTS para prestar apoio técnico às prefeituras da região.

Para atendimento aos moradores das regiões atingidas, a CAIXA deslocou caminhões-agência que estão preparados para realizar os mesmos serviços de uma agência física.

O banco mobilizou equipe especializada na liberação do Saque Calamidade do FGTS, possibilitando o saque de até R$ 6.220 para o trabalhador, limitado ao saldo disponível na sua conta vinculada ao FGTS. A equipe da CAIXA também presta orientação aos municípios quanto ao preenchimento dos documentos que tornam o município elegível para essa modalidade de saque do FGTS.

Na área habitacional, a CAIXA possibilitou a pausa de até 90 dias nos contratos de financiamento imobiliário nas regiões atingidas, mediante solicitação. As unidades da CAIXA também deram suporte aos clientes para acionamento de seguro habitacional e procedimentos para pagamento de indenizações de forma imediata. Além disso, foram enviadas equipes de engenharia do banco às regiões para prestar apoio às habitações sociais atingidas e adotar medidas necessárias.

No apoio aos governos locais, a CAIXA ofereceu suporte técnico às prefeituras para levantamento dos danos e estimativa de custos para a recuperação de obras em andamento ou edificações atingidas que têm grande impacto para a população dos municípios, como pontes, vias de acesso, equipamentos de abastecimento de água, postos de saúde e escolas, dentre outras.

Apoio aos Programas de Governo

Programas de Crédito para Entes Públicos

No 4T22, em relação à carteira de crédito com Entes Públicos (Estados, Distrito Federal e Municípios), foram desembolsados R$ 3,1 bilhões referentes a contratos firmados. No mesmo período foram celebrados 14 novos contratos, totalizando o valor de R$ 359,6 milhões.

Ao final do 4T22, a carteira de crédito com os Entes Públicos totalizou 3,6 mil operações ativas, com saldo de R$ 57,3 bilhões, atendendo a 1,5 mil clientes do segmento Governo em todo o Brasil.

Contratos de Repasse do Orçamento Geral da União (OGU) para Estados e Municípios

A CAIXA atua como mandatária da União na operacionalização de contratos de repasse do Orçamento Geral, permitindo que municípios de todo o

[3] Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo

[4] Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

[5] Conforme Resolução do BACEN nº 54, os indicadores de liquidez de curto prazo são calculados a partir da média simples dos valores diários observados no trimestre referente à data-base informada.

[6] Inclui o valor do Benefício Extraordinário

MINISTÉRIO DA **FAZENDA**

CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

País tenham acesso aos recursos públicos por meio de assistência técnica de engenharia e social adequada à realidade de cada Município, além de garantir a aplicação do recurso público dentro dos parâmetros técnicos e orçamentários regulamentados pelos Ministérios gestores das políticas públicas e órgãos fiscalizadores.

No 4T22, foram concluídas 1,2 mil obras, totalizando o valor de R$ 1,0 bilhão em contratos de repasse.

Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental

Microfinanças para Mulheres

Foram concedidos R$ 192,6 milhões a 6 mil micro e pequenas empresas que têm mulheres como proprietárias ou sócias no 4T22. O volume de crédito comercial em questão compreende empresas que faturam até R$ 360 mil ao ano.

CAIXA Hospitais

No 4T22, foram concedidos cerca de R$ 763,4 milhões nas operações do CAIXA Hospitais, destinados às Santas Casas e hospitais filantrópicos, aumento de 70,5% quando comparado ao mesmo período no ano anterior. A linha de crédito possui vantagens como facilidade no pagamento e juros baixos com prazo diferenciado.

Crédito para Geração de Energia Renovável

No 4T22, foram realizados 1,4 mil contratos com valor de crédito de R$ 44,4 milhões, por meio da linha de crédito CAIXA Energia Renovável. Desde o seu lançamento em dezembro de 2021, foram mais de R$ 165,5 milhões aplicados que resultam em economia na conta de luz e contribuem para a sustentabilidade com o uso de energia limpa e renovável.

CAIXA Florestas

O Programa CAIXA Florestas, por meio de apoio financeiro, atua na recuperação e proteção de florestas e unidades de conservação em todos os biomas brasileiros, além de valorizar a biodiversidade do país.

Treze projetos já estão habilitados, beneficiando ao todo 136 municípios nos estados de Pernambuco, Ceará, Rondônia, Minas Gerais, Tocantins, Pará, Goiás, Bahia e Espírito Santo. Ao total, os projetos contarão com investimento de R$ 113,7 milhões do Fundo Socioambiental CAIXA (FSA), promovendo o plantio de 7,1 milhões de árvores, impactando diretamente 1,9 milhão de cidadãos e preservando mais de 2,7 mil nascentes.

Selo Município + Azul CAIXA

O Selo Município + Azul CAIXA é uma iniciativa cujo objetivo consiste em reconhecer os Municípios que aplicam boas práticas de Governança e Responsabilidade Socioambiental (ESG) na gestão pública local, utilizando de maneira sustentável seus recursos e proporcionando aumento de bem-estar e qualidade de vida aos munícipes. Visa também fortalecer a marca CAIXA como principal agente financeiro indutor de práticas sustentáveis e de governança nos municípios, por meio da utilização responsável de recursos ambientais e públicos, com a finalidade de proporcionar aumento na qualidade de vida do cidadão brasileiro.

O Selo Município + Azul CAIXA possui adesão voluntária à certificação, mediante apresentação de Carta Proposta e documentos exigidos que comprovam o atendimento dos 20 indicadores de avaliação, os quais estão distribuídos em quatro categorias – Ambiental, Social, Governança e Climático. O Selo possui quatro níveis de reconhecimento: Cristal, Topázio, Safira e Diamante, que são definidos de acordo com a pontuação atingida pelo município, baseada no alcance dos índices dos indicadores de avaliação.

Em 2022 a CAIXA conferiu o Selo a 17 municípios brasileiros que já aderiram à iniciativa e são reconhecidos por apresentarem indicadores públicos que denotam a aplicação de boas práticas de Governança e Responsabilidade Socioambiental na gestão pública local e podem ter acesso a condições diferenciadas na contratação de produtos e serviços junto à CAIXA.

Loterias

No 4T22, as Loterias CAIXA arrecadaram R$ 7,2 bilhões, valor 28,1% maior que o apurado no mesmo período do ano anterior. No acumulado do ano de 2022 foram R$23,2 bilhões arrecadados, aumento de 25,6% em comparação com o ano de 2021.

Em R$ milhões	4T22	3T22	Δ %	4T21	Δ %	2022	2021	Δ %
Prêmio Líquido	2.574	1.938	32,8	2.073	24,1	7.900	6.135	28,8
Destinação Social	2.797	2.227	25,6	2.201	27,1	9.018	7.463	20,8
Seguridade	1.234	944	30,7	966	27,7	3.920	3.141	24,8
Segurança	734	566	29,8	574	28,0	2.344	1.870	25,4
Esporte	509	431	18,0	402	26,5	1.674	1.329	26,0
Educação	110	124	-11,0	96	15,1	409	587	-30,3
Cultura	207	158	31,0	162	27,8	656	525	24,9
Saúde	2	3	-33,3	1	98,6	9	4	122,0
Outros	1	2	-25,5	0	385,7	5	7	-32,4
Tributos (IR sobre prêmio)	493	379	29,8	301	63,8	1.874	1.392	34,7
Custeio e Manutenção	1.380	1.075	28,4	1.081	27,7	4.444	3.503	26,9
Total Arrecadado[1]	**7.244**	**5.620**	**28,9**	**5.656**	**28,1**	**23.236**	**18.493**	**25,6**

[1] Valores consideram recursos destinados ao Fundo de Desenvolvimento de Loterias e à remuneração das Unidades Lotéricas.

As Loterias CAIXA constituem uma importante fonte de recursos para fomentar o desenvolvimento social do Brasil. No 4T22 foram destinados R$ 2,8 bilhões, o equivalente a 38,6% do total, aos programas sociais do Governo Federal nas áreas de seguridade social, esporte, cultura, segurança pública, educação e saúde, valor este 27,1% superior ao destinado no 4T21, além do retorno à sociedade via pagamentos de imposto de renda.

Conglomerado CAIXA

CAIXA Seguridade

O ano de 2022 é marcado pela plena operação do novo modelo de negócios da Caixa Seguridade, que contempla acordos de exclusividade com as novas parcerias, com participação econômica mais significativa e maior governança, alinhados à atuação estratégica na comercialização dos produtos de seguros com a marca CAIXA, além do novo modelo de atuação nos negócios de distribuição na rede de distribuição da CAIXA, via Caixa Corretora.

A performance comercial de seguros e serviços de assistência apresentou, em 2022, um crescimento de 1,4% em prêmios emitidos e receitas de assistência em comparação com 2021. Destaque para o desempenho dos ramos Residencial, Habitacional e Vida, que registraram o melhor desempenho histórico, com crescimentos de 12,7%, 6,6% e 5,6% no ano, respectivamente.

No segmento de previdência, as reservas registraram o montante de R$ 133,8 bilhões em dezembro de 2022, crescimento anual de 21,8%, o que resultou no aumento das rendas com taxas de gestão auferidas pela Caixa Vida e Previdência de 19,5% no acumulado do ano.

Em novembro de 2022, o segmento de consórcios registrou recorde de propostas em um único dia, atingindo o valor de R$ 430 milhões em cartas de crédito comercializadas.

As arrecadações de recursos no segmento de Capitalização na empresa Caixa Capitalização encerram o ano de 2022 com crescimento de 287,1% em relação a 2021, sendo que, quando comparada com a arrecadação somada da antiga parceria, o crescimento anual registrado para 2022 foi de 18,4%.

Em continuidade de sua estratégia, recentemente a Companhia concluiu a alienação da totalidade da participação societária detida pela Companhia nas empresas CNP Consórcio, Odonto Empresas e CNP Participações em Seguros Ltda., que detém as participações na Companhia de Seguros Previdência do Sul ("Previsul") e na CNP Capitalização S.A. ("CNP Cap") no valor total de R$ 593,6 milhões, comunicadas ao mercado nas datas de 16 de novembro, 22 de dezembro de 2022, e 27 de janeiro de 2023, respectivamente.

CAIXA Cartões

Orientada pelas diretrizes definidas em sua estratégia e o constante aprimoramento do negócio, o último trimestre de 2022 registrou avanços na consolidação de suas verticais de atuação, com destaque para a assinatura, entre CAIXA e CAIXA Cartões, do contrato de fornecimento de Vale Alimentação e Refeição para os empregados CAIXA, em 31 de outubro de 2022.

No período, implementou novas melhorias na azulzinha, a maquininha da cartões da CAIXA, que vão desde o início do atendimento via WhatsApp a atualizações do App e Portal com disponibilização de novos serviços.

Na Adquirência, o faturamento da azulzinha superou R$ 1,4 bilhão no mês de dezembro e R$ 10,6 bilhões no acumulado do ano. Para a Pré-Pagos, o faturamento foi de R$ 197,9 milhões para o mês de dezembro.

CAIXA *Asset*

No 4T22, a CAIXA Asset alcançou um total de R$ 501,1 bilhões de ativos sob gestão, o que representa um crescimento de 10,6% no ano. O modelo dos negócios da empresa segue orientado a um panorama de crescimento sustentável de longo prazo.

Com 6,5% de market share ao final de 2022, a CAIXA Asset manteve o 4º lugar no ranking das maiores gestoras de recursos de terceiros do país, sendo a 2ª maior gestora nos segmentos Varejo, Setor Público e Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

Em relação a quantidade de cotistas, o 4T22 apresentou uma variação positiva de 3,2% da base em relação ao trimestre anterior, ultrapassando a marca de 2,4 milhões de investidores nos fundos de investimento geridos pela CAIXA Asset.

Ainda no 4T22, a CAIXA Asset foi reconhecida pelo Ranking da FGV como a 3ª melhor gestora do Brasil, sendo destaque como 2ª melhor em fundos de renda fixa, 3ª melhor em fundos money market e 4ª melhor em fundos de ações. Foi também destacada no Guia de Previdência Valor/FGV 2022 como 2ª melhor gestora geral de recursos, melhor gestora no período de 5 anos e melhor gestora no período de 7 anos.

Integridade

A CAIXA adota processo de melhoria contínua em seu ambiente anticorrupção e anti-assédio por meio de mecanismos, procedimentos e ações que orientam seus empregados, líderes, terceirizados e fornecedores, em comprometimento com as boas práticas de governança corporativa, transparência, integridade e promoção de conduta ética e responsável na condução de suas atividades.

A CAIXA possui Programa de Integridade, que tem como objetivo prevenir, detectar e corrigir atos ilícitos praticados, na forma ativa ou passiva, garantindo a aplicação efetiva dos códigos de Ética, de Conduta, Políticas e Diretrizes, por meio da integração dos instrumentos e das atividades de controle voltados à gestão de riscos de integridade.

O Programa está pautado em cinco pilares, que funcionam de forma conjunta, sistêmica e interrelacionada: (i) Compromisso da Alta Administração; (ii) Análise Contínua de Riscos; (iii) Protocolos de Integridade, (iv) Comunicação e Treinamento; (v) Monitoramento e Medidas de Consequência. Esses pilares perpassam três eixos de atuação: Prevenção, Detecção e Correição, conforme orientações emanadas pela Controladoria Geral da União (CGU).

Com o patrocínio e comprometimento da Alta Administração em relação ao cumprimento das ações previstas no Programa de Integridade, a Vice-Presidência de Riscos/Diretoria de Controles Internos e Compliance coordena, monitora, controla e avalia os instrumentos e mecanismos transversais sob responsabilidade dos atores do Ecossistema de Integridade, que contribuem para mitigar o risco à integridade em suas respectivas áreas de atuação, à medida em que identificam fragilidades e práticas contrárias à integridade.

Assim, é um processo dinâmico que fomenta os principais atores do Ecossistema de Integridade, para que trabalhem juntos e de forma coordenada, a fim de garantir a efetividade do Programa, o aprimoramento dos mecanismos de controles internos e uma atuação pautada em relacionamentos éticos e na sustentabilidade dos negócios e resultados CAIXA.

Principais atores do Ecossistema de Integridade CAIXA

A articulação centralizada pela Vice-Presidência de Riscos/Diretoria de Controles Internos e Compliance confere maior transparência e celeridade na atuação da CAIXA para contribuir com os procedimentos adotados pelos atores do Ecossistema, visando fortalecer a imagem e reputação da empresa em patamares de excelência e de reconhecimento pela sociedade e pelo mercado.

Canal de Denúncias

A CAIXA possui Canal de Denúncia administrado por empresa externa e independente, onde podem ser registradas com sigilo e segurança demandas com indícios de crimes, infrações à legislação vigente, lavagem de dinheiro, assim como outros ilícitos que possam estar relacionados às atividades da CAIXA.

Adicionalmente às medidas preventivas, visando aprimorar e reforçar os processos de apuração de denúncias na empresa, houve a contratação de empresa independente, com reconhecida capacidade em investigação dessa natureza, para promoção de investigações complementares acerca dos casos de denúncias de assédio, visando garantir a transparência, a isenção e o apoio necessário para apuração dos fatos.

As apurações de denúncias de assédio realizadas pela Corregedoria do banco foram finalizadas, com envio dos resultados para as autoridades competentes como Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho e Comissão de Ética Pública.

Ouvidoria

O feedback dos clientes e dos órgãos reguladores em números:

- Sustentação da 1ª colocação entre os cinco maiores bancos brasileiros no indicador nacional de Resolutividade do Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON), sendo que a CAIXA obteve o resultado de 81,5% de resolutividade nas demandas de Carta de Investigação Preliminar (CIP) em outubro e novembro de 2022;
- 7 mil demandas de clientes tratadas de outubro a dezembro, representando uma redução de 7% no volume de reclamações em relação ao trimestre anterior;

Política de Patrocínios e Investimento em Cultura e Esporte

A CAIXA investe no fomento ao esporte e na difusão da cultura como formas de incentivar a promoção da cidadania. Foram desembolsados R$ 19,1 milhões no 4T22, e no acumulado do ano totalizaram R$ 73,9 milhões.

O investimento no esporte visa tanto propiciar aos atletas brasileiros as condições adequadas de treinamento, quanto promover a educação e a inclusão social de crianças e adolescentes, abrindo oportunidades para novos talentos.

Por meio da estratégia de patrocínio, a CAIXA prioriza projetos esportivos de cunho social, apoia o desenvolvimento de atletas de base e prospecta projetos educacionais voltados ao segmento da população de menor renda. Nesse mesmo sentido, no ramo cultural, a CAIXA incentiva projetos sociais que utilizem a musicalização como ferramenta de inclusão, bem como eventos da cultura popular e projetos culturais com previsão de alcance em diversas regiões.

Entre os projetos esportivos e culturais, parcerias bem-sucedidas em anos anteriores foram renovadas. Somados, os projetos beneficiam diretamente milhares de pessoas, entre alunos, músicos e atletas em formação, além de familiares, comunidades e profissionais envolvidos.

Agradecimentos

O desempenho alcançado no período reflete a estratégia corporativa alinhada ao engajamento e trabalho de todos os empregados e colaboradores, aos quais a CAIXA agradece o empenho e comprometimento. A CAIXA agradece também a todos os clientes e parceiros pela confiança e fidelidade que a impulsionam nesta constante busca pelo aprimoramento tão essencial ao seu desenvolvimento e do Brasil.

Administração.

Glossário

Adquirência: Atividade de intermediação de pagamentos realizados por meio de cartões de crédito e de débito, conectando negócios, bandeiras dos cartões e bancos emissores.

Cobertura da Provisão: Saldo de provisão para crédito de liquidação duvidosa dividido pelo saldo inadimplente.

Compliance: Práticas de conformidade adotadas pela organização, alinhadas com a legislação vigente e diretrizes éticas.

Cross selling: Venda de um produto/serviço adicional para um cliente que já possui produtos/serviços contratados de outra linha.

Derivativos: Contratos financeiros em que seu valor deriva de um ativo subjacente, taxa ou índice de referência.

Garantias reais: Ativos entregues para assegurar a obrigação financeira contratada, cobrindo eventuais problemas em honrar os pagamentos previstos.

Inadimplência: Relação percentual do somatório do saldo das operações de crédito com atraso acima de 90 dias e não baixado em prejuízo pelo saldo total da carteira de crédito.

Índice de Basileia: Índice que permite avaliar a capacidade de uma instituição financeira para enfrentamento aos riscos de crédito, mercado e operacional.

***Loan to Value* (LTV):** Representa a relação entre o valor de exposição do contrato e a garantia prestada, sendo o valor da garantia fixo e o da exposição variável, mensalmente. Assim, o LTV demonstra a capacidade de cobertura da garantia em relação ao crédito concedido, indicando o grau de risco que a Instituição está disposta a assumir, em casos de inadimplemento e necessidade de execução da garantia ofertada pelo tomador.

Margem financeira: Diferença entre receitas e despesas de intermediação financeira, antes da provisão para perdas associadas ao risco de crédito.

Market Share: Participação de mercado.

Rating: Nota de classificação do risco de crédito, funcionando como um indicador do nível de qualidade de um crédito, título ou emissor.

Saque Calamidade: O Saque Calamidade do FGTS é uma modalidade em que o trabalhador tem direito a sacar o saldo da conta do FGTS por necessidade pessoal, urgente e grave decorrente de desastre natural que tenha atingido a sua área de residência.

Valores Mobiliários: Valores mobiliários são todos aqueles itens do artigo 2º, da Lei nº 6.385/76, tais como ações, derivativos e cotas de fundos de investimento.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de Reais)

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
DISPONIBILIDADES	**4**	**11.701.432**	**12.349.967**	**11.701.252**	**12.370.639**
ATIVOS FINANCEIROS		**1.538.816.149**	**1.397.758.750**	**1.540.685.333**	**1.399.160.629**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	124.832.354	130.721.139	124.832.354	130.721.139
Depósitos no Banco Central	6	103.890.058	70.135.128	103.890.058	70.135.128
Títulos e valores mobiliários	7	239.478.788	269.886.657	240.094.361	268.764.685
Instrumentos financeiros derivativos	8	551.384	1.841.975	551.384	1.841.975
Carteira de crédito	9	1.012.173.119	867.214.599	1.013.271.878	869.541.823
Outros ativos financeiros	10	60.752.193	60.655.307	60.907.045	60.851.934
(Perdas por redução ao valor recuperável)	7 e 10	(2.861.747)	(2.696.055)	(2.861.747)	(2.696.055)
PROVISÃO PARA PERDAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	**9**	**(46.427.588)**	**(38.814.960)**	**(46.427.588)**	**(38.814.960)**
ATIVOS FISCAIS		**56.416.310**	**52.744.683**	**56.428.194**	**52.748.994**
Correntes		2.374.822	1.569.749	2.385.125	1.574.060
Diferidos	20	54.041.488	51.174.934	54.043.069	51.174.934
INVESTIMENTOS	**11**	**11.079.580**	**10.635.768**	**10.940.418**	**11.263.148**
Investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto		11.078.088	9.864.862	10.938.699	10.492.276
Outros investimentos		1.492	781.254	1.752	781.254
(Perdas por redução ao valor recuperável)			(10.348)	(33)	(10.382)
IMOBILIZADO DE USO	**12**	**3.013.332**	**3.519.919**	**3.013.354**	**3.519.937**
Imobilizações de uso		10.930.731	11.144.020	10.930.797	11.144.069
Depreciação acumulada		(7.846.650)	(7.513.034)	(7.846.694)	(7.513.065)
(Perdas por redução ao valor recuperável)		(70.749)	(111.067)	(70.749)	(111.067)
INTANGÍVEL	**13**	**2.531.516**	**3.026.320**	**2.531.516**	**3.026.320**
Ativos intangíveis		5.175.348	5.285.047	5.175.348	5.285.047
Amortização acumulada		(2.630.707)	(2.245.308)	(2.630.707)	(2.245.308)
(Perdas por redução ao valor recuperável)		(13.125)	(13.419)	(13.125)	(13.419)
OUTROS ATIVOS	**14**	**11.499.790**	**10.503.963**	**11.407.283**	**10.950.742**
(OUTRAS PERDAS POR REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL)	**14**	**(971.662)**	**(1.353.483)**	**(971.662)**	**(1.353.483)**
TOTAL		**1.587.658.859**	**1.450.370.927**	**1.589.308.100**	**1.452.871.966**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
PASSIVOS FINANCEIROS		**1.428.562.408**	**1.299.459.924**	**1.392.094.118**	**1.265.906.168**
Recursos de clientes	15	601.982.476	573.084.858	601.981.087	573.084.420
Recursos de instituições financeiras e outras	16	629.291.222	583.899.712	628.372.474	583.899.712
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	17	157.330.380	102.694.662	121.782.209	69.141.344
Instrumentos financeiros derivativos	8	1.165.000	1.680.715	1.165.000	1.680.715
Outros passivos financeiros	18	38.793.330	38.099.977	38.793.348	38.099.977
PROVISÕES	**19**	**12.707.778**	**12.285.250**	**12.707.778**	**12.285.250**
Fiscais, cíveis e trabalhistas		10.900.510	10.649.843	10.900.510	10.649.843
Outras provisões		1.807.268	1.635.407	1.807.268	1.635.407
PASSIVOS FISCAIS		**6.068.254**	**6.438.965**	**6.191.264**	**6.568.855**
Correntes		1.409.820	1.075.226	1.532.830	1.205.116
Diferidos	20	4.658.434	5.363.739	4.658.434	5.363.739
PASSIVOS ATUARIAIS	**21**	**24.121.370**	**24.365.944**	**24.121.370**	**24.365.944**
OUTROS PASSIVOS	**22**	**31.385.511**	**31.665.875**	**31.585.896**	**32.216.075**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**23**	**84.813.538**	**76.154.969**	**122.607.674**	**111.529.674**
Capital		68.851.000	68.000.000	68.851.000	68.000.000
Instrumento elegível ao capital principal				35.548.171	33.553.318
Reservas de reavaliação		224.426	225.521	224.426	225.521
Reservas de lucros		23.636.519	17.830.582	23.636.519	17.830.582
Outros resultados abrangentes		(7.898.407)	(9.901.134)	(7.898.407)	(9.901.134)
Participação dos não controladores				2.245.965	1.821.387
TOTAL		**1.587.658.859**	**1.450.370.927**	**1.589.308.100**	**1.452.871.966**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA **FAZENDA**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	Nota	INDIVIDUAL			CONSOLIDADO		
		2022		2021	2022		2021
		2º semestre	Exercício	Exercício	2º semestre	Exercício	Exercício
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**85.779.419**	**155.200.728**	**97.136.034**	**85.896.165**	**155.384.554**	**97.211.779**
Carteira de crédito	9 (e)	55.950.840	100.395.111	71.781.570	56.048.614	100.610.077	71.935.737
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	6 (b)	9.521.833	17.521.035	7.270.184	9.521.833	17.521.035	7.270.184
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	7 (d)	14.960.022	24.839.520	5.752.776	14.978.997	24.819.324	5.674.354
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	8 (d)	432.401	4.024.302	7.460.538	432.401	4.024.302	7.460.538
Resultado das aplicações no Banco Central	5 (b)	3.165.564	5.444.580	2.428.251	3.165.564	5.444.580	2.428.251
Resultado de outros ativos financeiros	10 (d)	1.748.759	2.976.180	2.442.715	1.748.756	2.965.236	2.442.715
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**(59.035.259)**	**(105.742.592)**	**(52.894.119)**	**(58.378.539)**	**(104.463.849)**	**(51.384.856)**
Recursos de instituições financeiras e outras	16 (d)	(32.534.668)	(57.990.675)	(30.040.510)	(32.491.010)	(57.891.317)	(30.030.164)
Recursos de clientes	15 (c)	(22.566.251)	(41.491.070)	(17.885.479)	(22.563.571)	(41.488.390)	(17.885.479)
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	17 (e)	(3.934.340)	(6.260.847)	(4.968.130)	(3.323.958)	(5.084.142)	(3.469.213)
PROVISÃO PARA PERDAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	9 (i)	**(7.843.379)**	**(15.641.925)**	**(11.055.958)**	**(7.843.379)**	**(15.641.925)**	**(11.056.074)**
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**18.900.781**	**33.816.211**	**33.185.957**	**19.674.247**	**35.278.780**	**34.770.849**
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		**(10.685.124)**	**(20.691.964)**	**(15.465.461)**	**(10.792.448)**	**(20.305.731)**	**(18.344.370)**
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	24	10.997.887	21.504.973	22.693.076	12.930.600	25.106.508	23.899.651
Despesas de pessoal	25	(13.365.650)	(25.440.981)	(23.133.439)	(13.610.650)	(25.862.583)	(23.219.011)
Outras despesas administrativas	26	(6.968.263)	(12.594.571)	(11.813.381)	(7.027.106)	(12.698.128)	(11.853.943)
Despesas tributárias	27	(2.019.770)	(3.900.113)	(3.662.216)	(2.213.491)	(4.252.326)	(3.808.704)
Resultado de participações em coligadas e controladas	11	2.041.360	3.641.118	5.755.795	1.133.927	2.081.801	1.972.432
Outras receitas operacionais	28	7.117.115	11.586.866	7.505.340	6.497.351	10.822.323	7.543.078
Outras despesas operacionais	29	(8.487.803)	(15.489.256)	(12.810.636)	(8.503.079)	(15.503.326)	(12.877.873)
CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DE PROVISÕES	30	**(2.593.435)**	**(5.403.274)**	**(4.462.629)**	**(2.593.435)**	**(5.403.274)**	**(4.485.708)**
Fiscais, cíveis e trabalhistas		(1.910.295)	(4.181.553)	(3.857.322)	(1.910.295)	(4.181.553)	(3.857.322)
Outras		(683.140)	(1.221.721)	(605.307)	(683.140)	(1.221.721)	(628.386)
RESULTADO OPERACIONAL		**5.622.222**	**7.720.973**	**13.257.867**	**6.288.364**	**9.569.775**	**11.940.771**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	31	**(40.044)**	**398.171**	**3.201.779**	**256.677**	**694.893**	**7.228.444**
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		**5.582.178**	**8.119.144**	**16.459.646**	**6.545.041**	**10.264.668**	**19.169.215**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	20 (a)	**971.396**	**3.038.526**	**1.252.109**	**251.351**	**1.777.543**	**215.092**
PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NO LUCRO		**(1.060.139)**	**(1.699.211)**	**(1.863.320)**	**(1.064.127)**	**(1.703.210)**	**(1.865.679)**
PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES					**(332.462)**	**(564.798)**	**(250.366)**
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		**5.493.435**	**9.458.459**	**15.848.435**	**5.399.803**	**9.774.203**	**17.268.262**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	INDIVIDUAL			CONSOLIDADO		
	2022		2021	2022		2021
	2º semestre	Exercício	Exercício	2º semestre	Exercício	Exercício
LUCRO LÍQUIDO ATRIBUÍVEL AO CONTROLADOR	**5.493.435**	**9.458.459**	**15.848.435**	**5.399.803**	**9.774.203**	**17.017.896**
Participação de acionistas não controladores				332.462	564.798	250.366
LUCRO LÍQUIDO TOTAL	**5.493.435**	**9.458.459**	**15.848.435**	**5.732.265**	**10.339.001**	**17.268.262**
ITENS QUE SERÃO RECLASSIFICADOS PARA O RESULTADO	**316.695**	**1.280.971**	**(672.087)**	**335.524**	**1.300.633**	**(712.991)**
Ativos financeiros disponíveis para venda	**177.386**	**1.137.794**	**(77.438)**	**177.386**	**1.137.794**	**(77.438)**
Ganhos não realizados sobre ativos financeiros disponíveis para venda - próprios	338.249	2.169.603	(147.662)	338.249	2.169.603	(147.662)
Efeito fiscal	(160.863)	(1.031.809)	70.224	(160.863)	(1.031.809)	70.224
Participação no resultado abrangente de investimentos	**90.321**	**96.097**	**(340.659)**	**122.376**	**129.356**	**(369.475)**
Outros resultados abrangentes em investimentos	**48.988**	**47.080**	**(253.990)**	**35.762**	**33.483**	**(266.078)**
ITENS QUE NÃO SERÃO RECLASSIFICADOS PARA O RESULTADO	**828.423**	**721.757**	**3.527.733**	**828.423**	**721.757**	**3.527.733**
Remensurações de obrigações de benefícios pós emprego	1.176.655	507.965	4.081.598	1.176.655	507.965	4.081.598
Efeito fiscal	(348.232)	213.792	(553.865)	(348.232)	213.792	(553.865)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	**6.638.553**	**11.461.187**	**18.704.081**	**6.896.212**	**12.361.391**	**20.083.004**
Resultado abrangente atribuível ao controlador	6.638.553	11.461.187	18.704.081	6.544.922	11.776.932	19.862.562
Resultado abrangente atribuível aos não controladores				351.290	584.459	220.442

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais)

EVENTOS	INDIVIDUAL						
	CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
			LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	**45.000.000**	**274.150**	**4.173.687**	**24.321.948**	**(12.756.780)**		**61.013.005**
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO					2.855.646		2.855.646
Títulos disponíveis p/ venda líquidos de impostos					(418.097)		(418.097)
Avaliação atuarial líquida de impostos					3.527.733		3.527.733
Outros ajustes de avaliação parimonial					(253.990)		(253.990)
AUMENTO DE CAPITAL	23.000.000			(23.000.000)			
OUTROS		(48.629)				26.728	(21.901)
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO						15.848.435	15.848.435
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:							
Reserva Legal (Reservas de Lucros)			863.158			(863.158)	
Reserva de Loterias (Reserva de Lucros)				851.142		(851.142)	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)				10.620.647		(10.620.647)	
Juros sobre o capital próprio propostos						(3.528.319)	(3.528.319)
Dividendos propostos						(11.897)	(11.897)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	**68.000.000**	**225.521**	**5.036.845**	**12.793.737**	**(9.901.134)**		**76.154.969**
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	**68.000.000**	**225.521**	**5.036.845**	**12.793.737**	**(9.901.134)**		**76.154.969**
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO					2.002.727		2.002.727
Títulos disponíveis p/ venda líquidos de impostos					1.233.891		1.233.891
Avaliação atuarial líquida de impostos					721.757		721.757
Outros ajustes de avaliação parimonial					47.079		47.079
AUMENTO DE CAPITAL	851.000					(851.000)	
OUTROS		(1.095)				17.435	16.340
AJUSTE DE POLÍTICA DO FCVS						(1.118.971)	(1.118.971)
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO						9.458.459	9.458.459
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:							
Reserva Legal (Reservas de Lucros)			488.710			(488.710)	
Reserva de Loterias (Reserva de Lucros)				217.268		(217.268)	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)				5.099.959		(5.099.959)	
Juros sobre o capital próprio propostos						(1.699.855)	(1.699.855)
Dividendos propostos						(131)	(131)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	**68.851.000**	**224.426**	**5.525.555**	**18.110.964**	**(7.898.407)**		**84.813.538**
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022	**68.851.000**	**212.308**	**5.036.845**	**11.942.737**	**(9.043.526)**	**3.970.643**	**80.970.007**
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO					1.145.119		1.145.119
Títulos disponíveis p/ venda líquidos de impostos					267.709		267.709
Avaliação atuarial líquida de impostos					828.423		828.423
Outros ajustes de avaliação parimonial					48.987		48.987
AUMENTO DE CAPITAL				851.000		(851.000)	
OUTROS		12.118				11.817	23.935
AJUSTE DE POLÍTICA DO FCVS						(1.118.971)	(1.118.971)
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO						5.493.434	5.493.434
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:							
Reserva Legal (Reservas de Lucros)			488.710			(488.710)	
Reserva de Loterias (Reserva de Lucros)				217.268		(217.268)	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)				5.099.959		(5.099.959)	
Juros sobre o capital próprio propostos						(1.699.855)	(1.699.855)
Dividendos propostos						(131)	(131)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	**68.851.000**	**224.426**	**5.525.555**	**18.110.964**	**(7.898.407)**		**84.813.538**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA
FAZENDA

	CONSOLIDADO									
				RESERVA DE LUCROS						
EVENTOS	CAPITAL	INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	LEGAL	ESTATUTÁRIAS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	SUBTOTAL	PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES	TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	**45.000.000**	**31.808.129**	**274.150**	**4.173.687**	**24.321.948**	**(12.756.780)**		**92.821.134**		**92.821.134**
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO						2.855.646	(5.097)	2.850.549		2.850.549
Títulos disponíveis p/ venda líquidos de impostos						(418.097)	(5.097)	(423.194)		(423.194)
Avaliação atuarial líquida de impostos						3.527.733		3.527.733		3.527.733
Outros ajustes de avaliação parimonial						(253.990)		(253.990)		(253.990)
AUMENTO DE CAPITAL	23.000.000				(23.000.000)					
INCORPORAÇÃO DE REMUNERAÇÃO DE IHCD		1.745.189						1.745.189		1.745.189
VARIAÇÃO NA PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES									1.821.387	1.821.387
OUTROS			(48.629)				26.728	(21.901)		(21.901)
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO							17.268.262	17.268.262		17.268.262
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:										
Reserva Legal (Reservas de Lucros)				863.158			(863.158)			
Reserva de Loterias (Reserva de Lucros)					851.142		(851.142)			
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)					10.620.647		(10.620.647)			
Juros sobre o capital próprio propostos							(3.528.319)	(3.528.319)		(3.528.319)
Dividendos propostos							(11.897)	(11.897)		(11.897)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital							(1.414.730)	(1.414.730)		(1.414.730)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	**68.000.000**	**33.553.318**	**225.521**	**5.036.845**	**12.793.737**	**(9.901.134)**		**109.708.287**	**1.821.387**	**111.529.674**
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	**68.000.000**	**33.553.318**	**225.521**	**5.036.845**	**12.793.737**	**(9.901.134)**		**109.708.287**	**1.821.387**	**111.529.674**
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO						2.002.727		2.002.727		2.002.727
Títulos disponíveis p/ venda líquidos de impostos						1.233.891		1.233.891		1.233.891
Avaliação atuarial líquida de impostos						721.757		721.757		721.757
Outros ajustes de avaliação parimonial						47.079		47.079		47.079
AUMENTO DE CAPITAL	851.000						(851.000)			
INCORPORAÇÃO DE REMUNERAÇÃO DE IHCD		1.994.853						1.994.853		1.994.853
AJUSTE DE POLÍTICA DO FCVS							(1.118.971)	(1.118.971)		(1.118.971)
VARIAÇÃO NA PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES									424.578	424.578
OUTROS			(1.095)				17.435	16.340		16.340
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO							9.774.203	9.774.203		9.774.203
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:										
Reserva Legal (Reservas de Lucros)				488.710			(488.710)			
Reserva de Loterias (Reserva de Lucros)					217.268		(217.268)			
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)					5.099.959		(5.099.959)			
Juros sobre o capital próprio propostos							(1.699.855)	(1.699.855)		(1.699.855)
Dividendos propostos							(131)	(131)		(131)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital							(315.744)	(315.744)		(315.744)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	**68.851.000**	**35.548.171**	**224.426**	**5.525.555**	**18.110.964**	**(7.898.407)**		**120.361.709**	**2.245.965**	**122.607.674**
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022	**68.851.000**	**35.548.171**	**212.308**	**5.036.845**	**11.942.737**	**(9.043.526)**	**3.970.643**	**116.518.178**	**2.231.538**	**118.749.716**
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO						1.145.119		1.145.119		1.145.119
Títulos disponíveis p/ venda líquidos de impostos						267.709		267.709		267.709
Avaliação atuarial líquida de impostos						828.423		828.423		828.423
Outros ajustes de avaliação parimonial						48.987		48.987		48.987
AUMENTO DE CAPITAL					851.000		(851.000)			
AJUSTE DE POLÍTICA DO FCVS							(1.118.971)	(1.118.971)		(1.118.971)
VARIAÇÃO NA PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES									14.427	14.427
OUTROS			12.118				11.816	23.934		23.934
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO							5.399.803	5.399.803		5.399.803
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:										
Reserva Legal (Reservas de Lucros)				488.710			(488.710)			
Reserva de Loterias (Reserva de Lucros)					217.268		(217.268)			
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)					5.099.959		(5.099.959)			
Juros sobre o capital próprio propostos							(1.699.855)	(1.699.855)		(1.699.855)
Dividendos propostos							(131)	(131)		(131)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital							93.632	93.632		93.632
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	**68.851.000**	**35.548.171**	**224.426**	**5.525.555**	**18.110.964**	**(7.898.407)**		**120.361.709**	**2.231.538**	**122.607.674**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em Milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	INDIVIDUAL			CONSOLIDADO		
	2022		2021	2022		2021
	2º semestre	Exercício	Exercício	2º semestre	Exercício	Exercício
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS						
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	**13.528.877**	**31.962.531**	**29.769.440**	**13.628.758**	**32.634.917**	**25.396.983**
Lucro Líquido	5.493.434	9.458.459	15.848.435	5.399.803	9.774.203	17.268.262
Ajustes ao Lucro Líquido:	8.035.443	22.504.072	13.921.005	8.228.955	22.860.714	8.128.721
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Inst. Financ. Derivativos (Ativos/ Passivos)	(1.946.581)	3.714.283	5.152.310	(2.101.609)	3.477.177	5.132.046
(Ganho)/Perda em Investimentos			2.667.792			(6.862.618)
(Ganho)/Perda na Venda de Imobilizado	670	1.112	(821)	670	1.112	(821)
(Ganho)/Perda na Venda de Bens não de Uso Próprio	409.157	584.275	388.629	409.157	584.275	388.629
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	7.843.379	15.641.925	11.055.958	7.843.379	15.641.925	11.056.074
Ativo/Passivo Atuarial (Benefícios a empregados)	1.095.347	2.094.800	1.715.631	1.095.347	2.094.800	1.715.631
Depreciações e Amortizações	958.721	1.909.571	1.815.058	958.727	1.909.583	1.815.068
Impostos Diferidos	(860.511)	(3.479.738)	(1.242.348)	(863.246)	(3.479.779)	(1.267.447)
Despesas com provisões para causas judiciais	1.910.296	4.181.553	3.857.322	1.910.296	4.181.553	3.857.322
Resultado de Participação em Coligadas	(2.041.361)	(3.641.118)	(5.755.795)	(1.133.927)	(2.081.801)	(1.972.432)
Despesas com Dívidas Subordinadas e Instrumentos Híbridos	666.326	1.497.409	(5.732.731)	110.161	531.869	(5.732.731)
VARIAÇÃO PATRIMONIAL	**(26.602.932)**	**(51.242.576)**	**(97.963.129)**	**(25.638.257)**	**(49.996.564)**	**(101.047.119)**
(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.434.620	5.457.919	2.200.155	1.434.620	5.457.919	2.200.155
(Aumento) Redução em TVM para negociação	9.131.903	10.361.578	(11.204.082)	8.870.933	9.979.105	(10.032.874)
(Aumento) Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	(34.759.650)	(33.754.930)	14.036.588	(34.759.650)	(33.754.930)	14.036.588
(Aumento) Redução na Carteira de crédito	(88.840.234)	(152.987.817)	(86.521.722)	(88.172.247)	(151.759.352)	(88.849.062)
(Aumento) Redução em Outros Ativos financeiros	(981.130)	(2.167.852)	(2.483.211)	(935.133)	(2.126.077)	(2.597.898)
(Aumento) Redução em Ativos Fiscais	271.970	(191.889)	(320.743)	270.991	(199.421)	(216.213)
(Aumento) Redução em Outros Ativos	(1.034.110)	(3.854.459)	899.363	(714.216)	(2.862.103)	265.692
(Redução) Aumento em Recursos com instituições financeiras e outras	24.379.664	45.391.510	47.176.599	23.806.032	44.472.762	47.176.599
(Redução) Aumento em Recursos de clientes	25.553.484	28.897.618	(46.328.871)	25.552.728	28.896.667	(46.328.961)
(Redução) Aumento em Recursos por Emissão de Títulos e Valores Mobiliários	44.183.104	54.582.701	(5.856.184)	44.832.901	55.232.497	(7.270.914)
(Redução) Aumento em Instrumentos Financeiros Derivativos	(70.198)	(515.715)	(115.594)	(70.198)	(515.715)	(115.594)
(Redução) Aumento em Outras Passivos Financeiros	614.528	693.353	(22.867)	614.540	693.371	(22.867)
(Redução) Aumento em Provisões	(2.508.777)	(3.759.025)	(2.493.048)	(2.508.777)	(3.759.025)	(2.508.838)
(Redução) Aumento em Passivos Fiscais	(1.022.795)	(466.859)	815.624	(1.024.283)	(473.739)	864.605
(Redução) Aumento em Passivos Atuariais	(1.275.762)	(1.617.617)	(2.329.065)	(1.275.762)	(1.617.617)	(2.329.065)
(Redução) Aumento em Outros Passivos	(2.261.006)	1.684.409	(6.413.668)	(2.142.193)	1.334.595	(6.316.069)
Imposto de renda e contribuição social pagos	581.457	1.004.499	997.597	581.457	1.004.499	997.597
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**(13.074.055)**	**(19.280.045)**	**(68.193.689)**	**(12.009.499)**	**(17.361.647)**	**(75.650.136)**
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS						
Aquisição e Resgate de TVM disponíveis para venda	4.360.098	11.533.091	(21.678.592)	3.796.322	10.415.125	(19.695.405)
Aquisição e Resgate de TVM mantidos até o vencimento	(124.303)	7.525.564	(452.232)	(124.303)	7.525.564	(452.232)
(Aumento) Redução em investimentos	2.393.417	3.197.306	2.359.312	2.077.871	2.404.531	2.359.312
Dividendos recebidos de coligadas e controladas	723.565	1.892.536		523.677	1.439.466	
Alienação de Investimentos			4.973.860			8.667.431
Alienação de Imobilizado de Uso	25.039	29.772	111.855	25.039	29.772	111.855
Aquisição de Imobilizado de Uso	(336.024)	(446.466)	(876.737)	(336.024)	(446.483)	(876.737)
Baixa de Intangível	430	2.676	386.203	430	2.676	386.203
Aquisição de Intangível	(368.477)	(495.273)	(1.825.934)	(368.477)	(495.273)	(1.825.934)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**6.673.745**	**23.239.206**	**(17.002.265)**	**5.594.535**	**20.875.378**	**(11.325.507)**
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS						
Dividendos e Juros sobre capital próprio		(3.591.428)			(3.591.428)	
Remuneração de IHCD pagos		(1.447.134)	(547.895)		(1.447.134)	(547.895)
Variação da participação dos acionistas não controladores				14.427	424.578	1.800.356
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		**(5.038.562)**	**(547.895)**	**14.427**	**(4.613.984)**	**1.252.461**
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(6.400.310)**	**(1.079.401)**	**(85.743.849)**	**(6.400.537)**	**(1.100.253)**	**(85.723.182)**
MODIFICAÇÕES EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDA						
Caixa e Equivalentes no início do período	141.149.004	135.828.095	221.571.944	141.149.051	135.848.767	221.571.949
Caixa e Equivalentes no fim do período	134.748.694	134.748.694	135.828.095	134.748.514	134.748.514	135.848.767
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(6.400.310)**	**(1.079.401)**	**(85.743.849)**	**(6.400.537)**	**(1.100.253)**	**(85.723.182)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	INDIVIDUAL						CONSOLIDADO					
	2022				2021		2022				2021	
	2º semestre		Exercício		Exercício		2º semestre		Exercício		Exercício	
	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%
1. RECEITAS	**96.220.963**		**173.415.990**		**120.048.020**		**97.947.379**		**176.733.530**		**125.472.224**	
Intermediação financeira	85.779.419		155.200.728		97.136.034		85.896.165		155.384.554		97.211.779	
Prestação de serviços com tarifas	10.997.887		21.504.973		22.693.076		12.930.600		25.106.508		23.899.651	
Provisão para devedores duvidosos	(7.843.379)		(15.641.925)		(11.055.958)		(7.843.379)		(15.641.925)		(11.056.074)	
Outras	7.287.036		12.352.214		11.274.868		6.963.993		11.884.393		15.416.868	
2. DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**59.035.259**		**105.742.592**		**52.894.119**		**58.378.539**		**104.463.849**		**51.384.856**	
3. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**16.132.674**		**29.777.022**		**26.239.789**		**16.205.232**		**29.890.375**		**26.446.810**	
Materiais, energia e outros	1.630.446		3.124.324		3.045.633		1.683.720		3.214.537		3.077.192	
Processamento de dados e comunicações	1.501.080		2.589.135		2.422.862		1.502.051		2.590.920		2.423.524	
Propaganda, publicidade e promoções	230.216		282.073		310.617		230.219		282.076		310.617	
Serviços de terceiros e especializados	932.891		1.619.098		1.672.811		935.843		1.626.236		1.679.646	
Serviços de vigilância e segurança	546.838		902.685		946.851		546.920		902.829		946.904	
Outras	11.291.203		21.259.707		17.841.015		11.306.479		21.273.777		18.008.927	
Serviços delegados pelo Governo Federal	1.101.930		1.909.606		1.086.927		1.101.930		1.909.606		1.086.927	
Despesa com lotérico e parceiros comerciais	2.448.407		4.595.424		4.199.963		2.448.407		4.595.424		4.199.963	
Descontos de operações de crédito	376.236		554.451		448.034		376.236		554.451		448.034	
Despesas com cartão de crédito/débito	514.268		1.014.051		996.209		514.268		1.014.680		997.151	
Benefício pós-emprego	1.095.347		2.094.800		1.715.631		1.095.347		2.094.800		1.715.631	
Provisões operacionais diversas	3.089.189		6.176.446		5.205.317		3.089.189		6.176.446		5.305.992	
Demais	2.665.826		4.914.929		4.188.934		2.681.102		4.928.370		4.255.229	
4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	**21.053.030**		**37.896.376**		**40.914.112**		**23.363.608**		**42.379.306**		**47.640.558**	
5. RETENÇÕES	**958.721**		**1.909.571**		**1.815.058**		**958.728**		**1.909.583**		**1.815.068**	
Depreciação, amortização e exaustão	958.721		1.909.571		1.815.058		958.728		1.909.583		1.815.068	
6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (4-5)	**20.094.309**		**35.986.805**		**39.099.054**		**22.404.880**		**40.469.723**		**45.825.490**	
7. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**2.041.360**		**3.641.118**		**5.755.795**		**1.133.927**		**2.081.801**		**1.972.432**	
Resultado de equivalência patrimonial	2.041.360		3.641.118		5.755.795		1.133.927		2.081.801		1.972.432	
8. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	**22.135.669**		**39.627.923**		**44.854.849**		**23.538.807**		**42.551.524**		**47.797.922**	
9. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**22.135.669**	**100,00**	**39.627.923**	**100,00**	**44.854.849**	**100,00**	**23.538.807**	**100,00**	**42.551.524**	**100,00**	**47.797.922**	**100,00**
Pessoal	**12.572.666**	**56,80**	**23.574.167**	**59,49**	**21.687.370**	**48,35**	**12.809.707**	**54,42**	**23.977.177**	**56,35**	**21.770.480**	**45,55**
Remuneração direta	9.199.398		17.200.773		15.935.635		9.267.943		17.326.644		15.960.626	
Benefícios	2.742.637		5.160.001		4.646.647		2.906.334		5.427.936		4.703.122	
FGTS	630.631		1.213.393		1.105.088		635.430		1.222.597		1.106.732	
Impostos, taxas e contribuições	**2.901.497**	**13,11**	**4.427.612**	**11,17**	**5.719.496**	**12,75**	**3.827.210**	**16,26**	**6.063.399**	**14,25**	**6.907.822**	**14,45**
Federais	2.537.730		3.627.255		4.882.411		3.441.736		5.221.089		6.064.397	
Estaduais	295		949		772		295		949		772	
Municipais	363.472		799.408		836.313		385.179		841.361		842.653	
Remuneração de capitais de terceiros	**1.168.071**	**5,28**	**2.167.685**	**5,47**	**1.599.549**	**3,57**	**1.169.625**	**4,97**	**2.171.947**	**5,10**	**1.600.992**	**3,35**
Aluguéis	1.168.071		2.167.685		1.599.549		1.169.625		2.171.947		1.600.992	
Remuneração de capitais próprios	**5.493.435**	**24,82**	**9.458.459**	**23,87**	**15.848.434**	**35,33**	**5.732.265**	**24,35**	**10.339.001**	**24,30**	**17.518.628**	**36,65**
Juros sobre o capital próprio e dividendos	1.699.855		2.531.502		3.528.319		1.699.855		2.531.502		3.528.319	
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital							(93.632)		315.744		(1.414.730)	
Lucros retidos	3.793.580		6.926.957		12.320.115		3.793.580		6.926.957		15.655.405	
Participação dos não controladores nos lucros retidos							332.462		564.798		(250.366)	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA
FAZENDA

Nota 1 – Contexto operacional

A Caixa Econômica Federal ("CAIXA" ou "Instituição") é uma instituição financeira com 162 anos de atuação, constituída em seu modelo por meio do Decreto-Lei nº 759, de 12/08/1969, sob a forma de empresa pública, com personalidade jurídica de direito privado, e vinculada ao Governo Federal por intermédio do Ministério da Economia. Possui sede e domicílio no Setor Bancário Sul, Quadra 4, Lotes 3 e 4, Brasília, Distrito Federal, Brasil. Em conformidade com o art. 173 da Constituição Federal e com o art. 2º, §1º da Lei nº 13.303, de 30/06/2016, sua constituição como empresa pública é justificada pelo relevante interesse coletivo marcado pela promoção da cidadania e do desenvolvimento do país, tanto como instituição financeira e agente de políticas públicas, quanto como principal parceira estratégica do Estado brasileiro.

A Instituição oferece aos seus clientes uma ampla rede de atendimento em todo o território nacional, que compreende postos de atendimentos, agências, terminais de autoatendimento, correspondentes CAIXA Aqui, unidades lotéricas, unidades-caminhão e agências-barco. Ademais, mantém canais eletrônicos e digitais para ampliar o atendimento e comodidade de seus clientes.

Desenvolve suas atividades bancárias por meio da captação, em especial da poupança, e aplicação de recursos em diversas operações: carteiras comerciais; operações de câmbio; crédito ao consumidor; imobiliário e agronegócio; prestação de serviços bancários; negócios com cartões de débito e crédito; administração de fundos e carteiras de investimento e, atividades relacionadas à intermediação de títulos e valores mobiliários, contando com a atuação das suas subsidiárias CAIXA Cartões e CAIXA Asset. Atua também nos segmentos de seguros, previdência privada, capitalização e administração de consórcios, por intermédio da controlada CAIXA Seguridade S.A.

Por determinação do Governo Federal, a CAIXA administra, em caráter de exclusividade, os serviços das loterias federais, bem como exerce o monopólio das operações de penhor civil, em caráter permanente e contínuo. As Loterias CAIXA constituem uma importante fonte de recursos para o desenvolvimento social do país, tendo reflexo nos programas sociais do Governo Federal, sobretudo nas áreas de seguridade social, esporte, cultura, segurança pública, educação e saúde.

A CAIXA possui tradição e liderança no mercado de poupança, importante fonte de recursos para o crédito imobiliário e para formação de patrimônio da população brasileira. Lidera o mercado de crédito habitacional, atuando como principal agente financeiro do programa Casa Verde e Amarela. A Instituição ainda proporciona importantes avanços no desenvolvimento econômico do país nos segmentos de crédito destinados ao saneamento e infraestrutura, assim como incentiva o desenvolvimento sustentável local e a melhoria de vida dos produtores rurais através do crédito ao agronegócio.

Como principal parceira do Governo Federal na execução dos programas sociais, a CAIXA contribui ativamente para a erradicação da pobreza e para a melhoria da distribuição de renda da população brasileira. A Instituição atua no pagamento do Programa Auxílio Brasil, que é fundamental para a redução da mortalidade infantil e da evasão escolar, além do Seguro Desemprego, FGTS, Abono Salarial e aposentadoria e pensões vinculadas ao INSS.

Na figura de um dos mais tradicionais patrocinadores do esporte e de manifestações artístico-culturais do Brasil, a CAIXA acredita e investe no fomento ao esporte e na difusão da cultura como formas de incentivar a promoção da cidadania. O investimento no esporte visa tanto propiciar aos atletas brasileiros as condições adequadas de treinamento, quanto promover a educação e a inclusão social de crianças e adolescentes, abrindo oportunidades para novos talentos.

Por meio da estratégia de patrocínio, a CAIXA prioriza projetos esportivos de cunho social, apoia o desenvolvimento de atletas de base e prospecta projetos educacionais voltados ao segmento da população de menor renda. Nesse mesmo sentido, no ramo cultural, a CAIXA incentiva projetos sociais que utilizem a musicalização como ferramenta de inclusão, bem como eventos da cultura popular e projetos culturais com previsão de alcance em diversas regiões.

Por delegação do Governo Federal, a CAIXA exerce o papel de agente operador de fundos e de programas sociais, dentre os quais se destacam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), sendo o seu principal agente financeiro, do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), do Fundo do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de via Terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não (FDPVAT), do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), entre outros. Os fundos são entidades jurídicas independentes geridas por regulamentação e estrutura de governança específica e contabilidade própria, cujo patrimônio é segregado da CAIXA. Por conseguinte, a informação apresentada referente a esses fundos não é auditada no trabalho de auditoria independente das demonstrações contábeis da CAIXA.

Principais Fundos e Programas Sociais

Descrição	31/12/2022 (1)	31/12/2021
FGTS	642.181.755	605.637.000
FAR	23.572.885	26.863.895
FCVS	18.991.943	17.766.688
FDPVAT	3.773.241	3.796.291
FDS	3.483.629	3.717.652
FGHAB	3.107.795	2.882.021
FGS	1.527.849	1.421.500
FGCN	57.047	56.855
FAS	25.406	24.728
Total	**696.721.550**	**662.166.630**

(1) Posição patrimonial de acordo com o Balanço dos fundos. Os investimentos do FGO, FGHAB, FGI possuem as seguintes defasagens de data da atualização das cotas: FGO (data-base jun/22), FGHAB (data-base out/22) e FGI (data-base nov/22).

Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis

(a) Contexto

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da CAIXA são de responsabilidade da Administração.

As demonstrações contábeis de 31/12/2022 foram aprovadas pelo Conselho Diretor em 15/03/2023 e pelo Conselho de Administração em 20/03/2023.

(b) Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da CAIXA foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis n° 4.595/1964 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e n° 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações) e em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional (CMN) – Resolução CMN nº 4.818/2020, do Banco Central do Brasil (BACEN) – Resolução BCB nº 2/2020, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e das práticas contábeis adotadas no Brasil.

Essas demonstrações contêm registros que refletem os custos históricos das transações, com exceção da carteira de títulos e valores mobiliários classificados como mantidos para negociação, disponíveis para venda e os instrumentos financeiros derivativos, que são avaliados pelo valor de mercado.

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As práticas contábeis adotadas no Brasil envolvem julgamento pela Administração quanto a estimativas e premissas relativas à mensuração de provisões para perdas associadas ao risco de crédito; ativos fiscais diferidos; valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões para causas judiciais cíveis, trabalhistas e fiscais; provisões para perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros; planos de previdência complementar; ativos e passivos relacionados a benefícios pós-emprego; e determinação da vida útil de alguns ativos. Os valores definitivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas e serão conhecidos por ocasião da sua liquidação ou em virtude da revisão das metodologias adotadas. A sensibilidade dos valores contábeis às estimativas não apresenta relevante disparidade e as estimativas são avaliadas periodicamente. A natureza e o valor contábil dos ativos e passivos são apresentados nas respectivas notas explicativas.

(c) Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem a CAIXA; as controladas CAIXA Loterias, CAIXA Cartões, CAIXA Seguridade, CAIXA Asset; e o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Stone III e Fundo de Investimento Caixa Ibirapuera Renda Fixa e foram elaboradas considerando a eliminação dos saldos intercompanhia das contas patrimoniais, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

As demonstrações financeiras consolidadas para o período findo em 31 de dezembro de 2022, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e estão sendo apresentadas de maneira adicional, conforme faculdade prevista no Art.nº 77 da Resolução CMN nº 4.966/2021, às demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As demonstrações contábeis da CAIXA Loterias, da CAIXA Cartões, da CAIXA Seguridade, da CAIXA Asset, do FIDC Stone III, do FI CAIXA Ibirapuera e da CAIXA são preparadas utilizando práticas contábeis consistentes, quando há diferença são feitos ajustes de modo a convergir às práticas contábeis da CAIXA. As participações em entidades sob controle conjunto e os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial (MEP).

O resultado das subsidiárias adquiridas ou alienadas durante o período é incluído nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da aquisição ou até a data da alienação. O custo de aquisição de uma controlada é mensurado pelo valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos na data da troca.

Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independente da proporção de qualquer participação na investida. O valor excedente do custo de aquisição dos ativos líquidos identificáveis em relação ao valor justo de participação é registrado como ágio fundamentado em rentabilidade futura. Quando o custo de aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a CAIXA reconhece a diferença diretamente no resultado.

As empresas em que o conglomerado CAIXA possui participação direta ou indireta e que estão incluídas nas demonstrações consolidadas são apresentadas nas Notas Explicativas 11 e 32.

(d) Alterações nas políticas contábeis

Nova metodologia de cálculo da provisão do FCVS

O modelo de provisão para perdas com contratos com cobertura do FCVS, vigente até outubro de 2022, utilizava o método da Cadeia de Markov, com variáveis mais associadas ao risco de crédito e na probabilidade de os contratos se manterem com status de negativa de cobertura pelo administrador do FCVS.

Implementado em novembro de 2022, o modelo com nova base de avaliação para cálculo da provisão para perdas com o FCVS amparado em conceitos de risco operacional, utilizando-se de premissas e variáveis mais aderentes à realidade da situação dos contratos com cobertura do FCVS, resulta em informação contábil mais confiável e mais relevante para o usuário da informação.

A aplicação do modelo com nova base de avaliação ocorreu de modo prospectivo por ser impraticável sua aplicação retroativa, não sendo possível mensurar os efeitos específicos do período ou o efeito cumulativo da mudança já que não seria possível refletir as melhorias de processo aplicadas pelo Agente Financeiro, que impactaram a nova metodologia aplicada, em momento pretérito (Nota 10 (b)).

A mudança de política contábil pela adoção da nova base de avaliação para cálculo da provisão para perdas com o FCVS produziu efeitos nestas Demonstrações Contábeis, com incremento no saldo da provisão para perdas com FCVS ajustado em contrapartida à conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados, com reflexo no Patrimônio Líquido da CAIXA, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (Nota 23 (e)).

(e) Normas aplicáveis no período corrente e futuros

Normas aplicadas a partir de 01 de janeiro de 2022

A Resolução CMN nº 4.817/2020 dispõe sobre os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto mantidos por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os demais investimentos, sobre os quais não há influência significativa da CAIXA, são classificados como TVM e mensurados de acordo com a regulamentação específica aplicável a instrumentos financeiros.

A Resolução BCB nº 33/2020 dispõe sobre os procedimentos para a divulgação em notas explicativas de informações sobre a aquisição de participação em coligadas, controladas e controladas em conjunto, sobre as participações já registradas e sobre as operações de fusão, incorporação e cisão. Desse modo, os novos requisitos de divulgação passaram a ser evidenciados na NE 11.

A Resolução CMN n.º 4.924/2021 estabelece os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen. O banco avaliou os requisitos da norma, e não identificou impactos significativos nas práticas de mensuração, reconhecimento e evidenciação vigentes.

Normas a serem aplicadas a partir de 01 de janeiro de 2025

A Resolução CMN nº 4.966/2021 dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) em busca da convergência ao padrão internacional previsto no IFRS 9. Conforme Art. 76 da referida norma, apresentamos a seguir o plano de implementação resumido estruturado em macro ações:

Ação	Data final prevista
Desenvolver Solução Tecnológica a partir das regras de negócio	abr/24
Homologar Solução Tecnológica	jun/24
Implantar e Validar Solução Tecnológica	ago/24
Documentar Procedimentos e Políticas	dez/24

A Resolução CMN nº 4.975/2021 dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os impactos decorrentes da implementação da norma estão sob análise na CAIXA.

A Resolução BCB nº 255/2022 e a Instrução Normativa BCB nº 318/2022 dispõe sobre a utilização do padrão contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) e define os subgrupos contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif). Os impactos decorrentes da implementação do novo padrão do plano de contas Cosif estão sob análise na CAIXA.

Derivada da conversão da Medida Provisória nº. 1.128, de 05 de julho de 2022, foi promulgada a lei n°. 14.467, de 16 de novembro de 2022, que dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorrida no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Com isso, a partir de 01 de janeiro de 2025, a CAIXA deverá estar preparada para a adoção de novos procedimentos para a dedução das comentadas perdas na apuração das bases de calculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro líquido, considerando: (i) a dedutibilidade de operações com atraso superior a noventa dias, observada a aplicação dos fatores para dedução contidos na norma; e (ii) que os créditos inadimplidos e não aproveitados até 31 de dezembro de 2024, somente poderão ser deduzidos à razão de um trinta e seis avos a partir de janeiro de 2025. Os impactos decorrentes da implementação desta lei estão sob análise na CAIXA.

(f) Riscos relacionados a não conformidade com leis e regulamentos

Em maio de 2022 a Corregedoria da CAIXA instaurou investigação interna ("Investigação") para a apuração de denúncia mencionando a eventual prática de condutas inadequadas por ex-dirigente da empresa. A Investigação foi encerrada e seus resultados encaminhados ao Conselho de Administração e aos órgãos externos de controle e investigação.

O Conselho de Administração adotou procedimentos que fortaleceram a governança do banco para investigar as denúncias, proteger denunciantes e empregados do banco, bem como a própria Instituição, assim em 30 de junho de 2022, este determinou uma investigação independente ("Investigação Independente"), conduzida por escritório de advocacia.

Como medida de aprimoramento de padrões de governança, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Empresa a adequação de sua estrutura organizacional, com destaque para a migração da Corregedoria (CORED) e unidades vinculadas, anteriormente subordinadas à Presidência da Instituição, para o Conselho de Administração (CA) a partir de 20 de julho de 2022, para reforçar a autonomia e isonomia na atuação da CORED.

A Investigação Independente foi encerrada em 22 de dezembro de 2022 e seus resultados apresentados em 16 de janeiro de 2023 ao Conselho de Administração, que acolheu as recomendações e as encaminhou para implementação com o acompanhamento da Auditoria Interna, dando por finalizada seus trabalhos.

A Administração registra que condutas ilícitas não são toleradas, em especial as de assédio sexual ou de qualquer natureza, e, se comprovadamente praticadas por agentes da instituição, receberão o devido tratamento previsto na legislação e nas normas internas da empresa, respeitados o contraditório e a ampla defesa. Ainda que as investigações, interna e independente, tenham se encerrado, a CAIXA continuará colaborando com as autoridades competentes.

Nota 3 – Principais práticas, julgamentos e estimativas contábeis

(a) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais, moeda funcional da CAIXA. Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada entidade do grupo são mensurados com a moeda funcional da CAIXA.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio da moeda funcional na data do balanço patrimonial. Ganhos ou perdas decorrentes do processo de conversão são alocados no resultado do período.

(b) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são registradas na apuração do seu fato gerador, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

As receitas e despesas de natureza financeira são reconhecidas pelo critério pro rata die e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

O montante da disponibilidade em moeda nacional é apresentado pelo seu valor de face, enquanto os valores em moeda estrangeira são convertidos pela taxa cambial divulgada pelo BACEN na data de fechamento das demonstrações contábeis.

Os equivalentes de caixa (aplicações interfinanceiras de liquidez) caracterizam-se por sua alta liquidez e finalidade de atendimento a compromissos de curto prazo com vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aquisição e apresentam risco insignificante de mudança no valor de mercado.

A composição de caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota Explicativa 4.

(d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e deduzido de eventuais provisões para desvalorização, quando aplicável.

- **Venda com compromisso de recompra**: Os títulos de renda fixa de terceiros utilizados para lastrear as operações compromissadas são registrados no ativo, na data da operação, pelo valor médio contábil atualizado, por tipo e vencimento do papel. Tais captações são registradas como posição financiada.
- **Compra com compromisso de revenda:** Os financiamentos concedidos por meio de lastro com títulos de renda fixa de terceiros são registrados pelo valor de liquidação na posição bancada. Os títulos adquiridos com compromisso de revenda são transferidos para a posição financiada quando utilizados para lastrear operações de venda com compromisso de recompra.

Para as operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação, quando da venda definitiva do título, o passivo referente à obrigação de devolução do título é avaliado pelo valor de mercado.

O resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez é obtido da despesa constituída nas operações compromissadas (diferença entre os valores de recompra e de venda) e da receita constituída nas operações de financiamentos concedidos por meio de lastro com títulos de renda fixa de terceiros (diferença entre os valores de revenda e de compra).

A composição, os prazos e os rendimentos auferidos nas aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentados na Nota Explicativa 5.

(e) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para composição de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001, e são classificados em três categorias específicas, de acordo com a intenção da Administração:

- **Títulos para negociação**: são adquiridos com o objetivo de serem ativa e frequentemente negociados, sendo ajustados a valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- **Títulos disponíveis para venda**: são instrumentos que não se enquadrem nas categorias para negociação e mantidos até o vencimento. São ajustados a valor de mercado, em contrapartida à conta de "Ajuste de Avaliação Patrimonial" no patrimônio líquido, excluídos os efeitos tributários. As valorizações ou desvalorizações a valor de mercado são levadas ao resultado, pelo valor líquido dos efeitos tributários, quando das realizações dos respectivos títulos;
- **Títulos mantidos até o vencimento**: adquiridos com intenção e capacidade financeira da instituição em mantê-los em carteira até o vencimento, sendo registrados pelo custo de aquisição ou pelo valor de mercado quando reclassificados de outra categoria. São acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período, não sendo avaliados pelo valor de mercado.

Os rendimentos dos títulos, independentemente de sua classificação, são apropriados pro rata die, observando o regime de competência, com base nas suas cláusulas de remuneração, e registrados em conta de resultado.

As perdas com títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento, que não sejam consideradas temporárias, são reconhecidas no resultado do período como perdas realizadas.

A classificação, composição e segmentação dos títulos e valores mobiliários são apresentadas na Nota Explicativa 7.

(f) Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA utiliza instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de hedge (contábil ou financeiro), direcional, arbitragem ou obtenção de benefícios dos movimentos de preços efetivos ou esperados, contabilizados conforme a Circular BACEN n° 3.082/2002.

Os ajustes são contabilizados pelo valor de mercado e mantidos como ativos, quando positivos, e como passivos, quando negativos. São reavaliados subsequentemente também a valor de mercado com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos provenientes de variações cambiais e variações nas taxas de juros e impostos de passivos financeiros qualificados para hedge contábil são classificados como Hedge de Risco de Mercado. Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como os ativos e passivos financeiros relacionados, são ajustados ao valor de mercado com os ganhos e as perdas, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, é apresentada na Nota Explicativa 8.

(g) Determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros

O valor de mercado é estabelecido com a observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação dos instrumentos financeiros na data de apuração ou, na falta desse, cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Caso esse também não esteja disponível, o valor de mercado é obtido por cotações com operadores de mercado ou modelos de valorização que podem requerer julgamento pela Administração.

O valor de mercado de instrumentos financeiros negociados em mercados ativos na data-base do balanço é baseado no preço de mercado sem nenhuma dedução de custo de transação.

A marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários são registradas conforme Circular BACEN nº 3.068/2001. Seguindo as melhores práticas contábeis, o valor dos instrumentos financeiros deve ser com base no valor justo, que consiste no preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos para ativos financeiros mantidos para negociação (inclusive derivativos - ativos e passivos), ativos financeiros designados ao valor justo através do resultado, ativos financeiros disponíveis para venda e ativos financeiros mantidos até o vencimento. Entretanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou cotações e, nesses casos, faz-se necessário a adoção das estimativas de valor presente e outras técnicas para definição de preço.

Os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas indicativas fornecidas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - Anbima.

Os valores de ações são apurados com base em seus preços cotados de mercado.

Os instrumentos derivativos do tipo swaps são descontados a valor presente com base em curvas de rentabilidade que refletem os fatores apropriados de risco. Essas curvas de rentabilidade podem ser traçadas principalmente com base nos preços de troca de derivativos na B3, de títulos públicos brasileiros no mercado secundário ou de derivativos e títulos e valores mobiliários negociados no exterior, e podem ser utilizadas para obter o valor de mercado de swaps de moeda, swaps de taxa de juros e swaps com base em outros fatores de risco como commodities e índices de bolsas.

(h) Carteira de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados em nove níveis de risco, do "AA" ao "H", sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo), de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 e observando a avaliação periódica da Administração, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e aos garantidores.

A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60° dia, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível de risco "H" há mais de 6 meses e com atraso superior a 180 dias são baixadas contra a provisão e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas no momento da renegociação. As renegociações de operações que já haviam sido baixadas para prejuízo e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como de risco nível "H". Quando ocorrer amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, haverá a reclassificação da operação para categoria de menor risco. Os eventuais ganhos oriundos da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas, conforme as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração quanto à classificação do risco de crédito.

De acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.533/2008, as cessões de operações de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios permanecem registradas no ativo como "Operações de crédito". Os recursos recebidos por meio de contratos de cessão são registrados no ativo com a contrapartida no passivo, em função da obrigação assumida. As receitas e despesas referentes às cessões de crédito realizadas são reconhecidas no resultado, conforme prazo remanescente das operações.

As modalidades, os valores, os prazos, os níveis de risco, a concentração, a participação dos setores de atividade econômica, as renegociações e as receitas das operações de crédito, assim como a composição das despesas e das contas patrimoniais de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, são apresentadas na Nota Explicativa 9.

(i) Tributos

Os tributos aplicáveis à CAIXA e suas subsidiárias são apurados com base nas alíquotas apresentadas no quadro abaixo:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda (15,00% + adicional de 10,00%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL (1)	20%
PIS/Pasep (2)	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins (2)	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Até 5%

(1) A alíquota de 20% é aplicável à CAIXA, 15% para a CAIXA Asset e 9% para as demais empresas do conglomerado. No período de 1º de agosto até 31 de dezembro de 2022 a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido é elevada em 1% para os bancos e demais entidades financeiras, conforme previsão constante na Lei nº 14.446, de 02/09/2022.

(2) Para as empresas não financeiras optantes do regime de apuração não cumulativo, a alíquota do PIS/Pasep é de 1,65% e da Cofins é de 7,6%.

A constituição dos créditos tributários é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudos técnicos e análises realizadas pela Administração, considerando as alíquotas tributárias vigentes no período de realização destes ativos. A partir de 1º de janeiro de 2021, os critérios para mensuração e reconhecimento de ativos e passivos fiscais, correntes e diferidos, foram consolidados por meio da Resolução CMN nº 4.842/2020. Os créditos tributários são objeto de realização de acordo com a sua origem. Os originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição. Por sua vez, os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributáveis por meio de compensação na base de cálculo dos referidos tributos, respeitando o limite de 30% da referida base. A CAIXA reconhece os créditos tributários de IRPJ, CSLL, PASEP e COFINS sobre os ajustes negativos originados da marcação a mercado de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos apropriados no resultado e em conta destacada do patrimônio líquido.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a evidenciação dos cálculos, a origem e a previsão de realização dos créditos tributários são apresentadas na Nota Explicativa 20.

(j) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto ou empresas sobre as quais a CAIXA detenha influência significativa estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP). Para o cálculo da equivalência patrimonial dos investimentos permanentes em empresas não financeiras, os valores são ajustados para convergência com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Os demais investimentos permanentes são avaliados pelo custo de aquisição.

A composição dos valores em investimentos assim como do resultado da equivalência patrimonial é apresentada na Nota Explicativa 11.

(k) Imobilizado de uso

O imobilizado de uso é representado pelos direitos que tenham por objeto bens corpóreos de propriedade da CAIXA e destinados à manutenção de suas atividades operacionais. Esses ativos são registrados ao custo de aquisição ou formação e depreciados pelo método linear sem valor residual (Resolução CMN nº 4.535/2016).

As vidas úteis estimadas de bens do imobilizado de uso próprio são revisadas, no mínimo, ao final do exercício apresentado, com vistas a detectar variações significativas. Se forem detectadas variações, as vidas úteis dos ativos são ajustadas corrigindo-se a despesa de depreciação a ser reconhecida na demonstração do resultado em exercícios futuros com base nas novas vidas úteis.

A CAIXA não tem financiamento de ativos imobilizados, assim como não tem custos de empréstimos relacionados a estes ativos. A composição dos valores registrados em imobilizado de uso são apresentados na Nota Explicativa 12.

(l) Intangível

Os ativos intangíveis da CAIXA estão constituídos essencialmente de aquisição de folhas de pagamento e de projetos logiciais – softwares.

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e, subsequentemente, deduzida a amortização acumulada, calculada pelo método linear, observados os prazos contratuais (Resolução CMN n° 4.534/2016).

As aquisições de folhas de pagamento referem-se a valores pagos de contratos de parceria comercial com setores públicos e privados para assegurar serviços bancários de processamento de crédito de folha de pagamento e crédito consignado, manutenção de carteira de cobrança, serviços de pagamento a fornecedores e outros serviços bancários. Seu prazo de vida útil é de 5 anos e sua amortização mensal é calculada pelo resultado da divisão do valor do ativo pelo prazo de vida útil excluído o prazo de carência.

Projetos logiciais – softwares referem-se a aquisições de software e desenvolvimento interno, sendo que os desenvolvidos internamente são reconhecidos como um ativo intangível somente se a CAIXA puder identificar a capacidade de usá-los ou vendê-los, e se a geração de benefícios econômicos futuros puder ser demonstrada com confiança. Seu prazo de vida útil é de 5 anos e sua amortização é calculada mensalmente com base em 1/60 (um sessenta avos) do valor de custo do ativo. A composição dos valores registrados no ativo intangível é apresentada na Nota Explicativa 13.

(m) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas representam os pagamentos antecipados, cujo benefício ou prestação de serviço ocorrerá em períodos futuros. São registradas no ativo, observando o princípio da competência para o devido reconhecimento em resultado. A composição dos valores registrados como despesas antecipadas é apresentada na Nota Explicativa 14.

(n) Ativos não financeiros mantidos para venda e materiais de estoque

Compostos basicamente por imóveis adjudicados, imóveis recebidos por dação em pagamento de empréstimos, bem como imóveis CAIXA que eram de uso e a entidade decidiu descontinuar o seu uso. São registrados pelo menor valor entre o valor justo líquido de despesas de venda e o valor contábil, na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados. A composição dos valores registrados como outros valores e bens não de uso são apresentados na Nota Explicativa 14 (b).

(o) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A CAIXA promove a avaliação dos ativos financeiros e não financeiros no mínimo anualmente ou a qualquer tempo quando forem conhecidos fatos que interfiram em seu valor com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, é estimado valor recuperável do ativo e, caso se confirme, tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado.

O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo, líquido de despesa de venda e o seu valor em uso (Resolução CMN nº 4.924/2021).

(p) Depósitos e captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos na base *pro rata die*.

Os depósitos e captações no mercado aberto, recursos de emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses têm seus prazos e valores contabilizados em contas patrimoniais e de resultado e seus encargos são apropriados mensalmente em razão da fluência de seus prazos, conforme demonstrado nas Notas Explicativas 15, 16 e 17 respectivamente.

Por tratar-se de operações com taxas prefixadas, as captações de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários têm suas despesas apropriadas no resultado de acordo com os prazos das operações e são apresentadas como redutoras do passivo correspondente.

(q) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões passivas e das contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009.

- **Passivos contingentes**: conforme preceitua o CPC 25, os passivos contingentes não são provisionados, sendo as causas administrativas ou judiciais avaliadas como perdas possíveis apenas divulgadas nas notas explicativas. Passivos contingentes cuja avaliação da probabilidade de perda é remota não requerem provisão e tampouco divulgação. A análise e avaliação das perdas é realizada com base na opinião da Diretoria Jurídica e da Administração.

CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA **FAZENDA**

- **Provisões passivas**: são constituídas levando em consideração a opinião da Diretoria Jurídica e da Administração, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais. O registro de provisões passivas ocorre sempre que a perda for avaliada como provável, o que caracteriza uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e desde que os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança.
- **Provisão para garantias financeiras prestadas:** a provisão para garantias financeiras prestadas é constituída com base no modelo de perda esperada, a qual é suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada e reconhecida no passivo em contrapartida ao resultado do período, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016.
- **Ativos contingentes:** a CAIXA não possui ativos contingentes cuja entrada de benefícios econômicos seja praticamente certa.

O detalhamento dos passivos contingentes e das provisões, além de suas movimentações, é apresentado na Nota Explicativa 19.

(r) Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da CAIXA e relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são reconhecidos de acordo com os critérios do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), recepcionado pelo Banco Central por meio da Resolução CMN nº 4.877/2020.

Destaca-se que o Pronunciamento CPC 33 (R1) estipula para a empresa patrocinadora os parâmetros específicos para mensuração dos ativos, obrigações e, por consequência, do superávit e déficit de planos de aposentadoria. Todavia, devido às disposições legais presentes no Brasil, as demonstrações contábeis dos respectivos planos devem ser elaboradas com a observância das disposições instituídas pelo órgão competente nacional, o que conduz a apurações de superávit e déficit distintas.

Tendo-se em vista que a CAIXA já constitui provisão atuarial, atendendo às disposições do Pronunciamento CPC 33 (R1), apenas existe prerrogativa de complemento dessa provisão na hipótese de o déficit, objeto de plano de equacionamento, apurado em conformidade à legislação local se apresentar em montante superior ao provisionado pelo Pronunciamento CPC 33 (R1).

Nesta hipótese, a complementação se dá em contrapartida ao Patrimônio Líquido, conforme consta da Interpretação Técnica ICPC 20 – Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (Funding) Mínimo e sua Interação.

As avaliações atuariais são semestrais. Sendo assim, as notas de Benefícios a Empregados são elaboradas nos semestres findos em 30 de junho e 31 de dezembro e seu detalhamento é apresentado na Nota Explicativa 21.

(s) Outros ativos e passivos financeiros e não financeiros

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos em base pro rata dia e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base pro rata die. O detalhamento dos ativos e passivos não financeiros são apresentados respectivamente nas Notas Explicativas 10, 14, 18 e 22.

(t) Receitas antecipadas

Receitas recebidas antecipadamente a serem apropriadas em resultado em períodos seguintes e para as quais não há previsão, no curso normal de execução do contrato, de restituição às outras partes envolvidas no contrato. São registradas inicialmente como passivo de antecipação de receita e reconhecidas em resultado conforme a fruição do seu prazo contratual. O detalhamento das receitas antecipadas é apresentado na Nota Explicativa 18.

(u) Resultado recorrente e não recorrente

A Resolução BCB n° 2/2020 determinou a divulgação em notas explicativas, do resultado recorrente e não recorrentes de forma segregada. Para fins do disposto na Resolução, considera-se resultado não recorrente o resultado que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O detalhamento do resultado recorrente e não recorrente é apresentado na Nota Explicativa 34.

(v) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- **Eventos que originam ajustes:** são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- **Eventos que não originam ajustes:** são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos e divulgados na Nota Explicativa 36 de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 24 – Eventos Subsequentes, aprovado pela Resolução CMN nº 4.818/2020.

Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa

Os valores reconhecidos como caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez adquiridas com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias e com risco insignificante de mudança no valor justo.

INDIVIDUAL		
Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Total de disponibilidades (caixa)	**11.701.432**	**12.349.967**
Disponibilidade em moeda nacional (1)	11.431.613	12.078.580
Disponibilidade em moeda estrangeira	269.819	271.387
Aplicações interfinanceiras de liquidez	**123.047.263**	**123.478.128**
Total	**134.748.695**	**135.828.095**

(1) Os itens de Caixa e equivalentes de caixa são coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item "Disponibilidade em moeda nacional" que em 31/12/2022 apresenta na demonstração consolidada o montante de R$ 11.431.433 (31/12/2021 – R$ 12.099.252).

Nota 5 – Aplicações interfinanceiras de liquidez

(a) Composição e classificação da carteira por prazo

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO						
Descrição	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2022	31/12/2021
Aplicações no mercado aberto - posição bancada	**34.548.919**	**-**	**-**	**-**	**34.548.919**	**39.544.787**
Letras financeiras do tesouro	9.369.074	-	-	-	9.369.074	56.295
Letras do tesouro nacional	508.953	-	-	-	508.953	1.000.000
Notas do tesouro nacional	24.670.892	-	-	-	24.670.892	38.488.492
Aplicações no mercado aberto - posição financiada	**88.498.344**	**-**	**-**	**-**	**88.498.344**	**83.702.805**
Letras financeiras do tesouro	29.012.627	-	-	-	29.012.627	-
Notas do tesouro nacional	59.485.717	-	-	-	59.485.717	83.702.805
Aplicações em depósitos interfinanceiros	**-**	**93.722**	**1.552.207**	**139.162**	**1.785.091**	**7.473.547**
Depósitos interfinanceiros	-	-	-	-	-	381.030
Depósitos interfinanceiros - crédito rural	-	93.722	1.552.207	140.153	1.786.082	7.096.672
Provisão para perdas em depósitos interfinanceiros	-	-	-	(991)	(991)	(4.155)
Total	**123.047.263**	**93.722**	**1.552.207**	**139.162**	**124.832.354**	**130.721.139**
Ativo circulante					124.693.192	130.272.666
Ativo não circulante					139.162	448.473

(a.1) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações

Os saldos das aplicações em letras financeiras do tesouro, letras do tesouro nacional, depósitos interfinanceiros e em letras financeiras incluem acordos de compensação e liquidação de obrigações firmados entre a CAIXA e os Bancos BMG, BTG Pactual S.A., Banco DAYCOVAL, Banco Mercantil do Brasil, BASER, Bank of America Merrill Lynch, Sicoob e Cresol, conforme Resolução CMN n° 3.263/2005, nos montantes discriminados abaixo:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Letras financeiras do tesouro	**-**	**1.689.471**
BTG Pactual S.A	-	1.056.016
Sicoob S.A	-	633.455
Letras do tesouro nacional	**-**	**293.213**
Bank of America Merrill Lynch S.A	-	267.763
Coop. Central Cred. Rural Interação Solid. BASER	-	25.450
Depósitos interfinanceiros	**68.060**	**23.672**
BMG S.A	8.634	23.594
DAYCOVAL	-	78
Banco Mercantil do Brasil	59.426	-
Letras financeiras	**-**	**11.506**
Cresol	-	11.506
Total	**68.060**	**2.017.862**

(b) Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2022		2021
	2º semestre	Exercício	Exercício
Rendas de aplicações no mercado aberto	**9.458.084**	**17.408.780**	**7.131.344**
Posição bancada	1.940.350	4.244.725	2.438.476
Posição financiada	7.517.734	13.164.055	4.692.868
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	**63.749**	**112.255**	**138.840**
Total	**9.521.833**	**17.521.035**	**7.270.184**

Nota 6 – Depósitos no Banco Central

(a) Créditos vinculados - depósitos no BACEN

Compostos por recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária e não estão disponíveis para financiar as operações de rotina da CAIXA.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	Remuneração	31/12/2022	31/12/2021
Compulsório sobre depósito à vista	Não remunerado	8.430.587	4.573.060
Compulsório sobre depósito de poupança	Índice da poupança	56.168.861	51.015.414
Compulsório sobre depósitos à prazo	Taxa SELIC	13.738.285	10.167.758
Conta de pagamentos instantâneos	Não remunerado	4.552.325	4.378.896
Depósitos voluntários	Taxa SELIC	21.000.000	-
Total		**103.890.058**	**70.135.128**
Ativo circulante		103.890.058	70.135.128
Ativo não circulante		-	-

(b) Resultado das aplicações no Banco Central

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2022		2021
	2° semestre	Exercício	Exercício
Depósitos de poupança	2.251.806	4.089.132	1.996.120
Depósitos voluntários no Banco Central	349.813	349.813	-
Exigibilidade sobre recursos a prazo	563.945	1.005.635	432.131
Total	**3.165.564**	**5.444.580**	**2.428.251**

Nota 7 – Títulos e valores mobiliários

(a) Composição

INDIVIDUAL						
Descrição	Carteira Própria – Livre	Vinculados			31/12/2022	31/12/2021
		Compromisso de Recompra	Prestação de Garantias	Banco Central		
Títulos públicos	**45.544.091**	**151.354.354**	**14.597.957**	**7.848.826**	**219.345.228**	**254.307.376**
Letras financeiras do tesouro	13.221.348	84.978.496	14.591.994	7.848.826	120.640.664	149.755.428
Letras do tesouro nacional	22.305.409	66.375.858	1.431	-	88.682.698	93.622.025
Notas do tesouro nacional	9.797.228	-	4.532	-	9.801.760	10.704.565
Tesouro nacional/securitização	220.106	-	-	-	220.106	225.358
Títulos – empresas	**14.456.216**	**3.241.769**	**-**	**-**	**17.697.985**	**13.345.871**
Debêntures	3.899.146	1.745.673	-	-	5.644.819	2.514.464
Notas Promissórias	213.050	-	-	-	213.050	-
Cotas de fundos (1)	3.055.436	-	-	-	3.055.436	1.967.252
Certificado de recebíveis imobiliários	1.915.265	1.496.096	-	-	3.411.361	3.441.857
Ações	32.745	-	-	-	32.745	71.021
Letras financeiras	5.340.574	-	-	-	5.340.574	5.351.277
Total	**60.000.307**	**154.596.123**	**14.597.957**	**7.848.826**	**237.043.213**	**267.653.247**
Ativo circulante					122.316.380	141.276.853
Ativo não circulante					114.726.833	126.376.394

(1) Os investimentos do FGO, FGHAB, FGI e ANBIMA foram reclassificados e enquadrados como instrumentos financeiros de acordo com a Resolução CMN nº 4.817/2020. Os referidos fundos possuem as seguintes defasagens de data da atualização das cotas: FGO (data-base jun/22), FGHAB (data-base out/22) e FGI (data-base nov/22).

CONSOLIDADO						
Descrição	Carteira Própria – Livre	Vinculados			31/12/2022	31/12/2021
		Compromisso de Recompra	Prestação de Garantias	Banco Central		
Títulos públicos	**45.968.668**	**151.354.354**	**14.597.957**	**7.848.826**	**219.769.805**	**254.308.652**
Letras financeiras do tesouro	13.645.925	84.978.496	14.591.994	7.848.826	121.065.241	149.756.704
Letras do tesouro nacional	22.305.409	66.375.858	1.431	-	88.682.698	93.622.025
Notas do tesouro nacional	9.797.228	-	4.532	-	9.801.760	10.704.565
Tesouro nacional/securitização	220.106	-	-	-	220.106	225.358
Títulos – empresas	**14.647.212**	**3.241.769**	**-**	**-**	**17.888.981**	**12.222.623**
Debêntures	3.899.146	1.745.673	-	-	5.644.819	2.514.464
Notas Promissórias	213.050	-	-	-	213.050	-
Cotas de fundos (1)	3.246.432	-	-	-	3.246.432	844.004
Certificado de recebíveis imobiliários	1.915.265	1.496.096	-	-	3.411.361	3.441.857
Ações	32.745	-	-	-	32.745	71.021
Letras financeiras	5.340.574	-	-	-	5.340.574	5.351.277
Total	**60.615.880**	**154.596.123**	**14.597.957**	**7.848.826**	**237.658.786**	**266.531.275**
Ativo circulante					122.931.954	140.154.881
Ativo não circulante					114.726.832	126.376.394

(1) Os investimentos do FGO, FGHAB, FGI e ANBIMA foram reclassificados e enquadrados como instrumentos financeiros de acordo com a Resolução CMN nº 4.817/2020. Os referidos fundos possuem as seguintes defasagens de data da atualização das cotas: FGO (data-base jun/22), FGHAB (data-base out/22) e FGI (data-base nov/22).

(b) Classificação da carteira por prazo

Em 31/12/2022 a classificação por prazo da carteira de TVM – Títulos e valores mobiliários apresenta a segregação a seguir:

INDIVIDUAL									
Descrição	Custo ajustado ao valor recuperável	Ajuste a mercado resultado	Ajuste a mercado patrimônio líquido	Valor contábil	Valor de mercado	Sem vencimento	01 a 90 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
Títulos públicos	**221.551.582**	**(2.138.729)**	**(67.625)**	**219.345.228**	**219.322.345**	**-**	**7.641.988**	**4.318.561**	**207.384.679**
Letras financeiras do tesouro	120.606.173	64.394	(29.903)	120.640.664	120.640.664	-	366.976	1.507.384	118.766.304
Letras do tesouro nacional	90.891.845	(2.186.065)	(23.082)	88.682.698	88.682.698	-	1.902.677	2.811.177	83.968.844
Notas do tesouro nacional	9.816.807	(17.058)	2.011	9.801.760	9.778.877	-	5.372.335	-	4.429.425
Tesouro nacional/securitização	236.757	-	(16.651)	220.106	220.106	-	-	-	220.106
Títulos – empresas	**15.944.505**	**(82.798)**	**1.836.278**	**17.697.985**	**17.021.389**	**3.088.181**	**-**	**916.101**	**13.693.703**
Debêntures	5.597.266	-	47.553	5.644.819	4.821.228	-	-	486.061	5.158.758
Notas promissórias	192.601	-	20.449	213.050	213.050	-	-	-	213.050
Cotas de fundos	1.374.704	-	1.680.732	3.055.436	3.055.436	3.055.436	-	-	-
Certificado de recebíveis imobiliários	3.439.954	-	(28.593)	3.411.361	3.558.356	-	-	-	3.411.361
Ações	124.743	(82.798)	(9.200)	32.745	32.745	32.745	-	-	-
Letras financeiras	5.215.237	-	125.337	5.340.574	5.340.574	-	-	430.040	4.910.534
Total – TVM	**237.496.087**	**(2.221.527)**	**1.768.653**	**237.043.213**	**236.343.734**	**3.088.181**	**7.641.988**	**5.234.662**	**221.078.382**
Para negociação	114.470.996	(2.221.527)	-	112.249.469	112.249.469	17.650	1.561.709	4.318.561	106.351.549
Disponíveis para venda	112.899.047	-	1.768.653	114.667.700	114.667.700	3.070.531	707.944	916.101	109.973.124
Mantidos até o vencimento	10.126.044	-	-	10.126.044	9.426.565	-	5.372.335	-	4.753.709
Total	**237.496.087**	**(2.221.527)**	**1.768.653**	**237.043.213**	**236.343.734**	**3.088.181**	**7.641.988**	**5.234.662**	**221.078.382**

CONSOLIDADO									
Descrição	Custo ajustado ao valor recuperável	Ajuste a mercado resultado	Ajuste a mercado patrimônio líquido	Valor contábil	Valor de mercado	Sem vencimento	01 a 90 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
Títulos públicos	**221.942.381**	**(2.104.951)**	**(67.625)**	**219.769.805**	**219.746.922**	**-**	**7.641.988**	**4.318.561**	**207.809.256**
Letras financeiras do tesouro	120.996.972	98.172	(29.903)	121.065.241	121.065.241	-	366.976	1.507.384	119.190.881
Letras do tesouro nacional	90.891.845	(2.186.065)	(23.082)	88.682.698	88.682.698	-	1.902.677	2.811.177	83.968.844
Notas do tesouro nacional	9.816.807	(17.058)	2.011	9.801.760	9.778.877	-	5.372.335	-	4.429.425
Tesouro nacional/securitização	236.757	-	(16.651)	220.106	220.106	-	-	-	220.106
Títulos – empresas	**15.932.173**	**120.530**	**1.836.278**	**17.888.981**	**17.212.385**	**3.279.177**	**-**	**916.101**	**13.693.703**
Debêntures	5.597.266	-	47.553	5.644.819	4.821.228	-	-	486.061	5.158.758
Notas promissórias	192.601	-	20.449	213.050	213.050	-	-	-	213.050
Cotas de fundos	1.362.372	203.328	1.680.732	3.246.432	3.246.432	3.246.432	-	-	-
Certificado de recebíveis imobiliários	3.439.954	-	(28.593)	3.411.361	3.558.356	-	-	-	3.411.361
Ações	124.743	(82.798)	(9.200)	32.745	32.745	32.745	-	-	-
Letras financeiras	5.215.237	-	125.337	5.340.574	5.340.574	-	-	430.040	4.910.534
Total – TVM	**237.874.554**	**(1.984.421)**	**1.768.653**	**237.658.786**	**236.959.307**	**3.279.177**	**7.641.988**	**5.234.662**	**221.502.959**
Para negociação	115.698.749	(1.984.421)	-	113.714.328	113.714.328	1.057.931	1.561.709	4.318.561	106.776.127
Disponíveis para venda	112.049.761	-	1.768.653	113.818.414	113.818.414	2.221.246	707.944	916.101	109.973.123
Mantidos até o vencimento	10.126.044	-	-	10.126.044	9.426.565	-	5.372.335	-	4.753.709
Total	**237.874.554**	**(1.984.421)**	**1.768.653**	**237.658.786**	**236.959.307**	**3.279.177**	**7.641.988**	**5.234.662**	**221.502.959**

(c) Classificação da carteira por categoria e por prazo

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado, os valores são estimados a partir de modelo de marcação a mercado baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e das curvas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características dos títulos e valores mobiliários e as curvas a partir das informações/dados dos preços/taxas de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de swap.

Para cotas de fundos de investimento são utilizados os valores da cota calculados pelo administrador do fundo como sendo o valor justo.

(c.1) Categoria I - Títulos para negociação

Os ajustes de mercado nesta categoria impactam diretamente o resultado da instituição.

Os títulos da categoria "I – Títulos para negociação" são classificados no ativo circulante, conforme Circular BACEN nº 3.068/2001.

CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA **FAZENDA**

INDIVIDUAL										
	31/12/2022							31/12/2021		
Descrição	Sem Vencimento	01 a 90 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste a mercado resultado	Valor de mercado	Custo	Ajuste a mercado resultado	Valor de mercado
Títulos públicos	**-**	**1.561.709**	**4.318.561**	**106.351.549**	**114.370.548**	**(2.138.729)**	**112.231.819**	**129.907.702**	**(5.113.421)**	**124.794.281**
Letras financeiras do tesouro	-	3.357	1.507.384	20.015.158	21.461.505	64.394	21.525.899	31.956.135	9.194	31.965.329
Letras do tesouro nacional	-	1.558.352	2.811.177	83.659.376	90.214.970	(2.186.065)	88.028.905	95.259.761	(5.102.816)	90.156.945
Notas do tesouro nacional	-	-	-	2.677.015	2.694.073	(17.058)	2.677.015	2.691.806	(19.799)	2.672.007
Títulos - empresas	**17.650**	**-**	**-**	**-**	**100.448**	**(82.798)**	**17.650**	**100.448**	**(62.155)**	**38.293**
Ações	17.650	-	-	-	100.448	(82.798)	17.650	100.448	(62.155)	38.293
Total	**17.650**	**1.561.709**	**4.318.561**	**106.351.549**	**114.470.996**	**(2.221.527)**	**112.249.469**	**130.008.150**	**(5.175.576)**	**124.832.574**

CONSOLIDADO										
	31/12/2022							31/12/2021		
Descrição	Sem Vencimento	01 a 90 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo ajustado ao valor recuperável	Ajuste a mercado resultado	Valor de mercado	Custo ajustado ao valor recuperável	Ajuste a mercado resultado	Valor de mercado
Títulos públicos	**-**	**1.561.709**	**4.318.561**	**106.776.127**	**114.761.348**	**(2.104.951)**	**112.656.397**	**129.908.927**	**(5.113.370)**	**124.795.557**
Letras financeiras do tesouro	-	3.357	1.507.384	20.439.736	21.852.305	98.172	21.950.477	31.957.360	9.245	31.966.605
Letras do tesouro nacional	-	1.558.352	2.811.177	83.659.376	90.214.970	(2.186.065)	88.028.905	95.259.761	(5.102.816)	90.156.945
Notas do tesouro nacional	-	-	-	2.677.015	2.694.073	(17.058)	2.677.015	2.691.806	(19.799)	2.672.007
Títulos - empresas	**1.057.931**	**-**	**-**	**-**	**937.401**	**120.530**	**1.057.931**	**924.239**	**(41.942)**	**882.297**
Cotas de fundos	1.040.281	-	-	-	836.953	203.328	1.040.281	823.791	20.213	844.004
Ações	17.650	-	-	-	100.448	(82.798)	17.650	100.448	(62.155)	38.293
Total	**1.057.931**	**1.561.709**	**4.318.561**	**106.776.127**	**115.698.749**	**(1.984.421)**	**113.714.328**	**130.833.166**	**(5.155.312)**	**125.677.854**

(c.2) Categoria II - Títulos disponíveis para venda

Os títulos e valores mobiliários classificados nesta categoria são passíveis de aplicação de testes de *impairment* periódicos, conforme estabelece a Circular BACEN nº 3.068/2001.

Os papéis que compõem a carteira de TVM Disponíveis para venda sofreram ajustes por perda no valor recuperável (*Impairment*) de R$ 178.333 no Exercício de 2022 (R$ 9.977 no Exercício de 2021).

Os ajustes de mercado nesta categoria impactam diretamente o patrimônio líquido da instituição.

INDIVIDUAL										
	31/12/2022							31/12/2021		
Descrição	Sem vencimento	01 a 91 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo ajustado ao valor recuperável	Ajuste a mercado patrimônio líquido	Valor de mercado	Custo ajustado ao valor recuperável	Ajuste a mercado patrimônio líquido	Valor de mercado
Títulos públicos	**-**	**707.944**	**-**	**99.533.985**	**100.309.554**	**(67.625)**	**100.241.929**	**115.659.351**	**(675.536)**	**114.983.815**
Letras financeiras do tesouro	-	363.619	-	98.751.146	99.144.668	(29.903)	99.114.765	110.315.097	(275.246)	110.039.851
Letras do tesouro Nacional	-	344.325	-	309.468	676.875	(23.082)	653.793	3.788.073	(322.993)	3.465.080
Notas do tesouro nacional	-	-	-	253.265	251.254	2.011	253.265	1.319.563	(66.037)	1.253.526
Tesouro nacional/ securitizados	-	-	-	220.106	236.757	(16.651)	220.106	236.618	(11.260)	225.358
Títulos – empresas	**3.070.531**	**-**	**916.101**	**10.439.139**	**12.589.493**	**1.836.278**	**14.425.771**	**9.920.641**	**264.609**	**10.185.250**
Debêntures	-	-	486.061	4.049.457	4.487.965	47.553	4.535.518	1.503.547	460	1.504.007
Nota Promissória	-	-	-	213.050	192.601	20.449	213.050	-	-	-
Cotas de fundos	3.055.436	-	-	-	1.374.704	1.680.732	3.055.436	1.903.521	63.731	1.967.252
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	1.266.098	1.294.691	(28.593)	1.266.098	1.275.356	54.630	1.329.986
Ações	15.095	-	-	-	24.295	(9.200)	15.095	78.253	(45.525)	32.728
Letras Financeiras	-	-	430.040	4.910.534	5.215.237	125.337	5.340.574	5.159.964	191.313	5.351.277
Total	**3.070.531**	**707.944**	**916.101**	**109.973.124**	**112.899.047**	**1.768.653**	**114.667.700**	**125.579.992**	**(410.927)**	**125.169.065**

CONSOLIDADO										
	31/12/2022							31/12/2021		
Descrição	Sem vencimento	01 a 90 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo ajustado ao valor recuperável	Ajuste a mercado patrimônio líquido	Valor de mercado	Custo ajustado ao valor recuperável	Ajuste a mercado patrimônio líquido	Valor de mercado
Títulos públicos	**-**	**707.944**	**-**	**99.533.984**	**100.309.553**	**(67.625)**	**100.241.928**	**115.659.351**	**(675.536)**	**114.983.815**
Letras financeiras do tesouro	-	363.619	-	98.751.145	99.144.667	(29.903)	99.114.764	110.315.097	(275.246)	110.039.851
Letras do tesouro Nacional	-	344.325	-	309.468	676.875	(23.082)	653.793	3.788.073	(322.993)	3.465.080
Notas do tesouro nacional	-	-	-	253.265	251.254	2.011	253.265	1.319.563	(66.037)	1.253.526
Tesouro nacional/ securitizados	-	-	-	220.106	236.757	(16.651)	220.106	236.618	(11.260)	225.358
Títulos – empresas	**2.221.246**	**-**	**916.101**	**10.439.139**	**11.740.208**	**1.836.278**	**13.576.486**	**7.953.389**	**264.609**	**8.217.998**
Debêntures	-	-	486.061	4.049.457	4.487.965	47.553	4.535.518	1.503.547	460	1.504.007
Nota Promissória	-	-	-	213.050	192.601	20.449	213.050	-	-	-
Cotas de fundos	2.206.151	-	-	-	525.419	1.680.732	2.206.151	(63.731)	63.731	-
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	1.266.098	1.294.691	(28.593)	1.266.098	1.275.356	54.630	1.329.986
Ações	15.095	-	-	-	24.295	(9.200)	15.095	78.253	(45.525)	32.728
Letras Financeiras	-	-	430.040	4.910.534	5.215.237	125.337	5.340.574	5.159.964	191.313	5.351.277
Total	**2.221.246**	**707.944**	**916.101**	**109.973.123**	**112.049.761**	**1.768.653**	**113.818.414**	**123.612.740**	**(410.927)**	**123.201.813**

(c.3) Categoria III - Títulos mantidos até o vencimento

Os títulos e valores mobiliários classificadas na Categoria III são passíveis de aplicação de testes de impairment periódicos, conforme estabelece a Circular BACEN nº 3.068/2001.

Os papéis que compõem a carteira de TVM mantidos até o vencimento não sofreram ajustes por perda no valor recuperável (impairment) no período.

Os títulos desta categoria foram marcados a mercado exclusivamente para fins de divulgação e análise, não produzindo efeitos no Resultado ou no Patrimônio Líquido. Os ativos que estiverem nesta categoria sensibilizam o balanço da CAIXA apenas com o seu valor de custo amortizado.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO						
	31/12/2022				31/12/2021	
Descrição	01 a 90 dias	Acima de 360 dias	Custo ajustado ao valor recuperável	Valor de mercado	Custo ajustado ao valor recuperável	Valor de mercado
Títulos públicos	**5.372.335**	**1.499.145**	**6.871.480**	**6.848.597**	**14.529.280**	**14.558.290**
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	7.750.248	7.749.807
Notas do tesouro nacional	5.372.335	1.499.145	6.871.480	6.848.597	6.779.032	6.808.483
Títulos – empresas	**-**	**3.254.564**	**3.254.564**	**2.577.968**	**3.122.328**	**2.647.247**
Debêntures	-	1.109.301	1.109.301	285.710	1.010.457	256.896
Certificado de recebíveis imobiliários	-	2.145.263	2.145.263	2.292.258	2.111.871	2.390.351
Total	**5.372.335**	**4.753.709**	**10.126.044**	**9.426.565**	**17.651.608**	**17.205.537**

(d) Resultado com títulos e valores mobiliários

	INDIVIDUAL			CONSOLIDADO		
	2022		2021	2022		2021
Descrição	2º semestre	Exercício	Exercício	2º semestre	Exercício	Exercício
Ativos financeiros mantidos para negociação	7.011.891	10.348.867	(1.272.561)	7.102.603	10.497.443	(1.232.599)
Ativos financeiros disponíveis para venda	7.381.583	13.263.086	5.691.162	7.309.846	13.094.314	5.572.778
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	566.968	1.228.555	1.335.392	566.968	1.228.555	1.335.392
Outros	(420)	(988)	(1.217)	(420)	(988)	(1.217)
Total	**14.960.022**	**24.839.520**	**5.752.776**	**14.978.997**	**24.819.324**	**5.674.354**

Nota 8 – Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (IFD), registrados em contas patrimoniais e contas de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar a sua exposição a risco (hedge). Essas operações envolvem contratos futuros de DI, dólar, cupom cambial e contratos de swaps.

Os instrumentos financeiros derivativos, quando utilizados como instrumentos de hedge, destinam-se à proteção contra variações cambiais e variações nas taxas de juros de ativos e passivos.

A CAIXA utiliza duas estratégias de atuação no mercado de instrumentos derivativos:

1. Hedge de outros instrumentos financeiros tanto da carteira de negociação quanto da carteira bancária;
2. Rentabilização da carteira de negociação.

O principal risco de mercado associado à primeira estratégia, ligado ao hedge de valor justo das operações de crédito, é a exposição à variação da taxa de juros para a parcela inefetiva do hedge.

Em relação à segunda estratégia, o principal risco de mercado é associado à variação no preço dos instrumentos derivativos. Essas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

A CAIXA atualmente não opera com derivativos sujeitos a variações de preços não lineares, o que torna essas variações menos amplas.

A Instituição gerencia o risco de mercado no contexto da carteira de negociação, objetivando controlar a exposição a esse risco, a perda esperada e o consumo de capital para cobrir esse risco.

Diariamente são apuradas a exposição líquida a risco de mercado, o VaR – Value at Risk, a concentração em fatores de risco, a estrutura a termo, a duration e a alocação de capital da carteira de negociação. Além disso, semanalmente são realizados testes de estresse.

A CAIXA possui uma estrutura de limites para esses indicadores, que são acompanhados diariamente e reportados à governança de riscos quando ocorre alguma extrapolação.

Os derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores, ou para comprar/vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos. Os contratos de swap são registrados com ou sem garantia na B3.

No caso do registro com garantia, há uma clearing que fica responsável pelo cálculo dos ajustes diários e da margem de garantia a ser depositada para o pagamento em caso de default de alguma das partes. Assim, é a clearing que se torna contraparte dos contratos. Neste tipo de registro, portanto, não há risco de crédito.

No caso de registro sem garantia, não há uma clearing que calcula os ajustes diários e garante os pagamentos; os valores são calculados entre as partes. Nestes casos, porém, há a possibilidade de assinatura de contratos (Contrato Global de Derivativos – CGD e Cessão Fiduciária) onde são estabelecidas cláusulas que garantem o pagamento entre as partes. Inclusive, nesta modalidade, há um limite de crédito definido que, quando ultrapassado, requer a necessidade de depósito de ativos em conta de garantia, que é administrada pelas partes. Neste caso, há risco de crédito até o limite estabelecido em contrato.

As posições dos contratos futuros têm os seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os ajustes em contas patrimoniais.

A CAIXA não possui instrumento derivativo que tenha ganhos ou perdas registradas em conta destacada do patrimônio líquido, fato que ocorre somente em estruturas de hedge account de fluxo de caixa.

A Caixa Econômica Federal, na qualidade de agente operador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, é responsável pela operacionalização dos ativos e passivos do Fundo, prestando garantia de rentabilidade mínima aos ativos do FGTS nos termos da Lei n° 8.036/1990 e das Resoluções do Conselho Curador do FGTS n° 578/2008, 591/2009, 637/2010, 681/2012, 764/2014, 553/2007, 633/2010, 295/1998, 570/2008, 649/2010 e 798/2016.

Dada sua obrigação legal e conforme regramento contábil vigente, a CAIXA deve mensurar, no mínimo anualmente, o valor contábil a ser reconhecido referente à garantia de rentabilidade mínima assumida com o FGTS.

Tendo em vista que a CAIXA presta ao FGTS uma garantia financeira cuja obrigação mínima será zero caso a remuneração mínima seja atingida e não há benefício caso a performance seja superior ao acordado, a presente obrigação se caracteriza como um derivativo passivo decorrente das obrigações previstas para a administração do FGTS.

Dessa forma o Derivativo FGTS visa reconhecer contabilmente nas demonstrações financeiras da CAIXA o valor contábil a título de garantia de rentabilidade mínima assumida frente ao FGTS, o qual deverá corresponder à estimativa de perda real dos investimentos realizados, consideradas as devidas compensações previstas na norma.

(a) *Hedge* Contábil

A CAIXA estabeleceu estruturas de hedge de valor justo para proteger-se da exposição à variação no risco de mercado no pagamento de juros e principal das emissões externas e das emissões em letras financeiras indexadas ao IPCA e para proteção da variação da taxa de juros para as operações de crédito.

O hedge contábil das emissões externas tem como objetivo a proteção da variação do dólar e do cupom de dólar no pagamento do principal, dos juros e do imposto de 15% sobre o pagamento dos juros, objeto do hedge.

A estrutura é construída para os saldos internalizados e a proteção ocorre por meio de contratos de swap, conforme descrito:

- Ponta Ativa *Swap*: variação do Dólar + cupom;
- Ponta Passiva *Swap*: % da variação do DI.

O hedge contábil estruturado para as letras financeiras indexadas ao IPCA tem como objetivo a proteção da variação do IPCA e do cupom de IPCA, objeto do hedge, e a proteção ocorre por meio de contratos de swap, conforme descrito:

- Ponta Ativa *Swap*: variação do IPCA + cupom;
- Ponta Passiva *Swap*: % da variação do DI.

O hedge contábil estruturado para as operações de crédito ativas, denominado Macro Hedge da carteira bancária, tem como objetivo a proteção do valor de mercado de contratos de crédito, e a proteção ocorre por meio de contratos de futuros DI, conforme descrito:

- Ponta Ativa Futuro de DI: % da variação do DI;
- Ponta Passiva Futuro de DI: Taxa pré-fixada.

Pelo fato de haver o casamento dos fluxos futuros do objeto do hedge, no caso das emissões externas e das letras financeiras, e da ponta ativa do swap, a efetividade das operações se mantém próxima de 100%, dentro do intervalo de 80% e 125% estabelecido na Circular BACEN n° 3.082/2002.

O mesmo patamar de efetividade é observado no hedge das operações de crédito.

O item Ajuste a Valor de Mercado dos instrumentos de hedge consiste no ajuste acumulado dos contratos de swap e futuros DI.

(a.1) *Hedge* Contábil

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO – HEDGE CONTÁBIL								
	31/12/2022				31/12/2021			
	Instrumentos de *Hedge*			Objeto de *Hedge*	Instrumentos de *Hedge*			Objeto de *Hedge*
Estratégia	Valor Principal	Juros	Ajuste a Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor Principal	Juros	Ajuste a Valor de Mercado	Valor Contábil
Risco cambial								
Hedge emissões externas (1)	-	-	-	-	1.974.403	847.919	1.314.710	2.791.072
Risco de taxa de juros								
Hedge de letras financeiras	772.650	1.525.557	551.384	2.304.246	772.650	1.267.041	527.265	2.042.984
Total	**772.650**	**1.525.557**	**551.384**	**2.304.246**	**2.747.053**	**2.114.960**	**1.841.975**	**4.834.056**

(1) Tranche sênior com vencimento em nov/22 foi liquidada.

(a.2) Macro *Hedge* da carteira bancária

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO								
Estratégia	31/12/2022				31/12/2021			
	Instrumentos de *Hedge*		Objeto de *Hedge*		Instrumentos de *Hedge*		Objeto de *Hedge*	
Risco de taxa de juros	Valor Nominal	Variação de valor de mercado	Valor de mercado	Ajuste de marcação a mercado	Valor Nominal	Variação de valor de mercado	Valor de mercado	Ajuste de marcação a mercado
Hedge de operações de crédito	20.528.687	166.741	19.222.335	(171.448)	12.464.940	449.129	11.575.436	(431.458)

(a.3) Estrutura temporal do *hedge*

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO						
	31/12/2022			31/12/2021		
Vencimento	*Hedge* da Carteira Bancária	*Hedge* de Emissões Externas	*Hedge* de Letras Financeiras	*Hedge* da Carteira Bancária	*Hedge* de Emissões Externas	*Hedge* de Letras Financeiras
2022	-	-	-	7.942.063	1.974.403	-
2023	13.615.388	-	562.000	3.244.582	-	562.000
2024	6.779.753	-	203.450	1.152.965	-	203.450
2025	133.546	-	7.200	125.330	-	7.200
Total	**20.528.687**	**-**	**772.650**	**12.464.940**	**1.974.403**	**772.650**

(b) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por indexador, tipo de instrumento e prazo, demonstrada pelo seu valor referencial em contas de compensação

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO						
	Valor Referencial					
	31/12/2022					31/12/2021
Descrição	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de Mercado	Valor de Mercado
Contratos de futuros						
Compromissos de compra	**271.724**	**4.353.512**	**27.245**	**1.211.775**	**5.864.256**	**17.195.674**
Mercado interfinanceiro	271.724	4.353.512	27.245	1.211.775	5.864.256	17.195.674
Compromissos de venda	**5.600.583**	**2.355.941**	**7.928.954**	**90.076.701**	**105.962.179**	**103.889.805**
Mercado interfinanceiro	4.927.101	2.355.941	7.928.954	90.076.701	105.288.697	102.926.503
Moeda estrangeira	673.482	-	-	-	673.482	963.302
Contratos de Swaps						
Swaps	**-**	**-**	**562.000**	**210.650**	**772.650**	**1.492.447**
Índices	-	-	562.000	210.650	772.650	772.650
Moeda estrangeira	-	-	-	-	-	719.797
Outros derivativos						
Derivativo FGTS	**-**	**-**	**-**	**3.601.707**	**3.601.707**	**3.910.210**

CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA **FAZENDA**

(c) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por tipo de instrumento, contraparte e prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor patrimonial

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO							
			31/12/2022				31/12/2021
Descrição	Valor Patrimonial a Receber (Recebido)/ A Pagar (Pago)	Ajuste ao Valor de Mercado (Res./ Patrim. Líquido)	1 a 90 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Patrimonial	Valor Patrimonial
	Posição Ativa						
Contratos de Swaps - Ajuste a Receber	**563.666**	**(12.282)**	-	**405.707**	**145.677**	**551.384**	**1.841.975**
Índices/B3	563.666	(12.282)	-	405.707	145.677	551.384	527.265
Moeda estrangeira/Inst. Financeiras	-	-	-	-	-	-	1.314.710
Ativo circulante						405.707	1.314.710
Ativo não circulante						145.677	527.265
	Posição Passiva						
Outros Derivativos – Ajuste a Pagar	**649.285**	**515.715**	-	-	**1.165.000**	**1.165.000**	**1.680.715**
Derivativo FGTS	649.285	515.715	-	-	1.165.000	1.165.000	1.680.715
Passivo circulante						-	-
Passivo não circulante						1.165.000	1.680.715

(d) Resultado na carteira de instrumentos financeiros derivativos

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2022		2021
	2º semestre	Exercício	Exercício
Swap	(180.099)	(371.094)	115.548
Futuro	542.302	3.879.681	7.229.396
FGTS	70.198	515.715	115.594
Total realizado	**432.401**	**4.024.302**	**7.460.538**

Nota 9 – Carteira de crédito

(a) Composição da carteira de crédito por modalidades e níveis de risco

A Carteira de crédito apresentou variação entre o Individual e o Consolidado de R$1.098.759 em 31/12/2022 (31/12/2021 – R$ 2.327.224) decorrente das operações com Empréstimos e títulos descontados rating AA do Fundo FIDC STONE III.

INDIVIDUAL											
Carteira de crédito	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2022	31/12/2021
Operações de crédito	**475.131.500**	**177.989.839**	**158.848.449**	**112.589.869**	**28.545.231**	**9.380.968**	**6.993.292**	**14.958.731**	**14.471.005**	**998.908.884**	**856.746.991**
Empréstimos e títulos descontados	34.274.956	41.729.960	60.243.196	46.680.563	10.501.099	4.174.733	4.301.852	2.154.864	8.106.479	212.167.702	181.175.997
Financiamentos	1.335.077	1.492.442	1.764.515	836.803	296.776	80.462	49.939	40.438	97.726	5.994.178	4.473.597
Financiamentos rurais e agroindustriais	6.353.719	19.216.428	13.362.349	4.724.344	212.096	90.069	7.832	8.708	121.417	44.096.962	16.491.550
Financiamentos imobiliários	404.437.587	64.159.401	78.510.398	56.787.242	13.796.282	4.787.525	2.611.961	4.926.439	4.707.434	634.724.269	557.225.388
Financiamentos de infraestrutura	24.382.781	51.319.138	4.817.102	3.464.267	3.692.650	217.393	-	7.813.121	1.379.519	97.085.971	91.600.475
Cessão de créditos	4.347.380	72.470	150.889	96.650	46.328	30.786	21.708	15.161	58.430	4.839.802	5.779.984
Outros créditos com característica de concessão de crédito	**1.659.436**	**6.390.849**	**1.524.734**	**2.413.307**	**641.658**	**235.610**	**110.506**	**52.248**	**407.335**	**13.435.683**	**10.899.066**
Cartão de crédito	1.105.768	5.741.271	996.364	1.520.415	632.675	200.560	109.073	50.705	178.905	10.535.736	8.752.337
Adiantamento de contratos de câmbio	503.896	574.366	498.466	87.655	5.804	31.779	-	-	213.321	1.915.287	1.601.735
Créditos adquiridos (1)	-	69.577	-	752.766	-	-	-	-	-	822.343	328.946
Diversos	49.772	5.635	29.904	52.471	3.179	3.271	1.433	1.543	15.109	162.317	216.048
Subtotal	**476.790.936**	**184.380.688**	**160.373.183**	**115.003.176**	**29.186.889**	**9.616.578**	**7.103.798**	**15.010.979**	**14.878.340**	**1.012.344.567**	**867.646.057**
Hedge da carteira de crédito										(171.448)	(431.458)
Total	**476.790.936**	**184.380.688**	**160.373.183**	**115.003.176**	**29.186.889**	**9.616.578**	**7.103.798**	**15.010.979**	**14.878.340**	**1.012.173.119**	**867.214.599**
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	(759.014)	(1.106.502)	(2.775.268)	(5.705.102)	(3.709.560)	(3.210.571)	(3.741.511)	(10.541.720)	(14.878.340)	(46.427.588)	(38.814.960)
Total líquido de provisões	**476.031.922**	**183.274.186**	**157.597.915**	**109.298.074**	**25.477.329**	**6.406.007**	**3.362.287**	**4.469.259**	**-**	**965.745.531**	**828.399.639**
Ativo circulante										194.436.769	156.820.249
Ativo não circulante										817.736.350	710.394.350

(1) Créditos adquiridos com coobrigação dos Bancos BMG, Mercantil e Daycoval.

(b) Composição da provisão para perdas associadas ao risco de crédito

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO											
Carteira de crédito	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2022	31/12/2021
Provisão regulamentar	**-**	**(921.903)**	**(1.603.732)**	**(3.450.094)**	**(2.918.690)**	**(2.884.974)**	**(3.551.897)**	**(10.507.684)**	**(14.878.340)**	**(40.717.314)**	**(34.686.464)**
Operações de crédito	**-**	**(889.949)**	**(1.588.484)**	**(3.377.695)**	**(2.854.524)**	**(2.814.291)**	**(3.496.645)**	**(10.471.110)**	**(14.471.005)**	**(39.963.703)**	**(34.110.423)**
Empréstimos e títulos descontados	-	(208.650)	(602.432)	(1.400.417)	(1.050.110)	(1.252.420)	(2.150.926)	(1.508.404)	(8.106.383)	(16.279.742)	(11.388.280)
Financiamentos	-	(7.462)	(17.645)	(25.104)	(29.678)	(24.139)	(24.969)	(25.948)	(97.822)	(252.767)	(210.336)
Financiamentos rurais e agroindustriais	-	(96.082)	(133.623)	(141.730)	(21.210)	(27.021)	(3.916)	(8.454)	(121.417)	(553.453)	(214.288)
Financiamentos imobiliários	-	(320.797)	(785.104)	(1.703.617)	(1.379.628)	(1.436.257)	(1.305.980)	(3.448.507)	(4.707.434)	(15.087.324)	(16.079.829)
Financiamentos de infraestrutura	-	(256.596)	(48.171)	(103.928)	(369.265)	(65.218)	-	(5.469.184)	(1.379.519)	(7.691.881)	(6.053.181)
Cessão de créditos	-	(362)	(1.509)	(2.899)	(4.633)	(9.236)	(10.854)	(10.613)	(58.430)	(98.536)	(164.509)
Outros créditos com característica de concessão de crédito	-	**(31.954)**	**(15.248)**	**(72.399)**	**(64.166)**	**(70.683)**	**(55.252)**	**(36.574)**	**(407.335)**	**(753.611)**	**(576.041)**
Cartão de crédito	-	(28.706)	(9.964)	(45.612)	(63.268)	(60.168)	(54.536)	(35.494)	(178.905)	(476.653)	(430.010)
Adiantamento de contratos de câmbio	-	(2.872)	(4.985)	(2.630)	(580)	(9.534)	-	-	(213.321)	(233.922)	(20.787)
Créditos adquiridos	-	(348)	-	(22.583)	-	-	-	-	-	(22.931)	(7.302)
Diversos	-	(28)	(299)	(1.574)	(318)	(981)	(716)	(1.080)	(15.109)	(20.105)	(117.942)
Provisão complementar (1)	**(759.014)**	**(184.599)**	**(1.171.536)**	**(2.255.008)**	**(790.870)**	**(325.597)**	**(189.614)**	**(34.036)**	**-**	**(5.710.274)**	**(4.128.496)**
Operações de crédito	**(754.853)**	**(183.102)**	**(1.161.244)**	**(2.205.065)**	**(748.540)**	**(308.294)**	**(181.934)**	**(32.271)**	**-**	**(5.575.303)**	**(4.028.503)**
Empréstimos e títulos descontados	(83.530)	(51.308)	(582.848)	(1.384.805)	(589.790)	(262.291)	(178.401)	(31.475)	-	(3.164.448)	(1.922.860)
Financiamentos	(3.345)	(1.849)	(10.206)	(22.038)	(22.708)	(11.270)	(1.427)	(247)	-	(73.090)	(64.549)
Financiamentos rurais e agroindustriais	(6.545)	(6.380)	(11.807)	(4.298)	(833)	(1.641)	(162)	(34)	-	(31.700)	(24.417)
Financiamentos imobiliários	(649.698)	(121.431)	(543.626)	(753.390)	(106.602)	(33.092)	(1.944)	(515)	-	(2.210.298)	(1.929.134)
Financiamentos de infraestrutura	(8.234)	(2.025)	(12.449)	(40.505)	(28.598)	-	-	-	-	(91.811)	(83.489)
Cessão de créditos	(3.501)	(109)	(308)	(29)	(9)	-	-	-	-	(3.956)	(4.054)
Outros créditos com característica de concessão de crédito	**(4.161)**	**(1.497)**	**(10.292)**	**(49.943)**	**(42.330)**	**(17.303)**	**(7.680)**	**(1.765)**	**-**	**(134.971)**	**(99.993)**
Cartão de crédito	(45)	(156)	(1.321)	(10.920)	(9.648)	(3.754)	(1.505)	(33)	-	(27.382)	(16.872)
Adiantamento de contratos de câmbio	(1.264)	(232)	(2.920)	(593)	(24)	-	-	-	-	(5.033)	(9.128)
Créditos adquiridos	-	(174)	-	-	-	-	-	-	-	(174)	(255)
Diversos	(2.852)	(935)	(6.051)	(38.430)	(32.658)	(13.549)	(6.175)	(1.732)	-	(102.382)	(73.738)
Total da provisão	**(759.014)**	**(1.106.502)**	**(2.775.268)**	**(5.705.102)**	**(3.709.560)**	**(3.210.571)**	**(3.741.511)**	**(10.541.720)**	**(14.878.340)**	**(46.427.588)**	**(38.814.960)**
Atvivo circulante										(17.366.875)	(12.839.956)
Ativo não circulante										(29.060.713)	(25.975.004)

(1) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, utilizando-se da metodologia de perda esperada, adotada na gestão de risco de crédito da instituição.

(c) Composição por faixas de vencimento e níveis de risco

(c.1) Carteira de crédito em curso normal

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO											
Descrição	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2022	31/12/2021
Parcelas vincendas	**476.473.346**	**184.139.506**	**142.363.556**	**84.249.817**	**18.499.397**	**4.130.292**	**2.685.971**	**8.246.347**	**5.469.181**	**926.257.413**	**814.201.004**
01 a 30 dias	6.429.493	6.415.313	3.067.797	2.621.312	897.473	281.362	156.606	1.854.456	333.864	22.057.676	18.551.724
31 a 60 dias	6.427.797	4.050.674	2.494.831	2.008.717	734.763	191.132	97.615	70.472	165.743	16.241.744	13.336.346
61 a 90 dias	5.992.835	4.249.709	2.704.320	1.731.117	430.272	126.980	70.065	63.659	140.247	15.509.204	11.769.312
91 a 180 dias	17.521.019	11.653.802	8.265.713	5.281.133	1.180.397	363.835	191.786	276.779	364.933	45.099.397	35.889.464
181 a 360 dias	30.561.597	15.471.291	13.155.484	9.367.860	1.861.108	484.841	275.715	467.370	428.248	72.073.514	63.625.553
Acima de 360 dias	409.540.605	142.298.717	112.675.411	63.239.678	13.395.384	2.682.142	1.894.184	5.513.611	4.036.146	755.275.878	671.028.605
Parcelas vencidas	**48.241**	**177.462**	**151.507**	**113.247**	**50.806**	**20.362**	**11.519**	**6.711**	**239.081**	**818.936**	**428.657**
01 a 14 dias	48.241	177.462	151.507	113.247	50.806	20.362	11.519	6.711	239.081	818.936	428.657
Total	**476.521.587**	**184.316.968**	**142.515.063**	**84.363.064**	**18.550.203**	**4.150.654**	**2.697.490**	**8.253.058**	**5.708.262**	**927.076.349**	**814.629.661**

A seguir, apresentamos a classificação dos clientes por níveis de risco em função dos períodos de atraso em relação aos vencimentos das operações contratadas. Esta classificação está em conformidade com as disposições da Resolução CMN nº 2.682/1999.

Período de atraso	Prazo em dobro	Classificação do cliente
de 15 a 30 dias	de 30 a 60 dias	B
de 31 a 60 dias	de 61 a 120 dias	C
de 61 a 90 dias	de 121 a 180 dias	D
de 91 a 120 dias	de 181 a 240 dias	E
de 121 a 150 dias	de 241 a 300 dias	F
de 151 a 180 dias	de 301 a 360 dias	G
superior a 180 dias	superior a 360 dias	H

(c.2) Carteira de crédito em curso anormal

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO											
Descrição	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2022	31/12/2021
Parcelas vincendas	-	-	**17.492.519**	**29.530.551**	**9.757.424**	**4.835.407**	**3.503.195**	**5.739.708**	**6.113.434**	**76.972.238**	**46.275.960**
01 a 30 dias	-	-	226.611	332.694	145.839	89.644	106.968	280.586	195.613	1.377.955	649.606
31 a 60 dias	-	-	210.406	334.284	257.257	223.403	507.696	515.385	455.296	2.503.727	582.289
61 a 90 dias	-	-	188.454	277.419	114.640	65.256	52.516	245.693	114.543	1.058.521	529.803
91 a 180 dias	-	-	584.243	838.717	348.119	197.186	158.666	729.954	356.631	3.213.516	1.609.907
181 a 360 dias	-	-	1.111.424	1.642.323	680.611	375.326	298.712	1.412.726	665.352	6.186.474	3.107.055
Acima de 360 dias	-	-	15.171.381	26.105.114	8.210.958	3.884.592	2.378.637	2.555.364	4.325.999	62.632.045	39.797.300
Parcelas vencidas	-	-	**698.670**	**1.109.561**	**879.262**	**630.517**	**903.113**	**1.018.213**	**3.056.644**	**8.295.980**	**6.740.436**
01 a 30 dias	-	-	544.869	418.887	198.105	117.107	134.216	76.364	228.257	1.717.805	1.624.068
31 a 60 dias	-	-	153.795	546.079	208.730	140.722	161.468	297.753	239.185	1.747.732	867.054
61 a 90 dias	-	-	-	120.964	381.546	132.911	196.512	103.813	229.794	1.165.540	591.934
91 a 180 dias	-	-	6	23.555	90.767	213.338	375.450	492.723	634.427	1.830.266	1.197.973
181 a 360 dias	-	-	-	76	114	26.439	35.467	47.560	1.563.317	1.672.973	1.737.820
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	161.664	161.664	721.587
Total			**18.191.189**	**30.640.112**	**10.636.686**	**5.465.924**	**4.406.308**	**6.757.921**	**9.170.078**	**85.268.218**	**53.016.396**

(d) Composição da carteira de crédito por setor de atividade

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	31/12/2022	%	31/12/2021	%
SETOR PÚBLICO	**67.167.830**	**6,6**	**63.527.043**	**7,3**
Administração direta	57.340.146	5,7	53.418.642	6,1
Administração indireta – saneamento e infraestrutura	5.938.494	0,6	5.396.640	0,6
Administração indireta – outros	3.889.190	0,4	4.711.761	0,5
SETOR PRIVADO	**945.005.289**	**93,4**	**803.687.556**	**92,7**
PESSOA JURÍDICA	**135.737.681**	**13,4**	**127.880.411**	**14,8**
Energia elétrica	15.700.418	1,6	15.310.387	1,8
Construção civil	20.969.617	2,1	18.142.787	2,1
Comércio varejista	24.238.268	2,4	24.229.690	2,8
Siderurgia e metalurgia	3.540.813	0,3	5.013.093	0,6
Transporte	10.140.746	1,0	9.724.638	1,1
Saneamento e infraestrutura	7.541.510	0,7	7.423.593	0,9
Comércio atacadista	13.122.578	1,3	11.266.436	1,3
Outras indústrias	5.508.061	0,5	5.045.841	0,6
Saúde	6.460.782	0,6	5.889.621	0,7
Agronegócio e extrativismo	4.482.549	0,4	3.328.778	0,4
Alimentação	3.920.377	0,4	3.354.588	0,5
Têxtil	1.963.024	0,2	2.043.049	0,2
Serviços financeiros	1.276.617	0,1	743.947	0,2
Comunicação	1.372.840	0,1	1.343.396	0,2
Petroquímico	1.610.503	0,2	1.589.167	0,2
Serviços pessoais	346.190	0,0	377.158	0,0
Outros serviços	13.542.788	1,3	13.054.242	1,5
PESSOA FÍSICA	**809.267.608**	**80,0**	**675.807.145**	**77,9**
Total	**1.012.173.119**	**100,0**	**867.214.599**	**100,0**

(e) Receita da Carteira de crédito

A receita da Carteira de crédito apresentou variação entre o individual e o consolidado de R$ 214.961 no Exercício de 2022 (R$ 154.167 no Exercício de 2021).

INDIVIDUAL			
Descrição	2022		2021
	2º semestre	Exercício	Exercício
Empréstimos, títulos descontados e financiamentos	20.613.326	36.521.041	26.819.521
Financiamentos rurais e agroindustriais	2.042.938	2.971.772	692.238
Financiamentos imobiliários	27.980.486	51.411.677	37.787.480
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	5.537.851	10.162.890	6.994.233
Créditos por avais e fiança	3.641	7.585	7.459
Resultado da venda ou transferência de ativos financeiros	(227.402)	(679.854)	(519.361)
Total	**55.950.840**	**100.395.111**	**71.781.570**

(f) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros

A Resolução CMN nº 3.533/2008 estabelece procedimentos para a classificação, registro contábil e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

(f.1) Rendas vinculadas a aquisição de carteiras de crédito

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2022		2021
	2º semestre	Exercício	Exercício
Carteiras adquiridas com coobrigação			
BMG	774	4.395	17.267
Daycoval	-	8	686
Mercantil	56.663	90.793	230
Total	**57.437**	**95.196**	**18.183**
Carteiras adquiridas sem coobrigação			
Banco PAN	1.298.620	2.270.380	1.996.446
Total	**1.298.620**	**2.270.380**	**1.996.446**

(f.2) Resultado vinculado a cessão de carteiras de crédito

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2022		2021
	2º semestre	Exercício	Exercício
Receitas vinculadas à cessão	**261.580**	**522.097**	**533.583**
Carteiras cedidas com coobrigação	261.580	522.097	533.583
Despesas vinculadas à cessão	**(284.839)**	**(775.050)**	**(537.544)**
Carteiras cedidas com coobrigação	(284.839)	(775.050)	(537.544)
Total	**(23.259)**	**(252.953)**	**(3.961)**

(g) Créditos recuperados

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2022	2021	
	2º semestre	Exercício	Exercício
Operações comerciais	1.595.155	2.387.217	1.984.952
Operações habitacionais	712.199	929.227	324.357
Total	**2.307.354**	**3.316.444**	**2.309.309**

(h) Créditos renegociados

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2022		2021
	2º semestre	Exercício	Exercício
Operações comerciais	249.379	518.997	481.634
Operações habitacionais (1)	30.750.987	55.295.505	189.665.680
Total	**31.000.366**	**55.814.502**	**190.147.314**

(1) Variação decorrente das renegociações em condições especiais concedidas, devido à pandemia de COVID - 19.

(i) Movimentação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2022		2021
	2º semestre	Exercício	Exercício
Saldo inicial	**(42.893.918)**	**(38.814.960)**	**(34.570.638)**
Constituição de provisão no período	(12.620.642)	(22.724.005)	(16.457.666)
Reversão de provisão no período	4.777.263	7.082.080	5.401.708
Transferência para prejuízo	4.309.709	8.029.297	6.811.636
Saldo final	**(46.427.588)**	**(46.427.588)**	**(38.814.960)**

CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA **FAZENDA**

(j) Concentração dos principais devedores

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	**31/12/2022**	**%**	**31/12/2021**	**%**
Principal devedor	9.415.550	0,93	9.060.619	1,04
10 maiores devedores	37.517.819	3,71	37.358.900	4,31
20 maiores devedores	52.962.517	5,23	52.964.099	6,10
50 maiores devedores	72.805.433	7,19	71.042.072	8,19
100 maiores devedores	88.730.880	8,76	84.108.804	9,69

(k) Programas Governamentais para a Concessão de Crédito

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	**31/12/2022**	**31/12/2022**
Giro Caixa e microcrédito PRONAMPE	25.422.811	19.957.136
Crédito especial empresa FAMPE	9.378.012	6.845.313
Giro Caixa FGI	7.123.147	9.711.728
Microcrédito produtivo orientado - MPO	2.761.759	-
Total	**44.685.729**	**36.514.177**

(l) PESE - Programa Emergencial de Suporte a Empregos

A CAIXA participa do Programa Emergencial de Suporte a Empregos - PESE, conforme estabelecido na Resolução CMN n.º 4.846/2020. As instituições financeiras participantes do programa podem financiar a folha salarial de empresários, sociedades empresárias e sociedades cooperativas, excetuadas as sociedades de crédito, sendo 15% do valor de cada financiamento custeado com recursos próprios das instituições financeiras participantes e 85% do valor de cada financiamento custeado com recursos da União.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Nível de risco	**31/12/2022**		**31/12/2021**	
	Valor das operações	**Provisão**	**Valor das operações**	**Provisão**
AA	1.556	(1)	21.939	(13)
A	12.055	(10)	61.393	(57)
B	22.270	(48)	37.435	(118)
C	12.870	(108)	45.365	(401)
D	6.063	(157)	13.998	(367)
E	1.476	(87)	3.927	(223)
F	1.241	(101)	1.313	(104)
G	482	(51)	1.123	(118)
H	2.792	(419)	3.667	(550)
Total	**60.805**	**(982)**	**190.160**	**(1.951)**

Nota 10 – Outros ativos financeiros

(a) Composição

Descrição	**INDIVIDUAL**		**CONSOLIDADO**	
	31/12/2022	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Créditos vinculados ao SFH (b)	32.263.247	33.226.479	32.263.247	33.226.479
Devedores por depósitos em garantia (Nota 19 (g))	19.654.647	18.915.114	19.654.647	18.915.114
Prêmio em aquisição de carteiras	2.591.586	2.225.023	2.591.586	2.225.023
Rendas a receber do setor público	2.025.632	1.865.364	2.025.632	1.865.364
Carteira de câmbio (c)	1.922.622	2.000.009	1.922.622	2.000.009
Direitos sobre royalties	807.362	794.612	807.362	794.612
Rendas a receber do setor privado	258.386	222.667	395.433	414.931
Cartão de crédito	985.212	1.130.342	985.212	1.130.342
Demais	243.499	275.697	261.304	280.060
Total	**60.752.193**	**60.655.307**	**60.907.045**	**60.851.934**
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável	(426.172)	(462.645)	(426.172)	(462.645)
Total líquido de provisão	**60.326.021**	**60.192.662**	**60.480.873**	**60.389.289**
Ativo circulante	4.979.463	4.953.600	5.134.315	5.150.227
Ativo não circulante	55.346.558	55.239.062	55.346.558	55.239.062

(b) Créditos Vinculados - Sistema Financeiro da Habitação (SFH)

O FCVS é um fundo público de natureza contábil e financeira, criado no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) com a finalidade precípua de garantir o limite de prazo para amortização da dívida dos mutuários decorrentes de financiamentos habitacionais contratados até 24/04/1993.

O FCVS para cumprir a sua primeira finalidade que é a liquidação do saldo devedor, possibilitou a contratação de financiamentos até 24/04/1993 e, para a segunda finalidade, que é o oferecimento de cobertura direta a contratos de financiamento habitacional averbados na Apólice Pública do SH/SFH até 31/12/2009.

Destaca-se que o FCVS se relaciona exclusivamente com o agente financeiro, visto que a habilitação somente ocorre após cessada a relação do mutuário com a instituição financiadora do contrato. Assim, eventuais inconformidades relacionadas a um contrato habitacional com cobertura do FCVS, tais como a inobservância da legislação pertinente ou inconformidades identificadas na concessão ou manutenção do contrato, pelo agente financeiro, podem acarretar negativas de cobertura pelo agente operador do FCVS, o que implica em perdas para o agente financeiro.

O quadro abaixo inclui os status nas quais se encontram os processos objeto de novação com o fundo:

- Habilitado - Cadastro do contrato pela CAIXA agente financeiro junto ao sistema do FCVS (CAIXA Agente Operador);
- Não habilitado – Contratos em análise pela CAIXA Agente Financeiro para os procedimentos de habilitação junto ao FCVS;
- Habilitado e não homologado – Contratos habilitados e ainda não analisados pelo FCVS;
- Homologado com recurso – Contratos com recurso emitido pela CAIXA agente financeiro e ainda não analisados pelo FCVS, com divergência de valores;
- Homologado sem recurso – Contratos em análise pela CAIXA agente financeiro para validação junto ao FCVS, para emissão ou não de recurso;
- Negativa de cobertura – Contempla contratos com negativa de cobertura com e sem recurso, e contratos que não cabem recurso pelo esgotamento das possibilidades de reversão da negativa, pelo FCVS.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO						
Descrição	**31/12/2022**			**31/12/2021**		
	Saldo Base	**Saldo Provisão**	**Saldo Líquido**	**Saldo Base**	**Saldo Provisão**	**Saldo Líquido**
FCVS a receber (1)	**40.520.004**	**8.285.262**	**32.234.742**	**38.568.935**	**5.377.061**	**33.191.874**
Não habilitado	569.794	54.022	515.772	1.289.363	202.317	1.087.046
Habilitado e não homologado	1.320.221	189.154	1.131.067	805.701	122.100	683.601
Homologado com e sem recurso	6.753.806	2.060.607	4.693.199	6.707.140	1.209.019	5.498.121
Homologados validados e em novação	19.261.634	311.482	18.950.152	18.046.663	-	18.046.663
Negativa de cobertura (2)	12.614.549	5.669.997	6.944.552	11.720.068	3.843.625	7.876.443
FGTS a ressarcir	**-**	**-**	**28.505**	**-**	**-**	**34.605**
Total (líquido de provisão)	**40.520.004**	**8.285.262**	**32.263.247**	**38.568.935**	**5.377.061**	**33.226.479**

(1) A variação do saldo de provisão decorre da mudança de política contábil em função do modelo com nova base de avaliação para cálculo da provisão para perdas com o FCVS (Nota 2 (d)).

(2) Inclui o valor de negativa por multiplicidade de CADMUT no montante de R$ 3.941.553 líquido de provisão. O CADMUT é o cadastro para registro das informações dos contratos de financiamento habitacional, ativos e inativos, firmados no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação - SFH e dos programas habitacionais e sociais do governo federal, conforme disposto na Lei nº 10.150, de 21/12/2000.

Os contratos a serem ressarcidos pelo FCVS rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados monetariamente de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR) de acordo com a Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, alterada pela Lei nº 13.932, de 11 de dezembro de 2019. A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS.

A partir de novembro de 2022 houve alteração na metodologia utilizada para a constituição da provisão para fazer frente às perdas esperadas decorrentes do processo de novação dos contratos cobertos pelo FCVS. Essa metodologia foi desenvolvida amparada em premissas e conceitos de risco operacional e aprovada pela governança CAIXA (Nota 2 (d)).

(c) Carteira de câmbio

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Ativo – outros ativos financeiros		
Câmbio comprado a liquidar – moeda estrangeira	1.919.728	1.970.491
Rendas a receber de adiantamentos concedidos - ACC/ACE (Nota 9 (a))	52.030	45.668
Direitos sobre vendas de câmbio – moeda nacional	6.471	30.783
(-) Adiantamentos recebidos – moeda nacional	(3.476)	(743)
(-) Adiantamentos recebidos – moeda estrangeira	(101)	(522)
Ativo circulante	**1.974.652**	**2.045.677**
Passivo – outros passivos financeiros		
Obrigações por compras de câmbio – moeda nacional	1.866.159	1.839.017
Câmbio vendido a liquidar – moeda estrangeira	6.430	30.778
(-) Adiantamentos sobre contratos de câmbio - ACC/ACE (Nota 9 (a))	(1.863.257)	(1.556.067)
Passivo circulante	**9.332**	**313.728**
Carteira líquida de câmbio	**1.965.320**	**1.731.949**

(d) Resultado de outros ativos financeiros

Os itens de Resultado de outros ativos financeiros são coincidentes nas demonstrações individual e consolidada, com exceção do item "Resultado de câmbio", que no consolidado em 2022 apresentou o montante de R$ 15.685 no Exercício de 2022 (R$ 186.802 no Exercício de 2021).

INDIVIDUAL			
Descrição	**2022**		**2021**
	2º semestre	**Exercício**	**Exercício**
Créditos vinculados ao SFH	1.682.227	2.980.921	2.255.913
Resultado de câmbio	66.532	(4.741)	186.802
Total	**1.748.759**	**2.976.180**	**2.442.715**

Nota 11 – Investimentos

A carteira de investimento consolidada é composta por empresas controladas, coligadas e com controle conjunto, sobre as quais a CAIXA, CAIXA Cartões, CAIXA Loterias, CAIXA Asset e a CAIXA Seguridade exercem controle, influência significativa ou possuam controle compartilhado.

As participações na qual a CAIXA Seguridade detenha o controle são consolidadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas da CAIXA Seguridade que são utilizadas para a consolidação do Conglomerado CAIXA.

(a) Definições

Conglomerado CAIXA

É o conjunto de empresas formado pela CAIXA e pelas empresas em que a CAIXA detém participação acionária direta ou indireta. A participação direta ocorre quando a CAIXA é detentora das ações de uma empresa ou sociedade. Já a indireta realiza-se quando a CAIXA investe por meio de outra empresa.

Participação Societária Estratégica

Considera-se Participação Societária Estratégica a sociedade em companhia que traz similaridade, complementariedade, suporte e sinergia aos negócios da CAIXA, com alinhamento ao planejamento estratégico.

Subsidiária Integral

São as empresas as quais a CAIXA possui participação integral, atua como único dono e exerce a governança, conforme consignado nos instrumentos societários e traduzidos em representações nas instâncias de governança.

Controlada

Considera-se como controlada as participações nas quais a CAIXA detém o controle, ou seja, exerce o papel de Controladora, diretamente ou através de outras controladas, sendo titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores. As participações são acima de 50% e menores que 100%, com outros sócios e governança majoritária, conforme consignado nos instrumentos societários e traduzidos em representações nas instâncias de governança.

Coligada

São as sociedades nas quais a CAIXA, como investidora, detém influência significativa e exerce o poder de participar nas decisões das políticas financeira ou operacional da investida sem controlá-la, conforme consignado nos instrumentos societários e traduzidos em representações nas instâncias de governança.

A tabela a seguir apresenta as participações em controladas, controladas em conjunto e coligadas do conglomerado CAIXA.

(b) Reestruturações societárias

Câmera Interbancária de Pagamentos - CIP

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) ocorrida no dia 25 de fevereiro de 2022, foi aprovada a desmutualização da CIP Associação, que é uma associação sem fins lucrativos que visa a prestação de serviços no mercado financeiro nacional, com sua cisão parcial e incorporação à CIP S.A. O patrimônio social da CIP posicionado em 31/12/2022 é de R$ 974.128 imediatamente antes da cisão parcial.

Com a vigência da Resolução CMN nº 4.817/2020, o investimento da CIP passou a ser mensurado por equivalência patrimonial, por ser uma coligada a qual a Caixa Econômica Federal possui influência significativa em virtude de deter o poder de participar nas decisões das políticas financeiras ou operacionais da investida, sem controlá-la, por meio do seu representante.

A CAIXA é detentora de 8,33% do capital de ambas as entidades cindidas, o que gerou um ganho de capital decorrente de reorganização societária no montante de R$ 156.607. Cabe ressaltar que a desmutualização trará, entre inúmeras vantagens, a flexibilização na realização de alianças estratégicas com outras instituições e maior facilidade de acesso às fontes de recursos eventualmente necessária.

CNP Consórcios e Odonto Empresas

A Caixa Seguridade Participações S.A informou em fato relevante divulgado no dia 16 de novembro de 2022 a conclusão da alienação da totalidade da participação societária detida pela Companhia da CNP Consórcio S.A Administradora de Consórcios pelo valor total de R$ 408.596, com apuração de ganho no montante de R$ 158.675 líquido de efeitos tributários (Nota 34).

E em 22 de dezembro de 2022 foi comunicada a conclusão da alienação da totalidade da participação societária detida pela Companhia na Odonto Empresas pelo valor total de R$ 18.205, ambas as operações já contam com atualização monetária e desconto de valores distribuídos a título de dividendos.

A tabela a seguir apresenta as participações em controladas, controladas em conjunto e coligadas do conglomerado CAIXA.

Empresa (1)	**País de constituição**	**Sede**	**Natureza do relacionamento**	**Atividade**	**Participação estratégica (2)**
CAIXA	**Brasil**	**Brasília (DF)**	**Líder do Conglomerado**	**Caixa Econômica Federal**	
TecBan	Brasil	Barueri (SP)	Controle conjunto	Tecnologia bancária	Sim
Quod	Brasil	Barueri (SP)	Controle conjunto	Birô de crédito	Sim
Galgo Sistemas de Informações	Brasil	São Paulo (SP)	Coligada	Outras atividades	Sim
CIP	Brasil	São Paulo (SP)	Coligada	Outras atividades	Sim
CAIXA Seguridade	**Brasil**	**Brasília (DF)**	**Controlada**	**Holding**	**Sim**
Caixa Holding	Brasil	Brasília (DF)	Controlada	Holding	Sim
CAIXA Corretora	Brasil	Brasília (DF)	Controlada	Corretora de seguros	Sim
Too Seguros	Brasil	São Paulo (SP)	Controle conjunto	Seguradora	Não
PAN Corretora	Brasil	São Paulo (SP)	Controle conjunto	Corretora	Não
XS3 Seguros	Brasil	São Paulo (SP)	Controle conjunto	Seguros	Sim
XS4 Capitalização	Brasil	Rio de Janeiro (RJ)	Controle conjunto	Capitalização	Sim
XS5 Consórcios	Brasil	São Paulo (SP)	Controle conjunto	Consórcios	Sim
XS6 Assistência	Brasil	Barueri (SP)	Controle conjunto	Serviços assistenciais	Sim
CNP Brasil	Brasil	Brasília (DF)	Coligada	Holding	Sim
Holding XS1	Brasil	São Paulo (SP)	Coligada	Holding	Sim
CAIXA Cartões	**Brasil**	**Brasília (DF)**	**Subsidiária integral**	**Holding**	**Sim**
Elo Serviços	Brasil	Barueri (SP)	Controle conjunto	Instituição de pagamento	Sim
CAIXA Cartões Pré-Pagos S.A	Brasil	São Paulo (SP)	Controle conjunto	Emissão de vales-alimentação, vales-transporte e similares	Sim
CAIXA Loterias	**Brasil**	**Brasília (DF)**	**Subsidiária integral**	**Holding**	**Sim**
CAIXA Asset	**Brasil**	**Brasília (DF)**	**Subsidiária integral**	**Distrib. de títulos e valores mobiliários**	**Sim**

(1) Todas as empresas mencionadas adotam o Real como moeda funcional.

(2) Consideram-se participações estratégicas os investimentos em sociedades cujas atividades complementam ou dão suporte as atividades do banco.

(c) Composição do investimento e do resultado de equivalência patrimonial

INDIVIDUAL													
Empresa	**% de participação**				**Patrimônio Líquido ajustado da investida**		**Valor contábil do investimento**		**Resultado de equivalência patrimonial**			**Dividendos e JCP**	
	31/12/2022		**31/12/2021**						**2022**		**2021**	**2022**	**2021**
	Total	**Ações Ordinárias**	**Total**	**Ações Ordinária**	**31/12/2022**	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**	**2º semestre**	**Exercício**	**Exercício**	**Exercício**	**Exercício**
CAIXA Seguridade (1)	82,75%	82,75%	82,75%	82,75%	11.586.068	10.376.036	9.010.740	8.733.680	1.371.344	2. 369.550	3.114.510	1.610.077	1.708.493
CAIXA Cartões (1)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	749.853	806.277	749.853	806.277	85.962	150.764	484.022	178.527	43.256
CAIXA Loterias	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	3.242	(3.130)	3.242	-	(2.428)	(3.128)	(178)	-	-
CAIXA Asset	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	884.505	132.439	884.505	132.439	571.646	1.103.924	108.107	103.932	-
TecBan	13,01%	11,61%	13,01%	11,61%	955.743	860.843	180.961	170.752	373	8.455	1.763	-	-
Quod	15,29%	16,00%	19,11%	20,00%	372.900	105.688	57.016	20.197	(1.460)	(11.996)	(1.305)	-	-
Galgo Sistemas de Informações	6,67%	6,67%	6,67%	6,67%	27.669	20.771	1.845	1.381	179	463	216	-	-
CIP	8,33%	8,33%	-	-	2.280.028	-	189.926	-	15.744	23.086	-	-	-
Outros Investimentos (2)	-	-	-	-	-	-	1.492	771.042	-	-	2.048.660	-	-
Total	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**11.079.580**	**10.635.768**	**2.041.360**	**3.641.118**	**5.755.795**	**1.892.536**	**1.751.749**

(1) A variação de saldo entre o exercício de 2021 e 2022, decorre da realização de transações reconhecidas como receitas antecipadas que são apropriadas pela vigência dos contratos entre a CAIXA, empresas parceiras, e suas controladas pelo direito de exploração do balcão, base de cliente e uso da marca (Nota 18 (c)).

(2) Inclui o investimento da CAIXAPAR e Investimentos pré-operacionais da Negócios Digitais e Caixa Imóveis. Os investimentos do FGO, FGHAB, FGI e ANBIMA foram reclassificados e enquadrados como instrumentos financeiros de acordo com a Resolução CMN nº 4.817/2020 (Nota 7).

CONSOLIDADO													
Empresa	**% de participação (1)**				**Patrimônio Líquido ajustado da investida**		**Valor contábil do investimento**		**Resultado de equivalência patrimonial**			**Dividendos e JCP**	
	31/12/2022		**31/12/2021**						**2022**		**2021**	**2022**	**2021**
	Total	**Ações Ordinárias**	**Total**	**Ações Ordinária**	**31/12/2022**	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**	**2º semestre**	**Exercício**	**Exercício**	**Exercício**	**Exercício**
Holding XS1	60,00%	49,00%	60,00%	49,00%	10.139.604	9.731.712	6.189.933	5.839.027	581.371	1.117.831	837.074	720.808	596.415
CNP Brasil	48,25%	48,25%	48,25%	48,25%	3.405.432	4.019.430	1.643.120	1.847.994	181.218	412.411	465.002	385.601	748.222
XS3 Seguros	75,00%	49,99%	75,00%	49,99%	1.699.186	1.615.466	1.274.327	1.211.539	90.930	150.951	(33.406)	88.164	-
XS4 Capitalização	75,00%	49,99%	75,00%	49,99%	284.494	258.862	213.360	191.158	51.591	77.227	3.135	30.844	2.978
XS5 Consórcios	75,00%	49,99%	75,00%	49,99%	453.234	363.355	339.913	272.507	54.273	19.037	(9.378)	-	-
XS6 Assistência	75,00%	49,99%	75,00%	49,99%	35.551	32.366	26.664	24.274	3.240	3.416	(1.977)	1.026	-
Elo Serviços	41,41%	0,01%	41,41%	0,01%	411.152	734.909	170.278	304.362	98.417	187.912	195.075	162.502	258.223
CAIXA Cartões Pré-Pagos S.A	75,00%	50%-1	-	-	395.176	-	296.382	-	(11.346)	(18.768)	-	-	-
Too Seguros	49,00%	49,00%	49,00%	49,00%	680.392	554.657	330.910	269.413	56.432	88.556	27.054	27.055	42.862
Tecban	13,01%	11,61%	13,01%	11,61%	955.743	860.843	180.961	170.752	373	8.454	10.793	-	-
PAN Corretora (2)	49,00%	49,00%	49,00%	49,00%	49.043	49.168	24.031	24.092	12.965	23.405	23.465	23.466	20.105
Quod	15,29%	16,00%	19,11%	20,00%	372.900	105.688	57.016	20.197	(1.460)	(11.996)	(8.121)	-	-
Galgo Sistemas de Informações	6,67%	6,67%	6,67%	6,67%	27.669	20.771	1.845	1.381	179	463	216	-	-
CIP	8,33%	8,33%	-	-	2.280.028	-	189.926	-	15.744	23.086	-		-
Outros investimentos (3)	-	-	-	-	-	-	1.752	1.086.452	-	(184)	463.500	-	-
Total	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**10.940.418**	**11.263.148**	**1.133.927**	**2.081.801**	**1.972.432**	**1.439.466**	**1.668.805**

(1) O percentual de participação na Holding XS1, CNP Brasil, XS3 Seguros, XS4 Capitalização, XS5 Consórcios, XS6 Assistência, Too Seguros e Pan Corretora são demonstrados pela ótica da Controlada Caixa Seguridade.

(2) Inclui uma perda por redução ao valor recuperável em 31/12/2022 no valor de (R$ 34) (31/12/2021 – (R$ 34))

(3) Inclui os investimentos pré-operacionais: Negócios Digitais, Caixa Imóveis, CAIXA Cartões Adquirência, CAIXA Cartões PAT, CAIXA Cartões Fidelidade, CAIXA Cartões Contas de Pagamento.

(d) Informações financeiras resumidas das coligadas e joint ventures não ajustadas pelos percentuais de participação detidos pela CAIXA no segmento de seguros e capitalização

Descrição	**31/12/2022**							
	Holding XS1	**CNP Brasil**	**XS3 Seguros**	**XS4 Capitalização**	**XS5 Consórcios**	**XS6 Assistência**	**Too Seguros**	**PAN Corretora**
Ativo circulante	**140.365.213**	**362.254**	**1.119.999**	**766.524**	**139.814**	**48.839**	**1.283.742**	**55.039**
Ativo não circulante	**13.295.332**	**3.089.184**	**1.503.453**	**173.130**	**448.623**	**30.451**	**1.745.714**	**134**
Passivo circulante	**138.305.229**	**45.653**	**725.444**	**652.609**	**65.341**	**42.170**	**1.564.149**	**6.130**
Passivo não circulante	**5.215.712**	**353**	**198.822**	**2.551**	**69.862**	**1.569**	**784.915**	**-**
Passivo contingente	593.956	-	-	23	-	-	52.961	-
Receitas	45.705.395	1.119.952	582.563	320.810	230.283	68.037	1.730.304	55.067
Despesas	(44.019.294)	(74.448)	(381.285)	(217.836)	(200.818)	(63.482)	(1.512.309)	(7.302)
Lucro/ Prejuízo do período	**1.686.101**	**1.045.504**	**201.278**	**102.974**	**29.465**	**4.555**	**217.995**	**47.765**
Outros resultados abrangentes	121.942	(233.952)	-	-	413	-	221	-
Resultado abrangente total	1.808.043	811.552	201.278	102.974	29.878	4.555	218.216	47.765
Patrimônio Líquido ajustado	**10.139.604**	**3.405.432**	**1.699.186**	**284.494**	**453.234**	**35.551**	**680.392**	**49.043**
% de participação	60%	48,25%	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%	49,00%	49,00%
Saldo do investimento	**6.083.762**	**1.643.120**	**1.274.327**	**213.360**	**339.913**	**26.664**	**333.392**	**24.031**
Outros ajustes	106.171[1]	-	-	-	-	-	112.443[2]	-

(1) Ajuste referente a operações de fusões/aquisições da empresa XS1.

(2) Valor se refere ao ágio de expectativa de rentabilidade futura na Too Seguros.

CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA **FAZENDA**

Descrição	31/12/2021							
	Holding XS1	CNP Brasil	XS3 Seguros	XS4 Capitalização	XS5 Consórcios	XS6 Assistência	Too Seguros	PAN Corretora
Ativo circulante	**112.494.025**	**4.289.274**	**614.081**	**232.414**	**83.208**	**8.970**	**1.422.199**	**53.359**
Ativo não circulante	**16.387.427**	**10.661.186**	**1.502.251**	**181.735**	**290.108**	**30.946**	**1.147.916**	**245**
Passivo circulante	**114.130.542**	**6.146.312**	**373.917**	**152.377**	**9.961**	**6.976**	**1.316.848**	**4.436**
Passivo não circulante	**5.019.198**	**4.784.718**	**126.949**	**2.910**	**-**	**574**	**698.610**	**-**
Passivo contingente	592.265	3.361.735	-	-	-	-	44.329	-
Receitas	43.106.438	4.820.321	281.762	197.553	14.909	18.933	1.338.028	60.174
Despesas	(41.711.315)	(3.802.730)	(326.307)	(193.373)	(27.414)	(21.569)	(1.256.184)	(12.285)
Lucro/ Prejuízo do período	**1.395.123**	**1.017.591**	**(44.545)**	**4.180**	**(12.505)**	**(2.636)**	**81.844**	**47.889**
Outros resultados abrangentes	(343.708)	(436.952)	-	-	(1.006)	-	(2.018)	-
Resultado abrangente total	1.051.414	580.639	(44.545)	4.180	(13.511)	(2.636)	79.825	47.889
Patrimônio Líquido ajustado	**9.731.712**	**4.019.430**	**1.615.466**	**258.862**	**363.355**	**32.366**	**554.657**	**49.168**
% de participação	60,00%	48,25%	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%	49,00%	49,00%
Saldo do investimento	**5.839.027**	**1.847.994**	**1.211.539**	**191.158**	**276.207**	**24.274**	**159.453**	**24.092**
Outros ajustes	-	-	-	-	-	-	109.960 (1)	-

(1) Valor se refere ao ágio de expectativa de rentabilidade futura na Too Seguros.

(e) Informações financeiras resumidas das coligadas e joint ventures não ajustadas pelos percentuais de participação detidos pela CAIXA em outros segmentos

Descrição	31/12/2022					
	TecBan	Quod	Galgo	Elo Serviços S.A	Caixa Cartões Pré-Pagos S.A	CIP S.A
Ativo circulante	**792.287**	**380.640**	**25.685**	**938.293**	**216.085**	**983.725**
Ativo não circulante	**2.126.537**	**1.103.210**	**7.985**	**398.758**	**399.739**	**1.661.280**
Passivo circulante	**882.585**	**433.538**	**(2.735)**	**886.522**	**220.648**	**341.190**
Passivo não circulante	**1.080.496**	**677.412**	**(3.266)**	**39.376**	**-**	**23.787**
Passivo contingente	-	-	-	16.918	-	-
Receitas	3.394.022	233.953	30.713	1.585.894	21.196	1.136.335
Despesas	(3.323.455)	(312.410)	(24.302)	(1.132.164)	(46.220)	(859.200)
Lucro/ Prejuízo do período	**70.567**	**(78.456)**	**6.411**	**453.730**	**(25.024)**	**277.135**
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente total	-	(78.456)	6.411	-	-	-
Patrimônio Líquido ajustado	**955.743**	**372.900**	**27.669**	**411.152**	**395.176**	**2.280.028**
% de participação	13,01%	15,29%	6,67%	41,41%	75,00%	8,33%
Saldo do investimento	**124.342**	**57.016**	**1.845**	**170.278**	**296.382**	**189.926**
Outros ajustes	56.619(1)	-	-	-	-	-

(1) Relativo ao ajuste de mais valia, ganho por compra vantajosa, intangível e amortização do intangível da Tecban.

Descrição	31/12/2021			
	TecBan	Quod	Galgo	Elo Serviços
Ativo circulante	**621.087**	**133.126**	**20.636**	**1.243.844**
Ativo não circulante	**1.958.529**	**1.084.848**	**2.468**	**387.984**
Passivo circulante	**749.289**	**175.558**	**2.333**	**850.352**
Passivo não circulante	**969.484**	**936.728**	**-**	**46.567**
Passivo contingente	-	-	-	-
Receitas	2.649.241	186.734	11.273	1.489.823
Despesas	(2.384.259)	(258.273)	(7.980)	(982.868)
Lucro/ Prejuízo do período	**264.982**	**(71.539)**	**3.293**	**506.955**
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	178.605	(71.539)	-	506.955
Patrimônio Líquido ajustado	**860.843**	**105.688**	**20.771**	**734.909**
% de participação	13,01%	19,11%	6,67%	41,41%
Saldo do investimento	**112.550**	**20.197**	**1.381**	**304.362**
Outros ajustes	58.202 (1)	-	-	-

(1)Refere-se a ágio/intangível sobre investimento

Nota 12 – Imobilizado de uso

O índice de imobilização apurado foi de 8,72% em 31/12/2022 (31/12/2021 – 10,12%), a CAIXA está enquadrada na forma definida pela Resolução CMN nº 4.957/2021, a qual estabelece o limite de 50% do Patrimônio de Referência.

(a) **Composição**

Os itens do Imobilizado de uso são coincidentes nas demonstrações individual e consolidada, com exceção dos itens "Sistema de comunicação e de segurança", que apresentou custo de R$ 542.502 e depreciação de R$ 411.869 e "Sistema de processamento de dados", que apresentou custo de R$ 5.390.760 e depreciação de R$ 4.226.981 na consolidada.

INDIVIDUAL						
Descrição	Vida útil (em anos)	31/12/2022				31/12/2021
		Custo	Depreciação	Redução ao valor recuperável	Líquido	Líquido
Imóveis de uso	**-**	**1.779.546**	**(810.104)**	**(61.404)**	**908.038**	**807.765**
Edificações	25	1.569.451	(810.104)	(58.868)	700.479	624.211
Terrenos	-	210.095	-	(2.536)	207.559	183.554
Benfeitorias em imóveis de terceiros	**5**	**2.169.141**	**(1.676.125)**	**(143)**	**492.873**	**486.719**
Imobilizações em curso	**-**	**143.228**	**-**	**-**	**143.228**	**169.973**
Móveis e equipamentos de uso	**-**	**5.933.196**	**(4.638.806)**	**-**	**1.294.390**	**1.841.013**
Sistema de comunicação e de segurança	5 a 10	542.481	(411.852)	-	130.629	175.652
Sistema de processamento de dados	5	5.390.715	(4.226.954)	-	1.163.761	1.665.361
Móveis em estoque e outros equipamentos	**-**	**905.620**	**(721.615)**	**(9.202)**	**174.803**	**214.449**
Total	**-**	**10.930.731**	**(7.846.650)**	**(70.749)**	**3.013.332**	**3.519.919**

(b) **Movimentação**

Os itens da movimentação do Imobilizado de uso são coincidentes nas demonstrações individual e consolidada, com exceção dos itens: "Sistema de comunicação e de segurança", que apresentou valor líquido de R$ 130.633 (31/12/2021 - R$ 175.660) e "Sistema de processamento de dados", com valor líquido de R$ 1.163.779 (31/12/2021- R$ 1.665.372) na consolidada.

INDIVIDUAL							
Descrição	31/12/2021	Movimentação					31/12/2022
	Líquido	Transf.	Adições	Baixas	Depreciação	Redução ao valor recuperável	Líquido
Imóveis de uso	**807.765**	**96.014**	**49.520**	**-**	**(45.261)**	**-**	**908.038**
Edificações	624.211	96.095	25.434	-	(45.261)	-	700.479
Terrenos	183.554	(81)	24.086	-	-	-	207.559
Benfeitorias em imóveis de terceiros	**486.719**	**170.012**	**-**	**(2.014)**	**(161.844)**	**-**	**492.873**
Imobilizações em curso	**169.973**	**(215.975)**	**213.097**	**(23.867)**	**-**	**-**	**143.228**
Móveis e equipamentos de uso	**1.841.013**	**172**	**109.082**	**(412)**	**(655.465)**	**-**	**1.294.390**
Sistema de comunicação e de segurança	175.652	(4.418)	20.387	(96)	(60.896)	-	130.629
Sistema de processamento de dados	1.665.361	4.590	88.695	(316)	(594.569)	-	1.163.761
Móveis em estoque e outros equipamentos	**214.449**	**(51.158)**	**74.767**	**(3.656)**	**(50.397)**	**(9.202)**	**174.803**
Total	**3.519.919**	**(935)**	**446.466**	**(29.949)**	**(912.967)**	**(9.202)**	**3.013.332**

Nota 13 – Intangível

(a) **Composição**

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO					
Descrição	31/12/2022				31/12/2021
	Custo	Amortização Acumulada	Redução ao valor recuperável	Líquido	Líquido
Aquisição de folha de pagamento	2.006.058	(901.470)	-	1.104.588	1.209.421
Projetos logiciais – software	2.398.019	(1.355.921)	(13.125)	1.028.973	1.211.391
Outros intangíveis	771.271	(373.316)	-	397.955	605.508
Total	**5.175.348**	**(2.630.707)**	**(13.125)**	**2.531.516**	**3.026.320**

A CAIXA possui um contrato de aquisição de folha de pagamento relevante no valor de R$ 503.576 e prazo remanescente de 15 meses.

(b) **Movimentação**

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO						
Descrição	31/12/2021	Movimentação				31/12/2022
	Líquido	Adições	Baixas	Amortizações	Redução ao valor recuperável	Líquido
Aquisição de folha de pagamento	1.209.421	314.101	(377)	(418.557)	-	1.104.588
Projetos logiciais – software	1.211.391	125.704	(2.224)	(305.642)	(256)	1.028.973
Outros intangíveis	605.508	55.468	(1.657)	(261.364)	-	397.955
Total	**3.026.320**	**495.273**	**(4.258)**	**(985.563)**	**(256)**	**2.531.516**

Nota 14 – Outros ativos

(a) **Composição**

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos não financ. mantidos p. venda e mat. de estoque (b)	3.565.907	4.113.181	3.688.777	4.113.181
Relações interfinanceiras e interdependências	1.146.364	1.155.172	1.146.364	1.155.172
Créditos específicos (1)	1.323.743	1.195.819	1.323.743	1.195.819
Antecipações salariais e outros adiantamentos	1.149.680	874.563	1.149.685	874.563
Valores a apropriar (2)	1.179.619	1.190.745	1.179.619	1.190.745
Valores a receber – FND (1)	686.037	640.834	686.037	640.834
Despesas antecipadas	67.089	132.624	70.391	133.907
Valores a ressarcir - FGTS (3)	33.418	64.991	33.418	64.991
Dividendos e JCP a receber	889.594	31.194	690.180	441.722
Devedores diversos (1)	1.458.339	1.104.840	1.439.069	1.139.808
Total	**11.499.790**	**10.503.963**	**11.407.283**	**10.950.742**
Provisões para perdas ao valor recuperável de ativos	(971.662)	(1.353.483)	(971.662)	(1.353.483)
Total líquido de provisão	**10.528.128**	**9.150.480**	**10.435.621**	**9.597.259**
Ativo circulante	10.028.505	9.017.758	9.935.998	9.464.537
Ativo não circulante	499.623	132.722	499.623	132.722

(1) Inclui créditos da CAIXA junto à União (Nota 14 (d)) no valor de R$ 2.090.210 em 31/12/2022 (31/12/2021 - R$ 1.904.252).
(2) Representam os ativos classificados em contas transitórias, principalmente liberações de crédito imobiliário.
(3) Valores a serem ressarcidos decorrente do pagamento do FGTS.

(b) **Ativos não financeiros mantidos para venda e materiais de estoque**

Os itens do Ativos não financeiros mantidos para venda e materiais de estoque são coincidentes nas demonstrações individual e consolidada, com exceção do item "Ativos não financeiros mantidos para venda - Próprios", que apresentou o valor de R$ 172.834 (31/12/2021- R$ 77.155).

INDIVIDUAL		
Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Ativos não financeiros mantidos para venda - Recebidos	3.433.778	3.953.452
Ativos não financeiros mantidos para venda - Próprios	49.964	77.155
Material de consumo	82.165	82.574
Total	**3.565.907**	**4.113.181**
Provisão para perdas ao valor recuperável de ativos	(927.853)	(1.309.166)
Total líquido de provisão	**2.638.054**	**2.804.015**

(c) **Provisão para perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2022		2021
	2º semestre	Exercício	Exercício
Saldo inicial	**(1.069.121)**	**(1.309.166)**	**(1.811.842)**
Constituição	(217.277)	(433.345)	(1.584.275)
Baixas	358.545	814.658	2.086.951
Saldo final	**(927.853)**	**(927.853)**	**(1.309.166)**

(d) **Créditos da CAIXA junto à União**

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos concedidos (Voto CMN 162/1995)	1.056.597	940.259
Fundo Nacional de Desenvolvimento – Cotas e Dividendos	686.037	640.833
BNH – incentivo aos beneficiários do SFH (DL 2.164/1984)	338.261	313.633
PRODUBAN – transferência de depósitos	6.311	6.311
Outros haveres	3.004	3.216
Total (1)	**2.090.210**	**1.904.252**

(1) Saldos relativos a operações antigas, para as quais a Administração da CAIXA está em tratativas com a União com a finalidade de quitação dos valores envolvidos (Nota 32).

Nota 15 – Recursos de clientes

(a) **Depósitos por prazo de exigibilidade**

Depósitos	INDIVIDUAL						CONSOLIDADO	
	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 365 dias	Acima de 365 dias	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos à Vista	**43.242.817**	**-**	**-**	**-**	**43.242.817**	**46.984.652**	**43.241.428**	**46.984.214**
Pessoas jurídicas	21.238.899	-	-	-	21.238.899	21.981.277	21.237.510	21.980.839
Pessoas físicas	16.844.213	-	-	-	16.844.213	20.039.313	16.844.213	20.039.313
Vinculados	2.163.639	-	-	-	2.163.639	2.060.629	2.163.639	2.060.629
Governo	1.851.344	-	-	-	1.851.344	1.930.190	1.851.344	1.930.190
Entidades públicas	184.572	-	-	-	184.572	405.035	184.572	405.035
Contas encerradas	217.041	-	-	-	217.041	242.961	217.041	242.961
Instituições do sistema financeiro	8.335	-	-	-	8.335	21.189	8.335	21.189
Moedas estrangeiras	-	-	-	-	-	1.549	-	1.549
Outros	734.774	-	-	-	734.774	302.509	734.774	302.509
Depósitos de Poupança	**360.729.462**	**-**	**-**	**-**	**360.729.462**	**365.091.413**	**360.729.462**	**365.091.413**
Pessoas físicas	352.631.726	-	-	-	352.631.726	358.933.046	352.631.726	358.933.046
Contas encerradas	5.204.871	-	-	-	5.204.871	4.689.762	5.204.871	4.689.762
Pessoas jurídicas	2.890.702	-	-	-	2.890.702	1.466.320	2.890.702	1.466.320
Outros	2.163	-	-	-	2.163	2.285	2.163	2.285
Depósitos a prazo	**109.683.931**	**1.174.648**	**13.780.630**	**56.528.693**	**181.167.902**	**145.962.643**	**181.167.902**	**145.962.643**
Depósitos Judiciais	109.683.931	-	-	-	109.683.931	102.234.084	109.683.931	102.234.084
CDB	-	1.174.648	13.780.630	56.528.693	71.483.971	43.728.559	71.483.971	43.728.559
Depósitos especiais e de fundos e programas	**16.842.295**	**-**	**-**	**-**	**16.842.295**	**15.046.150**	**16.842.295**	**15.046.150**
Total	**530.498.505**	**1.174.648**	**13.780.630**	**56.528.693**	**601.982.476**	**573.084.858**	**601.981.087**	**573.084.420**
Passivo circulante					545.453.783	540.511.172	545.452.394	540.510.734
Passivo não circulante					56.528.693	32.573.686	56.528.693	32.573.686

(b) **Depósitos especiais e de fundos e programas**

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS	4.599.091	5.718.781
Depósitos - Especiais com remuneração	2.928.186	3.384.670
Fundo Garantidor de Microfinanças – FGM (1)	3.460.872	-
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	809.244	1.100.477
Depósitos – PREVHAB	1.142.445	1.022.853
Fundo Garantia Safra – FGS	1.544.997	1.090.743
Fundo de Compensação Ambiental - FCA	1.105.297	791.156
Fundo de Arrendamento Residencial – FAR	459.249	733.172
Saúde CAIXA	234.627	672.945
Depósitos – PRODEC	82.146	76.961
Fundo DPVAT	72.712	150.017
Fundo Garantidor do FIES	15.262	9.459
Outros	388.167	294.916
Total	**16.842.295**	**15.046.150**

(1) Instituído pela MP nº 1.107/2022, o Fundo Garantidor de Microfinanças (FGM) é um fundo administrado pela CAIXA, constituído com recursos do FGTS, que tem por objetivo mitigar os riscos das operações de microcrédito concedidas a pessoas naturais e microempreendedores individuais no âmbito do Programa de Simplificação do Microcrédito Digital - SIM Digital.

(c) **Despesas com recursos de clientes**

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2022		2021
	2º semestre	Exercício	Exercício
Depósitos de poupança	(13.795.108)	(25.979.854)	(11.335.783)
Depósitos a prazo CDB/RDB (1)	(2.893.669)	(4.995.697)	(2.340.586)
Depósitos judiciais	(4.464.281)	(7.963.802)	(2.942.204)
Depósitos especiais e de fundos e programas	(1.120.007)	(1.975.599)	(655.069)
Outras captações	(293.186)	(576.118)	(611.837)
Total	**(22.566.251)**	**(41.491.070)**	**(17.885.479)**

(1) As despesas com recuros de clientes são coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item "Depósitos a prazo CDB/RDB" que em 31/12/2022 apresenta, na demonstração consolidada, o montante de (R$ 2.890.989) no 2º semestre de 2022 e (R$ 4.993.017) no exercício de 2022 (Exercício de 2021 – (R$ 2.340.586)).

CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA **FAZENDA**

(d) Despesas com depósitos especiais e de fundos e programas

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	**Taxa de Remuneração**	**2022**		**2021**
		2º semestre	**Exercício**	**Exercício**
Depósitos – FGTS	Selic	(309.714)	(567.065)	(199.468)
Depósitos – FDS	Selic fator dia	(85.519)	(152.938)	(22.365)
Depósitos – FUNGETUR	Selic	(36.576)	(100.472)	(54.428)
Depósitos – PREVHAB	Selic	(71.010)	(126.317)	(43.431)
Depósitos – FGS	Selic fator dia/ Extra mercado	(82.102)	(132.500)	(49.922)
Depósitos – Fundo Paulista de Habitação	CDI	(59.109)	(116.398)	(28.831)
Depósitos – FAR	Selic	(57.868)	(100.902)	(29.042)
Fundo de Compensação Ambiental - FCA	Selic	(64.338)	(116.591)	(72.544)
Depósitos – Tesouro Nacional	Selic	(41.511)	(73.701)	(25.131)
Fundo Garantidor de Microfinanças - FGM	Selic	(214.300)	(315.488)	-
Depósitos – Caução	TR	(20.561)	(34.479)	(6.970)
Depósitos – Fundo DPVAT	Selic	(6.404)	(11.209)	(45.136)
Depósitos – PRODEC	TR + Juros 0,4868% a.m.	(3.111)	(5.809)	(4.361)
Outros depósitos especiais – juros		(26.830)	(52.064)	(48.010)
Outros		(41.054)	(69.666)	(25.430)
Total		**(1.120.007)**	**(1.975.599)**	**(655.069)**

Nota 16 – Recursos de instituições financeiras e outras

(a) Composição

INDIVIDUAL		
Descrição	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Obrigações por empréstimos e repasses (b)	385.041.522	357.073.680
Captações no mercado aberto (c) (1)	242.063.213	226.638.755
Depósitos interfinanceiros	2.186.487	187.277
Total	**629.291.222**	**583.899.712**
Passivo circulante	230.599.590	218.662.953
Passivo não circulante	398.691.632	365.236.759

(1) Os itens de Recursos de instituições financeiras e outras são coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item "Captações no mercado aberto" que em 31/12/2022 apresenta na demonstração consolidada o montante de R$ 241.144.465 (31/12/2021 – R$ 226.638.755).

(b) Obrigações por empréstimos e repasses

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Repasses no país	**383.663.427**	**355.675.961**
FGTS	359.175.584	329.402.238
BNDES	21.051.359	22.714.203
Fundo da Marinha Mercante	2.331.764	2.411.075
Tesouro Nacional	13.505	14.719
Outras instituições	1.091.215	1.133.726
Repasses no exterior	**324.985**	**396.591**
Empréstimos no exterior	**1.053.110**	**1.001.128**
Total	**385.041.522**	**357.073.680**
Passivo circulante	1.977.564	654.641
Passivo não circulante	383.063.958	356.419.039

Repasses no país

Compostos principalmente por recursos repassados pelo FGTS para aplicação em operações de infraestrutura, desenvolvimento urbano e crédito imobiliário. Tais repasses estão sujeitos à atualização monetária de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR), taxa média de juros de 5,016% a.a. (habitação 4,953% a.a.; saneamento 5,438% a.a.; infraestrutura 5,829% a.a.; saúde 5,849% a.a.) e prazo médio de retorno de 257 meses (habitação – 269 meses; saneamento – 137 meses; infraestrutura – 169 meses; saúde – 88 meses).

Repasses no exterior

O saldo de repasses no exterior, referente a contrato firmado entre a CAIXA e o Banco Mundial – BIRD, para aplicação no Programa de Financiamento para Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos e Mecanismo de Desenvolvimento Limpo está sujeito à variação cambial do dólar americano (US$), taxa de juros de 0,8% a.a., acrescido de LIBOR. O prazo de vencimento da operação varia entre 12 e 15 anos.

Empréstimos no exterior

O saldo dos empréstimos no exterior é composto por linhas de crédito captadas no exterior para financiamento de exportações de clientes, sujeitas à taxa de juros externa de até 6,5059% a.a., substancialmente atreladas ao dólar dos Estados Unidos, com vencimentos em até 2023.

(c) Captações no mercado aberto

INDIVIDUAL		
Descrição	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Carteira própria	**153.564.880**	**142.935.950**
Letras Financeiras do Tesouro	84.609.231	49.107.575
Letras do Tesouro Nacional (1)	65.686.253	85.553.867
Notas do Tesouro Nacional	-	4.189.192
Certificados de Recebíveis Imobiliários	1.555.478	3.134.904
Debêntures	1.713.918	950.412
Carteira de terceiros	**88.498.333**	**83.702.805**
Letras Financeiras do Tesouro	29.012.622	-
Notas do Tesouro Nacional	59.485.711	83.702.805
Total	**242.063.213**	**226.638.755**
Passivo circulante	227.104.205	212.902.100
Passivo não circulante	14.959.008	13.736.655

(1) Os itens de Captações no mercado aberto são coincidentes na demonstração individual e consolidada de 31/12/2022, com exceção do item "Letras do Tesouro Nacional" que apresenta na demonstração consolidada o montante de R$ 64.767.505. Em 31/12/2021 os totais da demonstração individual e consolidada são iguais.

(d) Despesas com recursos de instituições financeiras e outras

Conforme determina a Carta Circular BACEN nº 3.731/2015, os valores apresentados referente aos itens "Repasses no exterior" e "Empréstimos no exterior" refletem até dezembro de 2022 a reclassificação para "Outras receitas operacionais – Nota 28", da parcela da variação cambial de natureza credora que excedeu o somatório do componente de remuneração registrado na conta de despesa. A referida Carta Circular produziu efeitos somente nas Demonstrações Contábeis Individuais.

INDIVIDUAL			
Descrição	**2022**		**2021**
	2º semestre	**Exercício**	**Exercício**
Captações no mercado aberto	**(17.528.664)**	**(30.843.713)**	**(9.865.690)**
Carteira própria	(10.036.114)	(17.721.103)	(5.359.474)
Carteira de terceiros	(7.492.550)	(13.122.610)	(4.506.216)
Depósitos interfinanceiros	**(69.606)**	**(77.535)**	**(5.567)**
Repasses no país	**(14.917.968)**	**(27.050.997)**	**(20.044.418)**
FGTS	(13.969.040)	(25.182.198)	(18.351.860)
BNDES	(816.064)	(1.668.737)	(1.508.092)
Fundo da Marinha Mercante	(64.021)	(85.140)	(132.427)
Outras instituições	(68.843)	(114.922)	(52.039)
Repasses no exterior	**(3.655)**	**(3.655)**	**(48.926)**
Empréstimos no exterior	**(14.775)**	**(14.775)**	**(75.909)**
Total	**(32.534.668)**	**(57.990.675)**	**(30.040.510)**

CONSOLIDADO			
Descrição	**2022**		**2021**
	2º semestre	**Exercício**	**Exercício**
Captações no mercado aberto	**(17.485.006)**	**(30.788.760)**	**(9.865.690)**
Carteira própria	(10.036.114)	(17.721.103)	(5.359.474)
Carteira de terceiros	(7.448.892)	(13.067.657)	(4.506.216)
Depósitos interfinanceiros	**(69.606)**	**(77.535)**	**(5.567)**
Repasses no país	**(14.917.968)**	**(27.050.997)**	**(20.044.418)**
FGTS	(13.969.040)	(25.182.198)	(18.351.860)
BNDES	(816.064)	(1.668.737)	(1.508.092)
Fundo da Marinha Mercante	(64.021)	(85.140)	(132.427)
Outras instituições	(68.843)	(114.922)	(52.039)
Repasses no exterior	**(3.655)**	**17.453**	**(38.580)**
Empréstimos no exterior	**(14.775)**	**8.522**	**(75.909)**
Total	**(32.491.010)**	**(57.891.317)**	**(30.030.164)**

Nota 17 – Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários

(a) Composição

Descrição	**INDIVIDUAL**		**CONSOLIDADO**	
	31/12/2022	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Recursos aceites e emissão de títulos (b)	83.854.354	27.405.635	83.854.354	27.405.635
Instrumentos financeiros subordinados (c)	36.294.748	36.002.978	36.294.748	36.002.978
IHCD – Principal autorizado (d)(1)	35.548.171	33.553.318	-	-
Instrumentos híbridos de capital e dívida	1.633.107	5.732.731	1.633.107	5.732.731
Total	**157.330.380**	**102.694.662**	**121.782.209**	**69.141.344**
Passivo circulante	12.391.178	14.945.365	12.391.178	14.945.365
Passivo não circulante	144.939.202	87.749.297	109.391.031	54.195.979

(1) Composto por instrumentos híbridos de capital e dívida autorizado a compor o capital. No consolidado o saldo é reclassificado para o Patrimônio Líquido conforme Resolução CMN nº 4.955/2021.

A CAIXA possui 14 Instrumentos Financeiros Subordinados – IFS autorizados a compor o Nível II do Patrimônio de Referência – PR, sendo 8 Instrumentos de Dívida Subordinada – IDS com o FGTS e 6 Letras Financeiras Subordinadas – LFS, conforme detalhamento no item (c) subsequente.

O valor total captado por meio dos Instrumentos Financeiros Subordinados compõe o capital da instituição, refletindo positivamente no Patrimônio de Referência - PR, na Margem Operacional, no Índice de Basileia, além de outros indicadores como, por exemplo, o de imobilização e endividamento do setor público.

Instrumento de Dívida Subordinada – FGTS

A CAIXA possui 8 instrumentos de dívida subordinada autorizados pelo Banco Central do Brasil na composição do Nível II do PR, em acordo com o disposto na Resolução do Conselho Monetário Nacional que trata da metodologia de apuração do PR, contratados com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

Sobre o valor total das dívidas incide atualização monetária, mediante a aplicação de coeficiente de atualização idêntico ao utilizado para a remuneração das contas vinculadas do FGTS e juros capitalizados mensalmente.

Na apuração do PR de dezembro de 2022 foram considerados R$ 22,64 bilhões no capital de Nível II em atendimento ao disposto no art. 31 da Resolução CMN nº 4.955/2021 – *"O montante dos recursos dos fundos de que tratam a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, o art. 10 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, reconhecido no Nível II fica limitado aos seguintes percentuais, aplicados ao valor desses recursos computado no mencionado nível em 30 de junho de 2018"* (grifo nosso).

Letras Financeiras Subordinadas – Nível I (Complementar)

A CAIXA captou no mercado local Letras Financeiras Subordinadas, no valor de face total de R$ 1.718.700, desse total R$1.713.241 estão autorizadas para compor o Capital Complementar do Nível I (PR).

Letras Financeiras Subordinadas – Nível II

A CAIXA possui 6 Letras Financeiras Subordinadas captadas no mercado local, no valor de face total de R$ 206.000 todas consideradas elegíveis ao Nível II do PR pelo BACEN.

Quitação de IHCD

Em 17/10/2022, a Secretaria do Tesouro Nacional e a CAIXA assinaram termo de quitação do Instrumento Híbrido de Capital e Dívida relativo ao contrato nº 504/PGFN/CAF, que havia sido pago em duas parcelas desembolsadas em 12/07/2019 e 27/12/2019, para o qual restava pendente controvérsia relativa ao pagamento de juros remuneratórios pro rata temporis e atualização de saldo devedor entre 1º de janeiro de 2019 e a data das respectivas amortizações. O termo assinado conferiu quitação mútua ampla, irrestrita e irrevogável de todos e quaisquer créditos ou débitos entre as partes decorrentes do referido contrato, e concretiza as tratativas ocorridas no curso do mês de setembro de 2022, que confirma que a CAIXA não tinha obrigação presente ao final do período reportado, sendo efetuado, portanto, o desreconhecimento de atualização monetária e juros incorporados ao passivo, com impacto líquido de tributos de R$ 1.109.612 nas demonstrações contábeis individuais e R$ 459.816 nas demonstrações contábeis consolidadas.

(b) Recursos de aceites e emissão de títulos

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO								
Captações	**Valor emitido**	**Rem. a.a. / Indexador**	**Vencimento**				**31/12/2022**	**31/12/2021**
			01 a 90 dias	**91 a 180 dias**	**181 a 360 dias**	**Acima de 360 dias**		
Letras								
Letra de crédito imobiliário	-	CDI	2.253.825	2.033.289	4.897.785	64.722.742	73.907.641	22.423.121
Letra de crédito imobiliário	-	TR	-	-	-	25.661	25.661	31.533
Letra financeira	-	IPCA	-	-	1.684.455	12.263	1.696.718	1.524.039
Letra financeira	-	CDI	-	-	-	3.660.233	3.660.233	99.912
Letra de crédito do agronegócio	-	CDI	229.163	145.847	446.203	3.742.888	4.564.101	494.569
Títulos e valores mobiliários no exterior								
Tranche sênior (2° série) (1)	US$ 500.000	3,50%	-	-	-	-	-	2.832.461
Total							**83.854.354**	**27.405.635**

(1) Tranche sênior com vencimento em nov/22 foi liquidada.

(c) Instrumentos Financeiros Subordinados

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO								
Vencim.	**Rem. a.a. (%)**	**Data captação**	**Valor emitido**	**Atualização monetária e juros**	**Amortização**	**Impacto Hedge Contábil Risco de Mercado**	**Saldo devedor 31/12/2022**	**Saldo devedor 31/12/2021**
Nível I – Complementar (1)								
Letras financeiras elegíveis								
Perpétuo	114 % Selic	set/19	1.113.000	17.003	-	-	1.130.003	1.124.038
Perpétuo	114 % Selic	out/19	4.200	54	-	-	4.254	4.237
Perpétuo	114 % Selic	nov/19	601.500	7.708	-	-	609.208	606.738
Nível II								
Instrumento de dívida subordinada – FGTS								
fev/38	4,80%	dez/14	4.000.000	2.229.549	-	-	6.229.549	5.845.345
mai/44	4,75%	set/16	4.000.000	1.537.097	-	-	5.537.097	5.197.867
ago/44	4,86%	mai/17	4.000.000	1.350.251	-	-	5.350.251	5.017.140
dez/40	4,75%	set/15	3.000.000	1.438.435	-	-	4.438.435	4.166.636
jul/32	5,08%	jun/12	3.000.000	1.801.853	(981.470)	-	3.820.383	4.151.523
dez/33	5,15%	out/14	3.000.000	1.243.889	(797.173)	-	3.446.716	3.699.888
abr/26	6,00%	ago/11	3.000.000	2.078.692	(2.610.524)	-	2.468.168	3.157.292
mai/44	5,23%	set/17	2.000.000	665.439	-	-	2.665.439	2.492.997
Letras financeiras elegíveis								
jun-24	100%IPCA + 6,95%	jun/14	200.000	382.095	-	(2.389)	579.706	525.024
fev-25	100%IPCA + 6,58%	fev/15	1.200	1.936	-	14	3.150	5.700
fev-25	100%IPCA + 6,74%	fev/15	1.200	1.909	-	7	3.116	2.892
fev-25	100%IPCA + 6,65%	fev/15	2.400	3.829	-	(10)	6.219	2.860
mar-25	100%IPCA + 6,45%	mar/15	1.200	1.863	-	(9)	3.054	2.801
Total (2)			**27.924.700**	**12.761.602**	**(4.389.167)**	**(2.387)**	**36.294.748**	**36.002.978**

(1) Os valores elegíveis ao Nível I – Capital Complementar atendem aos requisitos da Resolução CMN nº 4.955/2021 que trata da metodologia de apuração do PR.

(2) Contempla o evento apresentado na NE 36.

O Nível I do Patrimônio de Referência é dividido em Capital Principal e Capital Complementar. A CAIXA possui Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida – IHCD autorizados a compor o seu Capital Principal.

A Resolução CMN nº 4.955/2021 determina, para fins de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, a reclassificação para o patrimônio líquido dos instrumentos que atendam às características de capital principal.

Os contratos possuem cláusulas de remuneração integralmente variáveis, a atualização monetária é incorporada anualmente, após o pagamento dos juros atinentes ao exercício anterior.

Os juros remuneratórios a pagar e a atualização monetária não incorporada compõem os Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida, perfazendo um montante de R$ 1.633.107 em 31/12/2022 (31/12/2021 – R$ 5.732.731).

Os juros remuneratórios a pagar dos Instrumentos Subordinados elegíveis a Capital Complementar, totalizam um montante de R$ 24.765 em 31/12/2022 (31/12/2021 – R$ 16.313).

Para fins de composição do Patrimônio de Referência, considera-se apenas o valor de face dos contratos IHCD somado à atualização monetária incorporada de exercícios anteriores. Tendo em vista que os contratos possuem cláusulas de remuneração integralmente variáveis, a atualização monetária é incorporada anualmente, após o pagamento dos juros atinentes ao exercício anterior.

Em 28/03/2022 a CAIXA efetuou o pagamento dos juros remuneratórios referentes ao exercício 2021 no montante de R$ 1.447.134, já corrigidos monetariamente e incorporação do montante de R$ 1.994.853 a título de atualização monetária.

(d) Instrumentos de dívida elegíveis ao capital

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Discriminação	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Contrato 348/2007	14.437.573	12.442.720
Contrato 752/2012	6.800.000	6.800.000
Contrato 754/2012	6.310.598	6.310.598
Contratos 868 e 869/2013	8.000.000	8.000.000
Total	**35.548.171**	**33.553.318**

(e) Despesas com recursos de emissões de títulos e **valores mobiliários**

Conforme determina a Carta Circular BACEN nº 3.731/2015, os valores apresentados referente ao item "Títulos e valores mobiliários no exterior" reflete, até dezembro de 2022, a reclassificação para "Outras receitas operacionais – Nota 28", da parcela da variação cambial de natureza credora que excedeu o somatório do componente de remuneração registrado na conta de despesa. A referida Carta Circular produziu efeitos somente nas Demonstrações Contábeis Individuais.

INDIVIDUAL			
Descrição	**2022**		**2021**
	2º semestre	**Exercício**	**Exercício**
Recursos de emissões de Letras	**(3.268.013)**	**(4.763.438)**	**(1.248.763)**
Letras de crédito imobiliário	(2.716.699)	(3.870.109)	(999.616)
Letras hipotecárias	-	-	(104.410)
Letras financeiras	(282.679)	(548.841)	(136.320)
Com subordinação	(154.448)	(299.396)	(93.774)
Sem subordinação	(128.231)	(249.445)	(42.546)
Letras de crédito do agronegócio	(268.635)	(344.488)	(8.417)
Títulos e valores mobiliários no exterior	**-**	**-**	**(304.965)**
Instrumentos híbridos de capital e dívida	**(666.327)**	**(1.497.409)**	**(3.414.402)**
Total	**(3.934.340)**	**(6.260.847)**	**(4.968.130)**

CONSOLIDADO			
Descrição	**2022**		**2021**
	2º semestre	**Exercício**	**Exercício**
Recursos de emissões de Letras	**(3.268.013)**	**(4.763.438)**	**(1.248.763)**
Letras de crédito imobiliário	(2.716.699)	(3.870.109)	(999.616)
Letras hipotecárias	-	-	(104.410)
Letras financeiras	(282.679)	(548.841)	(136.320)
Com subordinação	(154.448)	(299.396)	(93.774)
Sem subordinação	(128.231)	(249.445)	(42.546)
Letras de crédito do agronegócio	(268.635)	(344.488)	(8.417)
Títulos e valores mobiliários no exterior	**54.218**	**211.165**	**(220.778)**
Instrumentos híbridos de capital e dívida	**(110.163)**	**(531.869)**	**(1.999.672)**
Total	**(3.323.958)**	**(5.084.142)**	**(3.469.213)**

Nota 18 – Outros passivos financeiros

(a) Composição

INDIVIDUAL		
Descrição	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Recursos para destinação específica (b)	20.457.438	18.565.960
Receitas antecipadas (c)	9.476.708	9.983.708
Obrigações por operações vinculadas a cessão	4.738.717	5.461.492
Carteira de câmbio	1.872.589	1.869.795
Recursos vinculados a operações de crédito	1.101.756	1.063.565
Recursos do FGTS para amortização	1.048.466	1.030.138
Negociação e intermediação de valores (1)	97.602	125.307
Obrigações por transações de pagamento	54	12
Total	**38.793.330**	**38.099.977**
Passivo circulante	19.565.907	16.922.096
Passivo não circulante	19.227.423	21.177.881

(1) Os itens de Outros passivos financeiros são coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item "Negociação e intermediação de valores" que, em 31/12/2022, apresenta na demonstração consolidada o montante de R$ 18 (31/12/2021 – R$ 125.307).

(b) Recursos para destinação específica

Referem-se às obrigações decorrentes de recursos de operações relacionadas com loterias, recursos de fundos e programas sociais geridos pela CAIXA e recursos de fundos ou programas especiais mantidos com recursos do Governo ou entidades públicas, administrados pela CAIXA.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Fundos e programas sociais	**16.945.633**	**15.663.329**
Remuneração do AG Financeiro - FGTS	9.064.682	9.757.149
Programas de transferência de renda (1)	4.171.134	2.100.852
Remuneração do AG Financeiro - OGU	1.192.366	1.944.024
Aporte - Casa Verde Amarela	743.462	731.485
Recursos do FGTS	354.242	199.205
Programa de Subsídio à Habitação (PSH) (2)	33.199	342.552
Outros fundos e programas	1.386.548	588.062
Fundos financeiros e de desenvolvimento	**591.271**	**655.814**
FAT	589.787	651.336
Abono salarial	2	2.996
FINSOCIAL	1.482	1.482
Operações com loterias	**2.920.534**	**2.246.817**
Total	**20.457.438**	**18.565.960**

(1) Inclui o saldo, em 31/12/2022, referente aos recursos destinados ao pagamento do Auxílio Brasil no montante de R$ 1.353.954 (31/12/2021 – R$ 82.848), para o pagamento do Benefício Emergencial de Preservação de Emprego e Renda – BEm, no montante de R$ 570.434 (31/12/2021 – R$ 479.644) e para pagamento do Auxílio Emergencial no montante de R$ 857.831 (31/12/2021 – R$ 720.713).

(2) Com o encerramento do Programa de Subsídio à Habitação (PSH) a CAIXA quitou, em março de 2022, o passivo registrado para o programa, restando apenas o saldo remanescente de seguro garantia.

(c) Receitas antecipadas

As receitas antecipadas correspondem ao saldo a diferir das transações entre a CAIXA, empresas parceiras, e suas controladas pelo direito de exploração do balcão, base de cliente e uso da marca. Em 31/12/2022 as receitas antecipadas se referem às seguintes parcerias:

- VISA, no montante de R$ 725.000 (31/12/2021 – R$ 825.000) referente ao recebimento de bônus inicial em virtude do acordo assinado, pelo prazo de dez anos, entre a CAIXA e a VISA. O saldo é apropriado mensalmente em resultado, de forma linear, por 120 meses.
- CNP (Holding XS1) no montante de R$ 6.440.000 (31/12/2021 - R$ 6.720.000) em cumprimento ao contrato de distribuição. O saldo é apropriado mensalmente pela vigência do contrato, até 2045.
- Tokio Marine (XS3) no montante de R$ 1.368.000 (31/12/2021 - R$ 1.444.000), CNP (XS5) no montante de R$ 228.125 (31/12/2021 - R$ 240.625), Icatu (XS4) no montante de R$ 164.250 (31/12/2021 - R$ 173.250) e Tempo (XS6) no montante de R$ 27.000 (31/12/2021 - R$ 28.500), em cumprimento ao contrato de distribuição pelo prazo de 20 anos com a Caixa Seguridade.
- FISERV, no montante de R$ 146.000 (31/12/2021 - R$ 154.000), buscando fortalecer sua atuação no mercado de meios de pagamento eletrônicos, prevê um contrato com vigência de 20 anos com a Caixa Cartões.
- VR BENEFÍCIOS e FLEETCOR ("VR-FLEETCOR"), no montante de R$ 378.333 (31/12/2021 - R$ 398.333), para atuação no segmento relacionado a meios de pagamento Pré-Pagos, pelo prazo de 20 anos, conforme contrato firmado com a Caixa Cartões.

Nota 19 – Provisões

(a) Composição

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Trabalhistas (b.1)	7.145.312	6.991.311
Cíveis (b.1)	3.188.447	3.279.719
Fiscais (b.1)	566.751	378.813
Pré-pagamento FGTS	1.402.205	1.259.083
Bolsa família	323.795	288.479
Garantias financeiras prestadas	49.773	49.418
Demais	31.495	38.427
Total	**12.707.778**	**12.285.250**
Passivo circulante	5.049.040	5.068.749
Passivo não circulante	7.658.738	7.216.501

A CAIXA não possui ativos contingentes cuja entrada de benefícios econômicos seja classificada como provável.

(b) Provisões para causas judiciais e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

A CAIXA é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de seus negócios. Com base em pareceres dos seus advogados e levando em consideração que os procedimentos adotados pela CAIXA guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para suportar os riscos de eventuais decisões desfavoráveis nesses processos.

Considerando o elevado número de processos administrativos e judiciais, a CAIXA utiliza as seguintes metodologias para calcular o valor provável de desembolso:

a) individualizada, na qual se estima o valor provável da condenação (valor provisionado); este cálculo parte da repercussão econômica dos pedidos feitos pelo autor e é ponderado com a situação do processo e a jurisprudência predominante em causas similares; tais ações são classificadas como de perda provável, possível ou remota;

b) massificada, em que o valor provisionado corresponde ao valor médio histórico de condenação pago em processos similares extintos nos últimos 36 meses, multiplicado pelo total de processos provisionáveis ativos, e são classificadas como prováveis.

c) No 1° trimestre de 2022, foi implementada a metodologia massificada para cálculo do valor provável de desembolso para ações judiciais trabalhista para 100% dos expedientes rotineiros em fase de conhecimento, que consiste na mensuração da probabilidade e do impacto do resultado desfavorável à instituição.

Abaixo, apresentamos as ações agrupadas em demandas fiscais, cíveis e trabalhistas considerando a matéria tratada e a relevância econômica do grupo.

CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA **FAZENDA**

(b.1) Movimentação das provisões para causas judiciais e obrigações fiscais e previdenciárias

Descrição	31/12/2021	Movimentação: Novas provisões	Atualização monetária	Adições de provisões	Reversões de provisões (1)	Baixas por pagamento (1)	31/12/2022
		INDIVIDUAL / CONSOLIDADO					
Trabalhistas (b.3)	**6.991.311**	**519.267**	**349.445**	**2.833.693**	**(1.456.582)**	**(2.091.822)**	**7.145.312**
Cíveis (b.4)	**3.279.719**	**353.298**	**105.262**	**1.261.388**	**(449.113)**	**(1.362.107)**	**3.188.447**
Feitos Diversos	1.270.383	198.870	52.432	482.921	(210.184)	(484.441)	1.309.981
Poupança - Planos Econômicos	952.773	14.617	17.012	215.653	(142.491)	(313.918)	743.646
Contingenciamento do FGTS	641.112	-	27.839	347.967	(20.414)	(453.838)	542.666
Habitacional	415.451	139.811	7.979	214.847	(76.024)	(109.910)	592.154
Fiscais (b.5)	**378.813**	**58.793**	**19.901**	**209.650**	**(70.519)**	**(29.887)**	**566.751**
ISSQN	284.209	12.875	14.485	110.877	(57.772)	(4.745)	359.929
INSS	48.115	43	1.950	3.487	(13)	(19.278)	34.304
IPTU	17.090	6.497	542	41.196	(7.649)	(2.370)	55.306
Outros	29.399	39.378	2.924	54.090	(5.085)	(3.494)	117.212
Total	**10.649.843**	**931.358**	**474.608**	**4.304.731**	**(1.976.214)**	**(3.483.816)**	**10.900.510**

(1) Os valores de reversão e baixa por pagamentos incluem, além do movimento natural do acervo, o resultado do incremento na estratégia executada na conciliação judicial no 4º trimestre.

(b.2) Ações trabalhistas

A CAIXA é parte passiva em ações ajuizadas por empregados, ex-empregados próprios ou de prestadoras de serviços e sindicatos, relacionadas com a atividade laboral, planos de cargos, acordos coletivos, indenizações, benefícios, aposentadorias, salários, dentre outras.

Em 31/12/2022, constavam 57.101 processos trabalhistas provisionados (56.754 em 31/12/2021), sendo 32.159 massificados (38.816 em 31/12/2021) e 24.942 individualizados (17.938 em 31/12/2021).

Visando a reduzir o litígio judicial e diminuir os valores despendidos nos processos, a CAIXA continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realiza o cumprimento espontâneo de certas decisões judiciais e faz a análise das perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes. Em virtude disto, as ações relevantes não são individualmente divulgadas para não inviabilizar a realização de acordos.

(b.3) Ações cíveis

A CAIXA é parte passiva em ações cíveis de natureza indenizatória/contratual relativas a seus produtos, serviços e atendimento. Em 31/12/2022, constavam 392.391 processos cíveis provisionados (413.511 em 31/12/2021), sendo 366.663 massificados (409.974 em 31/12/2021) e 25.728 individualizados (3.537 em 31/12/2021).

Destacam-se demandas que contestam o expurgo de indexadores de planos econômicos, como parte da política econômica do governo federal no combate aos índices inflacionários no passado, quando da correção de saldos em depósitos em cadernetas de poupança.

A CAIXA cumpriu a ordem legal vigente à época, entretanto, considerando as ações efetivamente notificadas e a análise da jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça – STJ, em 31/12/2022, foi provisionado R$ 743.646 para estes processos (31/12/2021 – R$ 952.773).

O Supremo Tribunal Federal – STF suspendeu a análise de todos os recursos interpostos até que sejam proferidas as decisões das matérias de repercussão geral relativas ao Planos Bresser e Verão (tema 264), de valores não bloqueados do Plano Collor I (tema 265), Plano Collor I (tema 284) e do Plano Collor II (tema 285) que terão efeitos vinculantes a todos os casos relacionados.

No final do exercício de 2017 FEBRABAN e CONSIF celebraram acordo com as principais entidades de defesa do consumidor para equacionamento do problema. Este acordo foi homologado pelo STF e a CAIXA aderiu a seus termos. Os pagamentos começaram em julho de 2018 e continuam sendo realizados em atendimento às adesões processadas no site https://portalacordo.pagamentodapoupanca.com.br/ e mutirões de conciliação administrativos e judiciais.

O acordo teve prazo final em 12/03/2020, razão pela qual a FEBRABAN e as entidades de defesa do consumidor chegaram a bom termo para prorrogar o acordo anterior por mais 5 anos, tendo sido homologado pelo STF a prorrogação por 30 meses, podendo chegar a 60 meses, condicionado à análise dos resultados obtidos.

Também são significativos os processos que visam à reparação de danos envolvendo o contingenciamento de repasses de recursos do FGTS. O valor provisionado, em 31/12/2022, para estes processos é de R$ 542.665 (31/12/2021 – R$ 641.112).

As ações indenizatórias de perdas e danos se referem a eventuais problemas ocorridos no atendimento bancário, na prestação de serviços ou na aquisição/manutenção de algum produto.

Em 2022, a CAIXA continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realizando o cumprimento espontâneo de decisões judiciais e analisando perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes. Até 31/12/2022, realizou 49.219 acordos processuais (67% referente a ações indenizatórias e 33% referentes a recuperações de créditos) reduzindo o montante que seria despendido caso persistisse a solução judicial e oportunizando ao cliente uma solução rápida para o problema.

(b.4) Obrigações fiscais e previdenciárias

A CAIXA, como instituição cumpridora regular das obrigações fiscais e tributárias que repercutem sobre suas atividades, empresas e serviços, discute em sede judicial a legitimidade dos parâmetros de cobrança levados a efeito por órgãos fazendários dos diversos entes da Federação, de acordo com a especificidade própria de cada caso.

As provisões constituídas sob avaliação de risco provável com base em pareceres dos assessores jurídicos se referem a ações sobre tributos e contribuições. A CAIXA acompanha regularmente o ciclo das ações judiciais em andamento, as quais, a médio e longo prazo, poderão apresentar desdobramentos favoráveis à instituição com a reversão das respectivas provisões.

Destacam-se as autuações do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para o recolhimento de contribuições previdenciárias sobre pagamentos a empregados da CAIXA, em que se discute o caráter indenizatório e não remuneratório de algumas verbas, tais como auxílio-alimentação, APIP e licença-prêmio, cujos valores, reposicionados para 31/12/2022, correspondem ao total de R$ 2.230.714 (31/12/2021 – R$ 2.233.577), para as quais a provisão constituída com base no histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, considerando em recente análise técnica e jurídica acerca da matéria, is de R$ 34.304 (31/12/2021 – R$ 48.115).

Em relação ao ISSQN, a CAIXA aplica as diretrizes da Lei Complementar Federal nº 116/2003, em adequação de seus sistemas e procedimentos para apuração da base de cálculo e recolhimento do tributo sobre serviços prestados.

Não obstante, as fiscalizações tributárias de municípios diversos da federação autuaram a instituição sob a alegação de falta de recolhimento ou recolhimento a menor, instaurando discussão a partir de interpretação distinta de aspectos como materialidade, alíquotas aplicáveis e local de incidência do tributo, cujo valor total, em 31/12/2022, corresponde ao montante de R$ 1.265.417 (31/12/2021 – R$ 1.127.117).

Em face do histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, avaliados em análise técnica e jurídica acerca da matéria, na posição de 31/12/2022, o valor da provisão constituída é de R$ 359.930 (31/12/2021 – R$ 284.209).

Ainda, como destaque, a CAIXA vem discutindo a materialidade de débitos de CSLL, IRPJ e multa decorrentes de não homologações de Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação – PER/DCOMP, os quais, em 31/12/2022, totalizam R$ 39.254 (31/12/2021 – R$ 17.843), em referência a questões procedimentais, no que, com base nos pronunciamentos jurisdicionais sobre cada matéria, a análise dos advogados foi pela constituição da provisão integral do valor.

(c) Provisão para pré-pagamentos do crédito imobiliário com recursos do FGTS

Os financiamentos habitacionais concedidos com recursos do FGTS e contemplados com subsídio para redução da prestação, remuneram o Agente Financeiro com pagamento total ou parcial do subsídio pelo FGTS, conforme definição descrita na Resolução do Conselho Curador do FGTS nº 702/2012 e suas atualizações.

Estes valores são repassados ao Agente Financeiro CAIXA no ato da contratação, a fim de fazer frente a todo período da operação. Alterações no fluxo inicialmente contratado, tais como liquidação antecipada, amortização extraordinária, amortização extraordinária com redução de prestação ou redução do prazo contratado do financiamento, exigem que a CAIXA devolva ao FGTS parte da remuneração recebida, proporcionalmente.

Para fazer frente à essa devolução de recursos ao FGTS é feita a provisão para devolução de receitas em caso de pré-pagamentos. Os valores provisionados são apurados com base nos fluxos médios de devolução de remuneração ocorridos, e seus respectivos impactos sobre o saldo de valores de remuneração do Agente Financeiro CAIXA.

(d) Provisão para devolução de recursos do Programa Bolsa Família

No âmbito da prestação de serviços regida por instrumento contratual, o então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), atual Ministério da Cidadania (MC) apresentou à CAIXA solicitação de restituição de valores referentes ao Programa Bolsa Família. Importante destacar que em dezembro de 2021 foi sancionada a Lei nº 14.284 que instituiu o Auxílio Brasil, programa de assistência financeira a famílias de baixa renda que substituiu o Bolsa Família.

(e) Garantias financeiras prestadas

Carteira	31/12/2022 Exposição	31/12/2022 Provisão	31/12/2021 Exposição	31/12/2021 Provisão
	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO – Exposição de Garantias Prestadas			
Repasses - Entidades	30.093.664	16.277	30.979.459	15.490
Cessão de Crédito	7.581.052	-	9.369.737	-
FIES	204.776	33.496	259.253	33.928
PAR (Recursos FAR) (1)	10.395	4.455	15.173	8.009
Total	**37.889.887**	**54.228**	**40.623.622**	**57.427**

(1) Valor referente ao Programa de Arrendamento Residencial com recursos do FAR, classificado no ativo como perdas associadas ao risco de crédito.

Os Repasses às outras Entidades estão concentrados junto a Instituição Financeira e Entidade Pública, sendo que a CAIXA fornece ao FGTS garantia de rentabilidade mínima frente aos valores repassados. Dessa forma, aplica-se o percentual de provisão frente ao VaR (Value at Risk) decorrente da garantia de rentabilidade mínima junto ao FGTS.

(f) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

Com base na Resolução CMN nº 3.823/2009, as contingências classificadas como de perdas possíveis são dispensadas de constituição de provisão:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO	
Demandas fiscais (f.1)	9.473.673	8.966.993
Demandas cíveis (f.2)	2.131.274	1.985.291
Total	**11.604.947**	**10.952.284**

(f.1) Demandas fiscais

A CAIXA mantém acompanhamento de processos fiscais administrativos e judiciais em que figura como polo passivo ou ativo e, sob o amparo dos pareceres de suas unidades jurídicas, classificou como risco de perda possível processos que totalizam o valor de R$ 9.473.673 em 31/12/2022 (31/12/2021 – R$ 8.966.993), dentre os quais se destacam as seguintes demandas em razão dos valores em discussão:

a) Autuação de PIS/PASEP, no valor histórico de R$ 4.053.509, pautada em insuficiência no recolhimento relativo ao período de janeiro de 1991 a dezembro de 1995, ao tempo da vigência dos Decretos-Leis nº 2.445/1988 e nº 2.449/1988, que alteraram a sistemática de cálculo da contribuição, e suposta compensação indevida de recolhimentos efetuados a maior no período de janeiro de 1992 a maio de 1993. Para a propositura da ação, foi efetuado depósito em garantia daquele valor em 30/12/2010, o qual, atualizado pela SELIC, na forma da Lei nº 9.703/98, totaliza R$ 8.249.298 em 31/12/2022 (31/12/2021 – R$ 7.788.008). Em 08/04/2019, o Excelentíssimo Sr. Juiz da 9ª Vara Federal da Seção Judiciária de Brasília/DF julgou procedente o pedido formulado pela CAIXA para declarar a extinção do crédito tributário em destaque, tendo em vista a comprovação da suficiência dos recolhimentos à época realizados. Em 10/06/2019, a União interpôs recurso de apelação pleiteando a reforma da sentença em tela pelo Egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região, estando os autos com remessa ordenada para regular apreciação e julgamento;

b) Autuação de PIS/PASEP, no valor total de R$ 240.451 em 31/12/2022 (31/12/2021 – R$ 233.332), com base em apuração de diferenças de base de cálculo para recolhimento relativo ao período de janeiro de 1996 a dezembro de 1998, e janeiro a outubro de 1999, decorrente de exclusão ou não inclusão de receitas e cômputo de despesas consideradas indevidas e não dedutíveis sobre a base tributável, respectivamente;

c) CSLL, no valor de R$ 195.761 em 31/12/2022 (31/12/2021 – R$ 187.303), relativa a crédito oriundo de pagamento a maior declarado em DIPJ e compensado no exercício de 2003, havendo discussão quanto a questões procedimentais; e

d) Autuação de ICMS (Fazenda do Estado de São Paulo), no valor total de R$ 292.025 em 31/12/2022 (31/12/2021 – R$ 281.626), sobre a qual se discute a exigência do imposto diante da não retenção e recolhimento na fonte sobre serviços enquadrados pela fiscalização no conceito de "comunicação" para efeitos fiscais e tributários, e ainda, a determinação de sujeição passiva por responsabilidade tributária mediante convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ).

As demais contingências com indicativo de perda possível apresentam o seguinte saldo, em 31/12/2022: a) Federais totalizam R$ 1.420 (31/12/2021 – R$ 1.378); b) Previdenciários somam R$ 67.318 (31/12/2021 – R$ 67.318); e c) Regionais correspondem a R$ 427.399 (31/12/2021 – R$ 408.028).

As matérias relacionadas aos processos contingentes em discussão são monitoradas sob a perspectiva de eventual sedimentação ou modificação do cenário jurisprudencial, possibilitando a manutenção como decorrência de avaliação contínua por parte da CAIXA das respectivas classificações de risco.

(f.2) Demandas cíveis

A CAIXA, com base na opinião de seus advogados, acompanha sistematicamente todos os processos com classificação de risco possível ou remoto.

O montante de R$ 2.131.274 em 31/12/2022 (31/12/2021 – R$ 1.985.291) refere-se a uma ação popular com probabilidade de perda possível, na qual se alega a prática de ilegalidade por parte da CAIXA na gestão de recursos provenientes do PREVHAB, quando da sucessão do BNH.

(g) Composição dos depósitos em garantia de recursos

Os saldos dos depósitos em garantia constituídos para as causas judiciais passivas prováveis, possíveis e/ou remotas:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO	
Demandas fiscais	12.856.667	12.996.498
Demandas trabalhistas	6.010.427	5.090.395
Demandas cíveis	787.553	828.221
Total	**19.654.647**	**18.915.114**

Nota 20 – Tributos

(a) Demonstração da despesa de IRPJ e CSLL

Descrição	2022 – 2º semestre	2022 – Exercício	2021 – Exercício
	INDIVIDUAL		
Tributos Correntes	**110.883**	**(441.213)**	**9.761**
Tributos Diferidos	**860.513**	**3.479.739**	**1.242.348**
Passivo Fiscal Diferido	**1.465.788**	**1.402.364**	**(1.770.466)**
Títulos para Negociação/Objeto de Hedge	1.373.462	1.430.840	(1.682.609)
Depósito em Garantia	92.326	(28.476)	(87.857)
Ativo Fiscal Diferido	**(605.275)**	**2.077.375**	**3.012.814**
Diferenças Temporárias - constituição / realização	(607.272)	2.323.380	1.674.910
Prejuízo Fiscal / Base Negativa	1.997	(246.005)	1.337.904
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	**971.396**	**3.038.526**	**1.252.109**

Descrição	2022 – 2º semestre	2022 – Exercício	2021 – Exercício
	CONSOLIDADO		
Tributos Correntes	**(611.895)**	**(1.702.236)**	**(1.052.355)**
Tributos Diferidos	**863.246**	**3.479.779**	**1.267.447**
Passivo Fiscal Diferido	**1.468.490**	**1.402.373**	**(1.753.141)**
Títulos para Negociação/Objeto de Hedge	1.373.471	1.430.849	(1.682.609)
Depósito em Garantia	92.326	(28.476)	(87.857)
Outros	2.693	-	17.325
Ativo Fiscal Diferido	**(605.244)**	**2.077.406**	**3.020.588**
Diferenças Temporárias - constituição / realização	(607.241)	2.323.411	1.682.804
Prejuízo Fiscal / Base Negativa	1.997	(246.005)	1.337.784
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	**251.351**	**1.777.543**	**215.092**

(b) Demonstração do cálculo dos encargos com IRPJ e CSLL

Descrição	2022 – 2º semestre	2022 – Exercício	2021 – Exercício
	INDIVIDUAL		
Resultado antes dos tributos e participações	**5.582.178**	**8.119.144**	**16.459.646**
Encargo IRPJ e CSLL	(1.826.075)	(2.967.710)	(7.406.840)
Efeitos tributários adições e exclusões	664.590	262.265	3.505.564
Juros sobre o capital próprio	397.705	771.947	1.587.743
Participação em coligadas e controladas	935.944	1.655.835	2.590.109
Realização/apuração Prejuízo Fiscal e Base Negativa CSLL	(46.574)	201.426	(1.337.903)
Participação dos empregados nos lucros	295.522	15.925	838.495
Outros	(310.229)	(380.901)	232.593
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	**110.883**	**(441.213)**	**9.761**

Descrição	2022 – 2º semestre	2022 – Exercício	2021 – Exercício
	CONSOLIDADO		
Resultado antes dos tributos e participações	**6.545.041**	**10.264.668**	**19.169.215**
Encargo IRPJ e CSLL	(2.950.804)	(4.619.101)	(8.626.147)
Efeitos tributários adições e exclusões	763.960	762.539	4.823.209
Juros sobre o capital próprio	368.130	742.371	1.587.743
Participação em coligadas e controladas	(1.501.321)	(1.048.819)	671.073
Realização/apuração Prejuízo Fiscal e Base Negativa CSLL	133.459	381.459	(1.337.903)
Participação dos empregados nos lucros	218.981	(60.616)	838.495
Outros	2.355.700	2.139.931	991.175
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	**(611.895)**	**(1.702.236)**	**(1.052.355)**

(c) Passivo fiscal diferido

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO	
Ajustes a Valor de Mercado de Títulos para Negociação	1.773.592	2.589.243
Atualização Monetária de depósito em garantia	2.728.451	2.699.976
Outras	13.884	-
Total Passivo Fiscal Diferido no Resultado	**4.515.927**	**5.289.219**
Outros	142.507	74.520
Total Passivo Fiscal Diferido no PL	**142.507**	**74.520**
Total Passivo Fiscal Diferido	**4.658.434**	**5.363.739**

(d) Ativo fiscal diferido

Descrição	31/12/2021	Constituição	Reversão	31/12/2022
	INDIVIDUAL			
Diferenças temporárias	**40.360.541**	**25.874.780**	**(23.700.854)**	**42.534.467**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	23.008.060	21.784.517	(18.730.692)	26.061.885
Passivos atuariais	4.081.072	675.865	(557.339)	4.199.598
Provisões trabalhistas	3.146.090	944.667	(875.366)	3.215.391
Ajuste a vlr de mercado de instrumentos derivativos	2.666.564	46.461	(1.593.632)	1.119.393
Provisão para Perdas - FCVS a receber	2.419.678	733.859	(340.690)	2.812.847
Provisões cíveis	1.475.873	290.252	(331.325)	1.434.800
Provisão para desvalorização - bens não de uso	589.125	93.432	(265.023)	417.534
Provisões fiscais	157.236	105.622	(30.685)	232.173
Outros	2.816.843	1.200.105	(976.102)	3.040.846
Prejuízo fiscal e Base negativa de CSLL	**4.629.056**	**-**	**(246.004)**	**4.383.052**
Prejuízo fiscal / Base negativa CSLL a realizar	4.629.056	-	(246.004)	4.383.052
Total dos créditos com impacto no resultado	**44.989.597**	**25.874.780**	**(23.946.858)**	**46.917.519**
Passivos atuariais	5.994.655	213.792	-	6.208.447
Ajuste a vlr de mercado de tít. disponíveis p/ venda	190.682	-	(190.682)	-
Outros	-	915.522	-	915.522
Total dos créditos com impacto no PL	**6.185.337**	**1.129.314**	**(190.682)**	**7.123.969**
Total dos créditos tributários	**51.174.934**	**27.004.094**	**(24.137.540)**	**54.041.488**

Descrição	31/12/2021	Constituição	Reversão	31/12/2022
	CONSOLIDADO			
Diferenças temporárias	**40.360.541**	**25.876.361**	**(23.700.854)**	**42.536.048**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	23.008.060	21.784.517	(18.730.692)	26.061.885
Passivos atuariais	4.081.072	675.865	(557.339)	4.199.598
Provisões trabalhistas	3.146.090	944.667	(875.366)	3.215.391
Provisões cíveis	2.666.564	46.461	(1.593.632)	1.119.393
Provisões fiscais	2.419.678	733.859	(340.690)	2.812.847
Ajuste a vlr de mercado de instrumentos derivativos	1.475.873	290.252	(331.325)	1.434.800
Provisão para desvalorização - bens não de uso	589.125	93.432	(265.023)	417.534
Provisão para Perdas - FCVS a receber	157.236	105.622	(30.685)	232.173
Outros	2.816.843	1.201.686	(976.102)	3.042.427
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	**4.629.056**	**-**	**(246.004)**	**4.383.052**
Prejuízo fiscal / Base negativa CSLL a realizar	4.629.056	-	(246.004)	4.383.052
Total dos créditos com impacto no resultado	**44.989.597**	**25.876.361**	**(23.946.858)**	**46.919.100**
Passivos atuariais	5.994.655	213.792	-	6.208.447
Ajuste a vlr de mercado de tít. disponíveis p/ venda	190.682	-	(190.682)	-
Outros	-	915.522	-	915.522
Total dos créditos com impacto no PL	**6.185.337**	**1.129.314**	**(190.682)**	**7.123.969**
Total dos créditos tributários	**51.174.934**	**27.005.675**	**(24.137.540)**	**54.043.069**

(e) Expectativa de realização – ativo fiscal diferido

A CAIXA realiza semestralmente estudo técnico quanto à expectativa de realização de créditos tributários em 10 anos. Os valores apurados no estudo estão representados a seguir:

Ano de Realização	INDIVIDUAL – Valor Nominal	INDIVIDUAL – Valor Presente	CONSOLIDADO – Valor Nominal	CONSOLIDADO – Valor Presente
2023	5.473.325	5.414.850	5.473.325	5.414.850
2024	5.492.500	5.097.201	5.492.500	5.097.201
2025	5.564.225	4.884.377	5.564.225	4.884.377
2026	6.748.557	5.603.379	6.748.557	5.603.379
2027	3.836.809	3.019.783	3.836.809	3.019.783
2028	6.211.148	4.645.575	6.211.148	4.645.575
2029	3.336.222	2.370.815	3.336.222	2.370.815
2030	1.571.946	1.061.135	1.571.946	1.061.135
2031	3.551.689	2.276.937	3.551.689	2.276.937
2032	12.255.067	7.472.954	12.256.648	7.474.883
Total	**54.041.488**	**41.847.006**	**54.043.069**	**41.848.936**

Nota 21 – Benefícios a empregados

(a) Benefícios de curto prazo

As provisões relacionadas com benefícios de curto prazo são compostas predominantemente por salários a pagar, 13º salário, férias, licença prêmio, abono assiduidade e participação dos empregados nos lucros, vencíveis no curso de até doze meses após o período a que se referem as demonstrações contábeis. A participação dos empregados no resultado (PLR) é apropriada mensalmente com o cálculo sobre o resultado anual orçado. Após o fechamento do Acordo Coletivo de Trabalho, esse valor é ajustado considerando as regras aprovadas.

(b) Benefícios pós-emprego

A CAIXA é patrocinadora de planos de aposentadoria, pensão, saúde complementar e auxílio/cesta- alimentação. Esses benefícios são disponibilizados a seus empregados, dirigentes, aposentados e pensionistas em decorrência das relações de trabalho ou da sucessão, em direitos e obrigações, de outras entidades (situação do extinto Banco Nacional de Habitação – BNH).

(c) Composição da provisão para benefícios a empregados

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
	INDIVIDUAL	
Benefícios de curto prazo	**4.230.794**	**4.372.451**
Natureza salarial	3.349.073	3.213.458
Participação dos empregados no lucro (1)	881.721	1.158.993
Benefícios pós-emprego	**24.121.370**	**24.365.944**
Saúde CAIXA (cálculo atuarial (g.1))	**10.513.464**	**10.364.135**
Auxílio e cesta alimentação (cálculo atuarial (g.2))	**1.842.961**	**1.811.869**
Planos de benefícios – Previdência Complementar	**11.764.945**	**12.189.940**
REG/REPLAN	10.610.320	11.387.291
REB	53.246	57.006
Novo Plano	1.101.379	745.643
Total	**28.352.164**	**28.738.395**
Passivo circulante	11.297.813	9.828.765
Passivo não circulante	17.054.351	18.909.630

(1) Os itens da Composição da provisão para benefícios a empregados são coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item "Participação dos empregados no lucro" que em 31/12/2022 apresenta na demonstração consolidada o montante de R$ 886.935 (31/12/2021 – R$ 1.161.399).

(d) Gestão dos planos, estrutura organizacional e governança corporativa

Os planos de aposentadoria e pensão patrocinados pela CAIXA são administrados pela Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, criada com base na Lei nº 6.435/1977 (revogada pela Lei Complementar nº 109/2001).

A fundação é regida pela legislação específica do setor (http://www.previdencia.gov.br/a-previdencia/previc/legislacao-da-previdencia-complementar/), por seu Estatuto, pelos regulamentos dos Planos de Benefícios e por atos de gestão, a exemplo do Código de Conduta Corporativa e do Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa (www.funcef.com.br).

A FUNCEF apresenta na sua estrutura organizacional Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, em conformidade com a Lei Complementar nº 108/2001, sendo os dois primeiros órgãos de administração e o último de controle interno.

O Conselho Deliberativo é o órgão máximo da estrutura organizacional da FUNCEF. Tem como função principal deliberar sobre o Plano de Custeio da Fundação, sobre as alterações no Estatuto nos planos de benefícios. Também avalia os balancetes trimestrais, o balanço anual e a prestação de contas da empresa, analisando e aprovando seus conteúdos e pareceres. Formado por seis membros - três indicados pela Patrocinadora e três pelos participantes.

O Conselho Fiscal é responsável pelo exame de contas, livros e registros. Emite pareceres sobre balanços, contas, atos econômico-financeiros e demonstrativos. Examina o cumprimento, por parte da administração, de seus deveres legais e estatutários. É composto por quatro membros.

A Diretoria Executiva tem como missão executar os atos provenientes do Conselho Deliberativo e de seu Regimento Interno; autorizar serviços e decidir sobre bens; aprovar balancetes, prestar contas; decidir planos e critérios necessários à administração; deliberar acordos que envolvam responsabilidade econômico-financeira e aprovar convênios destinados aos associados.

Os três órgãos possuem regimento interno e têm suas obrigações, competências, composição e critérios relacionados aos mandatos definidos no Estatuto da FUNCEF.

No Estatuto também estão previstos Comitês de Assessoramento Técnico, vinculados ao Conselho Deliberativo, e com seus regimentos internos aprovados por este órgão. Com o objetivo de subsidiar os trabalhos dos três órgãos estatutários, os Comitês de Investimentos, de Benefícios, de Ética e de Qualidade das Informações Contábeis e de Auditoria são compostos por integrantes indicados pelo Conselho Deliberativo, pela Patrocinadora CAIXA e pela Diretoria Executiva.

Quanto aos planos de saúde complementar (Saúde CAIXA), auxílio/cesta-alimentação e Assistidos PREVHAB, são diretamente administrados pela CAIXA.

(e) Risco atuarial

O risco atuarial é caracterizado pela variação ou não aderência das premissas e/ou parâmetros adotadas no momento do cálculo atuarial. Decorre, especialmente, da inadequação de hipóteses e premissas atuariais estabelecidas em cenário base, no momento do custeio dos planos, que podem trazer volatilidade aos resultados esperados.

A exposição da CAIXA ao risco atuarial é evidenciada pela condição de patrocinadora e mantenedora de benefícios pós-emprego oferecidos a seus empregados, compromissando parte do custeio desses benefícios à instituição.

O risco atuarial é considerado um risco relevante tendo em vista sua responsabilidade de longo prazo relacionada aos benefícios vitalícios, além da provisão em balanço, apurada conforme orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC 33(R1) e Deliberação CVM nº 695/12.

(f) Estratégia de confrontação de ativos/ passivos

Somente os planos de previdência geridos pela FUNCEF (REG/REPLAN, REB e Novo Plano), possuem ativos financeiros para cobertura dos riscos atuariais.

Conforme estabelece a Resolução CMN nº 3.792/2009, para a determinação da meta de alocação dos recursos garantidores dos planos de benefícios por segmento de investimento, a FUNCEF utiliza modelo próprio de gestão integrada de ativos e passivos, do inglês Asset Liability Management (ALM), que utiliza cenários estocásticos para evolução de ativos e passivos, considerando desde cenários pessimistas até cenários otimistas construídos a partir dos cenários aprovados pela Diretoria Executiva com amplo debate em comitês de assessoramento técnico e de investimentos – que conta com representantes de entidades representativas dos participantes, patrocinadora e FUNCEF. Esse modelo busca minimizar o risco dos planos de benefícios com rentabilidade esperada para cinco anos superando a meta atuarial acumulada mais de 1% a.a., considerando as características individuais dos planos, tais como pagamentos de benefícios, recebimentos de contribuições, capital comprometido, fluxo de recebimento de ativos e liquidez necessária.

CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA
FAZENDA

Com relação a gestão do passivo atuarial, e o gerenciamento de risco a ele associado para fins de projeções futuras destinadas ao ALM, é utilizada metodologia estocástica, em que são geradas diversas simulações do passivo atuarial com variações simultâneas em todas as premissas previamente estabelecidas, utilizando-se o sistema SAS. Os fluxos estocásticos consideram variações sobre as principais hipóteses atuariais, quais sejam:

- Variáveis econômicas de taxa real de juros e de crescimento real dos salários de participação;
- Variáveis biométricas e demográficas de sobrevivência ou morte do participante válido (ativo ou assistido), sobrevivência ou morte do participante inválido, sobrevivência ou morte do cônjuge, permanência do participante como válido ou entrada deste em invalidez, e rotatividade do participante.

(g) Planos de benefícios – detalhamento

(g.1) Plano de Saúde – Saúde CAIXA e PAMS

O Saúde CAIXA é o programa de assistência à saúde instituído pela CAIXA, sob a modalidade de autogestão. Tem por finalidade o atendimento médico, hospitalar, laboratorial, radiológico, odontológico, psicológico, fisioterápico, terapêutico ocupacional, serviço social, fonoaudiológico e nutricional aos titulares e seus respectivos dependentes. São titulares deste plano, os empregados da CAIXA e os aposentados vinculados a FUNCEF, PREVHAB, SASSE, Fundo PMPP ou INSS.

O estatuto da CAIXA estabeleceu um teto de 6,5% da folha de pagamento como limite máximo de dispêndio total da CAIXA com a oferta de benefício de assistência à saúde. Em função do limitador dos desembolsos por parte da empresa no custeio do Saúde CAIXA, os estudos técnicos elaborados pela empresa Vesting Consultoria Financeira e Atuarial indicaram redução no Valor Presente das Obrigações (VPO), uma vez que a provisão constituída, à luz do pronunciamento CPC 33 (R1), levava em consideração a premissa de que ao percentual de 70% das despesas assistenciais, todos os desembolsos futuros seriam arcados sem limite pela CAIXA. Os efeitos desta alteração foram classificados como custo de serviço passado e foram reconhecidos no resultado, no exercício de 2017, conforme disposições do item 120 (a) do CPC 33 (R1).

O PAMS é um benefício concedido pela CAIXA aos titulares e respectivos dependentes que se encontram sob liminar judicial pendentes de julgamento e ações judiciais. Foi instituído pela CAIXA e é por ela administrado, sob a modalidade de autogestão, oferecendo cobertura médica, hospitalar, odontológica e psicológica, com atendimento por uma rede de credenciados, em âmbito nacional, obedecendo as normas e a Tabela do PAMS.

(g.2) Auxílio e Cesta-alimentação

A CAIXA oferece aos empregados e dirigentes o Auxílio e cesta-alimentação na forma da legislação vigente e do Acordo Coletivo de Trabalho. Os resultados atuarias apresentados, relativos ao Auxílio e cesta-alimentação, referem-se somente aos benefícios concedidos aos participantes assistidos que possuem direito na data da avaliação.

O Auxílio e cesta-alimentação são benefícios pagos exclusivamente aos aposentados e pensionistas mediante determinação judicial, acordo judicial ou extrajudicial.

Os valores mensais do Auxílio e cesta-alimentação são definidos em setembro de cada ano. Para o período de 1º de setembro de 2022 a 31 de agosto de 2023 o valor do auxílio-refeição/alimentação é de R$ 1.014,42 para aquisição de refeições prontas em restaurantes e similares. A cesta-alimentação para o mesmo período é de R$ 799,38 para a aquisição de gêneros alimentícios em supermercados ou em estabelecimento comercial do mesmo gênero. Têm caráter indenizatório, e não são considerados como verba salarial. Portanto, não incidem encargos nem para a parte empregadora nem para a parte empregada.

(g.3) Plano de benefícios – Assistidos PREVHAB

Por força do Decreto nº 2.291/1986, o Banco Nacional de Habitação – BNH foi extinto e a CAIXA passou a sucedê-lo em todos os direitos e obrigações, inclusive aquelas decorrentes da relação de trabalho dos empregados do referido Banco.

Dentre as obrigações herdadas pela CAIXA em relação aos empregados do BNH, estava a manutenção da Associação de Previdência dos Empregados do BNH – PREVHAB, Fundo de Pensão responsável por complementar os benefícios previdenciários dos empregados do BNH.

Visando a absorção da PREVHAB pela Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF ou a transferência dos beneficiários daquela para esta, observadas as normas de direito privado aplicáveis às respectivas situações, foram estudadas e realizadas pela CAIXA/FUNCEF estratégias previdenciais, entretanto, por não concordarem com a proposta da CAIXA ou não reunirem as condições estabelecidas, há assistidos que permanecem recebendo os proventos da CAIXA.

Dada a característica do Plano, o Ativo Líquido será integralizado pela Patrocinadora no mesmo montante da obrigação.

(g.4) Planos de previdência complementar

A CAIXA adotou o conceito de Compartilhamento de Riscos (Risk Sharing) para todos os planos, considerando que o Passivo Atuarial deverá ser custeado 50% pela Patrocinadora e 50% pelos Participantes. Ressaltamos que a adoção do compartilhamento de risco é de responsabilidade da CAIXA, conforme definido, tendo esta efetuado todas as análises necessárias para a sua conceituação técnica.

Os planos de previdência administrados pela FUNCEF estão divididos em duas modalidades: Benefício Definido (REG/REPLAN) e Contribuição Variável (REB e Novo Plano).

Na modalidade de Benefício Definido (BD), são feitas contribuições a um fundo administrado de forma independente, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente sobre a entidade patrocinadora. O reconhecimento dos custos requer a mensuração das obrigações e despesas do plano, diante da possibilidade de ocorrer ganhos ou perdas atuariais, e podendo gerar um registro de passivo quando o montante das obrigações atuariais supera o valor dos ativos do plano de benefícios. O valor presente das obrigações deste benefício, bem como o custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado, são determinados utilizando-se o Método de Crédito Unitário Projetado, atribuindo-se benefício aos períodos em que surge a obrigação de proporcionar benefícios pós-emprego. Caso o serviço do empregado em anos posteriores conduza a um nível materialmente mais elevado de benefício do que o verificado anteriormente, atribui-se o benefício de maneira linear até a data em que o serviço adicional do empregado conduza a uma quantia imaterial de benefícios adicionais.

Na modalidade de Contribuição Variável (CV), durante a fase de contribuição não há garantia em relação ao valor do benefício a ser recebido no momento da aposentadoria, sendo, portanto, considerado como plano do tipo Contribuição Definida (CD). Porém, a partir do momento da concessão da aposentadoria, o valor do benefício passa a ser fixo e há o enquadramento em plano do tipo Benefício Definido (BD), devendo ser aplicados os procedimentos relacionados aos cálculos atuariais.

- **REG/REPLAN**

A CAIXA patrocina o plano de benefícios REG/REPLAN, administrado pela FUNCEF, estruturado na modalidade benefício definido. Este plano foi aprovado por órgão competente em 17 de maio de 1977, tendo seu início operacional em 01 de agosto de 1977. O plano agrega os regulamentos instituídos em 1977 (REG) e 1979 (REPLAN), considerados como um só plano.

O referido plano teve saldamento de benefícios definido por meio de alterações em seu regulamento, sendo esta alteração regulamentar ocorrida em 14 de junho de 2006. Tal procedimento implica que o valor do benefício saldado, calculado e reajustado com base no índice do plano, com a desvinculação do salário de participação e da concessão e manutenção por órgão oficial da previdência, implicando no cancelamento da contribuição normal para este plano e na adesão no caso do ativo, a outro plano de benefícios oferecido pela Patrocinadora.

A exemplo do ocorrido na modificação dos planos anteriores, inclui institutos fixados pela Lei Complementar nº 109/2001, tais como: a garantia de condições de resgate e portabilidade do saldo da conta individual de participante.

Em relação ao plano de custeio do REG/REPLAN, definido como o cálculo elaborado pelo atuário responsável pelo plano que define o nível de contribuição necessário à constituição das reservas garantidoras de benefícios, fundos, provisões e à cobertura das demais despesas do plano de benefícios, visando seu equilíbrio atuarial, este definirá os percentuais de contribuição a serem praticados no Plano e será segregado entre optantes e não optantes pelo saldamento, com revisão de periodicidade mínima anual, conforme regulamento do plano (disponível em: www.funcef.com.br/).

Devido ao Plano de Previdência REG/REPLAN modalidades saldado e não saldado, patrocinados pela CAIXA, terem registrado em 2014 e 2015, respectivamente, seu terceiro ano consecutivo de déficit técnico acumulado, foram elaborados planos de equacionamento dos déficits. Na modalidade saldado houve déficit nos exercícios de 2014, 2015 e 2016, enquanto que na modalidade não saldado, os déficits foram em 2015 e 2016. Os planos de equacionamento tem como base a Resolução CGPC nº 26/2008 com todas as suas alterações.

Os planos de equacionamento estabelecem critérios próprios para a contribuição de cada parte nos déficits, sendo paritário entre a CAIXA e os participantes e assistidos na modalidade saldado.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
	REG/REPLAN Saldado		REG/REPLAN Não saldado	
Déficit	Prazo de amortização	Valor do déficit atualizado	Prazo de amortização	Valor do déficit atualizado
Exercício 2014	208 meses	1.166.094	-	-
Exercício 2015	211 meses	3.675.137	237 meses	288.556
Exercício 2016	221 meses	5.304.083	241 meses	187.429
Total		**10.145.314**		**475.985**

Em relação aos planos REG/REPLAN, a CAIXA mantém provisionado em 31/12/2022 o montante de R$ 10.610.320 (31/12/2021 – R$ 11.387.291), sendo R$ 7.810.665 calculado conforme disposições do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), complementado por R$ 2.799.655 para assegurar os planos de equacionamentos dos déficits atuariais.

Os pagamentos da CAIXA à FUNCEF relativos aos respectivos planos de equacionamento, no ano de 2022, montam R$ 1.065.121 (2021 – R$ 1.002.906).

- **REB**

A CAIXA patrocina o Plano de Benefícios REB, administrado pela FUNCEF. O Plano de Benefícios REB foi aprovado por órgão competente em 05 de agosto de 1998, tendo seu início operacional nessa mesma data.

O REB é estruturado na modalidade de Contribuição Variável, sendo a contribuição normal do participante calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de Participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 2% (dois por cento).

Diante de sua criação, foram interrompidas novas adesões ao REG/REPLAN e este foi oferecido aos empregados da CAIXA admitidos a partir de 1998. Em 04 de fevereiro de 2002, seu regulamento foi alterado para permitir a migração de participantes do REG/REPLAN para o REB, processo contestado por associados. Essa experiência influenciou o processo de elaboração da proposta do REG/REPLAN Saldado e da criação do Plano de Benefícios Novo Plano.

Em relação ao plano de custeio do plano REB, definido como o cálculo que determina o nível das contribuições do patrocinador, dos participantes e dos assistidos, de forma a fixar o custo do plano de benefícios, este será estabelecido com periodicidade mínima anual, de forma a fixar adequadamente o nível das contribuições sociais devidas e dos custos administrativos, constando obrigatoriamente do resultado da avaliação atuarial do plano, conforme definido no regulamento do plano (disponível em: (www.funcef.com.br).

- **Novo Plano**

A CAIXA patrocina o Plano de Benefícios Novo Plano, administrado pela FUNCEF. Aprovado por órgão competente em 16 de junho de 2006, teve seu início operacional em 01 de setembro de 2006. É o único plano aberto às novas inscrições de funcionários CAIXA.

O Novo Plano é estruturado na modalidade de Contribuição Variável, com contribuição definida na fase de formação de reservas e benefício definido na etapa de recebimento de benefícios, bem como nos casos de benefícios de risco, como invalidez e pensão por morte. Inclui institutos fixados pela Lei Complementar nº 109/2001 – tais como a garantia de condições de resgate e portabilidade do saldo da conta individual de participante. Adota também nova base de contribuição, aumentando a parcela destinada pela CAIXA ao saldo de conta do associado. A contribuição normal do participante, calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de Participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 5% (cinco por cento).

O custeio das despesas administrativas será de responsabilidade paritária entre Patrocinador, Participantes e Assistidos, devendo ser aprovado pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo da FUNCEF, observados os limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador.

O plano de custeio do Novo Plano estabelecerá o nível de contribuição necessário à constituição das reservas garantidoras de benefícios, institutos, fundos, provisões e à cobertura das demais despesas, sendo aprovado pela Diretoria Executiva, submetido à deliberação do Conselho Deliberativo da FUNCEF e aprovação do patrocinador, em conformidade com critérios fixados pelo órgão regulador e fiscalizador, conforme regulamento do plano (disponível em: www.funcef.com.br/).

O plano de custeio terá periodicidade anual, mas poderá ser revisto a qualquer tempo se houver necessidade devidamente justificada pela FUNCEF e ocorrerá sob responsabilidade do patrocinador e participantes, inclusive assistidos.

A despesa administrativa da FUNCEF será custeada pelo patrocinador e participantes, inclusive assistidos, observado o limite e os critérios estabelecidos pelo órgão regulador e fiscalizador.

(h) Quantidade de participantes – benefícios pós-emprego

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO						
	31/12/2022 (1)			31/12/2021 (2)		
Descrição	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total
Saúde CAIXA (incluindo dependentes)	76.166	73.430	149.596	77.568	74.348	151.916
Auxílio e cesta-alimentação (aposentados e pensionistas)	-	16.206	16.206	-	15.615	15.615
Assistidos PREVHAB (aposentados e pensionistas)	-	59	59	-	59	59
REG/REPLAN saldado (3)	8.846	46.964	55.810	9.054	46.108	55.162
REG/REPLAN não saldado (3)	974	5.071	6.045	1.021	4.721	5.742
REB (3)	5.540	1.203	6.743	5.745	1.143	6.888
Novo Plano (3)	79.524	9.899	89.423	77.235	9.670	86.905

(1) Conforme posições de 30/09/2022.

(2) Conforme posições de 30/09/2021.

(3) Inclui participantes assistidos que estão recebendo o benefício por meio de decisões judiciais.

(i) Avaliação atuarial dos planos de benefício

A empresa Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda. foi contratada para realizar avaliação atuarial dos planos de benefícios patrocinados pela CAIXA. A referida avaliação atuarial contemplou os planos de benefícios Saúde CAIXA, Auxílio e Cesta-alimentação, Assistidos PREVHAB, REG/REPLAN, REB e Novo Plano.

Os cálculos atuariais e levantamentos realizados pela consultoria, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), aprovado pela Resolução CMN nº 4.877/2020, respaldam as contabilizações patrimoniais e de resultado realizadas pela CAIXA.

A CAIXA é parcialmente responsável pela cobertura do passivo dos planos Saúde CAIXA, REG/REPLAN, REB e Novo Plano, e totalmente responsável pela cobertura dos compromissos mantidos de Auxílio e Cesta-alimentação e aos Assistidos PREVHAB.

Em relação aos passivos existentes na FUNCEF, enquadrados como perda provável e já provisionados, esses são capturados no cálculo atuarial e, respeitada a proporção de responsabilidade de 50%, compõem a reserva de provisão atuarial da CAIXA.

Quanto aos passivos classificados pela FUNCEF como perda possível, à medida em que, eventualmente, forem reclassificados para perda provável, serão provisionados nos respectivos planos, e por consequência, esses montantes comporão o cálculo atuarial da CAIXA, sendo seus impactos reconhecidos no encerramento do Balanço do primeiro semestre subsequente à reclassificação desses passivos.

(i.1) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

A política contábil da CAIXA, no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais contabilizados em seus demonstrativos financeiros, para os planos previdenciários, assistenciais e benefícios pós-emprego estruturados na modalidade de Benefício Definido, conforme determinado no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), consiste no reconhecimento de todos os ganhos e perdas atuariais no período em que ocorrem em ajuste de avaliação patrimonial.

Nos planos em que se observou ativo atuarial líquido, os mesmos são limitados ao valor do benefício econômico que a CAIXA porventura possa usufruir, sendo calculado como o valor presente do fluxo de caixa dos valores revertidos dos planos a CAIXA ou a redução efetiva de contribuições futuras, caso existam. Em 31/12/2022, não foram apurados benefícios econômicos passíveis de reconhecimento pela patrocinadora.

Com relação aos planos previdenciários que possuem benefícios estruturados na modalidade de Contribuição Definida, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) e de acordo com a natureza do benefício, os mesmos não geram ganhos ou perdas atuariais a serem reconhecidos pela CAIXA.

(i.2) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial dos planos:

Conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), na avaliação atuarial dos planos de benefícios definidos devem ser utilizadas premissas (financeiras e demográficas) que reflitam as melhores estimativas da entidade sobre as variáveis que determinarão o custo final de prover esses benefícios aos seus empregados.

O cálculo da taxa de juros de desconto atuarial anual considera a taxa de remuneração dos títulos públicos federais de primeira linha utilizados como referência, tendo em vista a inexistência de títulos e valores mobiliários com as condições previstas pelo Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1). Essa alternativa é prevista pelo referido normativo.

Dentre as principais premissas atuarias adotadas no Saúde CAIXA, destacamos o Aging Factor, utilizado para mensurar a diferença do custo entre as diferentes idades dos participantes cobertos pelo plano. O Aging Factor adotado para 31/12/2022 é de 3,12%.

(i.3) Premissas financeiras e demográficas consideradas nos cálculos atuariais dos planos de benefícios

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO						
	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta-alimentação		Assistidos PREVHAB	
Descrição	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Taxa nominal de desconto (a.a.)	9,29%	8,45%	9,26%	8,35%	9,27%	8,30%
Taxa real de desconto (a.a.)	6,11%	5,29%	6,08%	5,19%	6,09%	5,15%
Taxa real de crescimento dos salários (a.a.)	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Taxa real de crescimento dos benefícios projetada (a.a.)	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Taxa de inflação (a.a.)	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
Taxa de rotatividade	Tábua de rotatividade experiência CAIXA 2022	Tábua de rotatividade experiência CAIXA 2021	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Tábua de mortalidade geral	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%
Tábua de entrada em invalidez	Light Fraca	Light Fraca	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Tábua de mortalidade de inválidos	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58
Entrada em aposentadoria	Tábua de entrada em aposentadoria CAIXA/Deloitte 2021	Tábua de entrada em aposentadoria CAIXA/Deloitte 2021	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO								
	REG/REPLAN Saldado		REG/REPLAN Não Saldado		REB		Novo Plano	
Descrição	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Taxa nominal de desconto (a.a.)	9,28%	8,43%	9,28%	8,44%	9,30%	8,47%	9,32%	8,54%
Taxa real de desconto (a.a.)	6,10%	5,27%	6,10%	5,28%	6,12%	5,31%	6,14%	5,38%
Taxa real de crescimento dos salários (a.a.)	Não aplicável	Não aplicável	2,26%	2,26%	2,97%	2,84%	3,15%	3,25%
Taxa real de crescimento dos benefícios projetada (a.a.)	0,39%	Rubricas judiciais com ACT: 0,39% e com ACT + INSS/ FUNCEF: 1,57%	0,39%	Não aplicável	0,39%	Rubricas judiciais com ACT: 0,39% e com ACT + INSS/ FUNCEF: 1,57%	0,39%	Rubricas judiciais com ACT: 0,39% e com ACT + INSS/FUNCEF: 1,57%
Taxa de inflação (a.a.)	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
Taxa de rotatividade	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Experiência FUNCEF REB 2019	Experiência FUNCEF REB 2019	Experiência FUNCEF Novo Plano 2022	Experiência FUNCEF Novo Plano 2020
Tábua de mortalidade geral	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%
Tábua de entrada em invalidez	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca
Tábua de mortalidade de inválidos	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58
Entrada em aposentadoria	Homens - 53 anos Mulheres - 48 anos	Homens - 53 anos Mulheres - 48 anos	Experiência entrada em aposentadoria REG/REPLAN não saldado 2020 ambos os sexos	Experiência entrada em aposentadoria REG/REPLAN não saldado 2020 ambos os sexos	Tábua de entrada em aposentadoria CAIXA/ Deloitte 2021 ambos os sexos	Tábua de entrada em aposentadoria CAIXA/Deloitte 2021 ambos os sexos	Tábua de entrada em aposentadoria CAIXA/ Deloitte 2021	Tábua de entrada em aposentadoria CAIXA/ Deloitte 2021

(i.4) Diferenças de premissas dos planos previdenciários

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO					
Descrição	REG/REPLAN Saldado	REG/REPLAN Não saldado	REB	Novo Plano	FUNCEF
Taxa real de desconto (a.a.)	6,10%	6,10%	6,12%	6,14%	4,5% para todos os planos
Regime de capitalização	Crédito único projetado	Crédito único projetado	Crédito único projetado	Crédito único projetado	Método agregado

(i.5) Mudança no valor presente da obrigação

O Valor Presente da Obrigação – VPO representa os custos finais, levantados a valor presente, dos planos de benefício definido para as entidades patrocinadoras. Para levantar esses custos são consideradas diversas variáveis, tais como salários na data da concessão do benefício, rotatividade e mortalidade, contribuições de empregados e tendências de custos médicos. Trata-se, portanto, de levantamento atuarial cujo objetivo precípuo é apurar, com a maior fidedignidade possível, o montante de obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos correntes e passados.

O Método do Crédito Unitário Projetado é utilizado para determinar o valor presente das obrigações de benefício definido e o respectivo custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado. Também é conhecido como "método de benefícios acumulados" e observa cada período de serviço como a origem de uma unidade adicional do direito ao benefício e mensura cada unidade separadamente para construir a obrigação final.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO									
	Saúde CAIXA			Auxílio/Cesta-alimentação			Assistidos PREVHAB		
Descrição	2º semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021	2º semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021	2º semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021
VPO no início do período	**(11.073.460)**	**(10.364.134)**	**(12.066.053)**	**(1.826.851)**	**(1.811.869)**	**(2.003.798)**	**(66.004)**	**(68.739)**	**(76.353)**
Custo do serviço corrente	**(111.660)**	**(219.163)**	**(155.347)**	-	-	-	-	-	-
Custo de juros sobre VPO	**(480.529)**	**(903.778)**	**(779.070)**	**(77.669)**	**(149.827)**	**(127.248)**	**(2.866)**	**(5.650)**	**(4.662)**
Remensurações de ganhos/ (perdas) atuariais:	**788.482**	**256.134**	**1.889.570**	**(30.485)**	**(58.232)**	**161.445**	**(7.554)**	**(5.141)**	**5.783**
Ajuste de experiência	58.481	(1.079.675)	867.989	(73.838)	(182.189)	(124.781)	(9.161)	(8.952)	(6.280)
Alterações premissas demográficas	(268.111)	(268.111)	(959.093)	-	-	-	-	-	-
Alterações premissas financeiras	998.112	1.603.920	1.980.674	43.353	123.957	286.226	1.607	3.811	12.063
Benefícios pagos diretamente pelo plano	-	-	-	-	-	-	**3.562**	**6.668**	**6.493**
Benefícios pagos diretamente pela empresa	**363.703**	**717.477**	**746.766**	**92.044**	**176.967**	**157.732**	-	-	-
VPO no final do período	**(10.513.464)**	**(10.513.464)**	**(10.364.134)**	**(1.842.961)**	**(1.842.961)**	**(1.811.869)**	**(72.862)**	**(72.862)**	**(68.739)**

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO												
	REG/REPLAN Saldado			REG/REPLAN Não saldado			REB			Novo Plano		
Descrição	2º semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021	2º semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021	2º semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021	2º semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021
VPO no início do período	**(68.136.984)**	**(68.260.692)**	**(77.202.029)**	**(6.865.388)**	**(7.421.666)**	**(8.115.723)**	**(757.627)**	**(749.705)**	**(814.926)**	**(4.513.568)**	**(4.504.811)**	**(4.457.994)**
Custo do serviço corrente	-	-	-	-	-	**(21.654)**	-	**(1.680)**	**(9.037)**	**(45.659)**	**(105.535)**	**(133.465)**
Custo de juros sobre VPO	**(3.005.107)**	**(5.881.647)**	**(5.083.729)**	**(303.603)**	**(612.794)**	**(525.001)**	**(33.653)**	**(64.933)**	**(55.786)**	**(208.299)**	**(403.011)**	**(319.300)**
Contribuições pagas de participantes	-	-	**(12.838)**	**(16.911)**	**(27.735)**	**(20.332)**	**(5.716)**	**(10.973)**	**(4.547)**	**(263)**	**(914)**	**(1.068)**
Remensurações de ganhos/ (perdas) atuariais:	**3.544.706**	**4.195.067**	**10.015.503**	**360.946**	**1.025.137**	**890.580**	**42.015**	**46.467**	**90.928**	**266.021**	**402.589**	**223.925**
Ajuste de experiência	772.326	(2.002.171)	(1.387.678)	194.343	987.163	72.089	20.137	(15.362)	(24.262)	118.663	151.779	(479.806)
Alterações premissas demográficas	(16.820)	(16.820)	-	11.743	11.743	-	6.172	6.172	(338)	(29.780)	(29.780)	(28.729)
Alterações premissas financeiras	2.789.200	6.214.058	11.403.181	154.860	26.231	818.491	15.706	55.657	115.528	177.138	280.590	732.460
Benefícios pagos diretamente pelo plano	**2.352.551**	**4.702.438**	**4.022.401**	**214.087**	**426.189**	**370.464**	**25.959**	**51.802**	**43.663**	**113.737**	**223.651**	**183.091**
VPO no final do período	**(65.244.834)**	**(65.244.834)**	**(68.260.692)**	**(6.610.869)**	**(6.610.869)**	**(7.421.666)**	**(729.022)**	**(729.022)**	**(749.705)**	**(4.388.031)**	**(4.388.031)**	**(4.504.811)**

A Resolução nº 25, da CGPAR, estabeleceu que as empresas estatais federais que patrocinem planos de benefícios de previdência complementar estruturados na modalidade de benefício definido devem promover alteração desses planos. Entre os itens definidos pela resolução, destacamos: o fechamento do plano a novas adesões; a exclusão de dispositivos que indiquem percentuais de contribuição para custeio dos planos de benefícios e que estejam incorporados aos seus regulamentos; a adoção da média de, no mínimo, os últimos trinta e seis salários de participação como a base para o cálculo do salário real de benefício da complementação/suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição/serviço; a adoção de teto para salário de participação não superior à maior remuneração de cargo não estatutário da empresa patrocinadora; a vinculação do reajuste dos benefícios dos assistidos ao índice do plano; a desvinculação dos valores de complementações/suplementações de aposentadorias do valor do benefício pago pelo RGPS; e a vinculação dos valores de complementações/suplementações de aposentadorias a valor de RGPS hipotético.

(i.6) Mudança no valor justo dos ativos

Os ativos dos planos representam os montantes de recursos (principal e rentabilidade de juros, dividendos e outras receitas) mantidos pela entidade ou fundo de pensão para fazer frente às obrigações atuariais de cada plano de benefício patrocinado pela CAIXA. Esses recursos são mensurados a valor justo, ou seja, considerando o que efetivamente seria recebido pela venda de um ativo ou o que seria pago pela transferência de um passivo em transações não forçadas entre participantes do mercado na data da mensuração. Alguns ativos do plano referem-se a fundos estruturados cujo critério de mensuração é objeto de avaliação específica, efetuada pela CAIXA.

CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA **FAZENDA**

Os planos de saúde complementar e auxílio/cesta-alimentação são diretamente administrados pela CAIXA e não possuem ativos. A conciliação apresentada abaixo demonstra a evolução do Valor Justo dos Ativos – VJA:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO									
Descrição	Assistidos PREVHAB			REG/REPLAN Saldado			REG/REPLAN Não saldado		
	2º semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021	2º semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021	2º semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021
VJA no início do período	66.004	68.739	76.353	47.339.139	46.878.327	50.105.753	6.042.436	6.029.450	6.339.584
Receitas de juros	2.866	5.650	4.662	2.092.281	4.088.757	3.549.524	267.608	520.216	453.067
Rendimentos sobre os ativos maior (menor) que a taxa de desconto	7.554	5.141	(5.783)	1.705.743	1.482.480	(4.684.698)	273.017	191.685	(580.552)
Contribuições do empregador	-	-	-	513.624	1.042.555	973.167	28.652	57.870	73.238
Contribuições de participantes do plano	-	-	-	513.414	1.021.969	956.982	25.097	49.691	114.576
Benefícios pagos pelo plano	(3.562)	(6.668)	(6.493)	(2.352.551)	(4.702.438)	(4.022.401)	(214.088)	(426.190)	(370.463)
VJA no final do período	**72.862**	**72.862**	**68.739**	**49.811.650**	**49.811.650**	**46.878.327**	**6.422.722**	**6.422.722**	**6.029.450**

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO						
Descrição	REB			Novo Plano		
	2º semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021	2º semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021
VJA no início do período	525.141	635.693	815.010	2.041.451	3.013.525	4.455.889
Receitas de juros	23.786	50.625	55.057	92.690	220.397	309.683
Rendimentos sobre os ativos maior (menor) que a taxa de desconto	88.312	(33.585)	(206.974)	83.315	(978.201)	(1.685.164)
Contribuições do empregador	5.533	10.625	8.009	81.290	152.288	115.139
Contribuições de participantes do plano	5.716	10.973	8.254	263	914	1.068
Benefícios pagos pelo plano	(25.959)	(51.802)	(43.663)	(113.737)	(223.651)	(183.090)
VJA no final do período	**622.529**	**622.529**	**635.693**	**2.185.272**	**2.185.272**	**3.013.525**

(i.7) Conciliação do ativo/ (passivo) dos planos reconhecidos no Balanço Patrimonial

O valor líquido do ativo/ passivo decorre da confrontação dos montantes de obrigação atuarial dos planos com seus respectivos montantes de ativos avaliados ao valor justo. A existência de eventual déficit (passivo) propicia, por parte da entidade patrocinadora, a necessidade de provisionamento de recursos para fazer frente à obrigação atuarial incremental levantada, na medida de sua participação no plano (efeito de compartilhamento). A existência de superávit (ativo), por sua vez, poderá ensejar reversão de valores do plano em favor da entidade patrocinadora e dos patrocinados, na medida de suas participações, devendo-se levar em consideração o limitador de reconhecimento de ativo atuarial (efeito de teto de ativo). Para os planos de previdência complementar observa-se o efeito da restrição sobre a obrigação atuarial, ou seja, os riscos são compartilhados com os participantes e assistidos de cada plano, a fim de limitar a responsabilidade atuarial a ser reconhecida pela CAIXA.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO									
Descrição	Saúde CAIXA			Auxílio/Cesta-alimentação			Assistidos PREVHAB		
	2º semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021	2º semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021	2º semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021
VPO no final do período	(10.513.464)	(10.513.464)	(10.364.134)	(1.842.961)	(1.842.961)	(1.811.869)	(72.862)	(72.862)	(68.739)
VJA no final do período	-	-	-	-	-	-	72.862	72.862	68.739
Superávit/ (déficit) do plano	**(10.513.464)**	**(10.513.464)**	**(10.364.134)**	**(1.842.961)**	**(1.842.961)**	**(1.811.869)**	**-**	**-**	**-**
Ativo/ (passivo) líquido	**(10.513.464)**	**(10.513.464)**	**(10.364.134)**	**(1.842.961)**	**(1.842.961)**	**(1.811.869)**	**-**	**-**	**-**

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO												
Descrição	REG/REPLAN Saldado			REG/REPLAN Não saldado			REB			Novo Plano		
	2º semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021	2º semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021	2º semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021	2º semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021
VPO no final do período	(65.244.834)	(65.244.834)	(68.260.692)	(6.610.869)	(6.610.869)	(7.421.666)	(729.022)	(729.022)	(749.705)	(4.388.031)	(4.388.031)	(4.504.811)
VJA no final do período	49.811.650	49.811.650	46.878.327	6.422.722	6.422.722	6.029.450	622.529	622.529	635.693	2.185.272	2.185.272	3.013.525
Superávit/ (déficit) do plano	**(15.433.184)**	**(15.433.184)**	**(21.382.365)**	**(188.147)**	**(188.147)**	**(1.392.216)**	**(106.493)**	**(106.493)**	**(114.012)**	**(2.202.759)**	**(2.202.759)**	**(1.491.286)**
Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial (*Risk Sharing*)	7.716.592	7.716.592	10.691.182	94.074	94.074	696.108	53.247	53.247	57.006	1.101.380	1.101.380	745.643
Ativo/ (passivo) líquido	**(7.716.592)**	**(7.716.592)**	**(10.691.183)**	**(94.073)**	**(94.073)**	**(696.108)**	**(53.246)**	**(53.246)**	**(57.006)**	**(1.101.379)**	**(1.101.379)**	**(745.643)**

(i.8) Perfil de vencimento da obrigação de benefício definido

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO							
Descrição	Saúde CAIXA	Auxílio/Cesta-alimentação	Assistidos PREVHAB	REG/REPLAN Saldado	REG/REPLAN Não saldado	REB	Novo Plano
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do semestre fiscal 31/12/2023	797.248	182.832	8.422	5.308.702	495.603	50.894	231.740
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do semestre fiscal 31/12/2024	758.960	167.737	7.688	4.962.096	469.403	48.240	226.835
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do semestre fiscal 31/12/2025	723.236	153.673	6.992	4.633.700	443.219	45.602	220.875
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do semestre fiscal 31/12/2026	685.469	140.582	6.332	4.322.807	417.303	43.184	214.579
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do semestre fiscal 31/12/2027 ou posterior	7.548.551	1.198.137	43.428	46.017.529	4.785.341	541.102	3.494.002
Total	**10.513.464**	**1.842.961**	**72.862**	**65.244.834**	**6.610.869**	**729.022**	**4.388.031**
Duration do passivo atuarial na data-base de 31/12/2022	9,83 anos	7,62 anos	8,85 anos	9,47 anos	9,80 anos	11,02 anos	13,13 anos

(i.9) Custo de benefício definido reconhecido no resultado

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO									
Descrição	Saúde CAIXA			Auxílio/ Cesta-alimentação			REG/REPLAN Saldado		
	2º semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021	2º semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021	2º semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021
Custo do serviço corrente	(111.660)	(219.163)	(155.347)	-	-	-	-	-	-
Custo dos juros sobre VPO	(480.529)	(903.778)	(779.070)	(77.669)	(149.827)	(127.248)	(1.502.554)	(2.940.824)	(2.541.865)
Receita de juros sobre o ativo	-	-	-	-	-	-	1.046.141	2.044.379	1.774.761
(Despesa)/Receita reconhecida no resultado	**(592.189)**	**(1.122.941)**	**(934.417)**	**(77.669)**	**(149.827)**	**(127.248)**	**(456.413)**	**(896.445)**	**(767.104)**

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO									
Descrição	REG/REPLAN Não saldado			REB			Novo Plano		
	2º semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021	2º semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021	2º semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021
Custo do serviço corrente	-	-	(4.708)	-	(1.680)	(5.331)	(45.659)	(105.535)	(133.465)
Custo dos juros sobre VPO	(151.802)	(306.397)	(262.500)	(16.827)	(32.467)	(27.893)	(104.150)	(201.506)	(159.650)
Receita de juros sobre o ativo	133.804	260.108	226.533	11.893	25.313	27.414	46.345	110.199	153.887
(Despesa)/Receita reconhecida no resultado	**(17.998)**	**(46.289)**	**(40.675)**	**(4.934)**	**(8.834)**	**(5.810)**	**(103.464)**	**(196.842)**	**(139.228)**

(i.10) Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes (PL)

Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio/ Cesta-alimentação		REG/REPLAN Consolidado		REB		Novo Plano	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	**(2.168.096)**	**(4.292.696)**	**(702.514)**	**(1.035.320)**	**(6.059.618)**	**(7.605.276)**	**(18.329)**	**25.880**	**(353.684)**	**77.439**
Ajustes de avaliação patrimonial	256.134	1.889.570	(58.233)	161.446	619.278	2.810.288	1.968	(59.205)	(311.182)	(720.501)
Efeitos fiscais	284.544	235.030	68.777	171.360	(278.675)	(1.264.630)	(886)	14.996	140.032	289.378
Saldo final	**(1.627.418)**	**(2.168.096)**	**(691.970)**	**(702.514)**	**(5.719.015)**	**(6.059.618)**	**(17.247)**	**(18.329)**	**(524.834)**	**(353.684)**

(i.11) Composição dos ativos dos planos

Os planos de saúde complementar e auxílio/cesta-alimentação são administrados diretamente pela CAIXA e não possuem ativos. Os ativos do plano de benefício Assistidos PREVHAB são compostos, exclusivamente, por aplicações financeiras em renda fixa.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO								
Descrição	REG/REPLAN Saldado		REG/REPLAN Não saldado		REB		Novo Plano	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Renda fixa	31.038.505	27.558.409	4.159.474	3.584.605	430.970	412.205	1.672.071	2.156.768
Renda variável	12.594.552	13.095.236	1.604.814	1.777.420	150.572	177.586	400.654	667.375
Investimentos estruturados	379.408	672.395	62.304	96.341	5.309	8.382	13.531	30.703
Investimentos imobiliários	4.588.855	4.410.024	521.774	501.462	17.127	15.777	17.706	21.923
Operações com participantes	1.210.330	1.142.263	74.357	69.622	18.551	21.743	81.310	136.755
Total	**49.811.650**	**46.878.327**	**6.422.723**	**6.029.450**	**622.529**	**635.693**	**2.185.272**	**3.013.524**

(i.12) Imóveis de propriedade dos planos ocupados pela CAIXA

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO								
Descrição	REG/REPLAN Saldado		REG/REPLAN Não saldado		REB		Novo Plano	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Imóveis - Locados à CAIXA	339.786	454.232	36.386	51.550	4.500	1.523	3.962	1.574
Total	**339.786**	**454.232**	**36.386**	**51.550**	**4.500**	**1.523**	**3.962**	**1.574**

A FUNCEF não possui em seus ativos, instrumentos financeiros de emissão da CAIXA (CPC33 (R1), item 143).

(i.13) (Despesas)/ Receitas e Pagamentos esperados para o próximo semestre

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO						
(Despesa) / Receita esperada – CPC 33 (R1)						
Descrição	Saúde CAIXA	Auxílio/Cesta-alimentação	REG/REPLAN Saldado	REG/REPLAN Não saldado	REB	Novo Plano
	30/06/2023	30/06/2023	30/06/2023	30/06/2023	30/06/2023	30/06/2023
Custo do serviço corrente	(103.060)	-	-	-	-	42.138
Custo de juros sobre o VPOA	(470.001)	(81.118)	2.905.137	301.875	32.729	209.976
Receita de juros sobre os ativos do plano	-	-	(2.236.782)	(293.547)	(28.322)	(100.431)
Juros sobre o teto do ativo	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o efeito do *Risk Sharing*	-	-	(334.177)	(4.164)	(2.204)	(54.772)
Total da (despesa)/ receita a reconhecer no próximo período	**(573.061)**	**(81.118)**	**334.178**	**4.164**	**2.203**	**96.911**

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO						
Pagamentos esperados – CPC 33 (R1)						
Descrição	Saúde CAIXA	Auxílio/Cesta-alimentação	REG/REPLAN Saldado	REG/REPLAN Não saldado	REB	Novo Plano
	30/06/2023	30/06/2023	30/06/2023	30/06/2023	30/06/2023	30/06/2023
Benefícios	398.624	91.416	-	-	-	-
Contribuições de risco	-	-	-	4.815	5.774	83.606
Contribuições extraordinárias	-	-	-	21.970	45	960
Contribuições de equacionamento	-	-	516.811	-	-	-
Total dos pagamentos esperados para o plano	**398.624**	**91.416**	**516.811**	**26.785**	**5.819**	**84.566**

(i.14) Análise de sensibilidade das principais premissas financeiras e demográficas

O objetivo da análise de sensibilidade é mensurar como a obrigação de benefício definido seria afetada por mudanças em determinadas premissas atuariais relevantes, mantidas todas as outras constantes.

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO						
Análise de sensibilidade das principais hipóteses - CPC 33 (R1)						
Descrição	Tábua Biométrica		Taxa de Desconto		*Aging Factor*	
	+ 1 ano na idade	- 1 ano na idade	+ 0,25%	- 0,25%	+ 1%	- 1%
Saúde CAIXA						
Custo de juros	(482.277)	(458.097)	(471.709)	(468.169)	(494.259)	(450.094)
Valor presente da obrigação	(10.789.037)	(10.246.229)	(10.284.282)	(10.752.572)	(11.048.257)	(10.075.141)
Auxílio/Cesta-alimentação						
Custo de juros	(83.264)	(78.951)	(81.820)	(80.385)	Não aplicável	Não aplicável
Valor presente da obrigação	(1.889.299)	(1.796.186)	(1.811.703)	(1.875.291)	Não aplicável	Não aplicável
EX-PREVHAB						
Custo de juros	(3.104)	(3.263)	(3.218)	(3.147)	Não aplicável	Não aplicável
Valor presente da obrigação	(71.153)	(74.595)	(71.739)	(74.018)	Não aplicável	Não aplicável
REG/REPLAN saldado						
Custo de juros	(2.852.432)	(2.971.293)	(2.911.515)	(3.149.696)	Não aplicável	Não aplicável
Valor presente da obrigação	(64.088.444)	(66.649.259)	(63.668.328)	(66.926.099)	Não aplicável	Não aplicável
REG/REPLAN não saldado						
Custo de juros	(291.841)	(300.246)	(296.105)	(319.504)	Não aplicável	Não aplicável
Valor presente da obrigação	(6.532.285)	(6.713.364)	(6.451.979)	(6.766.458)	Não aplicável	Não aplicável
REB						
Custo de juros	(33.666)	(32.190)	(32.452)	(35.620)	Não aplicável	Não aplicável
Valor presente da obrigação	(749.156)	(717.446)	(704.277)	(751.000)	Não aplicável	Não aplicável
Novo Plano						
Custo de juros	(203.197)	(196.125)	(196.189)	(202.348)	Não aplicável	Não aplicável
Valor presente da obrigação	(4.473.294)	(4.321.609)	(4.209.872)	(4.578.356)	Não aplicável	Não aplicável

(j) Despesas reconhecidas com planos de previdência com características de contribuição definida

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2º semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021
REB	41.626	67.263	50.833
Novo Plano	586.285	1.154.500	1.102.948
Total	**627.911**	**1.221.763**	**1.153.781**

(k) Despesas reconhecidas para cobertura de riscos com causas judiciais relacionados aos planos de benefícios

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2º semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021
Causas judiciais	7.332	19.380	24.149
Total	**7.332**	**19.380**	**24.149**

Nota 22 – Outros passivos

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Relações Interfinanceiras e Interdependências	12.134.100	10.188.625	12.134.100	10.188.625
Credores diversos - país	6.223.176	6.201.149	6.237.969	6.219.057
Credores por recursos a liberar	5.063.290	5.181.557	5.063.290	5.181.557
Provisão para pagamentos a efetuar	3.605.697	3.295.459	3.665.848	3.324.115
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados (1)	299.581	396.232	299.581	396.232
Valores a pagar a sociedades ligadas	624.161	948.866	624.161	952.453
Prestação de serviços de pagamentos	444.423	439.309	444.423	439.308
Sociais e estatutárias	2.581.708	4.699.209	2.707.150	4.701.616
Participação de entidades não integrantes do conglomerado (2)	-	-	-	497.643
Outras obrigações diversas	409.375	315.469	409.374	315.469
Total	**31.385.511**	**31.665.875**	**31.585.896**	**32.216.075**
Passivo circulante	31.385.511	31.665.875	31.585.896	31.718.432
Passivo não circulante	-	-	-	497.643

(1) Variação decorre da ausência de movimentações bancárias no dia 31/12/2021.

(2) Os valores referentes aos não controladores de fundo de investimento anteriormente classificados como passivo foram reclassificados para PL, conforme determinação da Instrução Normativa BCB nº 206/2021.

Nota 23 – Patrimônio líquido

(a) Reconciliação do Patrimônio Líquido – INDIVIDUAL x CONSOLIDADO

Discriminação	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio Líquido – INDIVIDUAL	**84.813.538**	**76.154.969**
IHCD – Elegíveis a Capital	35.548.171	33.553.318
Participação dos não controladores	2.245.965	1.821.387
Patrimônio Líquido – CONSOLIDADO	**122.607.674**	**111.529.674**

Nas demonstrações contábeis individuais, os instrumentos híbridos de capital e dívida elegíveis a compor o Capital Principal são registrados no passivo e seus encargos financeiros reconhecidos como despesas operacionais, enquanto nas demonstrações contábeis consolidadas são reclassificados para o patrimônio líquido, com base no entendimento e nas orientações do Banco Central do Brasil, com o objetivo de melhorar a qualidade dessas demonstrações contábeis consolidadas.

(b) Enquadramento nos níveis exigidos pela Resolução CMN nº 2.099/1994 (Acordo de Basileia)

Conforme determinações da Resolução CMN nº 2.099/1994 e regulamentações posteriores, que estabelecem os níveis mínimos de patrimônio de referência para as instituições financeiras, com base nos volumes de suas operações, a CAIXA apresenta em 31/12/2022 índice de 18,41% (31/12/2021 – 19,27%) (Nota 33), acima do mínimo regulamentar exigido no Brasil que é de 11,5%.

(c) Reservas de reavaliação e de lucros

No Exercício de 2022, foram realizadas em resultado, reservas no montante de R$ 1.095 (31/12/2021 – R$ 48.629) decorrentes de baixa e depreciação em imobilizado de uso (Nota 12) e ativos não financeiros mantidos para venda (Nota 14), líquido de impostos. O saldo remanescente será mantido até a data de sua efetiva realização de acordo com a Resolução CMN n.º 3.565/2008. O valor residual da Reserva de Reavaliação em 31/12/2022 totalizou o montante de R$ 224.426 (31/12/2021 – R$ 225.521).

As reservas de lucros são constituídas por reserva legal, calculada à base de 5% sobre o lucro líquido, reserva de loterias e reserva de margem operacional.

As reservas de loterias são constituídas pelo resultado da administração das loterias federais que couberem à CAIXA como executora destes serviços públicos para incorporação ao seu patrimônio líquido.

A reserva de margem operacional é constituída mediante justificativa do percentual considerado de até 100% do saldo do lucro líquido deduzido da destinação para reserva legal, para reservas de lucros a realizar, para reservas para contingências, para reserva de incentivos fiscais e para pagamento mínimo (25% do lucro líquido ajustado) de dividendos e juros sobre capital próprio, até o limite de oitenta por cento do capital social.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 26 de abril de 2022 foi aprovado o aumento do Capital Social da CAIXA, mediante a incorporação do saldo da Reserva Estatutária – Reserva de Loterias, no valor de R$ 851 milhões. O novo valor do Capital Social é de R$ 68.851 milhões.

CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA **FAZENDA**

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Reservas de reavaliação	**224.426**	**225.521**
Reservas de lucros	**23.636.519**	**17.830.582**
Reserva legal	5.525.555	5.036.845
Reserva estatutária – loterias	1.068.410	851.142
Reservas estatutária - margem operacional	17.042.554	11.942.595

(d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

A CAIXA formalizou seus princípios e diretrizes na aprovação dos parâmetros para distribuição de resultado.

De acordo com o Estatuto Social e os parâmetros aprovados, a distribuição de resultado do exercício é de no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido Ajustado, conforme definido no Estatuto.

A distribuição de resultado do exercício é aprovada pela Assembleia Geral, após deliberação do Conselho de Administração, por proposta do Conselho Diretor e observado o opinamento do Conselho Fiscal, levando em consideração as previsões legais e as condições do Estatuto Social da CAIXA.

Para efeito do cálculo da obrigação com dividendos são computados os juros sobre o capital próprio, calculado pela remuneração da TJLP do período sobre o patrimônio líquido ajustado, limitado a 50% do lucro líquido do período. Em 24/02/2022 a CAIXA efetuou o pagamento dos juros sobre o capital próprio e dividendos referentes ao exercício de 2021 no montante de R$ 3.591.428.

(e) Ajuste em LPA por alteração na política de provisionamento para o FCVS

Conforme mencionado na Nota Explicativa 2 (d), em decorrência de mudança na política contábil pela adoção da nova base de avaliação para cálculo da provisão para perdas com o FCVS houve o incremento no saldo da provisão para perdas com FCVS, no montante de R$ 1.118.971, líquido de tributos, ajustado em contrapartida à conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados, com reflexo no Patrimônio Líquido da CAIXA.

Nota 24 – Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias

Além dos serviços típicos de instituição financeira, por delegação do Governo Federal, a CAIXA exerce o papel de agente operador de fundos e programas, destacando-se o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), e em regime de exclusividade, as Loterias Federais.

Como principal parceira do Governo Federal na execução dos programas sociais, a CAIXA recebe tarifas decorrentes da prestação do serviço de pagamento dos programas de transferência de renda, destacando-se o Programa Auxílio Brasil, Seguro Desemprego, Abono Salarial, Auxílio Emergencial e BEm – Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e Renda.

INDIVIDUAL			
Descrição	2022		2021
	2º semestre	Exercício	Exercício
Serviços de Governo	4.789.689	9.036.844	8.109.765
Administração e fomento de entidades e programas	3.841.513	7.321.472	6.404.046
FGTS	1.351.605	2.701.549	2.643.000
Loterias	1.401.486	2.539.249	1.978.977
FIES	231.216	443.290	466.141
Programa Casa Verde e Amarela	171.306	354.085	400.731
Programa Saneamento para todos	153.022	301.515	350.204
Outras entidades e programas	532.878	981.784	564.993
Transferência de Benefícios	740.364	1.330.979	1.292.493
Garantias prestadas - Agente operador	207.812	384.393	413.226
Conta corrente e tarifas bancárias	1.840.129	3.823.228	4.414.573
Convênio e cobrança	1.178.527	2.434.449	2.622.978
Cartões de débito e crédito	1.322.271	2.568.957	2.525.761
Fundos de investimento (1)	270.595	532.654	2.064.612
Operações de crédito	1.132.475	2.300.641	2.409.901
Seguros	368.157	666.489	400.010
Outros	96.044	141.711	145.476
Total	**10.997.887**	**21.504.973**	**22.693.076**

(1) A variação de saldo entre o exercício de 2021 e 2022, decorre da migração da gestão dos fundos de investimentos da CAIXA para a subsidiária, conforme acordo firmado entre a CAIXA e a CAIXA Asset.

CONSOLIDADO			
Descrição	2022		2021
	2º semestre	Exercício	Exercício
Serviços de Governo	4.789.689	9.036.844	8.109.765
Administração e fomento de entidades e programas	3.841.513	7.321.472	6.404.046
FGTS	1.351.605	2.701.549	2.643.000
Loterias	1.401.486	2.539.249	1.978.977
FIES	231.216	443.290	466.141
Programa Casa Verde e Amarela	171.306	354.085	400.731
Programa Saneamento para todos	153.022	301.515	350.204
Outras entidades e programas	532.878	981.784	564.993
Transferência de Benefícios	740.364	1.330.979	1.292.493
Garantias prestadas - Agente operador	207.812	384.393	413.226
Conta corrente e tarifas bancárias	1.840.121	3.823.217	4.414.568
Convênio e cobrança	1.178.527	2.434.449	2.622.978
Cartões de débito e crédito	1.329.034	2.578.237	2.558.033
Fundos de investimento	1.302.715	2.545.299	2.292.159
Operações de crédito	1.132.475	2.300.641	2.409.901
Seguros	1.249.801	2.212.283	1.342.993
Outros	108.238	175.538	149.254
Total	**12.930.600**	**25.106.508**	**23.899.651**

Nota 25 – Despesas de pessoal

INDIVIDUAL			
Descrição	2022		2021
	2º semestre	Exercício	Exercício
Salários	(8.046.061)	(15.318.551)	(13.913.305)
Indenizações trabalhistas	(93.198)	(183.011)	(159.010)
Benefícios	(1.926.472)	(3.554.956)	(3.272.147)
Outros	(50.850)	(79.778)	(69.927)
Encargos sociais	(3.249.069)	(6.304.685)	(5.719.050)
FGTS	(630.631)	(1.213.393)	(1.105.088)
Previdência social	(1.853.123)	(3.566.025)	(3.309.389)
Previdência complementar	(574.410)	(1.115.044)	(1.002.204)
Outros encargos	(190.905)	(410.223)	(302.369)
Total	**(13.365.650)**	**(25.440.981)**	**(23.133.439)**

CONSOLIDADO			
Descrição	2022		2021
	2º semestre	Exercício	Exercício
Salários	(8.110.618)	(15.440.423)	(13.935.937)
Indenizações trabalhistas	(93.198)	(183.011)	(159.010)
Benefícios	(2.079.569)	(3.804.126)	(3.326.090)
Outros	(55.064)	(86.375)	(70.495)
Encargos sociais	(3.272.201)	(6.348.648)	(5.727.479)
FGTS	(635.430)	(1.222.597)	(1.106.732)
Previdência social	(1.865.070)	(3.588.617)	(3.314.210)
Previdência complementar	(579.400)	(1.124.572)	(1.003.779)
Outros encargos	(192.301)	(412.862)	(302.758)
Total	**(13.610.650)**	**(25.862.583)**	**(23.219.011)**

Nota 26 – Outras despesas administrativas

INDIVIDUAL			
Descrição	2022		2021
	2º semestre	Exercício	Exercício
Processamento de dados	(1.196.328)	(2.137.821)	(1.847.120)
Aluguéis e arrendamento de bens	(1.168.071)	(2.167.685)	(1.599.549)
Serviços de terceiros	(560.001)	(964.234)	(1.005.850)
Serviços de vigilância e segurança	(546.838)	(902.685)	(946.851)
Depreciação / Impairment	(465.202)	(922.169)	(938.288)
Manutenção e conservação de bens	(594.475)	(1.052.991)	(891.493)
Amortização / Impairment	(493.519)	(987.402)	(876.770)
Serviços de transporte	(364.529)	(728.660)	(783.438)
Serviços especializados	(372.890)	(654.864)	(666.961)
Comunicações	(304.752)	(451.314)	(575.742)
Água e energia	(215.909)	(525.377)	(497.836)
Serviços do sistema financeiro	(218.946)	(396.494)	(399.320)
Propaganda e publicidade	(178.185)	(222.098)	(303.028)
Material	(62.698)	(101.736)	(130.187)
Promoções e relações públicas	(52.031)	(59.975)	(7.589)
Outras	(173.889)	(319.066)	(343.359)
Total	**(6.968.263)**	**(12.594.571)**	**(11.813.381)**

CONSOLIDADO			
Descrição	2022		2021
	2º semestre	Exercício	Exercício
Processamento de dados	(1.197.299)	(2.139.606)	(1.847.782)
Aluguéis e arrendamento de bens	(1.169.625)	(2.171.947)	(1.600.992)
Serviços de terceiros	(560.285)	(964.789)	(1.006.151)
Serviços de vigilância e segurança	(546.920)	(902.829)	(946.904)
Depreciação / Impairment	(465.209)	(922.181)	(938.298)
Manutenção e conservação de bens	(595.281)	(1.054.566)	(892.056)
Amortização / Impairment	(493.519)	(987.402)	(876.770)
Serviços de transporte	(364.533)	(728.665)	(783.438)
Serviços especializados	(375.558)	(661.447)	(673.495)
Comunicações	(304.752)	(451.314)	(575.742)
Água e energia	(215.938)	(525.442)	(497.916)
Serviços do sistema financeiro	(219.975)	(398.316)	(400.339)
Propaganda e publicidade	(178.185)	(222.098)	(303.028)
Material	(62.703)	(101.746)	(130.187)
Promoções e relações públicas	(52.034)	(59.978)	(7.589)
Outras	(225.290)	(405.802)	(373.256)
Total	**(7.027.106)**	**(12.698.128)**	**(11.853.943)**

Nota 27 – Despesas tributárias

INDIVIDUAL			
Descrição	2022		2021
	2º semestre	Exercício	Exercício
COFINS	(1.426.841)	(2.657.990)	(2.417.524)
ISS	(344.529)	(689.263)	(738.476)
PIS/PASEP	(228.370)	(428.789)	(392.661)
IPTU	(8.471)	(85.755)	(81.015)
Outras	(11.559)	(38.316)	(32.540)
Total	**(2.019.770)**	**(3.900.113)**	**(3.662.216)**

CONSOLIDADO			
Descrição	2022		2021
	2º semestre	Exercício	Exercício
COFINS	(1.548.854)	(2.880.541)	(2.515.190)
ISS	(391.397)	(774.372)	(766.535)
PIS/PASEP	(252.315)	(472.267)	(413.349)
IPTU	(8.471)	(85.755)	(81.015)
Outras	(12.454)	(39.391)	(32.615)
Total	**(2.213.491)**	**(4.252.326)**	**(3.808.704)**

Nota 28 – Outras receitas operacionais

INDIVIDUAL			
Descrição	2022		2021
	2º semestre	Exercício	Exercício
Desreconhecimento de obrigações passivas (1)	2.155.047	2.155.047	-
Recuperação de despesas	1.044.938	2.321.401	1.906.802
Variações cambiais de natureza inversa - operações passivas	54.219	255.570	94.534
Comissões e taxas cota mensal diferida – ag. financ. FGTS (2)	1.272.270	2.179.022	1.703.262
Comissões e taxas à vista – ag. financeiro FGTS (3)	1.287.248	2.146.974	1.922.440
Atualização monetária sobre operações diversas	642.971	1.169.032	540.535
Direito de uso - Rede CAIXA	194.831	389.662	364.348
Recuperação de perdas operacionais	159.785	300.640	262.713
Rendas de créditos específicos	79.848	140.966	57.569
Receita de deságio na aquisição de royalties	13.351	52.163	77.623
Comissões e taxas sobre operações	13.517	33.407	80.924
Outras rendas sobre operações de crédito comercial	5.355	9.739	15.098
Outras receitas operacionais	193.735	433.243	479.492
Total	**7.117.115**	**11.586.866**	**7.505.340**

(1) Contempla o evento relativo ao contrato de IHCD nº 504/PGFN/CAF, liquidado em 17/10/2022 (NE 17).

(2) Variação da receita por diferimento antecipado em razão da baixa de contratos por quitação.

(3) Para as operações de crédito habitacional pessoa física com subsídios do FGTS, a CAIXA reconhece as receitas até o limite dos custos relacionados a cada contrato. Em 2022 os custos foram de R$ 9.310,34 (R$ 5.226,36 indiretos e R$ 4.083,97 diretos). Foram realizadas 230.601 contratações no Exercício de 2022 (230.023 contratações no Exercício de 2021).

CONSOLIDADO			
Descrição	2022		2021
	2º semestre	Exercício	Exercício
Desreconhecimento de obrigações passivas (1)	1.505.251	1.505.251	-
Recuperação de despesas	1.026.624	2.280.594	1.831.241
Comissões e taxas cota mensal diferida – ag. financ. FGTS (2)	1.272.270	2.179.022	1.703.262
Comissões e taxas à vista – ag. financeiro FGTS (3)	1.287.248	2.146.974	1.922.440
Atualização monetária sobre operações diversas	642.977	1.169.038	540.536
Direito de uso - Rede CAIXA	194.831	389.662	364.348
Recuperação de perdas operacionais	159.785	300.640	262.713
Rendas de créditos específicos	79.848	140.966	57.569
Receita de deságio na aquisição de royalties	13.351	52.163	77.623
Comissões e taxas sobre operações	81.522	175.055	261.802
Outras rendas sobre operações de crédito comercial	5.355	9.739	15.098
Outras receitas operacionais	228.289	473.219	506.446
Total	**6.497.351**	**10.822.323**	**7.543.078**

(1) Contempla o evento apresentado na NE 36

(2) Variação da receita por diferimento antecipado em razão da baixa de contratos por quitação.

(3) Para as operações de crédito habitacional pessoa física com subsídios do FGTS, a CAIXA reconhece as receitas até o limite dos custos relacionados a cada contrato. Em 2022 os custos foram de R$ 9.310,34 (R$ 5.226,36 indiretos e R$ 4.083,97 diretos). Foram realizadas 230.601 contratações no Exercício de 2022 (230.023 contratações no Exercício de 2021).

Nota 29 – Outras despesas operacionais

INDIVIDUAL			
Descrição	2022		2021
	2º semestre	Exercício	Exercício
Despesas com lotéricos e parceiros comerciais	(2.243.936)	(4.208.963)	(3.897.929)
Benefício pós-emprego	(1.095.347)	(2.094.800)	(1.715.631)
Despesas com cartão	(514.268)	(1.014.051)	(996.209)
Perdas de Risco Operacional	(596.790)	(1.197.399)	(1.658.989)
Operações de financiamentos imobiliários	(734.649)	(1.198.008)	(407.822)
Alavancagem de negócios	(342.370)	(669.930)	(477.567)
Ágio na aquisição de carteiras comerciais	(330.398)	(589.516)	(567.213)
Benefícios sociais	(466.455)	(752.415)	(200.443)
Serviços automatizados	(285.539)	(574.576)	(635.321)
Obrigações com fundos e programas	(238.351)	(461.305)	(440.499)
Despesas com loterias	(204.471)	(386.461)	(302.034)
Descontos de operações de crédito	(376.236)	(554.451)	(448.034)
FGTS - arrecadação/pagamento	(128.930)	(250.293)	(238.606)
FCVS a receber – perdas	(285.789)	(405.995)	(174.938)
Operações de crédito comerciais	(66.938)	(185.282)	(38.721)
Condenacoes judiciais	-	-	(14.977)
Outras	(577.336)	(945.811)	(595.703)
Total	**(8.487.803)**	**(15.489.256)**	**(12.810.636)**

CONSOLIDADO			
Descrição	2022		2021
	2º semestre	Exercício	Exercício
Despesas com lotéricos e parceiros comerciais	(2.243.936)	(4.208.963)	(3.897.929)
Benefício pós-emprego	(1.095.347)	(2.094.800)	(1.715.631)
Despesas com cartão	(514.268)	(1.014.680)	(997.151)
Perdas de Risco Operacional	(596.790)	(1.197.399)	(1.659.165)
Operações de financiamentos imobiliários	(734.649)	(1.198.008)	(407.822)
Alavancagem de negócios	(342.370)	(669.930)	(477.567)
Ágio na aquisição de carteiras comerciais	(330.398)	(589.516)	(567.213)
Benefícios sociais	(466.455)	(752.415)	(200.443)
Serviços automatizados	(285.539)	(574.576)	(635.321)
Obrigações com fundos e programas	(238.351)	(461.305)	(440.499)
Despesas com loterias	(204.471)	(386.461)	(302.034)
Descontos de operações de crédito	(376.236)	(554.451)	(448.034)
FGTS - arrecadação/pagamento	(128.930)	(250.293)	(238.606)
FCVS a receber – perdas	(285.789)	(405.995)	(174.938)
Operações de crédito comerciais	(66.938)	(185.282)	(38.721)
Condenacoes judiciais	-	-	(14.977)
Outras	(592.612)	(959.252)	(661.822)
Total	**(8.503.079)**	**(15.503.326)**	**(12.877.873)**

Nota 30 – Constituição e reversão de provisões

INDIVIDUAL			
Descrição	2022		2021
	2º semestre	Exercício	Exercício
Contingências Judiciais	(1.910.295)	(4.181.553)	(3.857.322)
Trabalhistas	(1.387.786)	(2.517.592)	(2.733.702)
Cíveis	(435.845)	(1.437.257)	(1.132.358)
Fiscais	(86.664)	(226.704)	8.738
Taxa Performance das carteiras adquiridas	(59.487)	(144.015)	(382.970)
Pré-pagamento – FGTS	(95.455)	(140.183)	(249.962)
Garantia financeira prestada	(3.348)	11.732	(25.686)
Fundo de compensação de variações salariais – FCVS (1)	(417.836)	(873.709)	(311.419)
Outras operacionais (2)	(107.014)	(75.546)	364.730
Total	**(2.593.435)**	**(5.403.274)**	**(4.462.629)**

(1) Acréscimo decorrente da mudança na metodologia de apuração de provisão para o FCVS (Nota 2(d) e 10(b)).

(2) Inclui a reversão de provisão administrativa, restos à pagar e custos relativos a manutenção de imóveis.

CONSOLIDADO			
Descrição	2022		2021
	2º semestre	Exercício	Exercício
Contingências Judiciais	(1.910.295)	(4.181.553)	(3.857.322)
Trabalhistas	(1.387.786)	(2.517.592)	(2.733.702)
Cíveis	(435.845)	(1.437.257)	(1.132.358)
Fiscais	(86.664)	(226.704)	8.738
Taxa Performance das carteiras adquiridas	(59.487)	(144.015)	(382.970)
Pré-pagamento – FGTS	(95.455)	(140.183)	(249.962)
Garantia financeira prestada	(3.348)	11.732	(25.686)
Fundo de compensação de variações salariais – FCVS (1)	(417.836)	(873.709)	(311.419)
Outras operacionais (2)	(107.014)	(75.546)	341.651
Total	**(2.593.435)**	**(5.403.274)**	**(4.485.708)**

(1) Acréscimo decorrente da mudança na metodologia de apuração de provisão para o FCVS (Nota 2(d) e 10(b)).

(2) Inclui a reversão de provisão administrativa, restos à pagar e custos relativos a manutenção de imóveis.

Nota 31 – Resultado não operacional

INDIVIDUAL			
Descrição	2022		2021
	2º semestre	Exercício	Exercício
Resultado na alienação e baixa de invest. e ativos não financeiros mantidos para venda	(98.869)	(267.110)	2.811.897
Constituição/Reversão de provisões não operacionais	164.413	404.458	496.221
Outros (1) (2)	(105.588)	260.823	(106.339)
Total	**(40.044)**	**398.171**	**3.201.779**

(1) Inclui o ganho de capital da CIP no valor de R$163.838 em decorrência de reorganização societária (Nota 11 (b)).

(2) Inclui o ganho de capital pelo encerramento do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH em virtude da quitação das obrigações com o programa ensejando que quaisquer rendimentos obtidos pela CAIXA (Agente Financeiro) com a aplicação dos valores sob sua disponibilidade e risco são incorporadas como ganhos (Nota 18 (b)).

CONSOLIDADO			
Descrição	2022		2021
	2º semestre	Exercício	Exercício
Resultado na alienação e baixa de invest. e ativos não financeiros mantidos para venda	(98.869)	(267.110)	5.047.751
Constituição/Reversão de provisões não operacionais	164.413	404.458	496.221
Ganhos de capital - remensurações ao valor justo (1)	296.721	296.722	1.790.811
Outros (2) (3)	(105.588)	260.823	(106.339)
Total	**256.677**	**694.893**	**7.228.444**

(1) Ganho de capital auferido por alteração no percentual de participação relativa dos investimentos da Caixa Seguridade.

(2) Inclui o ganho de capital da CIP no valor de R$ 163.838 em decorrência de reorganização societária (Nota 11 (b)).

(3) Inclui o ganho de capital pelo encerramento do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH em virtude da quitação das obrigações com o programa ensejando que quaisquer rendimentos obtidos pela CAIXA (Agente Financeiro) com a aplicação dos valores sob sua disponibilidade e risco são incorporadas como ganhos (Nota 18 (b)).

Nota 32 – Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são realizadas no curso das atividades operacionais da CAIXA e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

O Código de Conduta dos Empregados e Dirigentes da CAIXA veda aos seus empregados e dirigentes a estabelecer relações comerciais ou profissionais, diretamente ou por terceiros, com seus controladores e empresas do mesmo grupo econômico.

De acordo com legislação vigente, no que se aplica à CAIXA como empresa pública e suas partes relacionadas, é permitida a realização de operações de empréstimos ou adiantamentos nas mesmas condições às apresentadas ao mercado, especialmente quanto a limites, taxas de juros, carência, prazos, garantias, bem como critérios para classificação de risco para fins de constituição de provisão para perdas e baixas para prejuízo, não existindo benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações realizadas com os demais clientes de mesmo perfil na empresa.

(a) Controladora

A CAIXA é uma instituição financeira sob a forma de empresa pública, vinculada ao Ministério da Economia, cujo capital social foi exclusivamente integralizado pela União. Dessa forma, encontra-se sob controle direto da União. Os saldos com a controladora estão representados pelas transações com a União, seus respectivos ministérios, autarquias, secretarias de governo e demais órgãos.

Os títulos públicos federais estão relacionados na Nota 7. Já as informações sobre dividendos e JCP a serem pagos ao Tesouro Nacional são apresentados na Nota 23 (d). Quanto aos Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida - IHCD, as informações estão apresentadas na Nota 17. Finalmente, os tributos com a União são apresentados na Nota 20.

No curso de suas operações, a CAIXA reconhece valores a receber de seu relacionamento com a União (Controlador e Fundos de Governo) em operações de crédito e prestação de serviços que, em 31/12/2022, totalizavam R$ 2.745.391 (31/12/2021 – R$ 2.476.938). Do montante apresentado em 31/12/2022, R$ 2.090.761 (31/12/2021 – R$ 1.904.252) está constituído por saldos relativos a operações antigas, para as quais a Administração da CAIXA está em tratativas com a União com a finalidade de quitação dos valores envolvidos – Nota 14 (d).

(b) Controladas

Considerando o período coberto pelas demonstrações contábeis, a CAIXA realiza negócios por meio de suas controladas CAIXA Seguridade, CAIXA Loterias, CAIXA Cartões e CAIXA Asset.

A CAIXA detém o controle de forma indireta da Caixa Holding Securitária S.A., da Caixa Seguridade Corretagem e Administração de Seguros S.A., por meio da CAIXA Seguridade Participações S.A.

Por meio da Caixa Cartões são controladas as entidades (fase pré-operacional): CAIXA Cartões Adquirência S.A., CAIXA Cartões PAT S.A., CAIXA Cartões Fidelidade S.A. e CAIXA Cartões Contas de Pagamento S.A.

A CAIXA, por meio da CAIXA Asset, detém o controle do Fundo de Investimento Caixa Ibirapuera Renda Fixa.

A CAIXA possui controle no fundo de investimento em direitos creditórios Stone III (FIDC Stone III) com 72,90% de participação.

(c) Controladas em Conjunto

Se enquadram como partes relacionadas as entidades nas quais a CAIXA participa em regime de controle conjunto por meio de suas controladas CAIXA Seguridade e CAIXA Cartões.

Por meio da CAIXA Seguridade Participações S.A. são controladas em conjunto: PAN Corretora de Seguros Ltda, Too Seguros S.A., XS3 Seguros S.A., XS4 Capitalização S.A., XS5 Administradora de Consórcios S.A. e XS6 Assistência S.A.

Por meio da Caixa Cartões, são controladas em conjunto: A Elo Serviços S.A., que tem por objetivo prestar serviços relacionados a soluções e meios de pagamentos, inclusive através de meios eletrônicos, e a CAIXA Cartões Pré-Pagos S.A., que tem por objeto explorar quaisquer direitos e atividades comerciais ligadas ao mercado de meios de pagamento pré-pagos.

São controladas em conjunto, direto na Caixa: Tecban, Caixa Imóveis, Quod e Negócios Digitais.

A CAIXA mantém com a Tecban contratos de prestação de serviços voltados para a utilização de caixas eletrônicos. Em 31/12/2022, o montante dos numerários da CAIXA em poder da Tecban era de R$ 2.255.047 (31/12/2021 – R$ 2.433.472).

(d) Coligadas

São coligadas diretas da CAIXA a Galgo Sistemas de Informações e CIP S.A.

A CNP Seguros Holding Brasil S.A. (antiga Caixa Seguros Holding S.A.) é uma entidade coligada constituída com o objetivo de participar nas empresas do Grupo CNP Seguros e apresenta a seguinte composição: Caixa Seguradora S.A., CNP Capitalização S.A (antiga Caixa Capitalização), Wiz Soluções e Corretagem de Seguros S.A.,CNP Participações em Seguros Ltda, Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A., Youse Seguradora S.A., Youse Tecnologia e Assistência em Seguros LTDA (antiga Caixa Seguros Assessoria e Consultoria Ltda), e Companhia de Seguros e Previdência do Sul (Previsul).

A alienação da CNP Consórcio S.A. Administradora de Consórcios (antiga Caixa Consórcios S.A. Administradora de Consórcios) foi concluída em 16/11/2022, assim não há mais participação acionária da Caixa Seguridade na Companhia.

Por meio da CAIXA Seguridade Participações S.A., é coligada a entidade Holding XS1 S.A., que possui a XS2 Vida e Previdência S.A. e a Caixa Vida e Previdência S.A. como subsidiárias integrais.

CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA **FAZENDA**

A CAIXA mantém transações diversas com a CAIXA Seguridade Participações S.A., incluindo suas investidas. Destaca-se a disponibilização de sua rede de atendimento para comercialização, por partes das referidas investidas, de seguros, títulos de capitalização, planos de previdência e consórcios. Além disso, a CAIXA presta serviços bancários diversos para essas partes relacionadas, tais como manutenção de contas de depósito, aplicações financeiras e convênios de arrecadação e pagamento.

(e) Pessoal Chave da Administração

Enquadram-se como pessoal chave da Administração as pessoas que detêm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades, direta ou indiretamente. Consideram-se também os membros familiares de até 2º grau e entidades jurídicas aos quais esperam-se que exerçam influência ou sejam influenciados pela pessoa nos negócios com a entidade.

Na CAIXA se enquadram como pessoal chave aqueles com responsabilidade direta e/ou indireta em suas atividades, tais como: membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho Diretor, Comitê de Auditoria e Comitê Independente de Riscos.

(f) Outras entidades

As entidades que são controladas ou sofrem influência significativa de forma direta ou indireta da União estão classificadas no item "Outras entidades". Esse item é composto por transações com empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo governo, tais como Petrobras, Banco do Brasil, BNDES, Banco do Nordeste e Emgea; além dos fundos de investimento e fundos de governo operados e/ou administrados pela CAIXA, como o FGTS, FAR, FCVS, FIES, além de Cotas dos fundos FGI, FGO e FGHAB.

As transações com o FGTS estão demonstradas de acordo com a característica da operação, classificadas nas Notas explicativas: Nota 7 (a) – Títulos e valores mobiliários, Nota 8 – Instrumentos financeiros derivativos, 10 (a) – Outros ativos financeiros,14 (a) – Outros ativos; 15 (b) – Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas, 16 (b) – Obrigações por empréstimos e repasses, 18 – Outros passivos financeiros, 24 – Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias, 28 – Outras receitas operacionais, 29 – Outras despesas operacionais e 30 – Constituição e reversão de provisões.

Os ativos com o FCVS são demonstrados na Nota explicativa 10 – Outros ativos financeiros, e, as garantias financeiras prestadas são demonstradas na Nota Explicativa 19 (e) – Garantias financeiras prestadas.

A Funcef, entidade que administra plano de benefícios pós-emprego dos empregados da CAIXA, mantém com a CAIXA contratos de prestação de serviços bancários e de locação de imóveis de propriedade da Funcef.

Os quadros a seguir apresentam os saldos patrimoniais e de resultado decorrentes de transações com partes relacionadas, considerando a natureza do relacionamento com essas entidades.

INDIVIDUAL

Descrição	31/12/2022						31/12/2021					
	Controladora	Controlada (1)	Controlada em conjunto (2)	Coligada (3)	Pessoal chave da administração	Outras entidades (4)	Controladora	Controlada	Controlada em conjunto	Coligada	Pessoal chave da administração	Outras entidades
ATIVO:	**2.856.653**	**1.774.705**	**25.279**	**33.437**	**32.062**	**6.002.293**	**2.422.081**	**2.016.748**	**29.197**	**5.735**	**26.155**	**5.865.548**
Aplicações interfinanceiras de liquidez (5)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	325.556
Títulos e valores mobiliários (6)	-	849.285	-	-	-	2.238.880	-	1.967.252	-	-	-	70.993
Rendas a receber	789.503	889.594	25.272	33.430	-	182.039	562.973	31.194	29.197	5.735	-	544.490
Operações de crédito (7)	3.948	-	-	-	587.821	3.442.070	12.628	-	-	-	25.009	3.950.134
Provisões para operações de crédito	-	-	-	-	(557.483)	(29.182)	-	-	-	-	(389)	(1.894)
Outros créditos (8)	2.063.202	35.826	7	7	1.753	381.807	1.846.480	18.302	-	-	1.457	196.905
Provisões para outros créditos (9)	-	-	-	-	(29)	(213.321)	-	-	-	-	78	-
Outros investimentos, valores e bens (10)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	779.364
PASSIVO:	**4.976.288**	**1.287**	**297.143**	**105.874**	**37.929**	**191.316.400**	**2.445.998**	**851**	**154.946**	**1.629.682**	**12.832**	**177.234.781**
Depósitos à vista e poupança	687.146	1.287	6.153	105.874	27.166	4.042.890	598.790	851	1.403	209.227	8.572	3.488.087
Depósitos a prazo e letras	279.171	-	-	-	10.763	7.408.117	256.346	-	79.406	-	4.260	615.706
Depósitos especiais de fundos e programas (11)	313.119	-	-	-	-	7.405.703	216.262	-	-	-	-	3.856.187
Captações no mercado aberto (12)	-	-	-	-	-	137.625.032	-	-	-	1.420.455	-	132.119.136
Repasses do país - instituições oficiais (13)	13.513	-	-	-	-	23.384.116	14.727	-	-	-	-	25.126.414
Recursos para destinação específica (14)	3.274.686	-	-	-	-	11.369.419	993.909	-	-	-	-	11.949.751
Obrigações diversas (15)	408.653	-	290.990	-	-	81.123	365.964	-	74.137	-	-	79.500
Garantias recebidas (16)	**18.281**	**-**	**-**	**-**	**298.960**	**6.513.870**	**83.290**	**-**	**-**	**-**	**41.909**	**6.254.021**
Garantias prestadas (17)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**30.308.835**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**30.979.459**

(1) O montante de R$ 849.285 em controlada se refere a cotas do FIDC Stone III.

(2) Composto principalmente pelas transações com Elo Serviços e Tecban.

(3) Referem-se principalmente às transações com coligadas do grupo CAIXA Seguridade.

(4) Referem-se principalmente ao FGTS, BNDES, FAT, FGTS, FIES, Fundos de investimento e Fundo Marinha Mercante. O ativo referente ao FCVS é apresentado na Nota 10.

(5) A variação de aplicações interfinanceiras de liquidez em outras entidades refere-se a liquidações realizadas pela CAIXA no período.

(6) A variação de titulos e valores mobiliários em outras entidades corresponde em maior parte às cotas de fundos registrados a valor justo (FGI, FGHAB e FGO), reclassificados para títulos e valores mobiliários, conforme Resolução CMN 4.817/2020. Os saldos são apresentados na Nota 7(c).

(7) Saldo divulgado em Outras entidades retificado em 31/12/2021, conforme item Garantias Prestadas (17), abaixo.

(8) A variação em outras entidades se refere à operação de crédito concedidos à Paranapanema.

(9) A variação em outras entidades se refere à provisão de crédito concedidas à Paranapanema.

(10) Do montante em outras entidades, a variação corresponde à reclassificação de cotas dos fundos registrados a valor justo, conforme exposto no item 6, acima.

(11) A variação em outras entidades se refere ao FGM - Fundo Garantidor de Microfinanças.

(12) O saldo em outras entidades é formado em sua maioria por cotas de fundos de investimento. A variação em coligadas refere-se a operações compromissadas com a CAIXA Consórcios.

(13) Em outras entidades, R$ 21.051.359 decorrem de operações de repasses do BNDES (Nota 16).

(14) A variação em controladora reflete principalmente programas destinados ao pagamento de Auxílio Brasil. O saldo em Outras entidades se refere principalmente a obrigações com o FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador.

(15) Em controladora, R$ 323.795 se referem a obrigações sobre o programa Bolsa Família (Nota 19 (a)).

(16) Referem-se, principalmente a operações garantidas pelo governo, notas promissórias, penhor e garantias fidejussórias.

(17) Referem-se, principalmente a garantia de coobrigação prestada pela CAIXA em operações de crédito, na condição de agente operador, ao FGTS.

CONSOLIDADO

Descrição	31/12/2022					31/12/2021				
	Controladora	Controlada em conjunto (1)	Coligada (2)	Pessoal chave da administração	Outras entidades (3)	Controladora	Controlada em conjunto	Coligada	Pessoal chave da administração	Outras entidades
ATIVO:	**2.856.653**	**25.279**	**122.298**	**32.062**	**6.002.293**	**2.422.081**	**29.197**	**140.794**	**26.155**	**5.865.548**
Aplicações interfinanceiras de liquidez (4)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	325.556
Títulos e valores mobiliários (5)	-	-	-	-	2.238.880	-	-	-	-	70.993
Rendas a receber	789.503	25.272	122.291	-	182.039	562.973	29.197	140.794	-	544.490
Operações de crédito (6)	3.948	-	-	587.821	3.442.070	12.628	-	-	25.009	3.950.134
Provisões para operações de crédito	-	-	-	(557.483)	(29.182)	-	-	-	(389)	(1.894)
Outros créditos (7)	2.063.202	7	7	1.753	381.807	1.846.480	-	-	1.457	196.905
Provisões para outros créditos (8)	-	-	-	(29)	(213.321)	-	-	-	78	-
Outros investimentos, valores e bens (9)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	779.364
PASSIVO:	**4.976.288**	**297.143**	**105.874**	**37.929**	**191.316.400**	**2.445.998**	**154.946**	**1.629.682**	**12.832**	**177.234.781**
Depósitos à vista e poupança	687.146	6.153	105.874	27.166	4.042.890	598.790	1.403	209.227	8.572	3.488.087
Depósitos à prazo e letras	279.171	-	-	10.763	7.408.117	256.346	79.406	-	4.260	615.706
Depósitos especiais de fundos e programas (10)	313.119	-	-	-	7.405.703	216.262	-	-	-	3.856.187
Captações no mercado aberto (11)	-	-	-	-	137.625.032	-	-	1.420.455	-	132.119.136
Repasses do país - instituições oficiais (12)	13.513	-	-	-	23.384.116	14.727	-	-	-	25.126.414
Recursos para destinacão específica (13)	3.274.686	-	-	-	11.369.419	993.909	-	-	-	11.949.751
Obrigações diversas (14)	408.653	290.990	-	-	81.123	365.964	74.137	-	-	79.500
Garantias recebidas (15)	**18.281**	**-**	**-**	**298.960**	**6.513.870**	**83.290**	**-**	**-**	**41.909**	**6.254.021**
Garantias prestadas (16)	**-**	**-**	**-**	**-**	**28.392.084**	**-**	**-**	**-**	**-**	**30.979.459**

(1) Composto principalmente pelas transações com Elo Serviços e Tecban.

(2) Referem-se principalmente às transações com coligadas do grupo CAIXA Seguridade.

(3) Referem-se principalmente ao FGTS, BNDES, FAT, FGS, FIES, Fundos de investimento e Fundo Marinha Mercante. O ativo referente ao FCVS é apresentado na Nota 10.

(4) A variação de aplicações interfinanceiras de liquidez em outras entidades refere-se a liquidações realizadas pela CAIXA no período.

(5) A variação de titulos e valores mobiliários em outras entidades corresponde em maior parte às cotas de fundos registrados a valor justo (FGI, FGHAB e FGO), reclassificados para títulos e valores mobiliários, conforme Resolução CMN 4.817/2020. Os saldos são apresentados na Nota 7(c).

(6) Saldo divulgado em Outras entidades retificado em 31/12/2021, conforme item Garantias Prestadas (15), abaixo.

(7) A variação em outras entidades se refere às operações de crédito concedidas à Paranapanema.

(8) A variação em outras entidades se refere à provisão de crédito concedidas à Paranapanema.

(9) Do montante em outras entidades, a variação corresponde à reclassificação de cotas dos fundos registrados a valor justo, conforme exposto no item 4, acima.

(10) A variação em outras entidades se refere ao FGM - Fundo Garantidor de Microfinanças.

(11) O saldo em outras entidades é formado em sua maioria por cotas de fundos de investimento. A variação em coligadas refere-se a operações compromissadas com a CAIXA Consórcios.

(12) Em outras entidades, R$ 21.051.359 decorrem de operações de repasses do BNDES (Nota 16).

(13) A variação em controladora reflete principalmente à programas destinados ao pagamento de Auxílio Brasil. O saldo em outras entidades se refere principalmente a obrigações com o Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT.

(14) Em controladora, R$ 323.795 se referem a obrigações sobre o programa Bolsa Família (Nota 19 (a)).

(15) Referem-se principalmente a operações garantidas pelo governo, notas promissórias, penhor e garantias fidejussórias.

(16) Referem-se, principalmente a garantia de coobrigação prestada pela CAIXA em operações de crédito, na condição de agente operador, ao FGTS.

INDIVIDUAL

Descrição	2º semestre - 2022				
	Controladora	Controlada	Controladas em conjunto (1)	Coligadas (2)	Outras entidades (3)
RECEITAS	**970.130**	**18.337**	**409.672**	**368.758**	**2.506.316**
Resultado com títulos e valores mobiliários (4)	-	-	-	-	-
Rendas com prestação de serviços (5)	767.840	8	409.307	368.758	551.708
Rendas com administração de fundos de investimento	-	-	-	-	199.988
Outras receitas operacionais (6)	202.290	18.329	365	-	1.754.620
DESPESAS	**(475.609)**	**(46.337)**	**(327.507)**	**(10.971)**	**(2.185.516)**
Captação no mercado	(45.783)	(46.337)	(4.251)	-	(226.035)
Pessoal (7)	-	-	-	-	(574.410)
Administrativas (8)	-	-	-	-	(22.039)
Outras despesas operacionais (9)	(429.826)	-	(323.256)	(10.971)	(1.363.032)

INDIVIDUAL

Descrição	Exercício - 2022					Exercício - 2021				
	Controladora	Controlada	Controladas em conjunto (1)	Coligadas (2)	Outras entidades (3)	Controladora	Controlada	Controladas em conjunto (1)	Coligadas (2)	Outras entidades (3)
RECEITAS	**1.768.205**	**40.832**	**756.412**	**669.063**	**4.494.421**	**1.198.692**	**154.791**	**953.468**	**403.233**	**5.005.636**
Resultado com títulos e valores mobiliários (4)	-	-	-	-	-	-	69.250	-	-	87
Rendas com prestação de serviços (5)	1.339.171	11	755.963	669.063	985.520	822.196	5	762.313	403.233	759.060
Rendas com administração de fundos de investimento (6)	-	-	-	-	390.730	-	-	-	-	1.877.346
Outras receitas operacionais (7)	429.034	40.821	449	-	3.118.171	376.496	85.536	191.155	-	2.369.143
DESPESAS	**(749.764)**	**(57.633)**	**(698.877)**	**(18.461)**	**(4.277.114)**	**(85.860)**	**-**	**(394.155)**	**(2.274)**	**(3.023.309)**
Captação no mercado (8)	(81.426)	(57.633)	(7.079)	-	(387.425)	(27.723)	-	(2.603)	-	(102.389)
Pessoal (9)	-	-	-	-	(1.115.044)	-	-	-	-	(1.002.204)
Administrativas (10)	-	-	-	-	(42.445)	-	-	-	-	(51.490)
Outras despesas operacionais (11)	(668.338)	-	(691.798)	(18.461)	(2.732.200)	(58.137)	-	(391.552)	(2.274)	(1.970.206)

(1) (Referem-se principalmente às transações com Elo Serviços e Tecban.
(2) Referem-se principalmente às transações com coligadas do grupo CAIXA Seguridade.
(3) Referem-se principalmente às transações com BNDES, Funcef, FAR, FCVS e Fundos de investimento.
(4) A variação em controlada se refere a rendimentos de títulos de renda fixa do FIDC Stone III.
(5) O montante em controladora refere-se à renda de prestação de serviços em programas sociais e operações de repasses do OGU. A variação relacionada a coligadas se refere às operações com as investidas da CAIXA Seguridade.
(6) A Variação em outras entidades decorre da redução de receita com os fundos administrados pela CAIXA.
(7) A variação em outras entidades decorre principalmente de rendas de juros sobre valores a receber do FCVS em contratos habitacionais. A variação em controlada em conjunto tem sua maior parcela relacionada à Elo.
(8) A variação em controlada se refere à transação com o Fundo Ibirapuera. A variação em outras entidades refere-se a operações com o FDS, FGS e FAR.
(9) Despesas de previdência complementar com a Funcef. Os ativos e passivos atuariais com essa entidade são apresentados semestralmente na nota explicativa de Benefícios a empregados (Nota 21).
(10) Refere-se a despesas de aluguel com a Funcef.
(11) A variação em controladora se deu por conta da atualização monetária sobre os programas de benefícios sociais. Já a variação em controlada em conjunto decorre de transações com a Elo. Em outras entidades, há destaque para despesas com operações de repasses ao BNDES e despesas com provisão para o FCVS.

CONSOLIDADO

Descrição	2º semestre - 2022			
	Controladora	Controladas em conjunto (1)	Coligadas (2)	Outras entidades (3)
RECEITAS	**970.130**	**409.672**	**436.763**	**2.506.316**
Resultado com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-
Rendas com prestação de serviços (4)	767.840	409.307	436.763	551.708
Rendas com administração de fundos de investimento (5)	-	-	-	199.988
Outras receitas operacionais (6)	202.290	365	-	1.754.620
DESPESAS	**(475.609)**	**(327.507)**	**(10.971)**	**(2.190.506)**
Captação no mercado (7)	(45.783)	(4.251)	-	(226.035)
Pessoal (8)	-	-	-	(579.400)
Administrativas (9)	-	-	-	(22.039)
Outras despesas operacionais (10)	(429.826)	(323.256)	(10.971)	(1.363.032)

CONSOLIDADO

Descrição	Exercício - 2022				Exercício - 2021			
	Controladora	Controladas em conjunto (1)	Coligadas (2)	Outras entidades (3)	Controladora	Controladas em conjunto (1)	Coligadas (2)	Outras entidades (3)
RECEITAS	**1.768.205**	**756.412**	**810.005**	**4.494.421**	**1.198.692**	**953.468**	**579.388**	**5.005.636**
Resultado com títulos e valores mobiliários (4)	-	-	-	-	-	-	-	87
Rendas com prestação de serviços (4)	1.339.171	755.963	810.005	985.520	822.196	762.313	579.388	759.060
Rendas com administração de fundos de investimento (5)	-	-	-	390.730	-	-	-	1.877.346
Outras receitas operacionais (6)	429.034	449	-	3.118.171	376.496	191.155	-	2.369.143
DESPESAS	**(749.764)**	**(698.877)**	**(18.461)**	**(4.286.641)**	**(85.860)**	**(394.155)**	**(2.274)**	**(3.024.884)**
Captação no mercado (7)	(81.426)	(7.079)	-	(387.425)	(27.723)	(2.603)	-	(102.389)
Pessoal (8)	-	-	-	(1.124.571)	-	-	-	(1.003.779)
Administrativas (9)	-	-	-	(42.445)	-	-	-	(51.490)
Outras despesas operacionais (10)	(668.338)	(691.798)	(18.461)	(2.732.200)	(58.137)	(391.552)	(2.274)	(1.970.206)

(1) Refere-se às transações com Elo Serviços e Tecban.
(2) Referem-se principalmente às transações com o grupo CAIXA Seguridade.
(3) Referem-se principalmente às transações com BNDES, Funcef, FAR, FCVS e Fundos de investimento.
(4) O montante em controladora refere-se à renda de prestação de serviços em programas sociais e operações de repasses do OGU. A variação relacionada a coligadas se refere às operações com as investidas da CAIXA Seguridade.
(5) A Variação em outras entidades decorre da redução de receita com os fundos administrados pela CAIXA.
(6) A variação em outras entidades decorre principalmente de rendas de juros sobre valores a receber do FCVS em contratos habitacionais. A variação em controlada em conjunto tem sua maior parcela relacionada à Elo.
(7) A variação em controlada se refere à transação com o Fundo Ibirapuera. A variação em outras entidades refere-se a operações com o FDS, FGS e FAR.
(8) Despesas de previdência complementar com a Funcef. Os ativos e passivos atuariais com essa entidade são apresentados semestralmente na nota explicativa de Benefícios a empregados (Nota 21).
(9) Refere-se a despesas de aluguel com a Funcef.
(10) A variação em controladora se deu por conta da atualização monetária sobre os programas de benefícios sociais. Já a variação em controlada em conjunto decorre de transações com a Elo. Em outras entidades, há destaque para despesas com operações de repasses ao BNDES.

CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA **FAZENDA**

(g) Média salarial (valores em R$)

Descrição	INDIVIDUAL 31/12/2022 Administrador	Empregado	31/12/2021 Administrador	Empregado
Maior salário	56.197	67.854	56.197	63.911
Salário médio	44.889	13.323	44.889	12.143
Menor salário	41.868	3.597	41.868	3.330
Benefícios	8.185	3.610	8.630	3.515

(h) Remuneração do pessoal chave da administração

O montante da remuneração global dos administradores e conselheiros fiscais da CAIXA é submetido anualmente pelo Conselho de Administração para aprovação da Assembleia Geral da CAIXA.

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da administração (Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho Diretor, Comitê de Auditoria e Comitê Independente de Riscos) são apresentados como segue:

Descrição	INDIVIDUAL 2022 2º semestre	2022 Exercício	2021 Exercício
Benefícios de curto prazo	**17.349**	**50.879**	**41.186**
Proventos	**12.911**	**24.169**	**22.959**
Diretoria	11.393	21.117	19.753
Conselho de Administração	174	345	348
Conselho Fiscal	88	195	347
Comitê de Auditoria	854	1.708	1705
Comitê Independente de Risco	402	804	806
Remuneração variável	**-**	**13.938**	**8.090**
Diretoria	-	13.938	8.090
Benefícios	**379**	**752**	**806**
Diretoria	379	752	806
Treinamento	**215**	**589**	**83**
Encargos sociais	**3.844**	**11.431**	**9.248**
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	**302**	**302**	**94**
Benefícios pós emprego	**992**	**1.915**	**1.828**
Previdência complementar	992	1.915	1.828

Os benefícios incluem auxílio alimentação, auxílio moradia e plano de saúde aos membros da diretoria.

No item Previdência Complementar, os benefícios pós-emprego são restritos aos membros da diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal da CAIXA.

A CAIXA não possui remuneração baseada em ações ou outros benefícios de longo prazo a seus funcionários e pessoal chave da administração.

Nota 33 – Gerenciamento de riscos e de capital

Na CAIXA, o gerenciamento de riscos e de capital é percebido como fator de diferencial competitivo no mercado financeiro e principal meio para preservação de sua solvência, liquidez e rentabilidade.

O gerenciamento de riscos e de capital é realizado por estruturas dedicadas que abrangem sistemas, rotinas, procedimentos e modelos, e são responsáveis pela identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicação à Alta Administração, visando suportar a tomada de decisão.

Em conformidade com a regulação vigente e às boas práticas de governança corporativa, as estruturas de riscos e de capital são compostas pelo Conselho de Administração – CA; pelo Comitê Independente de Risco – CORIS, que subsidia o CA na tomada de decisões nas questões relacionadas à gestão de riscos e de capital; pelo Conselho Diretor – CD; pela Vice-Presidência de Riscos – VICOR e pelo Diretor Executivo de Riscos – DECOR como Chief Risk Officer – CRO.

A Superintendência Nacional de Riscos Corporativos – SUCOR, subordinada à DECOR coordena as iniciativas de adequação da CAIXA ao Novo Acordo de Capitais de Basileia e é responsável por propor a política de gerenciamento de risco do conglomerado CAIXA, a política de gerenciamento de capital e de distribuição de resultados da CAIXA, bem como avaliar e emitir parecer para negócios e demais ações correlatas ao gerenciamento de riscos e capital do conglomerado.

Estrutura de gerenciamento de riscos

A CAIXA mantém estruturas de gerenciamento de risco adequada à natureza das operações e à complexidade de seus produtos, serviços, atividades e processos compatíveis à sua exposição a cada modalidade de risco.

Compõem as estruturas de gerenciamento de riscos os sistemas, rotinas, procedimentos e modelos que possibilitam a identificação, mensuração, monitoramento, controle, mitigação e comunicação dos riscos relevantes incorridos pela CAIXA, inclusive simulações em condições normais e de estresse.

A CAIXA adota postura prospectiva segundo os níveis de riscos que está disposta a assumir, constantes na Declaração de Apetite por Riscos – RAS.

A identificação, avaliação e tomada de decisão quanto à mitigação, transferência ou assunção do risco tem atuação efetiva por parte do gestor responsável, e quando se tratar de exposição relevante, toda decisão tem a anuência dos colegiados pertinentes.

Os critérios para definir as exposições relevantes são aprovados pela governança e revisados com o objetivo de compreender suas fontes e identificar formas de reduzi-las ao estritamente necessário para a consecução dos objetivos estratégicos da CAIXA.

A CAIXA estabelece ainda, limites para cada categoria de risco visando preservar a sua solvência, liquidez, rentabilidade e estrutura de capital, observando as normas regulatórias, determinações do controlador e as boas práticas de mercado. Tais limites são ajustados periodicamente, considerando a estratégia e o ambiente de negócios, fatores macroeconômicos e a capacidade de cada subsidiária assumir riscos e suportar perdas.

Risco de crédito

O risco de crédito, conforme definição da Resolução CMN nº 4.557/2017, é entendido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como a desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco de tomador, a redução de ganhos ou remunerações, as vantagens concedidas na renegociação, aos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte. Adicionalmente, inclui o risco de concentração e o risco país/risco de transferência.

O gerenciamento do risco de crédito visa manter a qualidade da carteira de crédito em níveis coerentes com o apetite de risco da instituição para cada segmento, e sua gestão rigorosa e abrangente fornece estabilidade para os resultados financeiros, contribuindo na geração de valor e na consolidação da imagem de banco público sólido, integrado, rentável, socialmente responsável e eficiente.

A CAIXA possui políticas, normas e procedimentos, os quais estabelecem as diretrizes básicas de atuação relacionadas ao gerenciamento do risco de crédito e asseguram que a Instituição mantenha uma estrutura de controle compatível com a natureza de suas operações, complexidade dos seus produtos e serviços, atividades, processos, sistemas e a dimensão de sua exposição aos riscos.

As regras aplicáveis aos limites internos associados ao risco de crédito estão alinhadas ao tratamento prudencial brasileiro e às recomendações do Comitê de Basileia para Supervisão Bancária e levam em consideração os elementos críticos associados aos processos, sistemas e pessoas que trazem impacto direto na execução do plano estratégico e nos resultados da Instituição, vinculando-se diretamente à Declaração de Apetite por Riscos – RAS e à Política de Gerenciamento de Risco do Conglomerado CAIXA.

Ademais, as regras e os limites de exposição a riscos vigentes são revisados regularmente, ou sempre que modificações nas condições macroeconômicas, nas condições do mercado financeiro, na estrutura de capital ou na estratégia da CAIXA possam trazer impactos significativos ao risco de crédito.

Assim, a diretriz estratégica de manter a qualidade da carteira de crédito sem comprometer sua expansão, alinhada às políticas de risco e de crédito, exige aprimoramento contínuo dos processos relacionados à estrutura de gerenciamento de risco de crédito.

Risco de mercado

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado implementada na CAIXA estava aderente às determinações das Resoluções CMN nº 3.464/2007 e nº 4.388/2014. Com a publicação da Resolução CMN nº 4.557/2017 que revogou a Resolução CMN nº 3.464/2007, o gerenciamento de risco incorporou como premissa a visão prospectiva, com monitoramento contínuo e integrado dos riscos, considerando o apetite por risco e a importância sistêmica da instituição, a compatibilidade com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, serviços, atividades e processos da instituição.

As atividades de administração do risco de mercado são segregadas e independentes das negociais, de registro e liquidação de operações, de monitoramento de modelos e de auditoria, de forma a evitar conflitos de interesses e a resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

A área de riscos faz a proposta para a revisão da estrutura de apetite a riscos e demais limites e submete à aprovação das instâncias internas de governança de riscos e por fim para aprovação do Conselho de Administração da CAIXA. A comunicação das propostas de revisão dos limites tramita em sistema informatizado interno construído para essa finalidade.

Os resultados dos indicadores de risco de mercado e seus limites são acompanhados diariamente pela área de riscos, pela tesouraria e pela área de finanças responsável pela gestão de ativos e passivos.

Risco de liquidez

A CAIXA mantém estrutura de gerenciamento de risco de liquidez compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos em conformidade ao estabelecido na Resolução CMN nº 4.557/2017.

O risco de liquidez tem como objetivo demonstrar a liquidez da instituição. Os limites definidos para a gestão do risco de liquidez são acompanhados diariamente e, em caso de violação, o PCL pode ser acionado.

Risco operacional

A Resolução CMN nº 4.557/2017 define o risco operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, incluído nesta definição o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e as indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

O gerenciamento do risco operacional considera os fatores internos (pessoas, processos e sistemas) e externos que podem afetar adversamente a realização dos objetivos da CAIXA, e em caráter preventivo gera informações qualitativas associadas às perdas operacionais.

Essas informações estão armazenadas em banco de dados estruturado e hospedadas em servidor de grande porte. São apresentadas por meio de sistema corporativo e sua construção, manutenção e operacionalização estão documentadas em normativos internos.

A gestão do risco operacional integra também a gestão de crise, de segurança da informação e de continuidade dos negócios, atuando esta última frente em possíveis interrupções nos serviços e atividades, como elemento fundamental para o sucesso de qualquer iniciativa de preservação ou recomposição da capacidade de realizar negócios.

Além dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional, também são considerados relevantes os riscos de taxas de jutos das operações não classificadas na carteira de negociação; de crédito de contraparte; de concentração; de estratégia; de imagem/reputação; atuarial; e social, ambiental e climático.

Estrutura de gerenciamento de capital

A Resolução CMN nº 4.557/2017 define o gerenciamento de capital como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, de avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está exposta, e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

A CAIXA reconhece que o gerenciamento de capital é parte integrante e fundamental para o atingimento dos objetivos estratégicos, e possui compreensão abrangente e integrada dos riscos que podem impactar o capital. Considera o seu Plano Estratégico, a Declaração de Apetite por Riscos e os riscos a que está sujeita na avaliação da suficiência de capital, por meio do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital – ICAAP e da elaboração de Plano de Capital para um horizonte mínimo de 3 anos.

Os limites mínimos de capital e regras de distribuição de resultado aderentes ao planejamento de capital da CAIXA são formalizados em documentos específicos, como a Declaração de Apetite por Riscos e outras normas internas, aprovadas periodicamente pelo Conselho de Administração da CAIXA.

A CAIXA prioriza fontes de capital com características (fonte de recurso, prazo e taxas) compatíveis com seus objetivos estratégicos e sua necessidade de capital, visando a otimização da sua estrutura de capital e de sua eficiência operacional.

O Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital – ICAAP está definido na Resolução CMN nº 4.557/2017, que dispõe sobre a Estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital. Os procedimentos e parâmetros relativos ao ICAAP estão normatizados na Circular BACEN nº 3.846/2017.

O ICAAP foi implementado na CAIXA em consonância com o disposto na regulamentação e é objeto de relatório anual, com data-base de 31 de dezembro, validado por unidade independente e aprovado pelo Conselho Diretor e Conselho de Administração antes da disponibilização ao BACEN.

A CAIXA acompanha a suficiência do seu capital por meio da avaliação e mensuração da necessidade de capital para cobertura dos riscos de crédito (inclui o risco de crédito da contraparte e o risco de concentração), mercado, operacional, e de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária; da avaliação da necessidade de capital para cobertura dos demais riscos relevantes, considerando, no mínimo, os riscos de liquidez, estratégia, reputação e socioambiental; e, ainda, por meio da avaliação da necessidade de capital em função dos resultados do programa de testes de estresse.

A elaboração de cenários de estresse parte de uma discussão que visa identificar os eventos que poderiam caracterizar uma situação de estresse capaz de produzir efeitos significativos sobre a economia e sobre a CAIXA. Os eventos são selecionados com base tanto nas expectativas de impactos que esses poderão ter sobre a economia e sobre o negócio da CAIXA, quanto na sua probabilidade de ocorrência.

O resultado do último ICAAP considerando o cenário de normalidade, realizado para data-base dezembro de 2021, apontou que a CAIXA dispõe de capital para fazer frente a todos os riscos materiais e margem de capital relevante, refletindo a capacidade de garantir a solidez patrimonial da instituição.

(a) **Cálculo da exigência de capital regulamentar**

Em conformidade com as Resoluções CMN nº 4.955/2021 e nº 4.958/2021, o cálculo do patrimônio de referência e o cálculo dos requerimentos mínimos de capital consideram o Conglomerado Prudencial.

O quadro a seguir apresenta o detalhamento desses indicadores de capital.

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio de Referência – PR	**130.417.768**	**120.529.287**
Nível I	**107.653.115**	**94.438.894**
Capital Principal – CP	**105.939.874**	**92.725.653**
Patrimônio líquido prudencial (1)	120.533.655	110.018.509
Ajustes prudenciais	(14.593.781)	(17.292.856)
Capital Complementar – CC	**1.713.241**	**1.713.241**
Nível II	**22.764.653**	**26.090.393**
Ativos ponderados pelo risco – RWA	**708.468.784**	**625.604.870**
Risco de crédito – RWACPAD	626.131.534	540.773.799
Risco de mercado – RWAMPAD	6.606.646	7.429.099
Risco operacional – RWAOPAD	75.730.604	77.401.972
Adicional de Capital Principal - ACP	**24.796.407**	**18.768.146**
Patrim. de Referência Mínimo Requerido - PRMR (RWA*Fator F) + ACP	**81.473.910**	**68.816.536**
Risco de mercado – carteira de não negociação - RBAN	**284.995**	**1.910.680**
Margem de capital (PR - PRMR - RBAN)	**48.658.864**	**49.802.071**
Índice de capital principal (CP / RWA)	**14,95%**	**14,82%**
Índice de capital nível I (Nível I / RWA)	**15,20%**	**15,10%**
Índice de Basileia (PR / RWA)	**18,41%**	**19,27%**
Fator F	**8,00%**	**8,00%**

(1) Patrimônio Líquido considera os instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 4.955/2021.

(b) Análise de sensibilidade das posições relevantes

A análise de sensibilidade permite verificar o impacto das variações das taxas de juros sobre os preços dos ativos e passivos, por fator de risco. Estes estudos hipotéticos tornam-se ferramenta de gestão do risco de mercado, possibilitando a definição de medidas de mitigação em caso de concretização de tais cenários, uma vez que as exposições são monitoradas diariamente e movimentos adversos do mercado produzem a imediata atuação das unidades envolvidas no processo visando minimizar eventuais perdas que venham a ocorrer.

Os instrumentos objeto da análise de sensibilidade são aqueles avaliados pelo valor justo, no caso os instrumentos da carteira TVM classificados nas categorias I – Para negociação e II – Disponíveis para venda, conforme categorização da Circular BCB nº 3.068/2001, além dos derivativos financeiros que são avaliados ao valor de mercado conforme Circular BCB nº 3.082/2002.

As flutuações nas taxas de juros, nas taxas cambiais, de preços de ações e preços de mercadorias podem trazer incertezas futuras aos preços dos ativos atrelados a esses fatores de risco contabilizados no balanço patrimonial. A volatilidade dos fatores de risco, portanto, ocasionam volatilidade nos valores contabilizados no balanço patrimonial.

O exercício de análise de sensibilidade captura possibilidades de volatilidade nos fatores de risco e prevê os impactos nos valores contabilizados nos instrumentos financeiros. Contudo valem algumas ressalvas importantes quanto à metodologia do exercício: i – o exercício é aplicado considerando uma composição estática de balanço, ignorando a capacidade de gerenciamento das exposições da instituição. Principalmente para os títulos prefixados da carteira de negociação, a capacidade para proteção(hedge) com a utilização de instrumentos derivativos é alta; ii – não foram aplicados choques ao spread de crédito dos instrumentos financeiros privados ou aos títulos públicos; iii – os instrumentos que são objeto de contabilidade de hedge (hedge accounting) e seus respectivos instrumentos de hedge não estão no escopo do exercício, pois a CAIXA acompanha sistematicamente a efetividade dessas estruturas que de certa forma estão imunes à choques nos fatores de risco.

Destaca-se que os instrumentos que não são avaliados ao valor justo no balanço patrimonial, como os instrumentos de TVM categoria III – Mantidos até o vencimento, as disponibilidades, as aplicações/captações interfinanceiras de liquidez, as operações de crédito, os depósitos bancárias, os depósitos especiais, bem como outros instrumentos no balanço que são sujeitos ao risco de variação das taxas de juros têm seus riscos identificados, mensurados, monitorados, mitigados e reportados à governança de riscos da CAIXA em arcabouço próprio de gerenciamento de riscos, consubstanciados na Resolução CMN nº 4.557/2017 e Circular BCB nº 3.876/2019, e portanto não fazem parte do presente exercício. As sensibilidades desses instrumentos são analisadas e monitoradas, e a instituição separa parte de seu capital para o enfrentamento das perdas decorrentes das variações desses fatores de risco. As informações para esses riscos constam do relatório de Pilar III, disponível no sítio da CAIXA na internet.

As análises de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Alta Administração, ao qual a CAIXA estava exposta, incluíram todas as operações relevantes com instrumentos financeiros e consideraram as maiores perdas em cada um dos cenários a seguir:

Cenário I: Cenário provável considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;

Cenário II: Cenário eventual que considera um choque paralelo multiplicativo de 25% ao cenário I para o fator de risco Cupom SELIC Títulos Públicos e aditivo de 1% para os demais fatores de risco;

Cenário III: Cenário eventual que considera um choque paralelo multiplicativo de 50% ao cenário I para o fator de risco Cupom SELIC Títulos Públicos e aditivo de 2,5% para os demais fatores de risco;

Cenário IV: Cenário eventual que considera um choque paralelo multiplicativo de 50% ao cenário I para o fator primitivo de risco Cupom SELIC Títulos Públicos e aditivo de 5% para os demais fatores de risco;

Cenário V: Cenário eventual que considera um choque paralelo multiplicativo de 0,75% ao cenário I para o fator primitivo de risco Cupom SELIC Títulos Públicos e subtrativo de 1% para os demais fatores de risco;

Cenário VI: Cenário eventual que considera um choque paralelo multiplicativo de 0,5% ao cenário I para o fator primitivo de risco Cupom SELIC Títulos Públicos e subtrativo de 2,5% para os demais fatores de risco; e

Cenário VII: Cenário eventual que considera um choque paralelo multiplicativo de 0,25% ao cenário I para o fator primitivo de risco Cupom SELIC Títulos Públicos e subtrativo de 5% para os demais fatores de risco.

Os resultados dos instrumentos financeiros apurados em 31/12/2022 estão sintetizados no quadro a seguir:

Fator de Risco	Cenário I - MtM R$ mil	Choque de Alta nas Taxas de Juros: Cenário II Var. MtM R$ mil	Cenário III Var. MtM R$ mil	Cenário IV Var. MtM R$ mil	Choque de Baixa nas Taxas de Juros: Cenário V Var. MtM R$ mil	Cenário VI Var. MtM R$ mil	Cenário VII Var. MtM R$ mil
CDI	88.943.541	(1.643.112)	(4.012.777)	(7.726.595)	1.696.483	4.346.735	9.067.995
Pré	11.862.077	(80.377)	(197.336)	(383.122)	82.370	209.789	432.955
Cupom IPCA	1.112.449	(38.531)	(92.985)	(175.633)	40.440	104.935	223.732
Cupom TR	1.345.045	(75.466)	(175.907)	(315.254)	83.293	225.196	517.820
Cupom SELIC	120.640.664	(119.122)	(237.966)	(356.534)	119.400	239.079	359.038
Cupom IGPM	12.980	(658)	(1.557)	(2.855)	709	1.880	4.164
TAXA DE EXPOSIÇÃO	**223.916.756**	**(1.957.266)**	**(4.718.528)**	**(8.959.993)**	**2.022.695**	**5.127.614**	**10.605.704**
Variação %		**-0,87%**	**-2,11%**	**-4,00%**	**0,90%**	**2,29%**	**4,74%**

Valor justo

Considerando o conceito de valor justo, quando não houver preço cotado em mercado ativo disponível para um instrumento financeiro e também não seja possível identificar operações recentes com instrumento financeiro similar, a CAIXA define o valor justo de instrumentos financeiros com base em metodologias de apreçamento praticada pelo mercado, como o método do valor presente obtido pelo fluxo de caixa descontado, e assumindo pressupostos como a adoção de um spread de crédito a partir do rating de crédito do emissor, a inclusão de um modelo de resgate antecipado por taxa de desconto definida na construção de árvore binomial de probabilidade (para instrumentos com possibilidade de resgate antecipado) ou de outras técnicas de avaliação.

Pelo método do valor presente de avaliação de instrumentos financeiros, os fluxos de caixa futuros projetados com base nos índices de rentabilidade dos instrumentos são descontados a valor presente considerando-se os fluxos de juros, pagamento de principal e curvas de desconto.

O *spread* de crédito visa ajustar o preço com base na percepção de mercado ou interna sobre a situação do emissor de um determinado instrumento na data do balanço.

O modelo de construção de árvore binomial de probabilidade de Hull é utilizado para avaliar instrumentos privados com cláusula de resgate antecipado.

O IFRS 7 especifica uma hierarquia de técnicas de avaliação com base no critério utilização de dados observáveis ou não observáveis.

Dados observáveis refletem informações obtidas no mercado via fontes independentes e os dados não observáveis refletem as premissas de mercado utilizadas pela Instituição.

Estes dois tipos de dados criaram a seguinte hierarquia de valor justo:

- Nível 1 – preços cotados (não ajustados) nos mercados de ativos para ativos e passivos idênticos. Este nível inclui títulos listados e instrumentos de dívida em negociação na bolsa de valores, mercadorias e futuros, por exemplo.
- Nível 2 – outros dados observáveis para ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivada de preços), exceto os do nível 1, incluindo a maioria dos contratos de balcão de derivativos, empréstimos negociados e emissão de dívida estruturada.
- Nível 3 – dados para mensurar o ativo ou passivo que não se baseiam em informações de mercado observáveis (dados não observáveis). Este nível inclui instrumentos de patrimônio e dívida composto significativamente por dados não observáveis.

Os métodos e pressupostos descritos acima podem resultar em um valor justo que não indique o valor realizável líquido de um instrumento em uma operação específica, dadas as condições de mercado. No entanto, a CAIXA acredita que os métodos e pressupostos adotados são apropriados às características contratuais de cada instrumento e consistentes com as melhores práticas de mercado. Além disso, a aplicação de métodos ou o uso de pressupostos diferentes na apuração do valor justo pode gerar outros resultados de valor justo na data do balanço, dado que esses instrumentos são naturalmente sensíveis aos métodos e pressupostos assumidos dadas as suas características contratuais.

Os insumos para coleta de dados, que compõem o processo de formação de preço dos instrumentos, como fonte primária, são obtidos das seguintes fontes:

- Mercado secundários de títulos públicos federais: ANBIMA;
- Cotações de ações, preços e ajustes de contratos futuros, taxas de mercado para swap, taxa DI: B3 S.Al – Brasil, Bolsa, Balcão.

Hierarquia do valor justo

INDIVIDUAL – Ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no balanço patrimonial

	31/12/2022 Valor contábil	Valor justo	Níveis de valor justo: Nível 1	Nível 2	Nível 3
ATIVO					
Ativos Financeiros	**1.541.677.896**	**1.376.164.251**	**212.286.381**	**1.152.522.680**	**11.355.190**
Depósitos compulsórios no Banco Central	103.890.058	96.868.154	-	96.868.154	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	124.832.354	123.026.343	-	123.026.343	-
Títulos e Valores Mobiliários	239.478.788	223.955.416	212.286.381	313.845	11.355.190
Instrumentos financeiros derivativos	551.384	551.384	-	551.384	-
Carteira de crédito	1.012.173.119	875.266.787	-	875.266.787	-
Outros ativos financeiros	60.752.193	56.496.167	-	56.496.167	-
PASSIVO					
Passivos Financeiros	**1.389.769.078**	**1.362.418.173**	**-**	**823.662.710**	**538.755.463**
Recursos de instituições financeiras e outras	629.291.222	679.023.998	-	679.023.998	-
Recursos de clientes	601.982.476	537.590.463	-	-	537.590.463
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	157.330.380	144.638.712	-	144.638.712	-
Instrumentos financeiros derivativos	1.165.000	1.165.000	-	-	1.165.000

CONSOLIDADO – Ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no balanço patrimonial

	31/12/2022 Valor contábil	Valor justo	Níveis de valor justo: Nível 1	Nível 2	Nível 3
ATIVO					
Ativos Financeiros	**1.543.547.080**	**1.378.107.196**	**212.286.381**	**1.153.616.340**	**12.204.475**
Depósitos compulsórios no Banco Central	103.890.058	96.868.154	-	96.868.154	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	124.832.354	123.026.343	-	123.026.343	-
Títulos e Valores Mobiliários	240.094.361	224.804.701	212.286.381	313.845	12.204.475
Instrumentos financeiros derivativos	551.384	551.384	-	551.384	-
Carteira de crédito	1.013.271.878	876.216.442	-	876.216.442	-
Outros ativos financeiros	60.907.045	56.640.172	-	56.640.172	-
PASSIVO					
Passivos Financeiros	**1.353.300.770**	**1.329.184.397**	**-**	**790.430.403**	**538.753.994**
Recursos de instituições financeiras e outras	628.372.474	678.386.151	-	678.386.151	-
Recursos de clientes	601.981.087	537.588.994	-	-	537.588.994
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	121.782.209	112.044.252	-	112.044.252	-
Instrumentos financeiros derivativos	1.165.000	1.165.000	-	-	1.165.000

Nota 34 – Resultado recorrente e não recorrente

Conforme Resolução BCB n° 2/2020 destacamos a seguir o resultado recorrente e não recorrente, líquido dos efeitos fiscais:

Evento	INDIVIDUAL 2022 2º semestre	2022 Exercício	2021 Exercício
Lucro Líquido Contábil (a)	**5.493.435**	**9.458.459**	**15.848.435**
Eventos Não Recorrentes (b)	**2.313.722**	**2.313.722**	**7.152.939**
PDVE (1)	-	-	97.404
CAIXA Seguridade (2)	-	-	4.742.586
Banco PAN (3)	-	-	1.862.799
Lucro na venda de imóveis - FII CAIXA Agências (4)	-	-	135.650
CAIXA Cartões (5)	-	-	314.500
Desreconhecimento de obrigações IHCD (6)	2.155.047	2.155.047	-
Venda de participações societárias CNP Consórcios (7)	158.675	158.675	-
Despesas Impactadas pelos Eventos (c) (8)	**(1.173.059)**	**(1.173.059)**	**(2.503.757)**
Resultado Não Recorrente (d = b + c)	**1.140.663**	**1.140.663**	**4.649.182**
Resultado Recorrente Regulatório (e = a - d)	**4.352.772**	**8.317.796**	**11.199.253**

Evento	CONSOLIDADO 2022 2º semestre	2022 Exercício	2021 Exercício
Lucro Líquido Contábil (a)	**5.399.803**	**9.774.203**	**17.268.262**
Eventos Não Recorrentes (b)	**1.745.668**	**1.745.668**	**7.152.939**
PDVE (1)	-	-	97.404
CAIXA Seguridade (2)	-	-	4.742.586
Banco PAN (3)	-	-	1.862.799
Lucro na venda de imóveis - FII CAIXA Agências (4)	-	-	135.650
CAIXA Cartões (5)	-	-	314.500
Desreconhecimento de obrigações IHCD (6)	1.505.251	1.505.251	-
Venda de participações societárias CNP Consórcios (7)	240.417	240.417	-
Despesas Impactadas pelos Eventos (c) (8)	**(1.169.402)**	**(1.169.402)**	**(2.343.295)**
Resultado Não Recorrente (d = b + c)	**576.266**	**576.266**	**4.809.644**
Resultado Recorrente Regulatório (e = a - d)	**4.823.537**	**9.197.937**	**12.458.618**

- **2022**

(6) Receita relativa ao desreconhecimento do passivo de juros e atualização monetária do contrato nº 504/PGFN/CAF do IHCD (Nota 17).

(7) Ganho com a venda de participações societárias na CNP Consórcios pela CAIXA Seguridade, reconhecido proporcionalmente à participação societária indireta detida pela CAIXA (Nota 11).

(8) Despesas impactadas pelos eventos incluem efeitos tributários, de despesas de PLR e de IHCD sobre os itens não recorrentes.

- **2021**

(1) Reversão de despesas relacionadas a programas de incentivo ao desligamento de empregados.

(2) Ganho decorrente de alteração da participação relativa apurada sobre investimentos da CAIXA Seguridade, em função da conclusão de operação de parcerias societárias, no montante de R$ 1.472.418. Compreende também o ganho com a venda das ações da CAIXA Seguridade, em R$ 3.270.168.

(3) Ganho decorrente da venda das ações do Banco Pan.

(4) Lucro na venda de imóveis com a integralização de cotas do Fundo de Investimento Imobiliário CAIXA Agências por meio de subscrição ao Fundo.

(5) Ganho em virtude da formação de nova parceria societária da CAIXA Cartões Holding S.A. ("CAIXA Cartões"), nos termos do acordo com o consórcio composto pelos parceiros VR BENEFÍCIOS e FLEETCOR.

(8) Despesas impactadas pelos eventos incluem efeitos tributários, de despesas de PLR e de IHCD sobre os itens não recorrentes.

CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA **FAZENDA**

Nota 35 – Outras informações

(a) Ativos de Fundos de Investimento administrados pela CAIXA

Descrição (1)	31/12/2022	31/12/2021
Fundos de investimento financeiro	411.204.498	352.961.172
Fundos de investimento em cotas - FIC (2)	304.080.030	291.895.979
Fundos de ações	31.777.026	32.526.871
Total	**747.061.554**	**677.384.022**

(1) A informação apresentada não é auditada pela auditoria independente.

(2) Inclui Fundos de aplicação em cotas, que não são considerados no ranking ANBIMA.

Nota 36 – Eventos subsequentes

A Caixa Seguridade Participações S.A informou em fato relevante divulgado no dia 27 de janeiro de 2023 que concluiu a alienação da totalidade da participação societária detida pela Companhia na CNP Participações em Seguros Ltda. ("Holding Saúde", anteriormente denominada CNP Seguros Participações em Saúde Ltda.), que detém as participações na Companhia de Seguros Previdência do Sul ("Previsul") e na CNP Capitalização S.A. ("CNP Cap"), pelo valor total de R$ 166.776 mil conforme previsto em Contrato celebrado em 13 de setembro de 2022 entre a Companhia e a CNP Assurances S.A.

A CAIXA reconheceu em suas Demonstrações Contábeis de 31/12/2022 os impactos de evento subsequente divulgado na mídia em janeiro de 2023 relativo a caso específico de grupo de empresa de grande porte que entrou em recuperação judicial, reforçando por sua vez a provisão para créditos de liquidação duvidosa que em 31/12/2022 alcançou o montante de 249 milhões, que representa o provisionamento de 50% da carteira em virtude da deterioração do risco de crédito.

Maria Rita Serrano
Presidenta

Eduardo Falk Antonio
Vice-presidente em exercício

Henriete Alexandra Sartori Bernabé
Vice-presidente

Mônica dos Santos Monteiro
Vice-presidente

Rogério Saab
Vice-presidente em exercício

Tiago Cordeiro de Oliveira
Vice-presidente em exercício

Marcos Brasiliano Rosa
Vice-Presidente de Finanças e Controladoria
Respondendo cumulativamente pela DE Contadoria e Controladoria
Nos termos da Portaria 0799/2023 - PRESI

Juliana Grigol Fonsechi
Superintendente Nacional
Contadora CRC/DF 020734/O-3-DF

Eduardo Krieger Scherer
Vice-presidente em exercício

Matheus Neves Sinibaldi
Vice-presidente em exercício

Rodrigo Souza Wermelinger
Vice-presidente em exercício

Saulo Farhat Paiva
Vice-presidente em exercício

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA
31 DE DEZEMBRO DE 2022

1. Introdução

O Comitê de Auditoria da CAIXA Econômica Federal (COAUD ou Comitê), órgão estatutário vinculado diretamente ao Conselho de Administração (CA), exerce suas funções de forma unificada para a Instituição Financeira CAIXA (CAIXA) e para as subsidiárias que adotaram o regime de COAUD único: CAIXA Loterias S.A. e CAIXA *Asset.* O COAUD tem como principais responsabilidades o monitoramento do processo de elaboração e da qualidade das demonstrações contábeis, da efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos e da efetividade e independência das auditorias interna e independente. O Comitê atua de forma permanente, com autonomia e independência, como órgão de assessoramento sem poder decisório ou funções executivas. Suas atribuições são definidas pela Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), pelo Decreto nº 8.945/2016, pela Resolução CMN nº 4.910/2021, pelo Estatuto Social da CAIXA, e por seu Regimento Interno, disponível no *site* http://www.caixa.gov.br.

2. Responsabilidades

A Administração da CAIXA é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis, com base em processos e controles capazes de garantir sua qualidade e integridade. A Administração também é responsável por gerir os riscos, manter o sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades em atendimento às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna, diretamente subordinada ao CA, inclui, entre seus trabalhos regulares, a verificação da qualidade e aderência dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos existentes e o cumprimento de políticas e normativos definidos, inclusive aqueles com impacto na elaboração das demonstrações contábeis.

A KPMG Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas da CAIXA, devendo opinar se elas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da instituição, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de CAIXA, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

O Comitê Independente de Riscos e Capital (CORIS) assessora o CA em suas funções relativas à gestão de riscos e de capital, de acordo com as atribuições da Resolução CMN nº 4.557/2017.

O processo de supervisão efetuado pelo COAUD baseia-se nas informações recebidas da Administração, nas apresentações realizadas pelas diversas áreas de negócio e de suporte, no resultado do trabalho dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pela elaboração das demonstrações contábeis, gerenciamento de riscos, corregedoria, ouvidoria, controles internos e conformidade, além das próprias análises decorrentes da atuação direta de supervisão e monitoramento do Comitê.

3. Atividades do período

O Regimento Interno prevê que o Comitê se reúna, ordinariamente, no mínimo 4 vezes por mês, conforme calendário anual aprovado e, extraordinariamente, por convocação de seu Presidente. Em cumprimento ao Plano Anual de Trabalho de 2022, aprovado pelo CA, o Comitê reuniu-se em 59 ocasiões entre 1° de janeiro de 2022 e 31 de dezembro de 2022. Nas diversas reuniões realizadas nestas oportunidades abordou, em vista da natureza de suas atividades, assuntos relacionados a controles internos, conformidade, gerenciamento de riscos, contabilidade e tributos, controladoria, resultado atuarial, ouvidoria, canal de denúncias, corregedoria, e tecnologia da informação (TI). O Presidente do Comitê participou de reuniões do Comitê Independente de Riscos e Capital (CORIS), buscando alinhamento e evitando duplicidade de trabalho entre os colegiados. O Presidente, como membro do Conselho e Administração, participou também de todas as reuniões do CA da CAIXA, conforme previsto no Art. 69, §1º do Estatuto da CAIXA, apresentando os posicionamentos e recomendações do Comitê em matérias que lhe são correlatas.

I - Órgãos reguladores e de controle

O COAUD tomou conhecimento do resultado das inspeções e apontamentos dos órgãos reguladores e de controle, bem como das respectivas providências adotadas pela Administração para seu atendimento, interagindo com a Auditoria Interna e a área de Riscos e Controles Internos sobre o *follow-up* desses apontamentos.

O Comitê participou de reuniões semestrais com representantes dos Departamentos de Supervisão Bancária (DESUP) e de Supervisão de Conduta (DECON) do BACEN.

II - Auditoria Interna

Em reuniões com a equipe de Auditoria Interna, o COAUD acompanhou o cumprimento do Plano Anual da Auditoria Interna (PAINT), e tomou conhecimento das conclusões e recomendações resultantes dos trabalhos executados.

III - Auditoria Independente

O Comitê também avalia anualmente a objetividade e independência dos auditores independentes, a qualidade e efetividade dos trabalhos realizados e seu relacionamento com o Comitê.

Os Principais Assuntos de Auditoria (PAA) foram relacionados a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, mensuração da provisão Fundos de Compensação de Valores (FCVS), provisões para contingências Fiscais, Cíveis e Trabalhistas, benefícios pós-emprego, realizações do Crédito Tributário, e ênfase relacionada a controles de Tecnologia da Informação (TI).

IV - Controles internos, conformidade e gerenciamento de riscos

O Comitê realizou reuniões com as áreas responsáveis com o objetivo de acompanhar: os aspectos relativos à qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos existentes, e os processos de verificação do cumprimento, pela Administração, dos dispositivos legais e regulamentares e das normas internas, assim como a evolução da implementação da cultura de risco e do Programa de Integridade da CAIXA.

V - Ouvidoria

Durante o período, o Comitê manteve reuniões com a Ouvidoria da instituição para acompanhamento da efetividade dos canais de atendimento e do Relatório Semestral da Ouvidoria, elaborado em consonância com o Artigo 12 da Resolução CMN nº 4.860/2020.

VI - Corregedoria

Com o gestor da Corregedoria, em diversas reuniões, acompanhou as apurações relacionadas às denúncias disciplinares de dirigentes da alta administração da Instituição que são encaminhadas ao CA, assim como acompanhou as atividades do Canal de Denúncias.

VII - Demonstrações Contábeis

CAIXA

O Comitê revisou as Demonstrações Contábeis da CAIXA, individuais e consolidadas, para o semestre findo em 31 de dezembro de 2022, o Relatório da Administração e a minuta do Relatório dos Auditores Independentes, emitido sem ressalva. Durante o exercício e até a data de emissão deste relatório, reuniu-se com os auditores independentes e responsáveis pela elaboração dessas demonstrações para discussão de práticas e temas contábeis relevantes.

VIII - Outras atividades

Em complemento às atividades descritas anteriormente, como parte dos trabalhos inerentes às suas atribuições, o Comitê esteve envolvido no acompanhamento, junto às áreas responsáveis, dos seguintes assuntos durante o exercício 2022: (i) os processos relativos à avaliação da coerência das premissas e cálculos atuariais dos planos de previdência e de cobertura dos planos de saúde da CAIXA; (ii) as provisões para os passivos contingentes trabalhistas, tributários e cíveis, e adequação normativa ao CPC 25; (iii) a estratégia para sanar a dependência tecnológica da CAIXA em relação empresa UNISYS, referente ao sistema que administra praticamente a totalidade dos produtos de Crédito Imobiliário; (iv) a carteira de crédito, quanto à inadimplência e à Provisão para Devedores Duvidos (PDD), assunto acompanhado em conjunto com o CORIS; (vi) acompanhamento do atendimento às exigências da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e (vii) aplicação das medidas de consequências.

Durante o período, os membros do Comitê participaram de atividades em temas relacionados às suas responsabilidades/atuações, conforme preconiza a Lei nº 13.303/2016.

Conclusão

O Comitê de Auditoria, em razão das atividades desenvolvidas no período e ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações decorrentes do escopo de sua atuação, considerando a necessidade de melhorias da estrutura de tecnologia da instituição e dos respectivos controles, concluiu que:

i) os sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos da CAIXA revelam crescente nível de melhoria, contribuindo para sua efetividade, pelas mudanças que estão ocorrendo;

ii) a auditoria interna mostra-se efetiva, atuando com adequada independência e objetividade;

iii) a auditoria independente é efetiva e não foram identificadas situações que pudessem comprometer sua independência;

iv) todos os assuntos pertinentes que chegaram ao seu conhecimento estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Contábeis da CAIXA, individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas da minuta do Relatório dos Auditores Independentes, emitido sem ressalva, recomendando a sua aprovação pelo Conselho de Administração da CAIXA.

Brasília, 17 de março de 2023.

BRENO DO CARMO MOREIRA VIEIRA

CLARICE COPPETTI

LEONARDO BORDEAUX REGO MACHADO

RICARDO MAGALHÃES GOMES
Presidente

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos

Administradores, Acionistas e ao Conselho de Administração da

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Brasília – DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Caixa Econômica Federal ("CAIXA"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Caixa Econômica Federal em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas ". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Estes assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3 (h) e 9 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a CAIXA registrou em 31 de dezembro de 2022, R$ 46.427.588 mil (individual e consolidado) de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para a carteira de crédito, que compreendem, as operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito.

Para determinar a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito a CAIXA classifica as operações de crédito, adiantamento sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito em nove níveis de risco ("ratings"), do "AA" (risco mínimo) ao "H" (risco máximo) de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 e observando a avaliação periódica da CAIXA, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores, e aos garantidores. Adicionalmente, a CAIXA realiza provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 utilizando-se da metodologia de perda esperada, adotada na gestão de risco de crédito da CAIXA.

Devido à relevância da carteira de crédito e do montante de provisão para perdas associadas ao risco de crédito, às incertezas e o grau de julgamento inerentes à classificação das operações de crédito em níveis de riscos, bem como à complexidade dos métodos e premissas utilizados na determinação da provisão complementar, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho e da efetividade operacional, por amostragem, dos controles internos chave, manuais e automatizados, relacionados aos processos de: (i) aprovação e registro da s operações de crédito; e (ii) definição, aprovação e aplicação das principais premissas e julgamentos utilizados na classificação das operações de crédito em níveis de risco ("ratings");

- Avaliação, com base em amostragem, se a CAIXA atendeu aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 tais como: (i) análise dos dados que suportam a definição e revisão dos ratings dos clientes e operações pela CAIXA, tais como a proposta de crédito, informações financeiras e cadastrais, reestruturações operações e/ou financeiras e garantias, verificando a aderência desta atribuição de rating em relação às políticas internas da CAIXA, incluindo os ratings internos complementares aos indicados na referida Resolução; e (ii) análise do cálculo aritmético da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito das operações de crédito, incluindo a aplicação pela CAIXA dos ratings mínimos em relação aos dias em atraso, atribuição do pior rating para operações de um mesmo cliente ou grupo econômico e manutenção do rating anterior para casos de renegociação/recuperação do crédito; e

- Avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, especificamente relacionadas aos critérios para determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis o saldo de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022.

Reconhecimento e mensuração dos passivos contingentes e provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3 (q) e 19 (b) das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a CAIXA é parte demandada em processos judiciais e administrativos de natureza tributária (fiscal), cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de seus negócios, com as respectivas provisões registradas no montante de R$ 12.707.778 mil (individual e consolidado).

Parte dessas provisões foram constituídas considerando: (i) a análise individualizada realizada por advogados internos da CAIXA para as ações relevantes, baseada na repercussão econômica dos pedidos feitos pelo autor, ponderada pela situação do expediente e jurisprudência predominante em causas similares, para determinar a probabilidade de perda e valor estimado de condenação; ou (ii) modelo estatístico massificado para ações trabalhistas que consiste na mensuração da probabilidade e do impacto do resultado desfavorável à CAIXA.

Devido a relevância dos montantes e as incertezas e julgamentos envolvidos na determinação da probabilidade de perda e valor estimado de condenação das ações relevantes analisadas individualmente, e do método estatístico massificado utilizado na mensuração das provisões relacionadas as ações trabalhistas a, incluindo as divulgações requeridas de passivos contingentes, consideramos que este é assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho e da efetividade de certos controles internos relacionados à: (i) avaliação sobre os modelos massificados utilizados na mensuração da provisão para passivos contingentes; (ii) revisão da estimativa da probabilidade de perda e do valor atribuído às ações relevantes analisadas de forma individualizada pelos advogados internos da CAIXA; e (iii) análise retrospectiva sobre a suficiência de provisão pela CAIXA, bem como a avaliação dos métodos, dados e premissas que suportam as provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas;

- Avaliação, com o auxílio dos nossos profissionais com conhecimentos em estatística, da metodologia estatística massificada utilizada na mensuração da provisão de ações trabalhistas e recalculo da referida de acordo com os critérios estabelecidos;

- Para as ações relevantes (análise individualizada), avaliação, por meio de amostragem estatística e seleção de itens específicos, dos estudos técnicos preparados pelos consultores jurídicos internos da CAIXA, com a fundamentação para definição da probabilidade de perda e valor estimado de condenação dos processos, e avaliação da consistência das informações dos estudos técnicos por meio de consultas nos sites dos tribunais. Para uma seleção específica, envolvemos nossos especialistas jurídicos que nos auxiliaram na avaliação dos méritos técnicos e da documentação suporte para definição da probabilidade e estimativa de perda;

- Avaliação, da suficiência de provisão para as ações fiscais, cíveis e trabalhistas, através do histórico de desembolso em relação aos respectivos valores de provisão, intensificando as análises em relação ao entendimento de casos individualmente relevantes que tenham divergido em relação ao valor provisionado; e

- Avaliação da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, especificamente relacionadas aos critérios de determinação da probabilidade de perda e valor estimado de condenação das ações relevantes analisadas individualmente, e do método estatístico massificado utilizado na mensuração das provisões relacionadas as ações trabalhistas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a avaliação do reconhecimento e da mensuração das provisões relacionadas as ações relevantes analisadas individualmente, e a avaliação da mensuração das ações trabalhistas analisadas por critério estatístico massificado, bem como as divulgações e mensuração dos passivos contingentes, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022.

Mensuração das provisões dos benefícios pós-emprego

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3 (r) e 21 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a CAIXA é patrocinadora de planos de aposentadoria, pensão, saúde complementar e auxílio/cesta- alimentação disponibilizados a seus empregados, dirigentes, aposentados e pensionistas. Parte relevante destes planos são classificados como planos de benefício definido, cujos valores são relevantes no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e a mensuração desses passivos requer a utilização de técnicas atuariais e julgamento na definição de premissas, tais como: taxa de desconto, taxa de inflação e tábuas de mortalidade.

Devido à complexidade e julgamento na mensuração dos passivos atuariais e ao impacto relevante que eventuais mudanças nas referidas premissas teriam sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, consideramos que este é um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho e efetividade dos controles internos chave relacionados à definição e aprovação das premissas utilizadas para mensuração dos passivos atuariais;

- Análise, com auxílio de nossos especialistas atuariais, da razoabilidade e sensibilidade das premissas, que incluem taxa de desconto, taxa de inflação e tábuas de mortalidade, utilizadas e informadas nos relatórios atuariais dos planos de benefícios relevantes, assim como a adequação dos valores do passivo atuarial e recálculo de planos selecionados. Adicionalmente, analisamos por meio de amostragem, se as informações relevantes cadastradas na base de dados utilizada pelos os atuários externos no cálculo das provisões dos benefícios pós-emprego estavam completas e precisas; e

- Avaliação da adequação das divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, especificamente quanto à análise de sensibilidade do valor líquido de passivo de benefício definido em relação às premissas atuariais utilizadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração dos passivos atuariais no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022.

Avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3 (i) e 20 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a CAIXA registrou créditos tributários nos valores de R$ 54.041.488 mil e R$ 54.043.069 mil (individual e consolidado) referentes a prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

A constituição dos créditos tributários é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudos técnicos e análises realizadas pela CAIXA. Os créditos tributários originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição enquanto a realização dos créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributáveis. A expectativa de realização dos créditos tributários está baseada em projeções de lucros tributários futuros que requerem a aplicação de julgamento por parte da Administração da CAIXA na utilização de premissas.

Devido ao alto grau de julgamento necessário na avaliação das premissas relevantes que são consideradas na projeção de lucros tributáveis futuros, e ao impacto relevante que eventuais mudanças nessas premissas teriam sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho e efetividade dos controles internos chave referentes a elaboração e aprovação do estudo de realização dos créditos tributários preparados pela CAIXA, de acordo com as projeções de lucros tributáveis futuros;

- Com auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas: (i) avaliamos as premissas consideradas nas projeções de lucros tributáveis futuros preparadas pela CAIXA considerando se estão consistentes com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas, e se são fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado; (ii) Recalculamos os valores incluído no estudo técnico de realização dos créditos tributários;

- Envolvimento dos nossos especialistas em impostos para revisão da base de constituição dos créditos tributários; e

- Avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, especificamente à expectativa de realização de créditos tributários.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável os saldos de créditos tributários registrados, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022.

Mensuração das provisões para créditos junto ao Fundo de Compensação de Variação Salarial – FCVS

Conforme descrito nas notas explicativas nº 10 (b) das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a CAIXA possui créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) no montante líquido de R$ 32.234.742 mil (individual e consolidado), e provisão FCVS a receber no montante de R$ 8.285.262 mil (individual e consolidado).

A realização dos créditos cobertos pelo FCVS, depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação especifica e segue um processo de novação (emissão de títulos por parte da União). A metodologia para o cálculo da provisão dos contratos a serem ressarcidos pelo FCVS, visa capturar o risco vinculado ao recebimento dos ativos, considerando principalmente, a possibilidade de sinistro para as operações cobertas pelo FCVS, independentemente da sua fase no processo de novação (Não Habilitados, Habilitados Não Homologados, Homologados, Negativa de Cobertura, Novados Não Baixado), devido à eventual insuficiência de documentação comprobatória conforme requerido pelas regras em vigor.

Devido ao alto grau de julgamento para determinação do método e das premissas utilizadas para mensuração destas provisões, consideramos este assunto como um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados à revisão e aprovação da metodologia de cálculo da provisão para créditos junto ao FCVS, processamento e contabilização das provisões;

- Avaliação, com o auxílio dos nossos profissionais com conhecimento em estatística, dos métodos e premissas através de: (i) análise se a metodologia permite capturar a possibilidade de sinistro para as operações cobertas pelo FCVS para todas as fases do processo de novação ; e (ii) teste sobre a precisão matemática dos cálculos efetuados para determinar a provisão para créditos junto ao FCVS;

- Avaliação, por meio de amostragem, das informações de dados contratuais e fases do processo de novação utilizadas no cálculo da provisão para créditos junto ao FCVS, bem como confronto dos saldos contábeis; e

- Avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, especificamente relacionadas aos critérios de mensuração das provisões para créditos junto ao FCVS.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis os saldos das provisões para crédito junto ao FCVS no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto referentes ao semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Ambiente de Tecnologia da informação

O ambiente de tecnologia da CAIXA possui processos de gerenciamento de acessos e de mudanças nos sistemas e aplicativos, de desenvolvimento de novos programas, além de controles internos automatizados nos diversos processos relevantes. Para manter suas operações em funcionamento, a CAIXA fornece acesso a sistemas e aplicações para seus funcionários, levando em consideração as funções executadas por eles e sua estrutura organizacional. Os controles para autorizar, monitorar, restringir e/ou revogar os respectivos acessos a esse ambiente devem prover segurança razoável de que os acessos e as atualizações das informações sejam efetivados de forma íntegra e precisa e pelos profissionais apropriados, para mitigar o potencial risco de fraude ou erro decorrentes de acesso indevido ou mudança em um sistema ou informação, e para garantir a integridade das informações financeiras e dos registros contábeis.

Devido a elevada dependência da CAIXA de seus sistemas de tecnologia, do alto volume de transações processadas diariamente, e da importância dos controles de acesso e de gerenciamento de mudança nos seus sistemas e aplicativos para planejar a natureza, época e extensão de nossos procedimentos de auditoria, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Com auxílio de nossos profissionais de tecnologia da informação (i) testamos o desenho e a efetividade operacional, bem como controles compensatórios de certos controles internos chave de acesso a sistemas e aplicações, tais como de autorização de novos usuários, de revogação de usuários desligados e de revisão dos usuários ativos; (ii) efetuamos testes, com base em amostragem, sobre informações relevantes extraídas de determinados sistemas para elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas; (iii) nas áreas em que, pelo nosso julgamento, existe uma alta dependência de tecnologia da informação, nossos testes incluíram também, a avaliação das políticas de senhas, das configurações de segurança e de controles internos sobre desenvolvimentos e mudanças em sistemas e aplicativos; e (iv) quando identificamos controles internos chave para o processo de relatório financeiro e demais processos relevantes automatizados ou com algum componente dependente de sistemas e aplicações, testamos o desenho, a implementação e a efetividade operacional desses controles.

As evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos nos permitiram considerar as informações extraídas de determinados sistemas para planejar a natureza, época e extensão de nossos testes substantivos no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da CAIXA, e apresentada como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da CAIXA. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

POLÍTICA INTERNACIONAL / Presidente dos Estados Unidos inicia visita de três dias à República da Irlanda, país de seus antepassados. Antes, em Belfast, celebra os 25 anos de paz na Irlanda do Norte e pede o desbloqueio das instituições

Joe Biden volta às origens

Em uma viagem carregada de nostalgia familiar, o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, desembarcou ontem em Dublin, na República da Irlanda, onde foi recebido pelo primeiro-ministro Leo Varadkar, após rápida passagem pela Irlanda do Norte. Apesar do caráter sentimental da visita, o líder americano, que esta semana admitiu a intenção de concorrer à reeleição, reforçou o pedido feito horas antes em Belfast pelo fim da paralisação política norte-irlandesa, no momento em que os 25 anos de paz no país são celebrados .

"Espero que o Executivo e a Assembleia (da Irlanda do Norte) sejam restabelecidos em breve", disse Biden ao discursar na Universidade de Belfast, num apelo aos líderes dos principais partidos locais para que retomem o governo, bloqueado desde fevereiro do ano passado, devido às consequências do Brexit. O chefe da Casa Branca também afirmou que manter o acordo de paz que pôs fim a três décadas de violência é uma prioridade para os Estados Unidos.

O histórico pacto da Sexta-Feira Santa, assinado em 1998, encerrou o conflito entre os nacionalistas pró-irlandeses, majoritariamente católicos e favoráveis a uma reunificação, e os unionistas pró-britânicos, majoritariamente protestantes e que desejam permanecer no Reino Unido. Biden assinalou que a paz e a estabilidade devem ser preservadas sempre, antes de recordar que a invasão do Capitólio em 6 de janeiro de 2021 provou que, em cada geração, "a democracia precisa de campeões".

A violência de três décadas de conflito deixou 3,5 mil mortos e algumas feridas permanecem abertas, como demonstrou na segunda-feira um incidente na cidade fronteiriça de Londonberry, onde jovens encapuzados lançaram bombas incendiárias contra viaturas da polícia.

Críticas

Ainda em Belfast, Joe Biden se reuniu com o primeiro-ministro britânico, Rishi Sunak, que declarou que as relações entre Londres e Washington estão em "grande forma". Lideranças do Partido Unionista Democrático (DUP) — que se nega a participar do governo norte-irlandês — não pensam da mesma maneira e criticaram a visita do presidente dos EUA.

Para o deputado Sammy Wilson, do DUP, Biden é "antibritânico" e externou apoio à União Europeia (UE) nas negociações pós-Brexit. "Qualquer pressão de uma administração americana tão claramente pró-nacionalista não constitui nenhuma pressão para nós", acrescentou Nigel Dodds, também membro do partido unionista.

Em entrevista à emissora BBC, o ex-primeiro-ministro britânico Tony Blair, que chegou ao poder em 1998, advertiu que o governo americano precisa ser "cuidadoso e sensível" com os unionistas. Conselheira do presidente democrata, Amanda Sloat rebateu as afirmações. "As atividades passadas do presidente mostram que não é antibritânico", disse ela, reconhecendo o orgulho que o democrata nutre por sua ancestralidade irlandesa.

O mandatário americano, de 80 anos, fala frequentemente de suas raízes irlandesas, lembrando do que seus antepassados foram buscar uma vida melhor nos EUA no século 19. A Casa Branca, inclusive, divulgou uma árvore genealógica para a imprensa. Como vice de Barack Obama, ele também visitou a Irlanda.

Desta vez, Biden destinou um tempo da viagem para visitar regiões onde genealogistas encontraram vestígios de seus ancestrais. Em Ballina, de onde seus antepassados emigraram, fugindo da fome, para se radicarem na Pensilvânia, está previsto um discurso para milhares de pessoas. O democrata vai se reunir ainda com seu homólogo Michael D. Higgings, e falará nas duas câmaras do Parlamento irlandês, antes de retornar a Washington.

"É maravilhoso. É como voltar para casa", disse o presidente dos EUA em Dundalk, no nordeste da República da Irlanda. Na saída de um tradicional pub da cidade, Biden confraternizou com os locais que desafiaram o mau tempo para vê-lo, conversando, dando apertos de mãos e posando para fotos. "Quando você está aqui, se pergunta por que partir", destacou, numa referência a seus antepassados.

Para analistas políticos, ao visitar seu passado, Joe Biden exibe uma mensagem sobre a intenção de disputar a reeleição em 2024: demonstrar para a classe média dos EUA que o "sonho americano" não morreu, apresentando-se como descendente de uma família modesta e trabalhadora.

AFP

O líder norte-americano (D) acena para populares ao sair de restaurante em Dundalk, cidade entre Belfast e Dublin

> **É maravilhoso. É como voltar para casa"**
>
> ***Joe Biden,*** *presidente dos EUA*

Diferentemente de seu principal adversário, o ex-presidente Donald Trump, que já se colocou na condição de pré-candidato republicano, Biden evita um anúncio formal sobre a reeleição. Na segunda-feira passada, ele confirmou, em entrevista a um programa da emissora NBC, que pretende disputar um segundo mandato. "Eu planejo concorrer, Al (Al Roker, âncora da NBC), mas não estamos preparados para anunciar ainda", disse.

As declarações do democrata foram dadas dias depois de Trump se apresentar à Justiça de Nova York para ouvir as acusações no processo sobre pagamento de propina à estrela do cinema pornô Stormy Daniels, com quem teria tido um affair. Com isso, o magnata se tornou o primeiro ex-presidente dos EUA a ser denunciado criminalmente.

Expoentes do Partido Democrata já sinalizaram apoio à nova candidatura de Biden. Apesar disso, não há uma previsão para formalização da candidatura. Pesquisa de opinião realizada no mês passado mostra uma grande rejeição à reeleição, que teria o apoio de pouco mais de 30% dos norte-americanos.

"O presidente deixou claro que pretende concorrer, e seu foco é terminar o trabalho que está fazendo para as famílias americanas: continuar trazendo a manufatura de volta do exterior, reduzindo ainda mais o déficit fazendo com que ricos interesses especiais paguem sua parte justa e permanecendo por direitos fundamentais como a liberdade de escolha", assinalou Andrew Bates, porta-voz da Casa Branca, em entrevista à CNN. "Nunca houve um prazo para qualquer anúncio", acrescentou.

Exame de sangue pode acusar risco de metástase

Fluido contém variações genéticas que ajudam a definir quando e para onde um tumor vai se espalhar, segundo cientistas britânicos. Grupo chegou à conclusão ao avaliar a evolução do câncer de pulmão, durante nove anos, em mais de 800 pessoas

» PALOMA OLIVETO

Evitar que as células doentes cresçam e se infiltrem em outros órgãos é a chave do sucesso do tratamento de câncer. Porém, ainda não é possível prever se isso vai acontecer. Agora, de acordo com pesquisadores da Inglaterra, a ciência está mais próxima de rastrear, com um exame de sangue, o risco de recorrência e espalhamento do tumor. Assim, os médicos poderiam desenvolver, a tempo, estratégias para evitar a metástase, principal causa das mortes pela doença em todo o mundo.

Em uma série de sete artigos publicados, ontem, nas revistas *Nature* e *Nature Medicine*, os cientistas descrevem como alterações no DNA das células cancerígenas permitem antecipar o comportamento dessas estruturas. Isso inclui saber quando e onde podem ocorrer as metástases. Além de adaptar o tratamento em tempo real para evitar que o câncer atinja outras partes do corpo, os médicos teriam a oportunidade de avaliar melhor o risco de retorno da doença depois da cirurgia de retirada do tumor.

A pesquisa que deu origem aos artigos foi realizada em pacientes com câncer de pulmão, mas os cientistas afirmam que as descobertas, fruto de nove anos de trabalho, podem ser aplicadas a outros tumores, como de pele ou rim. Esse é o primeiro estudo de longo prazo que avalia a evolução da doença e incluiu mais de 800 pessoas que participaram de ensaios clínicos, além de 250 pesquisadores de 13 hospitais do Reino Unido.

"O câncer não é estático, e a forma como tratamos os pacientes também não deveria ser", diz o líder da pesquisa, Charles Swanton, do Instituto Francis Crick, em Londres. "O que torna o projeto TRACERx particularmente poderoso é que ele trata os tumores como 'ecossistemas' em constante mudança, compostos por diversas populações de células cancerígenas", diz.

Segundo o cientista, ao observar o tumor em sua totalidade, é possível descobrir como essas populações de células interagem e até competem entre si, ajudando a obter informações sobre a probabilidade de um tumor retornar e quando isso pode acontecer. "Também podemos observar a probabilidade de o tumor evoluir com o tempo, de se espalhar e como responderá ao tratamento, oferecendo esperança a milhões de pacientes no futuro."

Wikemedia Commons/Divulgação

Câncer de pulmão: diferentes conjuntos de células compõem um mesmo tumor. Possibilidade de intervenções precoces e mais eficazes

Padrões

Nos sete estudos, os pesquisadores do Instituto Crick e da Universidade College London acompanharam 421 dos 842 participantes do TRACERx desde o momento em que foram diagnosticados para monitorar como os tumores mudaram ao longo do tempo. Os pacientes tinham câncer de pulmão de células não pequenas (NSCLC), o tipo mais comum, e a doença que mais mata no mundo.

Entre as principais descobertas, está a de que os tumores podem ser formados por conjuntos diferentes de células cancerígenas, que carregam genes em constante mudança. Quanto mais diversos forem, maior a probabilidade de o câncer retornar em um ano de tratamento. Alguns padrões de alterações do DNA tumoral indicam o próximo passo da doença. "Esses padrões podem indicar aos médicos quais partes de um tumor podem crescer e se espalhar para outras partes do corpo no futuro", diz Swanton. Segundo o pesquisador, exames de sangue podem ser usados para monitorar essas variações genéticas em tempo real, ajudando a detectar os primeiros sinais de que a doença está retornando ou que não está respondendo ao tratamento.

Outra descoberta foi a de que a diversidade genética das populações de células dentro de um tumor não resulta apenas de alterações no DNA, mas também da forma como os genes são expressos. Nesse caso, os pesquisadores sugerem que os médicos que tratam de pacientes com câncer de pulmão podem intervir precocemente, identificando aqueles cuja doença corre maior risco de retornar após a cirurgia e seguir com tratamento adicional, para prevenir a reincidência.

Os pesquisadores também observaram mais de perto como o câncer de pulmão se espalhou nos pacientes. Eles identificaram quais células cancerígenas tinham maior probabilidade de serem responsáveis pela metástase no futuro, porque elas eram mais propensas a abrigar determinadas mudanças em seus genes. Isso indica que a estrutura tem um risco maior de deixar o tumor e se mover para outras partes do corpo, onde, então, forma um novo tumor.

Sem biópsia

Os cientistas pesquisaram se poderiam rastrear mudanças no tumor e as características de sua diversidade genética sem a necessidade de cirurgia ou biópsias, um tipo de procedimento médico invasivo que envolve a coleta de uma amostra de tecido. Ao analisar o DNA liberado na corrente sanguínea das células tumorais, conhecido como DNA tumoral circulante (ctDNA), descobriram que a presença de ctDNA no sangue antes ou depois da cirurgia sugeria que a doença tinha grande probabilidade de retornar.

"Atualmente, a melhor opção que temos para monitorar o tumor de um paciente é extrair o tecido por meio de uma biópsia ou durante uma cirurgia. Ambas são opções invasivas e demoradas que nos dão uma visão limitada de como esse tumor está se comportando em um determinado momento", explica Iain Foulkes, pesquisador do Cancer Research UK, uma das instituições que financia o estudo.

De acordo com Foulkes, a presença de DNA tumoral no sangue não é o único indicador de que o câncer pode se espalhar ou voltar. Os pesquisadores também constataram que os padrões microscópicos criados pelo arranjo das células tumorais estão ligados ao risco de retorno da doença. O projeto segue, agora, com novas análises para avançar ainda mais na compreensão do risco de metástase, diz.

Esmo/Divulgação

"Também podemos observar a probabilidade de o tumor evoluir com o tempo, de se espalhar e como responderá ao tratamento, oferecendo esperança a milhões de pacientes no futuro."

Charles Swanton,
líder do estudo e pesquisador do Instituto Francis Crick

Palavra de especialista

Evolução "bestial"

"O trabalho é fascinante e muito robusto. Nos últimos anos, percebemos como tumores que nos pareciam a mesma doença, vistos ao microscópio, apresentavam alterações genéticas diferentes e, portanto, podiam ser tratados de maneira diferente com maior sucesso. Além disso, aprendemos que um tumor é heterogêneo e nem todas as células cancerígenas dentro do mesmo tumor são iguais. Essa diversidade, essa heterogeneidade intratumoral, permite que algumas células sobrevivam a alguns tratamentos e sejam sensíveis a outros. No câncer, a evolução darwiniana ocorre de maneira 'bestial'. A 'seleção natural' das células tumorais é adaptar-se ao microambiente, evitar o sistema imunológico e resistir a novos tratamentos para sobreviver, crescer e progredir."

Alberto J. Schuhmacher,
chefe do Grupo de Oncologia Molecular do Instituto Aragonês de Pesquisa em Saúde, na Espanha

Diagnóstico precoce do Parkinson

Um simples exame de sangue poderá, no futuro, diagnosticar precocemente a doença de Parkinson e ajudar a rastrear os tratamentos mais eficazes para cada paciente. Até hoje, nenhum teste bioquímico consegue determinar, de forma conclusiva, a presença da doença, definida com base em sintomas clínicos e na avaliação, post mortem, de características cerebrais.

Em um artigo publicado na revista *The Lancet Neurology*, pesquisadores da Universidade da Pensilvânia, nos Estados Unidos, descrevem uma técnica que identifica o mal neurodegenerativo em pessoas em risco e com sintomas não motores ainda no início da patologia. O estudo, com 1.123 participantes, mostra que o método, chamado amplificação de sementes de alfa-sinucleína (Syn-SAA), é altamente preciso para o diagnóstico.

A técnica identifica o acúmulo de depósitos anormais de proteínas ligadas à enfermidade, detectando, com acurácia, a complicação. Segundo os autores, o resultado sugere que a abordagem pode ser usada para diagnosticar indivíduos em risco antes do surgimento dos sintomas. A presença de agregados da proteína alfa-sinucleína mal dobrada no cérebro é a marca patológica do Parkinson e pode ser vista em dissecações de cérebros de pessoas que morreram com o problema.

"A identificação de um biomarcador eficaz para a patologia da doença de Parkinson pode ter implicações profundas na forma como tratamos a doença, possibilitando diagnosticar pessoas mais cedo, identificar os melhores tratamentos para diferentes subconjuntos de pacientes e acelerar os ensaios clínicos", disse, em nota, ao coautor principal, Andrew Siderowf. "Além disso, nossos resultados indicam que a alfa-sinucleína mal dobrada é detectável antes que o dano dopaminérgico no cérebro esteja prestes a ser observado por imagem, sugerindo a disseminação dessas proteínas antes que ocorra dano neuronal substancial", acrescenta Luis Concha, também coautor do estudo.

Em um comentário publicado na *The Lancet*, as professoras Daniela Berg e Christine Klein, do Hospital Universitário Schleswig-Holstein, na Alemanha, destacaram a importância da descoberta de que a Syn-SAA pode detectar sinais precoces de doenças. "Os autores mostraram que pessoas com doença de Parkinson e portadores de mutações não manifestas tinham agregação anormal de alfa-sinucleína antes de qualquer outra alteração clínica ou biomarcadora detectável, uma descoberta que estabelece as bases para um diagnóstico biológico da doença." Para elas, trata-se de "um divisor de águas no diagnóstico, pesquisa e tratamentos da doença de Parkinson". (**PO**)

LUIS ROBAYO

Técnica identifica o acúmulo de depósitos anormais de proteínas ligadas à doença

NASA

Impressa em 3D, casa vai simular vida em Marte

Residentes ajudarão a preparar a missão tripulada ao planeta: planos de usar a tecnologia fora da Terra

BILL STAFFORD NASA-JSC HOUSTON TEXAS/Divulgação

À primeira vista, parece uma casa comum, com quatro quartos e uma academia. Mas, na verdade, é uma casa criada com uma impressora 3D e pensada para que, a partir de junho, quatro pessoas vivam ali confinadas durante um ano, simulando a vida no planeta Marte. O habitat, chamado Mars Dune Alpha, foi revelado pela Agência Espacial Norte-Americana (Nasa) e está localizado nas instalações de pesquisa do Centro Espacial Johnson, em Houston, Texas. Aqueles que residirem lá ajudarão a preparar uma futura missão ao planeta vermelho.

A casa de 160 metros quadrados inclui uma fazenda vertical para cultivo de vegetais, uma sala dedicada a procedimentos médicos, uma área de relaxamento e estações de trabalho. Há também uma porta que leva a uma área de simulação do ambiente marciano. No chão de areia vermelha, há uma estação meteorológica, uma pequena estufa e uma esteira, onde os voluntários caminharão suspensos por correias. "Não podemos fazê-los andar em círculos por seis horas", brinca Suzanne Bell, gerente de programa do Laboratório de Desempenho e Saúde Comportamental da Nasa. Ela explica que essa área replicará o esforço e o tempo necessários para a atividade física em Marte.

Sob estresse

Os nomes dos voluntários ainda não foram divulgados, mas não serão astronautas. Eles estarão sob estresse regularmente, com restrições de água ou falhas de equipamento, por exemplo. A casa foi toda impressa em 3D. "Esta é uma das tecnologias que a Nasa está buscando para, potencialmente, construir habitats na superfície de outros planetas ou na Lua", diz Grace Douglas, pesquisadora que supervisiona o experimento.

A Nasa prepara uma viagem de ida e volta a Marte, mas ainda faltam vários detalhes. A missão, que duraria vários anos, poderia ocorrer "no fim da década de 2030", segundo o administrador da agência, Bill Nelson.

PM encontrou o agressor de arma em punho e revidou

Murillo Samuel não aceitava o término do relacionamento

Cristina foi assassinada em sua casa, em Planaltina

Feminicídio faz a nona vítima no DF

Cristina de Sousa Santos, 32 anos, morreu após ser baleada pelo ex-companheiro Murillo Samuel Muniz de Jesus, 26, contra o qual tinha medida protetiva. Ele foi flagrado cometendo o crime e levou um tiro da Polícia Militar

» JÚLIA ELEUTÉRIO
» DARCIANNE DIOGO

O Distrito Federal registrou o nono caso de feminicídio, em 2023. Na madrugada de ontem, Cristina de Sousa Santos, 32 anos, morreu após ser baleada pelo ex-companheiro no Conjunto T, da Estância 1, em Planaltina. Murillo Samuel Muniz de Jesus, 26, foi à casa da vítima em mais uma tentativa de reatar o relacionamento.

A Polícia Militar foi acionada para atender um chamado de agressão. Ao chegarem ao local, os PMs flagraram Murillo efetuando os disparos. Para contê-lo, os agentes deram ordem de parada, mas ele se virou para a equipe com a pistola em punho e atirou. Os policiais revidaram e uma bala acertou a cabeça dele. Até o fechamento desta edição, Murillo permanecia internado em estado grave, no Hospital Regional de Planaltina (HRP). Cristina levou quatro tiros na perna esquerda, nos braços e no tórax. Ela foi transportada com hemorragia interna também para o HRP. mas não resistiu aos ferimentos.

Quando denunciou Murillo por agressão e obteve a medida protetiva, Cristina relatou que a relação durou nove anos, mas nunca moraram juntos. Eles estavam separados havia cerca de dois meses, tinham uma filha de 8 anos e o agressor não aceitava o fim da relação.

O caso é investigado pela 16ª Delegacia de Polícia (Planaltina). Em posse do autor, havia uma pistola, calibre .765, uma algema de metal e um laudo médico em nome dele. No carro, a PM encontrou cerca de R$ 4,7 mil.

Ao **Correio**, vizinhos lamentaram o ocorrido. "É um crime muito brutal e absurdo", disse um morador do conjunto onde morava Cristina, que preferiu não se identificar. Ele relatou ter ouvido os disparos por volta da meia-noite. Assustado, olhou pelo portão da residência e viu as luzes da viatura da polícia. "Eu saí e vi um corpo próximo ao portão. Muito triste", lamentou. O morador não conhecia Cristina. "Acho que ela morava na rua há pouco tempo", comentou.

Outra moradora, que também pediu para não ter o nome divulgado, contou que via Cristina na academia da região. "Ela sempre ia malhar e, algumas vezes, vi ele (Murillo) atrás dela, sempre muito insistente", relembrou. Ela lamentou a tragédia. "Se acabou o relacionamento, o homem tem que aceitar e seguir em frente. Agora, acabou com a vida dela e com uma família."

Redes sociais

Outras oito mulheres foram vítimas de feminicídio em 2023

Cristina foi agredida e ameaçada em outras ocasiões pelo ex-companheiro. Ela denunciou o fato às autoridades em 27 de março deste ano

Três perguntas para

Mariana Nery, advogada especialista em direito da mulher e em gênero

Como a Justiça e a segurança pública podem ser mais rígidas em relação ao crime de Feminicídio?

O Brasil é um país regido pelo patriarcado, machismo e sexismo, um exemplo disso foi a demora na aprovação da Lei Maria da Penha. Diante disso, a Justiça e a segurança pública podem ser mais rígidas em relação ao crime de feminicídio aplicando a lei corretamente. Infelizmente, não é esse o cenário que vemos atualmente. As leis de proteção à mulher não têm surtido o efeito desejado. Afinal, de nada adianta a palavra escrita se não existirem pessoas dispostas a cumpri-las. A vítima tem medo de denunciar por vários motivos: desde dependência financeira até medo de perder os filhos, de ser agredida ou morta e, também, de ser revitimizada nas delegacias e no Judiciário. Se a polícia, o Judiciário e as políticas públicas de proteção à vítima, como a Casa da Mulher Brasileira, funcionassem, os números de feminicídio seriam bem menores.

Mesmo com medida protetiva, mulheres continuam sendo vítimas dos agressores e, em alguns casos, até morrem. Nesse sentido, de que forma as mulheres podem ser amparadas para que tenham a segurança garantida?

As mulheres vão até a delegacia, fazem a denúncia e imediatamente são criados dois diferentes processos. Um em que a polícia apura as violências sofridas e o da medida protetiva. Muitas vítimas não entendem essa diferença e elas ficam muito perdidas. Ligam para elas para avisar, mas ninguém explica que precisam, no caso de descumprimento, avisar ao juiz imediatamente para que ele possa aplicar as penalidades. Uma medida protetiva que o agressor vê, descumpre e isso e não tem consequência nenhuma, ele vai continuar fazendo. Então, é importante trazer ao juízo. Essa mulher precisa da Defensoria Pública ou de uma advogada para falar para o juiz que a medida foi quebrada, para que sanções sejam aplicadas. (Descumprir decisão judicial que defere medidas protetivas de urgência previstas tem pena prevista em lei de três meses a dois anos).

E se nenhuma dessas alternativas funcionar?

Caso nada funcione, essa mulher deve se afastar de casa, tentar ficar com amigos e parentes, até perceber que o agressor não está mais evoluindo nas agressões perpetradas.

Medida protetiva

Murillo estava proibido de se aproximar de Cristina e de manter contato com ela, devido à medida protetiva. Em depoimento à Justiça, a vítima relatou que havia sido agredida pelo autor outras vezes, mas não registrou ocorrência até 27 de março deste ano, quando Murillo entrou na casa dela e a chamou para conversar, insistindo para reatar o relacionamento e oferecendo carona.

Segundo relato da vítima, ela se recusou a conversar e a aceitar a carona. Murillo a agarrou pelo braço e tentou esganá-la. Ao gritar por socorro, o ex-companheiro a soltou. Depois disso, Cristina chamou a PM, mas Murilo havia fugido do local quando os policiais chegaram.

A vítima disse, ainda, que o ex-companheiro ia quase todos os dias na casa dela para insistir que reatassem. No depoimento, ela revelou que Murillo sempre ameaçava: "Ela não será de mais ninguém".

» Força-tarefa

Em fevereiro, foi criada uma força-tarefa no DF para propor políticas públicas voltadas à prevenção do feminicídio. Em 3 de abril, o grupo, coordenado pela Secretaria da Mulher, apresentou um relatório elencando 37 ações de curto, médio e longo prazos, entre elas, a instalação de mais quatro Casas da Mulher Brasileira e um atendimento de saúde específico para as vítimas de violência.

» Botão do pânico

O aplicativo Viva Flor tem um botão do pânico, que permite acionar a polícia com um toque e é disponibilizado mediante autorização judicial. O outro é o Dispositivo Móvel de Proteção à Pessoa — um aparelho fica com a vítima e o agressor com uma tornozeleira eletrônica. O equipamento alerta a polícia quando a medida é violada.

Onde pedir ajuda

» **Ligue 190:** Polícia Militar

» **Ligue 197:** Polícia Civil

» **E-mail:** denuncia197@pcdf.df.gov.br

» **WhatsApp:** (61) 98626-1197

» **Site:** *pcdf.df.gov.br/servicos/197/violencia-contra-mulher*

» **Ligue 180:** Central de Atendimento à Mulher. A denúncia pode ser feita de forma anônima, 24h por dia, todos os dias

Delegacias de Atendimento à Mulher (Deam): funcionamento 24 horas por dia, todos os dias

» **Deam 1:** atende todo o DF, exceto Ceilândia
Endereço: EQS 204/205, Asa Sul.
Telefones: 3207-6172 / 3207-6195 / 98362-5673
E-mail: *deam_sa@pcdf.df.gov.br*

» **Deam 2:** atende apenas Ceilândia
Endereço: St. M QNM 2, Ceilândia
Telefones: 3207-7391 / 3207-7408 / 3207-7438

MINISTÉRIO PÚBLICO

Promotorias nas regiões administrativas do DF
Endereços disponíveis no site do Ministério Público: *mpdft.mp.br/portal/index.php/promotorias-de-justica-nas-cidades*

DEFENSORIA PÚBLICA DO DF

» **Núcleo de Assistência Jurídica de Defesa da Mulher (Nudem)**

Endereço: Fórum José Júlio Leal Fagundes, Setor de Múltiplas Atividades Sul, Trecho 3, Lotes 4/6, BL 4 Telefones: (061) 3103-1926 / 3103-1928 / 3103-1765
WhatsApp (61) 999359-0032.
Disque Defensoria: telefone 129, ramal 02

NÚCLEOS DO PRÓ-VÍTIMA

» Há oito unidades de atendimento: Brasília, Ceilândia, Guará, Paranoá, Planaltina, Recanto das Emas, Itapoã e Taguatinga.
» Os endereços podem ser consultados no site da Secretaria de Justiça: *sejus.df.gov.br/pro-vitima/*

Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | *severinofrancisco.df@dabr.com.br*

Ataques a escolas

Na UnB, ontem, fizeram uma ameaça de "massacre" em um dos banheiros da Faculdade de Comunicação. O autor era um aluno da própria Faculdade, identificado pelas câmeras de segurança e preso. No Ceará, em Farias Brito, a 58 km de Juazeiro do Norte, um estudante de 14 anos atacou e feriu dois alunos na tarde de ontem. É uma das faces do nazismo jeca instalado nos últimos quatro anos no país.

O lugar de onde emana esse movimento são as redes sociais. Em reunião com representantes das grandes corporações virtuais, o ministro da Justiça Flávio Dino apresentou ao menos 550 páginas do Twitter que faziam apologia à violência nas escolas e pediu que fossem retiradas do ar pela empresa. O representante do Twitter respondeu que não poderia, pois a mensagem não fere os termos de uso da plataforma.

Se fazer apologia à violência nas escolas não for uma ação de barbárie não sei mais o que é crime. O primado da liberdade de expressão não pode ser escudo para cometer delitos. E se articular golpe de Estado, fazer campanha negacionista de vacina, propagar mensagens racistas, difundir o ideário nazista, espalhar mentiras sobre a política não ferirem os termos de uso da plataforma?

Algumas mentiras podem ser inocentes, tolas ou sem maiores consequências, mas afirmar que vacina provoca aids é algo perigoso. Da mesma maneira que incitar a violência nas escolas leva ou pode levar à morte de alunos e professores, como é possível constatar pelo noticiário recente. Em nome da liberdade de expressão, as redes sociais têm se omitido ou compactuado com atividades delituosas. Procurado pela imprensa para se explicar, o Twitter inseriu uma resposta automática com o emoji de cocô.

É uma atitude cínica, animada pela certeza da impunidade, de quem se imagina acima da lei porque têm muito dinheiro, dinheiro ganho à custa de exploração da mentira, do ódio e da violência.

Quer dizer, eles estão ignorando e andando se crianças e professores são esfaqueados em escolas. Essa situação é insustentável. A omissão das grandes corporações se confunde com a cumplicidade.

O Ministro da Justiça, Flavio Dino, anunciou que o governo publicará, brevemente, uma portaria estabelecendo multas pesadas para as plataformas que não exercerem um filtro sobre publicações propagadoras de mensagens de apologia à violência nas escolas. As multas seriam aplicadas pela Senacon (Secretaria Nacional do Consumidor).

Na década de 1980, o fotógrafo italiano Oliviero Toscani propôs que se criasse um tribunal de Nuremberg para julgar os crimes da publicidade. Pois bem, pode estar chegando o momento de se estabelecer uma instância semelhante para apurar os delitos das grandes corporações de comunicação virtual.

Em suas redes tramaram-se golpes, articularam-se conspirações contra a democracia, foram deflagradas campanhas negacionistas das vacinas, incitou-se o ódio, proclamou-se o culto às armas e os ataques covardes e boçais às escolas. Já passou da hora de civilizar esse espaço bárbaro que constrói fortunas à custa do negócio criminoso de propagar a mentira, cultivar o ódio e propagar a violência. Civilizar as redes sociais é uma tarefa urgente e inadiável.

INVESTIGAÇÃO / Sara Carlos de Morais Silva, 14 anos, saiu de casa, em Taguatinga Norte, na manhã de 16 de janeiro de 2022, dizendo que iria ao shopping, mas nunca mais voltou. Mãe quer encontrar garota, viva ou morta

Mistério perto do fim

» DARCIANNE DIOGO

"Toda vez que escuto um barulho no corredor penso que pode ser ela chegando." As palavras são de uma mãe que há 1 ano e 2 meses busca notícias da filha desaparecida. Sara Carlos de Morais Silva, 14 anos, saiu de casa, em Taguatinga Norte, em 16 de janeiro de 2022, dizendo que iria a um shopping de Ceilândia com uma amiga. Ela nunca mais foi vista. A história do desaparecimento da garota foi revelada em detalhes pelo **Correio Braziliense** há três meses e se aproxima do capítulo final. O principal suspeito pelo sumiço da menina está preso em São Paulo e será trazido ao DF.

Em janeiro deste ano, o **Correio** publicou a reportagem "Desaparecimento e suspeita de assassinato: onde está Sara Morais, 14 anos?", que revelou detalhes inéditos de fatos que antecederam o sumiço da adolescente, inclusive uma suspeita de estupro cometido pelo homem preso em São Paulo, até então conhecido como Fernando. As equipes da 17ª Delegacia de Polícia (Taguatinga Norte), encarregadas pelo caso, descobriram que, na verdade, o homem chamava-se Jailton Silva dos Santos e era foragido da Justiça desde 2013 por um roubo cometido em Brazlândia.

Jailton e Sara se conheceram em uma festa na região da Estrutural. O homem era dono de uma empresa de limpeza de estofados e convidou a garota para ajudá-lo no serviço. Ana Cleide Carlos de Morais, 47, mãe de Sara, relembra que Jailton esteve na casa dela para pedir autorização para que Sara trabalhasse com ele. "Ele chegou à noite, de boné, todo acuado e, aparentemente, demonstrando ser uma boa pessoa. Sentou na mesa e disse que queria ajudar nossa família. Como a Sara não queria estudar, vi uma boa oportunidade para ela trabalhar. Aqui (em casa), ele jantou e passou toda essa imagem de bom moço", relata a empregada doméstica.

O serviço começaria logo no dia seguinte. Sara chegou a trabalhar com o suspeito e, ao término do expediente, foi convidada por Jailton para ir à casa dele, onde teria um aniversário. No dia seguinte, a adolescente contou à irmã que havia ocorrido algo de estranho na residência. "Ela contou que havia sido estuprada, mas não queria registrar boletim de ocorrência por medo. Sugeri irmos à delegacia, mas ela estava com receio", afirmou Vânia Morais, 21.

Arquivo pessoal/PCDF

Suspeito foi preso em São Paulo e apresentou contradições em depoimento. Polícia Civil do DF aguarda transferência dele para Brasília

Após o episódio do suposto estupro, Sara parou de visitar a Estrutural e se afastou de alguns amigos. Tornou-se, segundo a mãe, uma adolescente reclusa, trancada no quarto e amedrontada. "A Sara relatava que não podia aparecer na Estrutural, que o pessoal queria pegar ela, caso a encontrasse. Mas ela nunca falava e desabafava nada para mim", diz a mãe.

A mãe de Sara vive sob efeito de remédios. "Não perdi a esperança". "Quero encontrar minha filha viva ou morta. Não quero que escondam nada de mim, só isso que peço. É muito sofrimento. Eu estou levando a situação, mas não dá para se conformar", frisa.

Prisão

As investigações da PCDF revelaram que Jailton passou a se esconder em São Paulo após o desaparecimento de Sara ganhar notoriedade na mídia. O **Correio** apurou que, em depoimento prestado na delegacia de São Paulo, o suspeito negou envolvimento no sumiço da menina, mas admitiu conhecê-la. Contou, ainda, que certa vez a levou em casa após uma festa. Os policiais, no entanto, notaram contradições na versão contada. "Uma testemunha negou que ele tenha levado ela (Sara) para a casa. Sabemos que ele mentiu e isso só corrobora para que ele seja o principal suspeito desse sumiço", frisou o delegado Mauro Aguiar, chefe da 17ª DP.

Outras ocorrências que acusam Jailton por estupro surgiram após o desaparecimento da Sara. Uma das vítimas relatou, pelas redes sociais, ter sofrido uma tentativa de homicídio. Segundo a jovem, ao sair de uma boate, foi abordada pelo suspeito, que insistiu que ela fosse com ele a uma "after". Após a recusa, de acordo com a vítima, Fernando a segurou com força e os dois entraram em luta corporal. "Quando ele viu que não conseguiria me levar, pegou uma pedra e bateu contra a minha cabeça, me deixando tonta no chão e falando que iria me matar. Depois que fiquei tonta no chão, ele pediu para eu ir com ele ou morrer. Fingi que iria com ele e depois consegui fugir e fui à delegacia", detalha.

Jailton morava na Estrutural, mas chegou a residir em algumas casas de Vicente Pires. O **Correio** apurou que duas vítimas do suspeito contaram à polícia que, ao irem na casa dele, sentiram um forte odor no quintal da casa dele.

O imóvel ainda não foi identificado pela polícia. De acordo com o delegado, a divulgação da foto de Jailton pode ajudar na localização do endereço em Vicente Pires e de possíveis outras vítimas feitas por ele. "As diligências continuam no intuito de comprovar autoria e eventual paradeiro da jovem desaparecida. A ajuda da população, especialmente dos moradores de Vicente Pires, é crucial para acharmos essa casa e comprovar ou descartar qualquer coisa. As denúncias podem ser feitas pelo número 197 de maneira anônima", concluiu.

Obituário

Envie uma foto e um texto de no máximo três linhas sobre o seu ente querido para: SIG, Quadra 2, Lote 340, Setor Gráfico. Ou pelo e-mail: *cidades.df@dabr.com.br*

Sepultamentos realizados em 12 de abril de 2023

» Campo da Esperança

Geraldo Borges Souto, 74 anos
Geraldo Rodrigues Prado, 95 anos
Joana Miranda de Araújo, 60 anos
Juscelino Lopes Ribeiro, 60 anos
Karla Barbosa Ferreira Lima, 51 anos
Norma Feliciano da Silva, 67 anos

» Taguatinga

Derani Madalena de Sousa Rodrigues, 42 anos
Edivaldo Pereira da Cunha, 46 anos
Francisco Florêncio Pires, 86 anos
Joao Ferreira de Almeida, 72 anos
Leonidia Lucavei, 71 anos
Lúcia Angelita Soares, 66 anos
Luna Oliveira Dias, 30 anos
Maria da Glória Conceição, 87 anos
Maria do Carmo Pereira Santana, 73 anos
Maria Tereza da Silva Freire, 68 anos
Angela Maria Ferreira dos Santos, Menos de 1 ano
Nicolas Vieira Fernandes, 1 ano
Valdir Fernandes de Jesus, 34 anos

» Gama

Anselmo da Silva Bastos, 62 anos
Baltazar Francisco de Brito, 78 anos
Cleonice Alves dos Santos, 60 anos
Ryan Filipe Pereira Rocha, Menos de 1 ano

» Planaltina

Angelica Garcia, 42 anos
Antonio Valdir Martins da Silva, 52 anos
Manoel Alvino dos Santos, 66 anos
Maria Licor de Souza, 84 anos
Maria Luisa Alves de Sousa, 69 anos
Raimunda de Oliveira Souza, 99 anos
Vicenca de Carvalho, 84 anos

» Brazlândia

Antonio Beserra da Silva, 55 anos

» Sobradinho

Maria Dalva Souto Miranda, 74 anos
Sônia Maria Evangelista, 66 anos

» Jardim Metropolitano

Heitor Santos de Araújo, Menos de 1 ano
Wilmar Albuquerque, 82 anos
Raquel Ana de Brito Noleto, 44 anos

Eixo Capital

ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

Ed Alves/CB/DA.Press

Saneamento aproxima Ibaneis do governo Lula

Integrantes do Palácio do Planalto dizem que a relação do presidente Lula com o governador Ibaneis Rocha esfriou desde os atos golpistas de 8 de janeiro. Não há um clima de confronto, mas apenas distanciamento. Mas, aos poucos, o cenário pode mudar. Ibaneis esteve no Planalto na assinatura dos decretos que alteraram a lei sobre o tema. Em seguida, o governador elogiou a medida vista com certa resistência no Congresso, por se tratar de mudanças nas regras de contratos do Poder Público com empresas de saneamento, por meio de decreto, sem a aprovação de uma nova lei.

Eficiência

No Distrito Federal, o novo marco legal do saneamento não tem grande impacto porque o setor tem resultados muito positivos. A Caesb possui atualmente o Contrato de Concessão em situação regular, com validade até 2032. O contrato foi ajustado em 2022 para incluir as metas de universalização expressas pelo novo marco legal. Mas aqui 99% da população é atendida com água tratada, 92,31% com acesso à coleta de esgoto, e 100% de índice de tratamento do efluente, resultados esses que já superam as metas de universalização requeridas pela Lei do Saneamento.

Distrital apresenta tabela com piso para enfermagem no DF

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

A deputada distrital Dayse Amarilio (PSB) disponibilizou em suas redes sociais a tabela elaborada pela Secretaria de Saúde, que servirá para nortear a implementação do piso dos técnicos de enfermagem e enfermeiros do Distrito Federal. Os valores foram levantados em resposta a um requerimento de informações apresentado pela distrital para a secretaria. Segundo a parlamentar, nacionalmente, a proposta será encaminhada ao Congresso por meio de um projeto de lei, não mais como medida provisória. "A tabela é um cálculo que a secretaria de Saúde entende como o reajuste deve ser aplicado no DF. Para que seja efetivo, a gente precisa que o governador regulamente, quando acontecer a aprovação no Congresso Nacional", disse. A deputada, que é enfermeira, afirmou que a aprovação pode ocorrer a qualquer momento, durante sessão conjunta entre a Câmara dos Deputados e o Senado.

Damares vai relatar avaliação da execução do Plano Nacional de Educação

Reprodução/Instagram @damaresalvesoficial1

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) do Senado Federal aprovou requerimento da senadora Damares Alves (Republicanos), que pede ao colegiado a avaliação do cumprimento da Meta 7 do Plano Nacional de Educação (PNE) em 2023. A senadora do DF foi designada como relatora. A meta 7 do PNE propõe o fomento da qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as médias nacionais para o Ideb, no exercício de 2023. E ainda assegurar que no quinto ano de vigência do PNE, pelo menos 70% dos alunos do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado, em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo e 50%, pelo menos, o nível desejável. De acordo com a senadora, a vigência do PNE é de dez anos e será encerrada em 2024.

Licença para sintomas graves no período menstrual

Para a maioria das mulheres, o período menstrual é marcado por sintomas leves ou no máximo uma cólica chata. Mas, segundo estudos obtidos pelo deputado distrital Max Maciel (PSol), cerca de 15% enfrentam sintomas graves, que chegam, muitas vezes, a prejudicar a rotina. Pensando nisso, Maciel protocolou projeto que garante licença por até três dias para servidoras públicas do DF. A matéria foi aprovada nesta semana em 2º turno no plenário da Câmara Legislativa e segue agora para apreciação do governado Ibaneis Rocha (MDB), que pode sancionar ou vetar a proposta. O projeto acrescenta dispositivo na Lei Complementar 840, de 23 de dezembro de 2011, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos do DF.

SÓ PAPOS

"Nunca dei liberdade para esse deputado e nem sabia qual era o nome dele, mas ele se sentiu livre para chegar por trás de mim. Ele chegou atrás de mim e falou 'respeite 40 anos de mandato'. Pois eu peço respeito ao meu primeiro mandato como mulher nessa Casa e não admito que alguém encoste em mim ou fale ao meu ouvido tentando me intimidar"

Deputada federal
Júlia Zanatta (PL-SC)

Zeca Ribeiro

"Eu disse apenas 'deputada, respeite a deputada Lídice que tem 40 anos de atuação respeitosa na política brasileira e nessa Casa'. Ela prontamente virou e continuamos a dialogar, interrompendo ali aquela conversa sem que tivesse qualquer outro ato, que se acusa a partir de uma imagem congelada, de um frame, para caracterizar aquilo que não houve"

Deputado federal
Marcio Jerry (PCdoB-MA)

Honório Moreira/OMP/D.A Press

TRE DF/Divulgação

A imperfeição da democracia

O presidente do TRE-DF, Roberval Belinati, e o ouvidor da corte, Renato Guanabara Leal, participaram do almoço-palestra promovido pelo Instituto dos Advogados do Distrito Federal (IADF), a convite do presidente da instituição, o advogado Eduardo Lycurgo Leite. Foi no restaurante La Chaumière e teve como tema "A imperfeição da democracia: o crash da teoria dos freios e contrapesos." A palestra foi proferida pelo ex-presidente Michel Temer.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

INFRAESTRUTURA / Atraso na entrega das obras do túnel causa transtornos na vida de moradores, comerciantes e frequentadores da região. GDF diz que o tráfego de veículos será liberado em 21 de abril, aniversário de Brasília

Centro de Taguatinga vive caos

» ARTHUR DE SOUZA

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

Dejetos de obras e placas de proteção dificultam o trânsito de pessoas, afetando o comércio local

Em meio a muita poeira e entulhos, moradores e comerciantes reclamam da demora na entrega das obras do Túnel de Taguatinga. Os serviços no local começaram em junho de 2020 e, desde então, várias datas foram divulgadas pelo Executivo local para a finalização: janeiro, junho e dezembro de 2022. Para João Batista, 47 anos, gerente de uma loja de música que fica bem próxima às obras, os impactos causados pelo fechamento da via foram enormes para quem tem comércio na região.

"Estamos com a loja há cerca de seis anos e, desde que a obra começou, nosso movimento caiu uma média de 60%", destaca. "O atraso na entrega das obras também fez com que muitas lojas, que costumavam chamar mais público para cá, fechassem", lamenta. "Se não fossem as vendas pela web, com certeza estaríamos fechando as portas, porque o público mesmo, está bem escasso", comenta João Batista.

O aposentado Volney Campos, 68, não teve a mesma sorte. Ele teve que fechar as portas de um comércio que mantinha havia 26 anos, por conta dos prejuízos causados pelas obras. "Praticamente 90% das lojas fecharam, porque o movimento diminuiu por conta da obra e eles não aguentaram pagar aluguel", afirma. "As obras mudaram o sentido do trânsito de muitas avenidas e afastaram os comerciantes", observa o aposentado. "Se não fosse minha aposentadoria, estaria passando fome", ressalta Volney.

Insegurança

Outro ponto abordado pelos entrevistados é a falta de segurança na região, conforme argumenta Volney Campos. "O baixo movimento, fez ficar mais perigoso", destaca. A fala do aposentado é reforçada pelo gerente João Batista. "O número de usuários de drogas aumentou por conta desse isolamento", reclama.

Na mesma perspectiva, a moradora Rose Mary Rodrigues Torres, 45, também notou o aumento da criminalidade na região. "Depois que colocaram essas placas de proteção a bandidagem aumentou muito", afirma. "Eu mesma sofri uma tentativa de assalto quando passava por aqui. O bandido estava com uma faca", lembra a autônoma.

Buracos

Outro problema nas regiões próximas à obra são os buracos. Umas das vias mais afetadas é a que fica próxima à 12ª Delegacia de Polícia (Taguatinga Centro). Dificuldade que afeta não só quem passa pelo local, mas os comerciantes da região, conforme relata Janaína Garcia Minasi, proprietária de um empreendimento localizado em frente a um dos inúmeros buracos da rua. Segundo a empresária, os buracos atrapalham, principalmente os clientes que tentam chegar até o comércio.

"Tem hora que o trânsito está pesado e, além do engarrafamento, os motoristas ainda precisam prestar atenção nos buracos", reclama. "Alguns comerciantes vizinhos chegaram até a colocar um cone para tentar ajudar quem passa por aqui. Só que alguns, mesmo assim, só conseguem ver quando estão em cima e acabam caindo nos buracos", relata.

Falta de insumos

Em nota, a Secretaria de Obras (SODF) informou que a obra do Túnel de Taguatinga foi fortemente prejudicada com a falta de alguns insumos no mercado nacional, especialmente aço e concreto. A escassez de componentes eletrônicos no mercado mundial também afetou a entrega das obras, segundo a pasta. "Isso impacta diretamente na entrega da obra, uma vez que somente será possível a liberação do tráfego de veículos com todos esses equipamentos em pleno funcionamento", destacou a nota. De acordo com a SODF, a obra encontra-se 96% concluída e o túnel será liberado para o tráfego de veículos no dia 21 de abril, aniversário de Brasília.

Sobre os problemas de insegurança na região, a Polícia Militar do DF informou, por meio de nota, que os cidadãos devem acionar o 190 e reiterou a necessidade do registro do boletim de ocorrência, visto que o policiamento é distribuído conforme a mancha criminal. "Ressaltamos que os policiais militares trabalham 24h por dia, por meio de escalas, não ficando, portanto, nenhum período do dia sem policiamento", destacou a corporação. "Informamos ainda que novos policiais militares foram distribuídos em todos os batalhões, inclusive em Taguatinga, o que contribuiu com o aumento do efetivo na região", ressaltou o texto enviado pela PMDF.

Em relação aos buracos nas vias da região central, a Administração Regional de Taguatinga informou ao **Correio** que o serviço de reparos no asfalto das pistas começou na terça-feira, na C3, e logo chegará ao centro da cidade, porém, não deu uma data precisa.

Capital S/A

SAMANTA SALLUM
samantasallum.df@cbnet.com.br

Todas as grandes coisas são simples. E muitas podem ser expressas numa só palavra: liberdade; justiça; honra; dever; piedade; esperança

Winston Churchill

Aplicativos 99, iFood, Uber e Zé Delivery revelam pesquisa com perfil de motoristas e entregadores

Vinicius Cardoso/Esp. CB/D.A Press

A Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia (Amobitec) e o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) apresentaram pesquisa inédita ontem em encontro no IDP, em Brasília. Pela primeira vez, foram apurados dados de corridas e entregas, fornecidos por 99, iFood, Uber e Zé Delivery, empresas associadas à Amobitec.

Contingente de pessoas que são parceiros dos aplicativos é de cerca de 1,660 milhão no Brasil, sendo 1.274.281 motoristas e 385.742 entregadores. Quase a totalidade é do sexo masculino (97% dos entregadores e 95% dos motoristas). A média de idade é de 33 anos (entregadores) e de 39 anos (motoristas).

A maior parte possui ensino médio completo (cerca de 60% dos motoristas e entregadores) e se declaram pretos ou pardos (62% dos motoristas e 68% dos entregadores).

Renda mensal

A renda líquida dos motoristas, já considerando os custos, para 40 horas semanais, pode variar entre R$ 2.925 e R$ 4.756 por mês; para entregadores, entre R$ 1.980 e R$ 3.039.

Jornada de trabalho

A jornada média de trabalho de motoristas está entre 22 e 31 horas semanais, enquanto para entregadores oscila entre 13 e 17 horas semanais.

Atrativos

A flexibilidade de horários é o principal atrativo da atividade em apps, segundo os trabalhadores, seguido dos ganhos. Atualmente, 48% dos entregadores e 37% dos motoristas têm outros trabalhos, dos quais cerca de 50% e 40% com carteira assinada, respectivamente. A maioria dos trabalhadores (80% dos entregadores e 60% dos motoristas) dizem que pretendem continuar trabalhando com as plataformas.

Regulamentação da atividade

Divulgação

"Em um momento em que governo, trabalhadores e empresas se preparam para discutir maneiras de regular o trabalho em plataformas, percebemos que há na sociedade um desconhecimento muito grande sobre esse tipo de atividade e esperamos contribuir para o debate com informações precisas e abrangentes", disse André Porto, diretor-executivo da Amobitec.

Faces distintas da gestão Lula

Fotos: Ed Alves/CB/D. A Press

A alta na Bolsa de Valores na terça-feira, o recuo da inflação e a boa articulação com a Indústria e Comércio elevam o protagonismo de Geraldo Alckmin e Fernando Haddad no governo Lula. Mas, sobre a outra ponta do ministério, fontes palacianas, do PT e do Congresso repetem a frase de que falta nessa gestão um "gerentão" no Planalto. "Falta uma Dilma, um José Dirceu", em uma crítica a Rui Costa, da Casa Civil. "Tem ministro, mas não tem um gerenciador, que faça um alinhamento no governo", insistem as vozes da Esplanada.

Condetur dá início aos trabalhos do ano

Foi realizada ontem a primeira reunião ordinária do Conselho de Desenvolvimento do Turismo do Distrito Federal (Condetur) do ano. O secretário Cristiano Araújo reforçou a importância do grupo nas diretrizes do setor. A promoção de Brasília como polo turístico contará com o apoio e o trabalho da Secretaria de Relações Internacionais. O secretário Paco Britto participou da reunião e reforçou a necessidade de "um trabalho conjunto".

Fórum de participação

Para o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (Abih), Henrique Severien, o encontro é uma oportunidade para cada entidade apresentar sugestões, ações e cobranças para o setor. "Este é o fórum legítimo. Aqui é o ambiente onde todas as entidades têm a condição de se manifestar de maneira independente e defender os interesses de cada um dos seus associados".

Reforma tributária: ação concentrada junto a parlamentares

Ontem, foi a vez dos representantes da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) apresentarem a deputados da bancada do PL sugestões do setor tributário ao texto da reforma tributária. A entidade está empenhada na rodada de reuniões com os parlamentares do Congresso. A preocupação é com a sobrecarga de impostos para o setor de serviços. Em março, os estudos da CNC foram encaminhados ao GT do governo que analisa o tema na Câmara dos Deputados e ao secretário extraordinário do Ministério da Fazenda para a reforma tributária, Bernard Appy.

UnB / Mensagem e desenho de suástica assustam estudantes. Universidade investiga se houve participação de outras pessoas

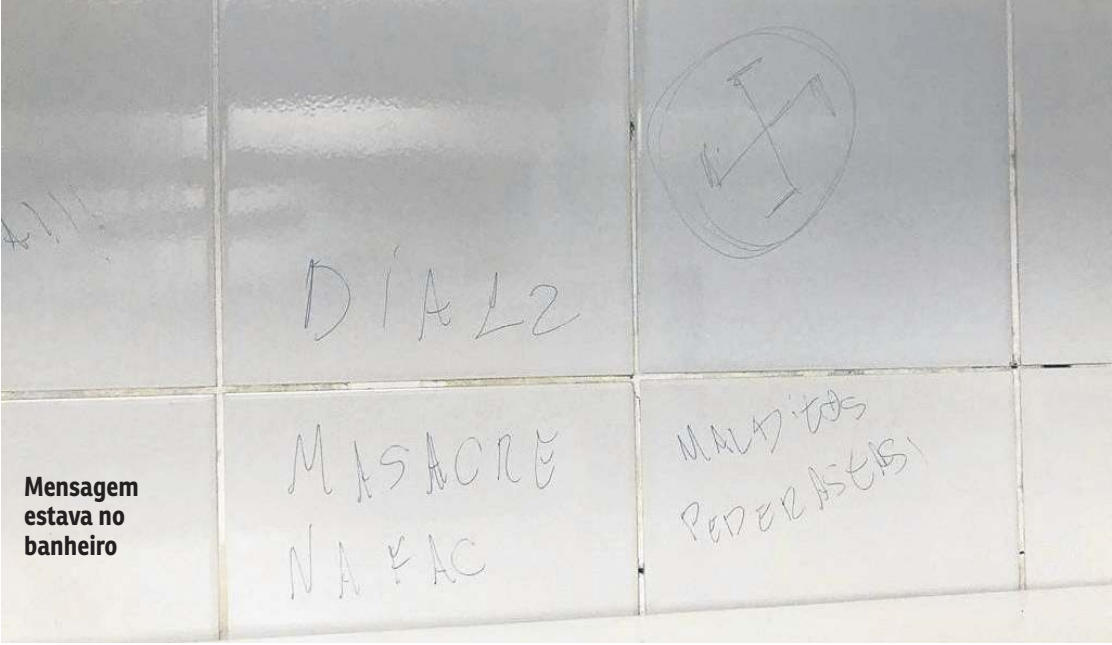
Preso aluno que ameaçou massacre

» MILA FERREIRA

A ameaça deixada na parede do banheiro da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (FAC-UnB), na noite de terça-feira (11/4), ao lado de uma suástica nazista desenhada à caneta assustou os estudantes. A frase anunciava: "Dia 12. Masacre (sic) na FAC". O episódio mobilizou a a reitoria da universidade, que identificou o responsável por meio de imagens de câmeras de segurança. Trata-se de um aluno da Faculdade de Comunicação, que foi preso pela Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) e responderá a processo administrativo disciplinar na instituição. Apesar da ameaça, as aulas transcorreram normalmente ontem.

A Administração Superior da UnB avalia ainda a adoção de medida cautelar, como suspensão preventiva enquanto durar o processo administrativo. Também serão feitas diligências para averiguar a participação de eventuais colaboradores no ambiente universitário. "A Administração Superior está atenta e em contato com as autoridades de segurança do Distrito Federal e com a Polícia Federal. Incitações ao crime e ações de intolerância, violência e preconceito não são e jamais serão toleradas na Universidade de Brasília", informou a UnB, por meio de nota assinada pela reitora Márcia Abrahão e pelo vice-reitor, Enrique Huelva.

Para a presidente da Comissão de Segurança Pública da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-DF), Ana Izabel Gonçalves de Alencar, para coibir esse tipo de prática, é preciso que as autoridades monitorem a atividade dos alunos on-line, principalmente na deepweb, ou "internet profunda", que é uma camada da internet que não é facilmente acessada, onde pessoas se unem anonimamente para debater geralmente temas de caráter imoral ou ilegal. "Alguns jovens não têm maturidade para entender o que é nazismo e o efeito dessas ameaças. Uma forma de coibir é por meio do monitoramento da internet, principalmente da deepweb. O GDF já está fazendo isso, mas precisamos de mais pessoas observando o que está sendo publicado. O governo deve disponibilizar um telefone específico para questões de segurança em escolas e universidades", opina a especialista.

Material cedido ao Correio

Mensagem estava no banheiro

Segurança reforçada

Após a onda de massacres e ameaças em unidades de ensino por todo o Brasil, as instituições de educação superior no Distrito Federal estão reforçando a segurança e o policiamento. A Universidade Católica de Brasília (UCB) anunciou, nesta semana, a contratação de uma equipe particular de segurança, que atua 24 horas realizando rondas nas redondezas da instituição. Além disso, a universidade tem promovido campanhas de conscientização na comunidade educativa, para que os alunos fiquem atentos a situações que possam colocar em risco a integridade física deles.

O Diretório Central dos Estudantes do Centro Universitário de Brasília (UniCeub) publicou uma nota informando que entrou em contato com a direção da instituição e com a Secretaria de Segurança do Distrito Federal sobre ameaças divulgadas nos campus da Asa Norte e Taguatinga. Procurado pelo **Correio**, o UniCeub informou que está "ciente das informações e tomando as medidas necessárias referentes à segurança dos nossos alunos".

O Centro Universitário do Distrito Federal (UDF) também informou que está monitorando ameaças. "Estamos monitorando as movimentações em nossas instalações e canais de comunicação e toda e qualquer incitação ou apologia à violência serão imediatamente reportadas às autoridades policiais para averiguação e providências, visando sempre preservar a integridade de todos que transitam em nossas instituições", assegurou a instituição. "Orientamos a não compartilharem informações sem checagem prévia de veracidade, sendo que nossos canais oficiais estão sempre disponíveis em caso de qualquer dúvida", completou o UDF em nota enviada ao **Correio**.

DIREITO

TJDFT inaugura Espaço Conciliador

» JOSÉ AUGUSTO LIMÃO*

Com objetivo de solucionar as problemáticas, por meio da mediação e da conciliação, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), em parceria com o Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios(MPDFT) e a Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF), inaugurou, ontem, o Espaço Conciliador, localizado no Edifício Juiz de Direito Josué Ribeiro de Sousa. Visando promover o acesso a uma justiça mais eficiente à população, a iniciativa promete consolidar uma cultura de estímulo aos métodos consensuais de resolução de disputas, com acordo entre as partes envolvidas.

Propondo deixar a justiça mais acessível, o presidente do TJDFT, Cruz Macedo explica que a iniciativa vai possibilitar à população do Distrito Federal um espaço que possa resolver seus conflitos sem precisar de uma demanda judicial. "A ideia é que os conflitos se resolvam na conciliação e intermediação, essa experiência tem mostrado que é enorme o número de acordos realizados com estímulo dos conciliadores e mediadores", pontua.

O vice-presidente do TJDFT, desembargador Sérgio Rocha, frisa que a ideia de conciliação é bastante antiga. "Quando uma parte entra na Justiça contra outra, através de uma petição inicial, ela já entra com certa agressividade, já entra contra a parte contrária. Então, isso cria uma espiral de violência, onde uma bate e outra rebate", comenta. O desembargador lembra que essa é uma cultura que permaneceu muito tempo nas atividades judiciais.

O novo local irá oferecer serviços de mediação, conciliação, exames de DNA, pedidos de creche pública, ações na área de Fazenda Pública, ações da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (Codhab) e ações de família, dentre outros.

***Estagiário sob supervisão de Suzano Almeida**

Bel Daher

Local vai oferecer serviços como pedidos de creche e ações de família

Fotos: Ed Alves/CB/DA Press

Formada em direito pela UnB, Paula fez mestrado no exterior e neste mês foi listada pela revista *Época Negócios*, como uma das 100 mulheres da inovação. Cresceu vendo a mãe trabalhar duro no salão de beleza (abaixo)

Um quadradinho é muito pequeno para

Nascida em Ceilândia e filha de uma mulher que viveu 18 anos em trabalho análogo à escravidão, Paula Sampaio assumiu a liderança de estratégia e inovação global da joalheria Pandora, na Dinamarca

» MARIANA SARAIVA

Desde de muito nova, Paula Sampaio teve os estudos como foco e nunca se intimidou com os limites e as dificuldades que a vida trouxe. Muito pelo contrário, ela construiu uma trajetória de sucesso. Nascida em Ceilândia, foi bolsista em colégios particulares, formou-se em direito pela Universidade de Brasília (UnB), e fez mestrado na London School of Economics (LSE) e na University of Pennsylvania (UPenn). Com 32 anos, a jovem assumiu, no início de abril, a liderança de estratégia e inovação global da joalheria Pandora, na sua sede, em Copenhague, capital da Dinamarca. A empresa é a segunda maior produtora mundial de joias de baixo custo. E, no mesmo mês, também foi listada, pela revista *Época Negócios*, como uma das 100 mulheres da inovação. Antes de se mudar do país, Paula conversou sobre sua trajetória com o **Correio**.

Ela sempre teve um exemplo de força bem próximo. A mãe, dona Maria do Carmo. Nascida em Montes Claros (MG), Maria do Carmo precisou viver de favor na casa de uma família vizinha, após a morte da mãe, com a promessa de que a menina iria estudar. Em 1970, a família se mudou para Brasília e trouxe Maria. Porém, não permitiram que a garota estudasse e, por 18 anos, ela viveu em trabalho análogo à escravidão, cuidando das crianças da casa, em troca de comida e um teto para dormir.

Mas, Do Carmo queria sair daquela situação e ser dona da própria vida. Por meio de uma amiga, ela fez um curso de manicure e ganhou todo o material para começar. "Sai batendo nas portas de apartamentos aqui, no Plano Piloto. E foi a partir daí que comecei a ter minhas primeiras clientes. Aquele pouco dinheiro me deu coragem para sair da casa em que estava", conta. Fazendo as unhas das clientes e economizando muito, ela comprou a casa própria no Setor O, em Ceilândia.

Aos 43 anos, Do Carmo descobriu que estava grávida da Paula. Portadora da doença de Chagas, ela nunca quis ser mãe." Eu tinha medo de morrer e acontecer com meu filho o que aconteceu comigo, e eu falava para Deus: 'Se for para me levar, espera a Paula ter pelo menos 12 anos e conseguir se defender'", recorda. Na região onde nasceu, em Minas Gerais, grande parte da família morreu por causa da doença e, por isso, Do Carmo acreditava que teria o mesmo destino.

Um tempo depois, a então manicure abriu o próprio salão, mesma época em que Paula nasceu. A menina foi criada vendo cortes de cabelo e o trabalho árduo da mãe, que até hoje, aos 74, cuida das madeixas das clientes da 504 Sul. Paula sempre ouviu a mãe dizer que ela deveria dar valor aos estudos e ser independente.

Logo no primário, a filha conseguiu bolsa no colégio de freiras Maria Auxiliadora, que aceitou a proposta de dona Maria de cortar o cabelo das freiras, em troca de uma bolsa de estudos para a filha. Até os dias de hoje, a cabeleireira presta serviço para as irmãs do colégio, agora em nome do laço afetivo que construíram ao longo dos anos.

"Eu falo que eu sou a prova do poder da educação na vida de uma pessoa. As mulheres, principalmente as pretas, costumam achar que aqueles espaços não pertencem a elas, e que não são merecedoras, principalmente porque ainda faltam muitos exemplos", avalia a agora executiva.

Solidão

Paula conta que se diferencia da realidade da maioria das mulheres pretas e periféricas devido à sua jornada solitária. "Principalmente no ambiente corporativo as pessoas viveram uma realidade diferente da minha, a grande maioria sempre teve um ambiente favorecido, uma família estruturada e fácil acesso à educação de qualidade. Na minha trajetória profissional, sempre fui uma das únicas pessoas pretas", relata.

A respeito da saudade da filha, dona Do Carmo se diz acostumada com esse sentimento. Segundo ela, desde de cedo Paula usou da liberdade que o ensino lhe deu para morar em outros lugares e conhecer o mundo. "Eu criei ela para o mundo e graças a Deus podemos conversar por vídeo chamada hoje em dia", pontua.

O orgulho da filha está estampado no rosto de dona Maria do Carmo, que se alegra e vê que a trajetória com Paula valeu a pena. "Eu fico muito feliz porque muitas vezes você se esforça por uma pessoa, mas ela não dá valor, isso não é o caso da Paula, o mérito é todo dela, ela se esforçou para vencer", destaca com admiração.

Planos para o futuro

Paula sabe que tem um papel muito importante diante da sociedade. "Eu estou abrindo espaço para outras pessoas, para que esse lugar que eu estou ocupando hoje seja um pouco menos solitário", ressalta. Quando voltar ao Brasil, ainda sem data específica, a jovem tem planos de entrar na política para que, assim como ela, outras pessoas consigam chegar longe, porém, com obstáculos menores. "Eu sempre tive um dever cívico de devolver para a sociedade todo o conhecimento que adquiri. Quero ver mulheres pretas em posições globais como a minha", explica.

"Eu quero ser uma agente de mudança dentro da periferia. Hoje as pessoas lá não se permitem sonhar, porque elas têm outras coisas com que se preocupar, como colocar comida no prato. É uma ousadia sonhar na periferia," avalia. "Quando eu conto minha história, as pessoas falam: 'Nossa, que esforço! Que conquista!' Mas eu penso: 'Olha minha trajetória, eu não tinha outra opção, esse era o único caminho que tinha para mudar a minha realidade'", conclui a jovem que voou para muito além do quadradinho.

CORREIO BRAZILIENSE

ESPORTES

correiobraziliense.com.br/esportes - Subeditor: Marcos Paulo Lima E-mail: esportes.df@dabr.com.br Telefone: (61) 3214-1176

Arbitragem

A CBF anunciou a implementação das novas orientações de arbitragem da Fifa com o objetivo de trazer mais "transparência" e "justiça esportiva" ao futebol brasileiro. As mudanças incluem novos protocolos do assistente de vídeo (VAR) e da análise da linha de impedimento, acréscimos e atuação do goleiro em cobranças de penalidade máxima. Um documento no qual constam as modificações foi divulgado pela entidade. Algumas das novas diretrizes puderam ser observadas na Copa do Mundo do Catar, no fim do ano passado.

BRASILEIRÃO

Candidatos ao título, Palmeiras, Flamengo e Corinthians começarão a campanha sem seus maestros. Atual campeão, o time alviverde não contará com o arco do meio de campo nem a flecha do ataque

Plantão médico

Cesar Greco/Palmeiras

Cesar Greco/Palmeiras

Mauro Pimentel/AFP

Rodrigo Coca/Ag. Corinthians

Arte: Valdo Virgo/CB/D.A Press

MARCOS PAULO LIMA

Três clubes candidatos ao título do Brasileirão largarão na maratona de 232 dias de campeonato desfalcados de peças fundamentais para o bom funcionamento das engrenagens. A maioria atua no papel de meia — a função mais carente do futebol mundial. O atual campeão Palmeiras, o Flamengo e o Corinthians perderam maestros nas competições disputadas antes do início da principal competição do país e terão de se virar, respectivamente, sem Raphael Veiga, Giorgian De Arrascaeta e Renato Augusto nas rodadas iniciais.

Em crise depois dos vices na Supercopa do Brasil, na Taça Guanabara, no Campeonato Carioca e na Recopa Sul-Americana, além do terceiro lugar no Mundial de Clubes da Fifa, o Flamengo ficou sem o uruguaio na final do Estadual. Ruim com ele, pior sem ele. O time virou um deserto de ideias no meio de campo nas duas partidas. Demitido, o técnico Vítor Pereira não soube se virar sem o protagonista de dois gols e três assistências em 12 exibições na temporada. Arrascaeta parou por tempo indeterminado depois da lesão no adutor no clássico contra o Vasco pela semifinal do Estadual. O ídolo rubro-negro também sofre com as dores causadas pela pubalgia e a gula do time para tê-lo em campo.

Antes da contusão, Arrascaeta era um dos jogadores com mais minutagem no elenco. Acumulava 14 de 16 jogos do Flamengo. Perdia apenas para o goleiro Santos e para o atacante Gabigol. Arrascaeta acumula 16 problemas físicos ou contusões desde janeiro de 2019, quando chegou ao Flamengo. O maior ciclo sem ele foi do início de outubro ao meio de novembro de 2021. O time ficou 13 jogos sem o craque.

O técnico interino Mário Jorge e o sucessor de Vítor de Pereira terão de se virar sem ele por um período semelhante. Em abril, são 9 partidas, incluindo as finais do Carioca, a estreia na Copa do Brasil e a fase de grupos da Libertadores. Um drama para quem não encontra um substituto à altura no banco e muito menos no mercado.

Abel Ferreira vive um drama semelhante no Palmeiras. Com a transferência de Gustavo Scarpa para o Nottingham Forest, Raphael Veiga passou a ser o único responsável pela criação no meio de campo alviverde. Bruno Tabata tenta se firmar e o recém-contratado Arthur, ex-Red Bull Bragantino, demanda tempo de entrosamento com os novos companheiros.

Raphael Veiga havia parado no ano passado. Ficou quatro meses e meio parado justamente quando vivia a melhor fase da carreira. Tinha o nome defendido, inclusive, para vestir a camisa da Seleção. Sem ele, Scarpa assumiu o protagonismo e manteve o Palmeiras no topo até a linha de chegada na conquista do título brasileiro no ano passado. Dono do pedaço neste ano, acumulava cinco gols e cinco passes decisivos em 15 partidas antes da lesão na coxa direita na goleada por 4 x 0 contra o Água Santa na final do Paulistão.

O Palmeiras iniciará o Brasileirão sem o arco e a flecha. O atacante Rony passou por cirurgia. O ataque não terá uma das referências do time por no mínimo 45 dias. Estimativa de 15 jogos na maratona da temporada. O paraense foi submetido a uma cirurgia no braço na última segunda-feira.

"Fala, família Palmeiras. Estou passando aqui para dizer que a cirurgia foi tudo bem e espero estar logo voltando aos gramados. Quero agradecer o carinho e apoio de todos. Avanti, Palestra", disse em vídeo nas redes sociais o autor de seis gols e três assistências no ano.

O drama do Corinthians supera o dos concorrentes. Refém de Renato Augusto, Fernando Lázaro viu o maestro ser operado para correção de uma lesão no menisco do joelho direito. O prazo para reabilitação pode chegar a dois meses. O protocolo prevê seis a oito semanas de recuperação. Há um mês, ele havia sofrido lesão de ligamento colateral medial no mesmo joelho e ficou fora das quartas de final do Paulistão. O camisa 8 acumula um gol e três assistências em 11 partidas até a contusão que obriga o time quarto colocado no Brasileirão do ano passado a se reinventar sem ele na larga da Série A em 2023.

ESPORTES

COPA DO BRASIL Flamengo inicia defesa do título sob o comando de interino. Corinthians perde para o Remo; Flu bate Paysandu

O campeão procura técnico

MARCOS PAULO LIMA
VICTOR PARRINI

A Copa do Brasil só tem um técnico bicampeão em anos consecutivos: Mano Menezes levou o Cruzeiro ao título nas edições de 2017 e 2018. O Flamengo poderia conceder a honra da tentativa a Dorival Júnior, mas preferiu contratar o vice do ano passado — Vítor Pereira, demitido pelo clube na última terça. Logo, iniciará a defesa do título, hoje, às 20h, contra Grêmio Maringá, no Estádio Willie Davis, no Paraná, sob o comando de um treinador interino.

Terra arrasada depois da humilhação diante do Fluminense na final do Carioca, o Flamengo só tem uma certeza: será comandado por um Jorge em curto, médio ou longo prazo. Enquanto negocia com o plano A Jorge Jesus e flerta com o B, Jorge Sampaoli, o comandante do sub-20 Mário Jorge assumiu a tarefa de distribuir os coletes. A primeira decisão do interino foi desmanchar o sistema de jogo com três zagueiros. A ideia é usar apenas dois na linha de quatro da defesa.

Nos bastidores, a negociação pela volta de Jorge Jesus segue intensa. Vice-líder do Campeonato Turco a seis pontos do Galatasaray e semifinalista da Copa da Turquia, o Mister pede tempo à diretoria rubro-negra para assumir a prancheta após o término das duas competições. Na Gávea, Rodolfo Landim, Marcos Braz e Bruno Spindel avaliam se vale a pena pagar para ver. Jesus também é um dos alvos da CBF na busca por um sucessor para Tite. Sampaoli é plano B. Tite e nem mesmo Dorival Júnior estão descartados. Marcelo Gallardo também é especulado, mas no que depender da torcida apaixonada que recepcionou o elenco mais caro e badalado da América do Sul ontem, o eleito é mesmo Jesus. Houve gritos de "olê, olê, olê, olê, Mister", em Maringá.

Reprodução/ Twitter Flamengo

Festejado em desembarque no Paraná, Gabigol escuta a torcida fanática gritar "olê, olê, olê, olê, Mister" na porta do hotel antes do check-in no hotel, em Maringá, palco do jogo

Terceira fase (ida)

Terça-feira
Volta Redonda 1 x 2 Bahia
Botafogo-SP 0 x 2 Santos
Internacional 2 x 1 CSA
São Paulo 0 x 0 Ituano
Fortaleza 6 x 1 Águia de Marabá
CRB 1 x 0 Athletico-PR
Palmeiras 4 x 2 Tombense
Atlético-MG 2 x 1 Brasil-RS
Ypiranga 0 x 2 Botafogo
Remo 2 x 0 Corinthians

Ontem
Nova Iguaçu 1 x 2 América-MG
Coritiba 3 x 3 Sport
Fluminense 3 x 0 Paysandu

Hoje
19h30 Náutico x Cruzeiro
20h Maringa x Flamengo
21h30 ABC x Grêmio

Rodada

Não faltaram gols e emoções nos oito jogos de ontem da terceira fase da Copa do Brasil. Mesmo com a entrada de alguns dos principais clubes do país, como os classificados à Libertadores, a zebra passeou e fez a alegria dos secadores de plantão e amantes dos resultados surpreendentes. O Corinthians entrou com excesso de confiança no Mangueirão, em Belém, foi dominado e derrotado por 2 x 0 pelo Remo. A trupe de Fernando Lázaro precisará vencer em São Paulo, em 26 de abril, por, pelo menos, três gols de diferença para avançar no tempo normal ou por dois para alcançar a disputa por pênaltis.

Quem também flertou com o vexame foi o Palmeiras. Campeão paulista no último domingo, o Palestra saiu atrás contra o Tombense aos 10 minutos, mas acalmou os ânimos e venceu por 4 x 2 no Allianz Parque. Gabriel Menino, Flaco López, Gustavo Gómez e Rafael Navarro construíram a virada alviverde em casa. Regente do futebol carioca, o Fluminense passou longe de ter a faixa de campeão carimbada. Embalado, venceu o Paysandu por 3 x 0, com gols de Nino, Keno e Felipe Melo, e colocou uma mão na vaga às oitavas de final. O Atlético-MG triunfou por 2 x 1 diante do Brasil de Pelotas no Mineirão. O Botafogo venceu o Ypiranga-RS por 2 x 0 fora de casa. O Athletico-PR tropeçou contra o CRB, por 1 x 0. Coritiba e Sport fizeram duelo eletrizante, com o empate por 3 x 3.

LIGA DOS CAMPEÕES

Cara da moda, Vini Jr. anuncia sete marcas

Protagonista de assistências para Benzema e Asensio na vitória do Real Madrid contra o Chelsea, ontem, no Santiago Bernabéu, no duelo de ida pelas quartas de final da Liga dos Campeões da Europa, Vinicius Júnior é o jogador do momento no Brasil e na Europa. Os elogios partem de Carlo Ancelotti devido aos gols decisivos e a relação com o público fora dos gramados. A maturidade diante das provocações e agressões racistas também chama a atenção.

Em meio ao sucesso, Vinicius Júnior é o queridinho das marcas fora dele. O rosto dele está na moda. Nesta semana, para ativar o patrocínio da Liga dos Campeões, a Pepsi lançou a promoção envolvendo a imagem do jogador com o nome de "Hora do Show, Hora de Pepsi Black". A ação levará o ganhador à final, na Turquia, com acompanhante.

Desde o fim do ano passado, Vini tem sido procurado por anunciantes. Hoje, conta com sete marcas no portfólio: Betnacional, One Football, Zé Delivery, Pepsi, Golden Concept, Vivo e EA Sports. Todas gigantes nos segmentos. Estima-se que ele ganhe de R$ 35 milhões a R$ 40 milhões por ano para expor a imagem nos comerciais.

"O Vini se tornou o queridinho em função da excelente performance no campo e da postura impecável fora dele, além de realizar um trabalho social louvável em sua fundação", diz Fábio Wolff, especialista em marketing esportivo.

Um oitavo parceiro deve surgir em breve. Vini rompeu contrato com o antigo fornecedor de material esportivo, a Nike. A ideia do atacante é investir em uma marca que acompanhe sua postura e valores. Para além do carisma, há o cuidado com a imagem. Tanto que, após uma análise de marca em 2020, ele abandonou o nome Vinicius Júnior — que era estampado nas camisas e utilizado nas redes sociais — e alterou para Vini Jr. A mudança teve como base uma linha de estudo de que era difícil pronunciar o nome "Vinícius" entre os espanhóis e outros países europeus. Ou até mesmo no mercado asiático, onde o estafe tem planos para o longo prazo.

"Fazendo uma análise do atleta, sem pontuar o clube em que ele joga, acho que a mudança é positiva se vier trabalhada com uma ideia de sustentação para as redes sociais e imprensa. Não adianta apenas mudar o nome se não houver por trás uma estratégia de 'branding', de mudança de marca, que deve vir apoiada em diversas propriedades de comunicação e comerciais que esse atleta dialogue", avalia Renê Salviano, especialista em marketing esportivo.

"As pessoas e marcas se identificam com o Vini porque, além de ser um dos maiores talentos surgidos no futebol mundial nos últimos anos, é um garoto humilde, que tem mantido seus valores de berço", complementa o executivo.

Para Marcel Pinheiro, diretor de comunicação e marketing do Fortaleza, um fator extra pesa a favor do atacante. "A rede social é um ambiente essencialmente jovem, de 16 a 24 anos, e profundamente performático. A identificação deste público com Vini Jr. é imediata, direta", diz.

Philippe MARCOU/AFP

Vinicius Junior deu assistências para Benzema e Asensio no triunfo de ontem do Real Madrid contra o Chelsea

Quartas (ida)

Terça-feira
M. City 3 x 0 Bayern de Munique
Internazionale 2 x 0 Benfica

Ontem
Real Madrid 2 x 0 Chelsea
Milan 1 x 0 Napoli

Comparações

Responsável pela gestão de carreira da imagem do atacante Neymar na época do Santos, o especialista Armênio Neto entende que não deve existir comparação entre os dois neste momento. "Neymar tem mais de uma década de trabalho sólido, associando sua imagem a mais de uma dezena de marcas. Vini Jr. tem, indiscutivelmente, muita força e potencial para continuar em expansão", acrescenta.

SANTOS

A direção do Santos confirmou, ontem, as contratações do centroavante Bruno Mezenga, do meia Luan Dias e do lateral-direito Gabriel Inocêncio, todos do Água Santa, atual vice-campeão do Paulistão. O trio acertou por empréstimo até o fim desta temporada, com opção de compra para o Peixe.

SÃO PAULO

O técnico Rogério Ceni não gostou nada da atuação do São Paulo no empate sem gols diante do Ituano na terça-feira. "Foi uma das piores partidas que fizemos. Tivemos outros resultados que frustramos a torcida, mas neste jogo fizemos um segundo tempo bastante desorganizado, fora do que a gente trabalha todos os dias."

VASCO

A diretoria cruz-maltina continua à caça de um camisa 10. O alvo do clube carioca é Franco Fagúndez. O Nacional do Uruguai pede US$ 8 milhões (R$ 39 milhões) pelo jogador. A 777 não estava disposta a efetuar a compra, mas recuou por dois motivos: o time aceita baixar o preço e o estafe do jogador quer vê-lo em São Januário.

BAYERN

O Bayern de Munique denunciou, ontem, os insultos racistas contra o jogador francês Dayot Upamecano depois da derrota por 3 x 0 para o Manchester City, na ida das quartas de final da Liga dos Campeões. "Todos no clube denunciam o racismo da maneira mais forte! Todo o clube está com você, Upa!", publicou o Bayern em sua conta no Instagram.

REAL BRASÍLIA

Derrotado pelo Brasiliense por 3 x 2 no jogo de ida da final do Candangão, o Real Brasília corre contra o tempo para recuperar duas peças importantes para o duelo de sábado, às 15h, no Defelê. O departamento médico tenta colocar o zagueiro Josué e o meia Uederson, considerado um dos melhores meias do torneio, à disposição do técnico Gerson Ramos.

BRASILIENSE

Em vantagem na final do Candangão depois de vencer o Real Brasília por 3 x 2, no Serejão, o Brasiliense deve ter todo o elenco disponível para o duelo que pode brindar o clube com o 12º título local. Ausente na última partida, Gustavo Henrique trabalha para ter condição de jogo. O ingresso para a partida na Vila Planalto custará R$ 10 (inteira) e R$ 5 (meia).

ESPORTES

BASQUETE Maior ícone da bola laranja na atualidade, LeBron James desfilará pelos playoffs da NBA pela 16ª vez e buscará o quinto título. Trajetória do astro do Los Angeles Lakers na fase aguda da liga começa no domingo, contra o Memphis Grizzlies

O Rei não perde a majestade

Tyler Ross/AFP

LeBron James foi o cestinha do LA Lakers no duelo do play-in contra o Timberwolves: anotou 30 pontos

VICTOR PARRINI

Virou clichê esportivo chamarmos grandes atletas de "máquinas". Porém, alguns competidores realmente fazem jus à referência. LeBron James é um deles. Nas quadras, o camisa 6 é mais que um astro. É sinônimo de vitórias, títulos e marcas expressivas.

O desempenho na última terça-feira comprova a soberania do King James no melhor basquete do mundo. Ao liderar os Los Angeles Lakers na vitória dramática, em casa, por 108 x 102, contra o Minnesota Timberwolves, ele garantiu a 16ª presença em playoffs, o mata-mata da NBA.

LeBron James envelhece como um bom vinho. Aos 38 anos, busca o quinto anel de campeão da liga de basquete norte-americana. Pode alcançar mais uma glória com direito a atualizações no currículo de recordes. Jogador com o maior número de partidas nos playoffs (266), ele dará um upgrade no quesito na série de melhor de sete jogos contra o Memphis Grizzlies, a partir do próximo domingo, às 16h.

Maior cestinha da história do NBA, James é, também, o maior vencedor de partidas nos duelos mata-mata da competição. Triunfou em 174 dos 266 confrontos das fases mais agudas do torneio. O maior nome da bola laranja na atualidade tem aproveitamento acima dos 65%. Os números mostram que, nos momentos de maior necessidades dos clubes, ele aparece para resolver. Em 15 disputas de playoffs, o ícone soma 7631 pontos. É fatal e o maior pontuador da história dessas fases — 1644 a mais que Michael Jordan.

Os números e a simples presença de LeBron nos momentos decisivos da NBA impressionam os fãs e assustam os rivais. Afinal, das 15 participações nos playoffs, em 10 ele guiou os times às finais. Sozinho, o King James coleciona mais decisões que 27 franquias da liga. Apenas o Golden State Warriors (12), o Boston Celtics (22) e o próprio Los Angeles Lakers (32) contabilizam estão à frente do craque no quesito.

Das 10 presenças de LeBron em finais, oito foram consecutivas, entre 2011 e 2018. Rompeu o rótulo de fenômeno para se tornar uma lenda viva das quadras. James tem tudo para se tornar, também, o maior finalista da NBA. Afinal, tem, pelo menos, mais duas temporadas pela frente, pois tem o desejo de jogar ao lado do filho mais velho Bronny James na liga. A expectativa é que o herdeiro do Rei entre no draft do próximo ano.

O cenário favorável para novos recordes e manutenção do sonho de um novo título da NBA contrastam com a temporada regular dos Lakers e até de LeBron. A equipe arriscou ficar fora até mesmo do play-in (a repescagem aos playoffs). O astro jogou no sacrifício para guiar a franquia de LA ao mata-mata. Em fevereiro, sofreu uma lesão no pé direito, ficou afastado e foi comunicado que precisaria passar por cirurgia. Porém, preferiu adiar o procedimento para não desfalcar o time.

A aposta deu certo. LeBron lembrou disso ao final da partida contra o Timberwolves. "Isso era tudo que a gente queria, chegar em abril e ter a oportunidade de jogar a pós-temporada. É o que buscamos o ano todo. Especialmente depois da pausa (para o All-Star Game), a gente veio jogando um excelente basquete. Era tudo que poderíamos querer", ressaltou.

Antes do primeiro capítulo da série nos playoffs, LeBron James e o Los Angeles Lakers se apegam ao recente retrospecto contra os Grizzlies. Dos três encontros na fase regular, dois terminaram com a vitória do time da Califórnia e um com triunfo da equipe do Tennessee.

Stephanie Soares é a 14ª brasileira na WNBA

Se LeBron James faz sucesso na NBA, a versão feminina da liga contará o brilho de uma brasileira. A pivô Stephanie Soares integrará o elenco do Dallas Wings. Ela foi a quarta escolha do draft, pelo Washington Mystics, mas foi envolvida em uma troca minutos após subir ao palco na última segunda-feira. Ela se tornará a 14ª atleta do país a desfilar pelas quadras da WBNA.

Próxima dos 23 anos, Stephanie Soares nasceu em Americana, no interior de São Paulo. A conexão com o basquete é herança da mãe, Susan, norte-americana que jogou no Brasil ao final da década 1990. Stephanie ficou pouco tempo em solo tupiniquim e arrumou as malas para os Estados Unidos. Por lá, fez o ensino médio e fortaleceu os laços com a bola laranja. Seguiu para a faculdade e defendeu a Morningside na NAIA, liga não tão badalada no cenário.

Jennifer Pottheiser/AFP

Felicidade: Stephanie posa com a camisa 23 do Dallas Wings

Ficou na Morningside por quatro anos. Por lá, foi eleita a jogadora mais valiosa da liga em duas oportunidades, além de ter sido peça fundamental no título da temporada 2021/2022. O sucesso na universidade cristã a levou a desafios maiores, quando rumou para a Iowa State, time da NCAA, a primeira divisão universitária dos EUA. Com médias de 14,4 pontos, 9,9 rebotes, 1,4 assistências e três tocos em 13 partidas, obteve índice para figurar no draft da WNBA.

Com os 2,01m de altura, Stephanie tira onda no garrafão como pivô. A imposição física colabora na briga pelos rebotes. A brasileira também se destaca pela precisão nos arremessos de média distância. Apesar de trabalhar como referência na quadra adversária, ela chama a atenção pela versatilidade, podendo atuar como ala-pivô.

"É muita emoção. Muito mais nervosismo. Agora é pura emoção. É ficar pronta e ir para Dallas", disse a brasileira campeã pelo Brasil nos Jogos Pan-Americanos Lima-2019. **(VP)**

ARTES MARCIAIS

Pietra Menezes é a esperança do DF no jiu-jitsu

PAULO MARTINS*

Da maior região administrativa do Distrito Federal para um mundo infinito, uma força dos tatames leva o nome da capital do Brasil ao planeta. No auge dos 26 anos, Pietra Menezes é uma realidade do jiu-jitsu e participará do Campeonato Mundial da modalidade, entre os dias 1º e 4 de junho, em Long Beach, na Califórnia, nos Estados Unidos.

O país, inclusive, é parte da realidade da lutadora, que vive por lá desde novembro do ano passado, após garantir a classificação por um processo seletivo. O currículo dos resultados esportivos justificou a ida: são dois pódios brasileiros, em 2018 e 2019, um título de aberto nos Estados Unidos do ano passado, além de outros 24 títulos em caráter regional e nacional no Brasil.

O mais recente feito da ceilandense foi a medalha de prata no torneio Pan de 2022, disputado na Flórida. Pietra conta que o feito traz confiança. "Me senti muito bem. Percebi que o jiu-jitsu brasiliense tem aumentado o nível e que é muito possível estar entre as melhores do mundo, mesmo com a ascensão das mulheres no esporte", afirma.

Entretanto, a realidade nem sempre foi favorável até que Pietra chegasse à faixa roxa e ao 11º lugar no ranking da Federação Internacional do Jiu-Jitsu Brasileiro (IBJJF) na categoria meio-pesado. Ela explica. "Falta de incentivo e as barreiras mentais que muitas vezes acreditamos. Pelo ambiente, à época, ser muito masculino, não se via tantas mulheres praticando ou não havia a crença de que não seria possível mulheres treinar com homens", comenta.

Tais pontos atrasaram em três anos o começo de uma carreira promissora, após o primeiro contato com o esporte aos 16 anos. A brasiliense trilha algumas metas dentro do esporte e da vida para crescer no jiu-jitsu. "Meu sonho é me tornar uma referência para mulheres, demonstrando sutileza, agilidade e técnica. São habilidades capazes de nos proteger e ter superioridade além de aspecto físico e força. Quero me tornar uma grande artista marcial, completa em quedas, guarda e passagem. Almejo ser faixa preta em jiu-jitsu e judô. É o meu foco", declara.

***Estagiário sob a supervisão de Marcos Paulo Lima**

Arquivo pessoal

Talento forjado na Ceilândia exibe a medalha de prata no Pan de 2022

Giro Esportivo

FIVB/Divulgação

Caso Wallace

Afastado de competições oficiais do vôlei por 90 dias, após incitar violência contra o presidente Lula, o oposto Wallace conseguiu uma liminar no STJD para disputar as semifinais da Superliga.

Duda Bairros/Stock Car/Grande Prêmio

Stock Car na Argentina

Após permitir pilotos argentinos no grid, a principal a Stock Car confirmou, ontem, que realizará uma etapa da temporada atual em Buenos Aires. A corrida será disputada em 8 de outubro.

Christophe Simon/AFP

Atletas trans em Paris

A presença de atletas trans nos Jogos Paris-2024 está condicionada às regras a serem adotadas pelas federações. A ministra do Esporte, Amélie Oudéa-Castera, afirmou que não intervirá na decisão.

Reprodução/Redes sociais

Posicionamento do COB

O Comitê Olímpico do Brasil negou que Sandra Mathias Correia de Sá tenha trabalhado na entidade. A ex-atleta de vôlei agrediu um entregador com a coleira de cachorro no Rio de Janeiro.

Joa?o Guilherme Romariz/Divulgação

Candangos no NBB

Hoje tem Distrito Federal em dose dupla contra paulistas pelo Novo Basquete Brasil. Às 19h, o Brasília visita o Paulistano. Quinze minutos mais tarde, a bola sobe para o Cerrado, contra o Corinthians.

WTT/Divulgação

Calderno eliminado

Número seis do ranking, o brasileiro Hugo Calderano foi eliminado nas oitavas de final do WTT Champions de Xinxiang, na China. Ele perdeu para o alemão Ruwen Filus, por 3 sets a 1 (5/11, 14/12, 12/10 e 12/10).

HORÓSCOPO

www.quiroga.net // astrologia@oscarquiroga.net

POR OSCAR QUIROGA

Data estelar: Lua quarto minguante em Capricórnio. Nenhuma tecnologia te substituirá, a não ser que tu o permitas, cometendo o erro, muito comum, de desconsiderar que o poder não está no aparelho e/ou aplicativo que utilizares, mas nas mãos, mente e coração que os utilizarem, ou seja, o ser humano.
Se de uma hora para outra o reino humano deixasse de existir, toda a linda e sofisticada tecnologia que tanto nos encanta atualmente deixaria também de ter qualquer tipo de utilidade, porque seus poderes residem não nela mesma, mas nos seres humanos que a utilizam. Recupera logo a lucidez e abandona a ilusória busca de construir tua identidade através das máquinas que utilizares, porque não são as máquinas que te dão importância, mas é a maneira que tua alma as utilizar. É isso que lhes outorga valor e importância.

ÁRIES
21/03 a 20/04
Ainda que você tenha a verdade do seu lado, ela precisa ser comunicada de acordo com as regras da inofensividade, porque de outro modo, por melhor que ela seja, se voltará contra seus interesses. Melhor isso não.

TOURO
21/04 a 20/05
As restrições não prevalecerão, mas precisam ser respeitadas, pelo menos por enquanto, até que surja um cenário diferente. Procure não se irritar demais com as limitações, mas as driblar da melhor maneira possível.

GÊMEOS
21/05 a 20/06
Talvez alguns erros tenham sido cometidos, talvez exageros tenham acontecido, mas nada valida a ansiedade, pois, ela sempre é a manifestação de uma severidade implacável que não é condizente com a dinâmica da vida.

CÂNCER
21/06 a 21/07
Talvez você veja coisas que façam pensar muito a respeito da qualidade de certos relacionamentos, e essa é uma situação que não pode se resolver de imediato, os pensamentos ficarão dando voltas dentro de sua alma.

LEÃO
22/07 a 22/08
O desgaste de alguns relacionamentos insere uma dose de angústia inesperada, mas sua alma precisa considerar o cenário com muito realismo, e perceber que essa situação é passageira e que não merece o valor que se lhe outorga.

VIRGEM
23/08 a 22/09
O melhor apoio nem sempre provém das pessoas simpáticas e de boa vontade, porque há momentos da vida em que as contrariedades são muito mais eficientes na orientação. Portanto, aceite as adversidades e as use ao seu favor.

LIBRA
23/09 a 22/10
Fica difícil colocar a mão nas recompensas que você esperava obter neste momento de sua vida, mas isso não há de significar uma grande decepção para sua alma, porque o cenário vai mudar mais rapidamente do que o imaginado.

ESCORPIÃO
23/10 a 21/11
Evite buscar receitas que se apliquem a este momento complexo de sua experiência de vida, porque ainda que essas tenham sido bem-sucedidas para outras pessoas, não é garantido que em você tragam os mesmos resultados.

SAGITÁRIO
22/11 a 21/12
Agora é um bom momento para sua alma tentar fazer alguns acordos e se livrar de assuntos que vêm sendo carregados sem solução há tanto tempo, que provavelmente as pessoas nem mais lembram como foi que tudo começou.

CAPRICÓRNIO
22/12 a 20/01
A partir do momento em que você deixar de dar voltas em pensamentos sobre o que precisa ser feito, e colocar mãos à obra, você comprovará que é inútil ficar ruminando tanto, porque a prática resolve tudo.

AQUÁRIO
21/01 a 19/02
Você nada perderá ao compartilhar suas inquietações, porém, tudo dependerá da qualidade das pessoas com que você conversar. É neste momento que se testa a qualidade dessas pessoas que se dizem suas amigas. Agora vai.

PEIXES
20/02 a 20/03
Diante das obrigações sempre surgem desejos que acenam com satisfações mais bacanas, com brilho e serpentina. Porém, o não cumprimento das obrigações ofuscaria todo esse brilho e diminuiria a satisfação.

CRUZADAS

- Atividade da agricultura
- Prêmio atribuído a Marie Curie e Albert Einstein
- Diz-se de indivíduo muito inquieto e sem cerimônias
- Pedra de afiar
- (?) de Windsor, uma das residências da realeza inglesa
- Médio (abrev.)
- Influência na obra de Luís de Camões (Lit.)
- Colecionador de moedas
- "O (?) ao Redor", filme brasileiro
- O de álcool é muito alto no absinto
- Pedido da criança pequena aos pais
- Cada parte do jogo de tênis
- Arte, em latim
- Ary Toledo, humorista
- Grão fresco típico da culinária nordestina
- Meu, em italiano
- Vivien Leigh, atriz
- Parceira em uma causa ou acordo
- Qualidade de pneu
- Herói de Gotham
- (?) desagradável, indício de falta de higiene
- Monumento em homenagem a alguém
- Divisão do navegador Ocidental (abrev.)
- (?) muscular, sequela da poliomielite
- "A (?) move montanhas" (dito)
- Sucesso de Beto Barbosa
- Tecla de atalho
- Respiro da pele
- Prato típico da Itália, tem o arroz como base
- Cortar (planta)
- Inclinação, em inglês
- Haste, em inglês
- Inconveniente do voo
- Cidade paulista
- Solange Frazão, apresentadora de TV
- Elemento de símbolo "Ac" (Quím.)
- Pronome possessivo da 2ª pessoa (fem.)
- 502, em romanos
- "Registro", em RG
- Nacionalidade do compositor Franz Schubert

BANCO 3/alt — ars — mio — set. 4/stem — tilt. 6/batman. 9/numismata. 16/tradição clássica.

12

DIRETAS DE ONTEM

		P			A					P
	C	A	N	A	D	A	E	E	U	A
D	I	R	E	T	O		O	M	I	T
	E	A	R		R	A	L	A		R
SA	N	T	O	A	N	T	O	N	I	O
	T	Y		T	O	A		A	N	N
	I		I	L		S	M		T	O
E	ST	A	N	TE	S		A	M	I	DO
M	A	N	G	A	E	A	N	I	M	E
	P	I	A		L	E	I		A	X
	O	Q		U	A		A	BA	D	E
	L	U	A	N	D	A		C	A	R
	I	I		S	O	L	D	O		C
A	TI	L	A		R	E	I		L	I
	C	A	B	R	A		TE	N	E	T
C	O	R	A	L		I	M	A	G	O

SUDOKU DE ONTEM

2	9	4	8	1	5	3	6	7
3	7	5	2	6	4	8	9	1
8	6	1	7	3	9	4	2	5
5	4	8	3	9	1	2	7	6
9	1	3	6	2	7	5	8	4
6	2	7	5	4	8	1	3	9
7	3	2	1	5	6	9	4	8
1	8	9	4	7	3	6	5	2
4	5	6	9	8	2	7	1	3

MÚSICA

José Luiz Mazziotti/Divulgação

Zé Luiz Mazziotti volta à capital após uma década

Um show de voz

» FRANCO C. DANTAS*

Dono de uma voz grave, quase sempre acompanhada de complexas harmonias no violão, Zé Luiz Mazziotti tem muita história para contar. Desde meados da década de 1960, encanta os mais aficionados entusiastas da MPB, cultivando uma trajetória artística relevante. O músico, responsável por parcerias com os maiores nomes da música brasileira, se apresenta no Feitiço das Artes (306 Norte) neste sábado, às 20h30.

O nome por si só pode não despertar um reconhecimento tão imediato por quem não é muito familiar ao gênero, mas o cantor e compositor mantém um status de respeito perante os colegas de profissão. Talvez seu trabalho mais reconhecido pelo público geral seja a trilha sonora da série *Sítio do Pica-Pau Amarelo*, de 1977, entoando o *Tema de Dona Benta*.

Revelado por festivais de música da tevê, Zé Luiz viajou o país por três anos difundindo o Projeto Pixinguinha, ao lado de artistas como Elizeth Cardoso, Sílvio César, Miltinho e Zezé Gonzaga, fixando-se depois como músico de estúdio. "Uma vez, o Gilson Peranzzetta me chamou para gravar no estúdio com uma cantora, para fazer um 'à cappella'. Aí, cheguei no estúdio da Polygram e era a Gal Costa. Eu gravei uma música com ela, chamada *Estrela, estrela*", relembra.

Com a cantora, formou uma parceria memorável, participando de muitas faixas e peregrinando em turnê por dois anos como backing vocal dela, em meio ao lançamento do disco *Fantasia*. "A gente ficou muito amigo, porque ela era uma pessoa muito gostosa de viver, uma libriana boa vida. Eu sou libriano também, então a gente se dava muito bem." Além de Gal, Zé aparece nos trabalhos dos Caymmi, de Elis Regina e do Milton Nascimento.

"Minha relação com Brasília é muito gostosa", destaca. "Em 1979, a Rádio Nacional começou a tocar meu disco, e tocava muito. Bem mais tarde, eu vim com Elizeth Cardoso para cá." Aqui também é onde se radicou Leonel Laterza, cantor e parceiro que o acompanha na apresentação. *Coração ateu*, gravada pela dupla, é uma das músicas listadas no repertório, que vai marcar a volta de Zé Luiz após 10 anos longe da cidade.

A VOLTA

Feitiço das Artes (306 Norte). Sábado, a partir das 20h30. Couvert artístico de R$ 40, reservas em 3548-1680. Livre para todos os públicos.

TANTAS Palavras

POR JOSÉ CARLOS VIEIRA

A MAGIA DO SONETO EM METAVERSO

O soneto destila a voz da mente
e enche o coração com fidelidade,
pois toca na alma bem suavemente,
com as células da solidariedade.

O soneto rimado faz a gente
sentir em paz sua musicalidade,
e no cantar dos versos, de repente,
diz o indizível com simplicidade.

O bom soneto mostra no seu canto,
que a alegria transforma nosso pranto,
na magia de nossas ilusões.

Por isso, o bom soneto gera encantos
no verso e metaverso, que acalantam
presentes e futuras gerações.

Souza Prudente

ESTA SEÇÃO CIRCULA DE TERÇA A SÁBADO/ CARTAS: SIG, QUADRA 2, LOTE 340 / CEP 70.610-901

SUDOKU

						4		
			5	6	7			
		1		2				
		8		9		5		
	5			1		6	4	
	7							3
	6				8	3		7
5			6			8		
1				4				

Grau de dificuldade: médio

www.cruzadas.net

cultura.df@dabr.com.br
3214-1178/3214-1179
Editor: José Carlos Vieira
josecarlos.df@dabr.com.br
CORREIO BRAZILIENSE
Brasília, quinta-feira, 13 de abril de 2023

FESTA PARA DOMINGUINHOS

ESPETÁCULO MUSICAL *ISSO AQUI TÁ BOM DEMAIS* NO TEATRO PLÍNIO MARCOS HOMENAGEIA O MESTRE PERNAMBUCANO DA SANFONA

» IRLAM ROCHA LIMA

Acordeonista, cantor, compositor e arranjador, José Domingos de Moraes, o Dominguinhos, era um artista completo. Pernambucano de Garanhuns surgiu como o mais dileto discípulo de Luiz Gonzaga, a quem acompanhou em várias oportunidades, tanto em estúdio quanto no palco. Morto em 2013, aos 72 anos, deixou um rico legado musical.

Parceiro de Anastácia, Nando Cordel, Gilberto Gil e Chico Buarque, Dominguinhos se tornou conhecido por, a partir do seu trabalho, ter unido o regional de um Brasil profundo com o que havia de mais moderno na música popular brasileira. Isso, ao cantar a experiência humana, em sua essência, com alegria, humor, poesia e leveza.

Em mais de 50 anos de carreira — iniciada na infância — gravou 40 discos, a maioria de forma instrumental. O último trabalho foi o DVD *Iluminado Dominguinhos*, de 2010. Entre os maiores sucessos de sua obra estão *Eu só quero um xodó*, *Tenho sede*, *Abri a porta*, *Lamento sertanejo*, *Pedras que cantam*, *De volta pro aconchego* e *Isso aqui tá bom demais*.

O multi-artista nordestino é celebrado na passagem do décimo ano de sua morte com o musical *Isso aqui tá bom demais*, que depois de estrear em São Paulo cumpre turnê pelo país e chega a Brasília para apresentação, de hoje a domingo, no Teatro Plínio Marcos.

Idealizado por Gabriel Fontes Paiva, responsável pela direção artística, o espetáculo tem direção musical de Myriam Taubkin. Ambos trabalharam durante vários anos com Dominguinhos. O texto, com base na trajetória do homenageado, é da dramaturga e jornalista Sílvia Gomez.

"Quando Dominguinhos morreu foi um momento difícil, porque o acompanhamos de perto. Era muito querido e sempre foi uma delícia trabalhar com ele. Pouco depois da morte dele, procurei a Myriam, minha parceira no Projeto Memória Brasileira, que documenta a memória viva da música brasileira há 35 anos, para criar um musical sobre a vida e obra desse gênio", revela Paiva. "Foram sete anos elaborando, negociando direitos autorais e viabilizando o espetáculo. E, hoje, entendo que conseguimos construir o projeto ideal com dezenas de outras pessoas, que compreendem, respiram e vivem neste universo", acrescenta.

Sobre o processo de construção da dramaturgia, Silvia Gomez lembra que o texto foi escrito ao longo de dois anos, a partir de entrevistas com pessoas que conviveram com Dominguinhos, como Anastácia, Gabriel Fontes Paiva e Myrian Taubkin. Além disso, o jornalista Lucas Nobile assina a pesquisa documental que apoiou a escrita dramatúrgica.

O musical conta certas passagens da vida e da obra de Dominguinhos, misturando documentário e ficção, para o artista relembrar a trajetória, por meio de músicas, fotos, parcerias profissionais e afetivas, enquanto conversa com sua maior e fiel companheira, a sanfona.

Boa parte do elenco da peça veio do universo da música, como é o caso de Liv Moraes, filha, cantora e parceira de Dominguinhos; Cosme Vieira, que tocou sanfona com o mestre, quando ainda era criança; o compositor e arranjador Zé Pitoco, que acompanhou o acordeonista em inúmeros shows; o ator e professor de música Wilson Feitosa; além de Luiza Fitipaldi, Hugo Linns e Jam da Silva, expoentes da nova geração de atores e cantores originários de Pernambuco.

Detentor de prêmios como o Grammy Latino e da Música Brasileira, embora morasse em São Paulo, Dominguinhos sempre voltava ao Nordeste, desde as primeiras turnês com trios, no início da carreira. E nunca deixou de se apresentar nas tradicionais festas juninas de Caruaru (PE), Campina Grande (PB) e Feira de Santana (BA). Como evitava avião, fazia as viagens sempre de automóvel.

Boa parte do elenco da peça veio do universo da música, como é o caso de Liv Moraes, filha, cantora e parceira de Dominguinhos; Cosme Vieira, que tocou sanfona com o mestre, quando ainda era criança; o compositor e arranjador Zé Pitoco, que acompanhou o acordeonista em inúmeros shows; o ator e professor de música Wilson Feitosa; além de Luiza Fitipaldi, Hugo Linns e Jam da Silva, expoentes da nova geração de atores e cantores,originários de Pernambuco.

DOMINGUINHOS: ISSO AQUI TÁ BOM DEMAIS

Espetáculo sobre a vida e a obra do acordeonista, cantor e compositor pernambucano, no Teatro Plínio Marcos (Eixo Cultural Íbero-Americano), de hoje a sábado, às 20h e domingo, às 19h. Duração de 110 minutos. Ingressos: R$ 100 e R$ 50 (meia entrada). Venda pelo bileto. sympla.com. Não recomendado para menores de 12 anos.

Priscila Prade/Divulgação

Espetáculo musical Isso aqui tá bom demais: celebração do talento de Dominguinhos

Entrevista / Liv Moraes

Que lembranças guarda do seu pai?

São muitas lembranças que guardo do meu pai. Era engraçado porque a gente ia almoçar ou jantar, mas ele sempre escolhia ir para o restaurante mais longe...Andar de carro nos acalmava. Ele passeava comigo até eu dormir. Mas são muitas lembranças...Do cheiro, do abraço..

Qual é a avaliação que faz do legado de Dominguinhos?

Ele deixa um legado muito importante aqui. Era uma genialidade fora do normal. E suas músicas eram diferentes. Não tinha um único estilo específico. Eram improvisos incríveis nas canções dele ou nas participações. Ele tinha um jeito de cantar que era só dele. E esse jeito único era tanto na voz, quanto na sanfona que ele urbanizou. Foram muitos ritmos e riquezas e a gente aqui, perpetuando. É uma honra imensa.

Como foi o processo da parceria entre vocês?

Olha, meu pai era um parceiro musical incrível. E como eu escrevo várias poesias, ele um dia achou uma das minhas poesias que chama *Vários caminhos* e musicou. E virei parceira dele quando tinha de 8 pra 9 anos. E foi uma experiência única e inovadora, até porque eu era muito nova, não tinha noção. Fora isso, ele era o meu melhor amigo, parceiro de chorar as pitangas.

Entre as canções compostas pelo mestre da sanfona quais considera as mais emblemáticas?

Eu só quero um Xodó, dele com Gilberto Gil, foi um boom na carreira do meu pai. Foi quando reconheceram a importância dele na MPB como compositor, como músico. Ainda, *De volta pro aconchego*, gravado por Elba Ramalho, e *Pedras que cantam*, que foram para as novelas e fizeram com que ele se expandisse nacionalmente. Fora ainda o lindo trabalho que ele fez com Gal. Tem várias, né. Mas, essas são muito importantes pra ele.

O *Isso Aqui Tá Bom Demais* retrata bem o mestre da sanfona?

O musical é um reencontro e em encontro com meu pai e com a história dele. Você se vê dentro da história dele. Apesar de ter participado de boa parte da vida do meu pai, você estar ali com ele na feira, por exemplo...Por isso digo que é um encontro/reencontro comigo mesma e com meu pai. É um presente, ainda mais por estar com todo esse elenco, diretores e equipe maravilhosa. Me sinto realizada e feliz!

A montagem do espetáculo faz jus ao homenageado?

O legado dele com certeza está sendo muito bem representado por este roteiro rico e belo da Silva (Gomez). Ainda, a maravilhosa direção de Gabriel Paiva e direção musical de Myriam (Taubkin), que escolheu muito bem as músicas. Afinal, são muitas músicas. Se fossemos colocar todas as músicas quantos dias ia durar esse musical (rs). A Myriam fez um lindo trabalho com Hugo Linns. Tá lindo demais, as pessoas se emocionam demais e conhecem mais da vida e da obra de José Domingos de Morais.

Como é voltar a Brasília, agora como participante do musical?

Estou muito feliz. Meu pai tinha um carinho demais por Brasília. Já fomos de carro, eu ainda pequena, e dormíamos em Brasília. E ele ia muito pra tocar forró, chorinho. Estou muito ansiosa para chegar à capital e para que povo conheça esse musical, se emocione, dê risada e saia mais leve e em paz... Como meu pai gostaria que fosse, que é de passar essa paz e leveza da vida.

1 IMÓVEIS COMPRA E VENDA

1.2 APARTAMENTOS

ÁGUAS CLARAS

1 QUARTO

GERALDO VIEIRA IMOBILIÁRIA

PRECISAMOS URGENTE p/ Aluguel ou Venda do seu imóvel. Desde já agradecemos a parceria, que muito nos honra. Cuidamos da documentação do seu imóvel junto aos órgãos competentes.Fazemosinventários. Estamos no mercado há 25 anos. Plantão. Ligue: 3351-9547 / 99974-5385 cj7097 www.geraldovieira.com.br

QD 102 Bloco A 7º andar Payout . 3224-6476/ 99248-2032 c1919

3 QUARTOS

AV PARQUE Águasc Claras frente Parque, apto 133m2 c/ 3 vagas Tr. 98457-5247 c16703

SR. IMÓVEIS CJ 9417

AV ARAUCÁRIAS 3qts suíte nascente reformado sala 02 ambientes, cozinha planejada, muitos armários, 92m2 c/ 02 vagas de garagem. Aceito carro até 200 mil 99109-6160 3042-9200 cj9417

QD. 107 R$ 1.250.000. Bl. "D". Res. Riviera Dei Fiori. Excelente apto Salão/var., 3/4 c/arms., 2 wc, (suíte/closet) coz/arms., á.serv., DCE., 2 vagas gar. Completa estrut. lazer. **Saback Imóveis F/: 3445.1105/ 99926.9766 C/J3506.**

4 OU MAIS QUARTOS

AV PARQUE Águas Qd 104 Ed OASIS 4ste 3vg 189m2 Entega maio/23 98457-5247 c16703

ASA NORTE

1 QUARTO

BARRA IMOBILIÁRIA cj 4232 Desde 1985 Avaliações Gratuitas QUER VENDER OU ALUGAR SEU IMÓVEL? AQUI NÃO PERDEMOS NEGÓCIO! www.barraimobiliaria.com.br (61) 3352-4544

710 1qto + terraço 39m² útil desocupado 210Mil 98121-2023 c8827

3 QUARTOS

BOM PREÇO !
407 SQN Grandão 107m2 de área privativa, varandão, nascente reformado 99976-3789 Mário Soares c4459

707 SCLRN 3qtos desocup 98m² útil 2wc 560 Mil 98121-2023 c8827

ASA SUL

QUITINETES

913 KIT 1qto mobiliada dividida 2garag canto 5º and 98121-2023 c8827

2 QUARTOS

104 SQS 2qts + suite pequena 90m2 lavabo 99962-7271 c11276

104 SQS 2qts + suite pequena 90m2 lavabo 99962-7271 c11276

411 SQS "V" R$ 400mil 3º andar. Excelente apto. Sala, 2/4 e coz. c/ arms, wc. **Saback 3445-1105/999269766 C3506**

3 QUARTOS

102 SQS BLOCO "K". R$ 1.650.000, reformado vista livre. Salão, 3/4 arms 2wc (suíte), coz/ copa/arm. serv. DCE, gar. **Saback 3445.1105 99926.9766 CJ 3506**

JRC VENDE!!!
107 SUL Desocupado! 3 qtos suítes, DCE, andar alto, reformado, 161,m². 98413-8080 c8081

109 3 QTOS suÝíe DCE garagem R$ 1.250 136m2 andar alto. Ac proposta 98413-8080 c 8081

SR. IMÓVEIS CJ 9417

214 SUL reformadíssimo 3qts ste dce 4º andar 123m2 nascente 99109-6160 Zap cj9417

OPORTUNIDADE
416 SUL apt c/ elev 3qt (st) reforma nova 93m² ut. Só R$950.000,00 99982.2077 **MAPI 98522-4444 CJ 27154**

SHIGS Q 707 bloco N Paulo Alencar Vde Casa 3 quartos vazia ótima p. reforma 3361-6464/ 996181744 **cj6131**

SMAS COND. LIVING Paulo Alencar Vde ótimo apt 3q suíte lazer completo 3 vagas garag vazio 3361-6464 ou (61) 99618-1744 **cj6131**

SR. IMÓVEIS CJ 9417

214 SUL reformadíssimo 3qts ste dce 4º andar 123m2 nascente 99109-6160 Zap cj9417

CEILÂNDIA

2 QUARTOS

SR. IMÓVEIS CJ 9417

QNN 27 Res ALLEGRO 2qts sala coz americana , armário na cozinha e banheiro, lazer completo, garagem. 3042-9200 99109-6160 Zap c9417

CRUZEIRO

2 QUARTOS

QD 407 Paulo Alencar Vde apto 03 quartos 2º andar. Prédio reformado R$460.000 3361-6464 / 99618-1744 **cj6131**

NOROESTE

2 QUARTOS

SR. IMÓVEIS CJ 9417

SQNW 110 Cobertura Coletiva! Lindo apto 84m2 2qts (sendo 2 suítes) lavabo cozinha americana garagem 4ºandar (61) 99109-6160 Zap 3042-9200 cj9417

OPORTUNIDADES
CLNW 10/11 2qts 77m2 c/ 2 vagas soltas vista livre R$ 860 mil 99272-4347 c6390

OCTOGONAL

4 OU MAIS QUARTOS

AOS 05 PAULO ALENCAR Vende excelente Apto 04qts nascente andar alto Tr: 3361-6464/ 99618-1744 **cj6131**

SUDOESTE

2 QUARTOS

REFORMADO
QRSW 03 2qts vazado 64m2 desocupado 99976-3789 Mário Soares c4459

TAGUATINGA

2 QUARTOS

BARRA IMOBILIÁRIA cj 4232 Desde 1985 Avaliações Gratuitas QUER VENDER OU ALUGAR SEU IMÓVEL? AQUI NÃO PERDEMOS NEGÓCIO! www.barraimobiliaria.com.br (61) 3352-4544

GERALDO VIEIRA IMOBILIÁRIA

QNL 21 Bloco D - Excelente apto c/ 2qts, 2ºandar reformado, de canto, armários Quitado Escriturado Ac financiamento 3352-0064 99974-5385 cj7097 www.geraldovieira.com.br

3 QUARTOS

GERALDO VIEIRA IMOBILIÁRIA

CNB 01 Ed Dom Ruan 82m2, 2 banheiros, sala cozinha planejada, armários nos quartos, 1 vaga de garagem. Excelente vista! Quitado, escriturado. Aceito financiamento 3352-0064 99974-5385 cj7097 www.geraldovieira.com.br

1.3 CASAS

CANDANGOLÂNDIA

4 OU MAIS QUARTOS

QR 01A Sobrado de esquina 5qtos 3sts Ac. carro Tr:99987-4668 c4572

QR 01A Sobrado de esquina 5qtos 3sts Ac. carro Tr:99987-4668 c4572

CEILÂNDIA

3 QUARTOS

GERALDO VIEIRA IMOBILIÁRIA

QNM 18 conj G Ceilândia Centro 3qts sala copa cozinha suite + casa de fundos, Quitada, escriturada Ac financiamento Plantão! 3352-0064 99974-5385 cj7097 www.geraldovieira.com.br

QNO 15 R$220.000 3q + cs fds escrit cj20220 3333-7900/99269-0200

4 OU MAIS QUARTOS

GERALDO VIEIRA IMOBILIÁRIA

QNO 02 Linda casa colonial laje porcelanatto 4qts (2 suítes) varandas. Quitada, escriturada Aceito financiamento Plantão! 3352-0064 99974-5385 cj7097 www.geraldovieira.com.br

GAMA

3 QUARTOS

QD 23 St. Oeste 3qtos/ 1ste Ac. apto Financia! Tr:99987-4668 c4572

GUARÁ

3 QUARTOS

PRÓXIMO METRÔ
QE 26 3qts dce laje lt 200m2 2vgs ac fin plantão 98135-1919 c1533

LAGO SUL

4 OU MAIS QUARTOS

QI 09
OPORTUNIDADE Linda vista! Belíssima 4suites Elevador 98199-6100/ 99981-8375 c12388

QI 09
OPORTUNIDADE Linda vista! Belíssima 4suites Elevador 98199-6100/ 99981-8375 c12388

PARK WAY

4 OU MAIS QUARTOS

QD 04 Arniqueira casa nova 4qts 3 suites. próx Dona de Casa Tr. 98457-5247 c16703

QD 04 Casa nova 760m2 ótimo acabamento, lote 2.500m2 2stes c/ lazer completo e mobiliada com habitis Tr: 98457-5247 c16703

QD 04 Casa nova 760m2 ótimo acabamento, lote 2.500m2 2stes c/ lazer completo e mobiliada com habitis Tr: 98457-5247 c16703

1.3 PARK WAY

1.3 CASAS

PARK WAY

4 OU MAIS QUARTOS

QD 13 Espetacular! 6qtos todos c/stes, hidro gar cob p/ 3 carros. Ac troca 98413-8080 c8081

RECANTO DAS EMAS

3 QUARTOS

QD 103 colonial, 3 quartos, 2 wc, laje. Excelente localização. Quitada e escriturada 3352-0064/ 99974-5385/cj7097 www.geraldovieira.com.br

QD 103 colonial, 3 quartos, 2 wc, laje. Excelente localização. Quitada e escriturada 3352-0064/ 99974-5385/cj7097 www.geraldovieira.com.br

RIACHO FUNDO

2 QUARTOS

QN 8D R$170mil escrit 2qts + cs lat cj20220 3333-7900/99269-0200

3 QUARTOS

QN 15B R$220mil 3qts escrit cj20220 3333-7900/ 99269-0200

QN 24 3qts (suite) ágio R$165.000 cj20220 3333-7900/ 99269-0200

4 OU MAIS QUARTOS

QN 07 Excelente sobrado - 4 qtos 1 suíte 2 salas cozinha wc social varanda garagem p/ 3 carros, nascente, desocupado, quitado, escriturado. Aceito financiamento. Plantão! 3352-0064 99974-5385 cj7097 www.geraldovieira.com.br

SAMAMBAIA

2 QUARTOS

QR 312 Quitada Aceito financiamento. 2qts laje 2wc sala copa coz garagem p/ 3 carros Plantão 3352-0064 99974-5385 cj7097 www.geraldo vieira.com.br

1.3 TAGUATINGA

TAGUATINGA

3 QUARTOS

GERALDO VIEIRA IMOBILIÁRIA

QNA 09 esquina lote 435m2 excte imóvel cs 3qts suite laje p/ você abrir um excelente negócio. 3352-0064 99974-5385 cj7097 www.geraldovieira.com.br

GERALDO VIEIRA IMOBILIÁRIA

QNJ 14 Excelente imóvel a venda 3qts sendo uma suite, laje, sala cozinha, wc social ótima localização, quitada escriturada. Aceito financiamento 3352-0064 99974-5385 cj7097 www.geraldovieira.com.br

QNL 02 Terreno com 200m², escriturado. (projeto p/ 3 suítes), Projeto aprovado com Alvará de contrução. Pronto para contruir. 3352-0064 99974-5385 cj7097 www.geraldovieira.com.br

QNL 07 Casa nova moderna, ótimo imóvel 3 suítes laje porcelanato. Excelente acabamento. Quitada, escriturada Ac financiamento Plantão! 3352-0064 99974-5385 cj7097 www.geraldovieira.com.br

QNL 17 casa colonial conjunto , 3qts banh social sala cozinha Quitada, escriturada . Aceito financiamento Plantão! 3352-0064 99974-5385 cj7097 www.geraldovieira.com.br

1.3 TAGUATINGA

4 OU MAIS QUARTOS

GERALDO VIEIRA IMOBILIÁRIA

QNA 06 Sobrado construção nova. Excelente p/ morar ou comércio, nascente 4qts 3stes sala copa cozinha lavabo área de lazer compl. churrasq. piscina ár de serviço coberta nascente garag c/6 vagas Quitada e Escriturada. Faça hoje esse grande investimento. Plantão! Tr: 3352-0064 99974-5385 cj7097 www.geraldovieira.com.br

VICENTE PIRES

4 OU MAIS QUARTOS

COLAGRÍCOLA Samambaia Excelente localização, 4 suites, sendo 2 com closet master vazadas com duas varandas, salão de festa com churrasqueira, academia, sistema fotovoltaico de produção de energia, fração e encanamentos 100% reformados, ares condicionados inverter em todas as suítes e sala de TV, Casa toda planejada com armários de 1ª linha, telhas térmicas, sistema de aquecimento da piscina (Solar e elétrico), porcelanato 90x90 Porto Belo na parte debaixo, porcelanato Eliane (amadeirado) na parte superior, cortinas e persianas instaladas, esquadrias alumínio Sasazaki , impermeabilização total das vigas baldrames e contrapisos inferiores, pias esculpidas em todas as suítes e banheiros, infraestrutura de internet, saindo da sala para todas as suites, 580m2 de terreno. Aceita troca por AP de até 800 mil no negócio. Plantão! Tr: 3352-0064 99974-5385 cj7097 www.geraldovieira.com.br

1.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

CEILÂNDIA

GERALDO VIEIRA IMOBILIÁRIA

QNN 04 Guariroba Avenida Via Leste - Vendo Excelente Prédio c/ lojão 135m2 + 18 aptos de 2qts sala coz banh área serviço Excelente renda! Quitado Escriturado Plantão 3352-0064 99974-5385 cj7097 www.geraldo vieira.com.br

1.4 CEILÂNDIA

QNN 38 Guariroba Prédio c/ lojão 135m2 + 12 apartamentos 2qts sala cozinha banheiro área serviço.Quitado,escriturado Ótima renda! Plantão 3352-0064 99974-5385 cj7097 www.geraldo vieira.com.br

GAMA

QI 05 Vendo Prédio, área construída 2.400m2, área do terreno 1.500m2 com Lojão 600m², +18 Apartamentos sendo 12 de 3 qtos, sala cozinha, banheiro, área de Serviço. +6 de 1 quarto, sala, cozinha e banh. Todos com garagem. Quitado e escriturado. Boa parte alugada, previsão de renda R$ 30.000,00 (61) 99974-5385 cj7097 www.geraldovieira.com.br

TAGUATINGA

CNC 02 Prédio , próximo Hospital Anchieta c/ apartamenmto de 82m2 + loja 145m2 Quitado, escriturado Excelente renda ! Plantão 3352-0064 99974-5385 cj7097 www.geraldo vieira.com.br

SR. IMÓVEIS CJ 9417

CSB 05 Loja reformada com 306m² . Vendo ou Troco por + valor. Volto diferença 99109-6160 3042-9200 cj9417

CSE 03 Taguatinga Sul Excelente renda! Prédio c/ 03 apartamentos 2qts + loja Quitada escriturada Plantão 3352-0064 99974-5385 cj7097 www.geraldo vieira.com.br

QNM 38 vendo p/ investidor prédio c/ 6 apartamentos de 1 quarto sala, cozinha banheiro, ár. de serviço, todos alugados. Renda mensal R$5.000. Ac troca. Faça hoje esse grande investimento. Plantão! 3352-0064 99974-5385 cj7097 www.geraldovieira.com.br

1.4 TAGUATINGA

SR. IMÓVEIS CJ 9417

QND 28 Loja c/ 270m2 na Av Comercial, ótima localização 99109-6160 3042-9200 cj9417

SALAS

ASA NORTE

ED. LIBERTY MALL- R$ 150.000 Torre "A" Sl.216, 34m², wc. Desocupada. . **Saback Imóveis F/: 3445.1105/ 99926.9766 C/J3506.**

ASA SUL

ED GOIÁS SCS sala 1°andar. 99248-2032/ 3224-6476 Payot c1919

SGAS 910/ Via Brasil Bl. "D" R$350.000. c/33 m². Sala c/ recepção, 2wc (ar cond.) **Saback Imóveis F/: 3445.1105/ 99926.9766 CJ 3506**

SGAS 915 Vendo 02 salas Ed. Office Center. R$ 220.000 cada, (final corredor) c/wc e varanda. **Saback Imóveis F/3445.1105/ 99926.9766 CJ 3506**

1.5 LOTES, ÁREAS E GALPÕES

PARK WAY

QD 05 lote 2.500m2 ótimo condominio. Tr: 98457-5247 c16703

SAAN/SIA/SIG/SOF

SR. IMÓVEIS CJ 9417

SOF SUL QD 12 Conj B, Lote 800m2, podendo-se Residencial e Comercial até 10 andares (61) 99109-6160 Zap 3042-9200 cj9417

TAGUATINGA

QNC 09 Samdu Norte - Raridade lote com 350m2, esquina quitado escriturado, desocupado para grandes investidores. Plantão 3352-0064 99974-5385 cj7097 www.geraldo vieira.com.br

QNC 09 Samdu Norte - Raridade lote com 350m2, esquinão, p/construir lojas e apartamentos. Quitado escriturado, desocupado para grandes investidores. Plantão 3352-0064 99974-5385 cj7097 www. geraldo vieira.com.br

1.5 TAGUATINGA

QSD 43 lote 01 ao lado do Banco BRB, Pistão Sul , frente Carrefour Taguatinga Sul Tr. 99977-9881

VALPARAÍSO

BR 040/GO 16 MIL M²
VALPARAÍSO-GO 300m frente p/ BR 040/GO km 8, á 2,5 km da Havan. BUILT TO SUIT. Próprio para CD, mercado, atacado ou logística. Tr: 61 9.9868-1355 wpp

OUTROS ESTADOS

VENDO LOTE CORUMBÁ IV
1000 M² A beira da represa Corumbá IV. Aceito troca por outro lote ou carro. Aceito financiamento. Tr: (61) 99997-0399 Falar com lara

1.6 SÍTIOS, CHÁCARAS E FAZENDAS

DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

ALEXANIA ESCRITURADO
SÍTIO excte localiz todo form 3alqs sede curral etc 99624-8852 c13499

EXCELENTE PARA CLUBE
LAGO OESTE Linda Chác 4Hec casa sede 2stes casa caseiro chalé, 6 baias cobertas 2 tanques de peixe 4 estufas área gourmet c/pisc churrasq 98413-8080 c8081

EXCELENTE PARA CLUBE
LAGO OESTE Linda Chác 4Hec casa sede 2stes casa caseiro chalé, 6 baias cobertas 2 tanques de peixe 4 estufas área gourmet c/pisc churrasq 98413-8080 c8081

2 IMÓVEIS ALUGUEL

2.2 APARTAMENTOS

ÁGUAS CLARAS

1 QUARTO

SR. IMÓVEIS CJ 9417

QD 205 Res Paço Línea, 01 suite, sala, cozi americana, armários, nascente, andar alto garagem (61) 99109-6160 Zap 3042-9200 cj9417

2.2 ÁGUAS CLARAS

2 QUARTOS

GERALDO VIEIRA IMOBILIÁRIA

PRECISAMOS URGENTE p/ Aluguel ou Venda do seu imóvel. Desde já agradecemos a parceria, que muito nos honra. Cuidamos da documentação do seu imóvel junto aos órgãos competentes.Fazemos inventários. Estamos no mercado há 25 anos. Plantão. Ligue: 3351-9547 / 99974-5385 cj7097 www.geraldovieira.com.br

ASA NORTE

QUITINETES

SR. IMÓVEIS CJ 9417

911 NORTE Cond Garden Park Mobiliada decorada dividida garagerm (61) 99109-6160 Zap 3042-9200 cj9417

2 QUARTOS

708 W3 NORTE Alugo Apartamento c/02 quartos com armários, sala, cozinha, área serviço, todos cômodos separados 54m², em cima do comercio. Tratar: 98122-9816 Jorge

SHCGN 703 bl.L 2 qtos-1 suíte - varanda- armário em todos os cômodos- 1 vaga de garagem- Piso Porcelanato-Sanca- Ótima localização. Tr: 3225-5320 **- Módulos Consult. CJ5004**

SHCGN 703 bl.L 2 qtos-1 suíte - varanda- armário em todos os cômodos- 1 vaga de garagem- Piso Porcelanato-Sanca- Ótima localização. Tr: 3225-5320 **- Módulos Consult. CJ5004**

3 QUARTOS

316 ALUGO apto 3qts c/ ste e DCE completa R$ 3.700 Tr: 99202-0947

ASA SUL

2 QUARTOS

210 SUL 3 qtos, modificado para 2 qtos, 105 m², reformado, 1 suíte com closet, 1 quarto, sala de estar, sala de jantar, DCE e garagem. Fino acabamento. Tratar com Jorge 98122-9816

3 QUARTOS

LINDO IMÓVEL
310 SQS Alugo excte apto 3qts dce nascente garagem 99976-3789 Mário Soares c4459

SQS 316, b. G, ap 403, 158m², 3 dorm, sendo 2 suítes. R$ 5.500/mês +cond. +energia +IPTU. Tr:(61) 99868-1355 wpp

2.2 NOROESTE

NOROESTE

3 QUARTOS

SQNW 309 - Bl. "H"/ 301. R$5.500. Excelente apto. Sala/var., 3/4 c/ arms., (2 suítes) coz.,/ arms., a.serv., DCE., 2 vagas gar. Completa estrut. lazer **Saback Imóveis 3445.1105 CJ3506**

NÚCLEO BANDEIRANTE

2 QUARTOS

SR. IMÓVEIS CJ 9417

2ª AV Bloco 790 Apto c/ 2qts sl coz R$ 1.500, + cond R$265 99109-6160 3042-9200 cj9417

SUDOESTE

QUITINETES

ED TOP MASTER
CCSW 04 Alugo ótima Kit mobiliada c/garagem 99976-3789 Mário Soares c4459

TAGUATINGA

2 QUARTOS

PRECISAMOS URGENTE p/ Aluguel ou Venda do seu imóvel. Desde já agradecemos a parceria, que muito nos honra. Cuidamos da documentação do seu imóvel junto aos órgãos competentes.Fazemos inventários. Estamos no mercado há 25 anos. Plantão. Ligue: 3351-9547 / 99974-5385 cj7097 www.geraldovieira.com.br

GERALDO VIEIRA IMOBILIÁRIA

PRECISAMOS URGENTE p/ Aluguel ou Venda do seu imóvel. Desde já agradecemos a parceria, que muito nos honra. Cuidamos da documentação do seu imóvel junto aos órgãos competentes.Fazemos inventários. Estamos no mercado há 25 anos. Plantão. Ligue: 3351-9547 / 99974-5385 cj7097 www.geraldovieira.com.br

2.3 CASAS

ASA SUL

4 OU MAIS QUARTOS

711 BLOCO F casa 2, 4 qtos c/ armários DCE, gar. Sobrado de esquina. F: 61 99981-9083

2.3 CEILÂNDIA

CEILÂNDIA

3 QUARTOS

PRECISAMOS URGENTE p/ Aluguel ou Venda do seu imóvel. Desde já agradecemos a parceria, que muito nos honra. Cuidamos da documentação do seu imóvel junto aos órgãos competentes.Fazemosinventários. Estamos no mercado há 25 anos. Plantão. Ligue: 3351-9547 / 99974-5385 cj7097 www.geraldovieira.com.br

2.3 TAGUATINGA

TAGUATINGA

2 QUARTOS

GERALDO VIEIRA IMOBILIÁRIA

PRECISAMOS URGENTE p/ Aluguel ou Venda do seu imóvel. Desde já agradecemos a parceria, que muito nos honra. Cuidamos da documentação do seu imóvel junto aos órgãos competentes.Fazemosinventários. Estamos no mercado há 25 anos. Plantão. Ligue: 3351-9547 / 99974-5385 cj7097 www.geraldovieira.com.br

2.3 TAGUATINGA

3 QUARTOS

GERALDO VIEIRA IMOBILIÁRIA

PRECISAMOS URGENTE p/ Aluguel ou Venda do seu imóvel. Desde já agradecemos a parceria, que muito nos honra. Cuidamos da documentação do seu imóvel junto aos órgãos competentes.Fazemosinventários. Estamos no mercado há 25 anos. Plantão. Ligue: 3351-9547 / 99974-5385 cj7097 www.geraldovieira.com.br

2.4 ASA NORTE

2.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

ASA NORTE

SR. IMÓVEIS CJ 9417

SCLRN 712 frente W3/ C.E.F Prédio comercial, 220m2 totalmente reform c/ subsolo térreo 1º e 2º piso 99109-6160 3042-9200 cj9417

2.4 SAAN/SIA/SIG/SOF

SAAN/SIA/SIG/SOF

ÁREA PARA LOCAÇÃO 50M² A 920M² SHOPPING
SIA TR 03/04 Frente Pça alimentação c/ grande estac. Local c/ seg rígida. 3362-0064 3036-8115 99987-3813 99866-4141 c/8045

SIA TR 03/04 Shopping Sia Center Mall lojas de 40m² à 160m² junto c/praça de alimentação, ao lado do Sabin. 3362-0064 3036-8115 99987-3813 99866-4141 c/8045

2.4 ASA NORTE

SALAS

ASA NORTE

SCN QD 02 Bl. B Shopping Libert Mall - sala com dois ambientes sendo um recepção e outro com banheiro e garagem privativa. 3225-5320 - **Módulos Consult. CJ5004**

SCRN 513 Ed Imperador salas c/ 58m², 65m², 83m², 116,74m², 200m², 300m² e, 481m², 600m², 1.100m² 2.000m², 3.000m² c/opção de locação de vagas de garagem. Direto c/o proprietário F: 3964-3144 Jorge

ANUNCIE O SEU PRODUTO LIGUE PARA: 61 3342-1000 CLASSIFICADOS

2.4 ASA SUL

ASA SUL

ED SÃO PAULO SCS 1 sala 99248-2032/3224-6476 Payot c1919

SCS QD 02 Ed Ariston sala c/85m², 89m², 110m², 175m2 e 395m², c/opção de vaga de garagem. Dir. c/proprietário. 3964-3144 **Jorge**

2.5 LOTES, ÁREAS E GALPÕES

CIDADES SATÉLITES

RIACHO FUNDO II QC 04 frente Super Bom Alugo galpão 300m2 Av Principal. Excelente ponto 3352-0064 99974-5385 cj7097 www.geraldovieira.com.br

3 VEÍCULOS

3.1 Automóveis
3.2 Caminhonetes e Utilitários
3.3 Caminhões
3.4 Motos
3.5 Outros Veículos
3.6 Peças e Serviços

3.1 AUTOMÓVEIS

FABRICANTES

CITROEN

EMBAIXADA DA FRANÇA VENDE CITROEN
C4/13 venda por licitação. Para mais informações acesse o site https://br.ambafrance.org/

FIAT

PALIO/07 inteiro. Motor Fire Aceito troca (61) 99969-9595/99909-7931

HYUNDAI

HB20 16/16 Flex branco 1.0 compl ún dona carro de mulher. 100MKM 98115-8550

PEUGEOT

EMBAIXADA DA FRANÇA VENDE PEUGEOT
207/10 venda por licitação. Para mais informações acesse o site https://br.ambafrance.org/

RENAULT

EMBAIXADA DA FRANÇA VENDE RENAULT
SANDERO 11/12 entre outros, venda por licitação. Para mais informações acesse o site https://br.ambafrance.org/

3.6 ALUGUEL

3.6 PEÇAS E SERVIÇOS

ALUGUEL

LOCA VIP AUTOMOVEIS COM AR cond, dh e km livre. Não exigimos cartão. A partir de R$ 80,00. Tr: 98282-5660 whats

4 CASA & SERVIÇOS

4.1 Construção e Reforma
4.2 Moda, Vestuário e Beleza
4.3 Saúde
4.2 Comemorações, e Eventos
4.5 Serviços Profissionais
4.6 Som e Imagem
4.7 Diversos

4.2 MODA, VESTUÁRIO E BELEZA

JÓIAS E RELÓGIOS

SMARTWATCH W 27 pro a prova d'água 61-991425364

ROUPAS E BOUTIQUES

CAMISAS DE TIMES Estrangeiros 61-991425364

4.3 SAÚDE

OUTRAS ESPECIALIDADES

CUIDADORA ATENDIMENTO Home Care, serviços enfermagem. Coren ativo 61-999131369

4.5 SERVIÇOS PROFISSIONAIS

ADVOCACIA

ADVOCACIA PREVIDENCIÁRIA Orientação sem compromisso: BPC LOAS; Auxílios e Aposentadorias em geral. (61) 98541-9335

DIGITAÇÃO

ARTIGOS, DIGITAÇÃO e redação para concursos. Tr. 98288-7363

5 NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

5.1 Agricultura e Pecuária
5.2 Comunicados, Mensagens e Editais
5.3 Infomática
5.4 Oportunidades
5.5 Pontos Comerciais
5.6 Telecomunicações
5.7 Turismo e Lazer

5.1 AGRICULTURA E PECUÁRIA

ANIMAIS

VACAS LEITEIRAS 20 em lactação e 9 prenhes 61-999666281

Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas e Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas de Novo Gama-GO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE RODRIGO AQUINO VILELA CPF: 029.058.771-97

O Cartório de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas e Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas de Novo Gama-GO, FAZ SABER, para ciência do(a) respectivo(a), Sr(a) RODRIGO AQUINO VILELA CPF: 029.058.771-97, residente e domiciliado em Quadra 19, Casa 130, Setor Oeste, Gama - DF, devedor fiduciante do imóvel: Lote 16, Quadra 20, Mont Serrat Paiva, Neste Munícipio; o qual não tenha sido encontrado nos endereços de cobranças: Lote 16, Quadra 20, Mont Serrat Paiva, Neste Munícipio e na Quadra 19, Casa 130, Setor Oeste, Gama, Brasília-DF; fica, por este edital INTIMADO do teor respectivo, O Cartório de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas e Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas de Novo Gama-GO,segundo as atribuições conferidas pelo art. 26 § 1° e 3° da lei n° 9.514/97. Por requerimento da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, credor fiduciário de Contrato de Financiamento Imobiliário, na Matricula n° 19.377 deste Ofício, com saldo devedor de responsabilidade, de V.Sa., venho INTIMA-LO a efetuar o pagamento das prestações e as que se venceram até a data do pagamento, os juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contatuais, os encargos tributos, as contribuições condominiais imputáveis ao imóvel, cujo valor corresponde a R$ 7.005,73 (sete mil e cinco reais e setenta e três centavos), além das despesas de cobrança e de intimação, o qual é lançado, na planilha de débitos, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, como "Diferença de prestações anteriores". Assim, procedo à INTIMAÇÃO de V. As. Para de se dirija, no horário de 08:00 às 17:00hs, a este Oficio situado na Av. Haidê do Espírito Santo Cerqueira, Quadra 472, Lote 02/06, Loja 01, Parque Estrela D'alva VI, nesta cidade; onde deverá efetuar o pagamento do débito discriminado. Este edital será publicado por 03 dias, devendo o débito supramencionado ser pago no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias a contar do último dia desta publicação. Por oportuno, fica V. Sa. Ciente de que o não cumprimento do referido pagamento no prazo ora estipulado, garante o direito da consolidação de propriedade do imóvel em favor do credor fiduciário, nos termos do Art. 26 § 7°, da Lei n° 9.514/97. Atenciosamente, Ênio Laércio Chappuis, o Oficial.

Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas e Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas de Novo Gama-GO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE BRUNO FERNANDO DA SILVA CPF: 014.202.191-11

O Cartório de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas e Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas de Novo Gama-GO, FAZ SABER, para ciência do(a) respectivo(a), Sr(a) BRUNO FERNANDO DA SILVA CPF: 014.202.191-11, residente e domiciliado em Quadra 730, Lote 12, Braz Q 06, Lote 12A, Parque Estrela Dalva VI, devedor fiduciante do imóvel: Lote 16, Conjunto "A", Chácara 196, Quadra "I", Chácaras Minas Gerais Gleba B, Neste Munícipio; o qual não tenha sido encontrado no endereço de cobrança: Lote 16, Conjunto "A", Chácara 196, Quadra "I", Chácaras Minas Gerais Gleba B e na Quadra 730, Lote 12, Braz Q 06, Parque Estrela Dalva, Neste Munícipio; fica, por este edital INTIMADO do teor respectivo, O Cartório de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas e Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas de Novo Gama-GO,segundo as atribuições conferidas pelo art. 26 § 1° e 3° da lei n° 9.514/97. Por requerimento da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, credor fiduciário de Contrato de Financiamento Imobiliário, na Matricula n° 744 deste Ofício, com saldo devedor de responsabilidade, de V.Sa., venho INTIMA-LO a efetuar o pagamento das prestações e as que se venceram até a data do pagamento, os juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contatuais, os encargos tributos, as contribuições condominiais imputáveis ao imóvel, cujo valor corresponde a R$ 3.609,71 (três mil, seiscentos e nove reais e setenta e um centavos), além das despesas de cobrança e de intimação, o qual é lançado, na planilha de débitos, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, como "Diferença de prestações anteriores". Assim, procedo à INTIMAÇÃO de V. As. Para de se dirija, no horário de 08:00 às 17:00hs, a este Oficio situado na Av. Haidê do Espírito Santo Cerqueira, Quadra 472, Lote 02/06, Loja 01, Parque Estrela D'alva VI, nesta cidade; onde deverá efetuar o pagamento do débito discriminado. Este edital será publicado por 03 dias, devendo o débito supramencionado ser pago no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias a contar do último dia desta publicação. Por oportuno, fica V. Sa. Ciente de que o não cumprimento do referido pagamento no prazo ora estipulado, garante o direito da consolidação de propriedade do imóvel em favor do credor fiduciário, nos termos do Art. 26 § 7°, da Lei n° 9.514/97. Atenciosamente, Ênio Laércio Chappuis, o Oficial.

Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas e Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas de Novo Gama-GO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE IGOR VITOR DE SOUSA E SILVA CPF: 704.671.861-03 e BEATRIZ MARTINS ABEN ATHAR E SILVA CPF: 072.462.791-05

O Cartório de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas e Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas de Novo Gama-GO, FAZ SABER, para ciência do(a) respectivo(a), Sr(a) IGOR VITOR DE SOUSA E SILVA CPF: 704.671.861-03 e BEATRIZ MARTINS ABEN ATHAR E SILVA CPF: 072.462.791-05, residentes e domiciliados em Quadra 06, Lote 09, Jardim Paiva, devedores fiduciantes do imóvel: Apartamento nº 101, Lote 03, Quadra 20, Pavimento Térreo, Condomínio Residencial Fenix XV, Lunabel 3-A, Neste Munícipio; os quais não tenham sido encontrados nos endereços de cobranças: Apartamento nº 101, Lote 03, Quadra 20, Pavimento Térreo, Condomínio Residencial Fenix XV, Lunabel 3-A e na Quadra 06, Lote 09, Jardim Paiva, Neste Munícipio; fica, por este edital INTIMADOS do teor respectivo, O Cartório de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas e Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas de Novo Gama-GO,segundo as atribuições conferidas pelo art. 26 § 1° e 3° da lei n° 9.514/97. Por requerimento da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, credor fiduciário de Contrato de Financiamento Imobiliário, na Matricula n° 21.020 deste Ofício, com saldo devedor de responsabilidade, de V.Sa., venho INTIMA-LOS a efetuar o pagamento das prestações e as que se venceram até a data do pagamento, os juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contatuais, os encargos tributos, as contribuições condominiais imputáveis ao imóvel, cujo valor corresponde a R$ 2.787,05 (dois mil, setecentos e oitenta e sete reais e cinco centavos), além das despesas de cobrança e de intimação, o qual é lançado, na planilha de débitos, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, como "Diferença de prestações anteriores". Assim, procedo à INTIMAÇÃO de V. As. Para de se dirija, no horário de 08:00 às 17:00hs, a este Oficio situado na Av. Haidê do Espírito Santo Cerqueira, Quadra 472, Lote 02/06, Loja 01, Parque Estrela D'alva VI, nesta cidade; onde deverá efetuar o pagamento do débito discriminado. Este edital será publicado por 03 dias, devendo o débito supramencionado ser pago no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias a contar do último dia desta publicação. Por oportuno, fica V. Sa. Ciente de que o não cumprimento do referido pagamento no prazo ora estipulado, garante o direito da consolidação de propriedade do imóvel em favor do credor fiduciário, nos termos do Art. 26 § 7°, da Lei n° 9.514/97. Atenciosamente, Ênio Laércio Chappuis, o Oficial.

Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas e Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas de Novo Gama-GO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ANGELINA DE LIMA OLIVEIRA CPF: 015.451.361-06

O Cartório de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas e Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas de Novo Gama-GO, FAZ SABER, para ciência do(a) respectivo(a), Sr(a) ANGELINA DE LIMA OLIVEIRA CPF: 015.451.361-06, residente e domiciliada em Quadra 09, Lote 20, Jardim Lago Azul, devedora fiduciante do imóvel: Apartamento nº 104, Lote 20, Quadra 31, 1º Pavimento, Condomínio Residencial Anna Rubin, Lunabel 3, Neste Munícipio; o qual não tenha sido encontrada no endereço de cobrança: Apartamento nº 104, Lote 20, Quadra 31, 1º Pavimento, Condomínio Residencial Anna Rubin, Lunabel 3, Neste Munícipio; fica, por este edital INTIMADA do teor respectivo, O Cartório de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas e Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas de Novo Gama-GO,segundo as atribuições conferidas pelo art. 26 § 1° e 3° da lei n° 9.514/97. Por requerimento da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, credor fiduciário de Contrato de Financiamento Imobiliário, na Matricula n° 20.494 deste Ofício, com saldo devedor de responsabilidade, de V.Sa., venho INTIMA-LA a efetuar o pagamento das prestações e as que se venceram até a data do pagamento, os juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contatuais, os encargos tributos, as contribuições condominiais imputáveis ao imóvel, cujo valor corresponde a R$ 4.048,90 (quatro mil e quarenta e oito reais e noventa centavos), além das despesas de cobrança e de intimação, o qual é lançado, na planilha de débitos, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, como "Diferença de prestações anteriores". Assim, procedo à INTIMAÇÃO de V. As. Para de se dirija, no horário de 08:00 às 17:00hs, a este Oficio situado na Av. Haidê do Espírito Santo Cerqueira, Quadra 472, Lote 02/06, Loja 01, Parque Estrela D'alva VI, nesta cidade; onde deverá efetuar o pagamento do débito discriminado. Este edital será publicado por 03 dias, devendo o débito supramencionado ser pago no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias a contar do último dia desta publicação. Por oportuno, fica V. Sa. Ciente de que o não cumprimento do referido pagamento no prazo ora estipulado, garante o direito da consolidação de propriedade do imóvel em favor do credor fiduciário, nos termos do Art. 26 § 7°, da Lei n° 9.514/97. Atenciosamente, Ênio Laércio Chappuis, o Oficial.

Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas e Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas de Novo Gama-GO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE CLAUDIO CESAR PERRES DA SILVA CPF: 001.305.443-02

O Cartório de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas e Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas de Novo Gama-GO, FAZ SABER, para ciência do(a) respectivo(a), Sr(a) CLAUDIO CESAR PERRES DA SILVA CPF: 001.305.443-02, residente e domiciliado em Quadra 05, Lote 05, Lunabel 3, devedor fiduciante do imóvel: Casa 03, Área H-36, Quadra 01, Residencial Taurisano I, Chácaras São Jorge, Neste Munícipio; o qual não tenha sido encontrado no endereço de cobrança: Casa 03, Área H-36, Quadra 01, Residencial Taurisano I, Chácaras São Jorge, Neste Munícipio; fica, por este edital INTIMADO do teor respectivo, O Cartório de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas e Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas de Novo Gama-GO,segundo as atribuições conferidas pelo art. 26 § 1° e 3° da lei n° 9.514/97. Por requerimento da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, credor fiduciário de Contrato de Financiamento Imobiliário, na Matricula n° 6.388 deste Ofício, com saldo devedor de responsabilidade, de V.Sa., venho INTIMA-LO a efetuar o pagamento das prestações e as que se venceram até a data do pagamento, os juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contatuais, os encargos tributos, as contribuições condominiais imputáveis ao imóvel, cujo valor corresponde a R$ 4.252,16 (quatro mil, duzentos e cinquenta e dois reais e dezesseis centavos), além das despesas de cobrança e de intimação, o qual é lançado, na planilha de débitos, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, como "Diferença de prestações anteriores". Assim, procedo à INTIMAÇÃO de V. As. Para de se dirija, no horário de 08:00 às 17:00hs, a este Oficio situado na Av. Haidê do Espírito Santo Cerqueira, Quadra 472, Lote 02/06, Loja 01, Parque Estrela D'alva VI, nesta cidade; onde deverá efetuar o pagamento do débito discriminado. Este edital será publicado por 03 dias, devendo o débito supramencionado ser pago no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias a contar do último dia desta publicação. Por oportuno, fica V. Sa. Ciente de que o não cumprimento do referido pagamento no prazo ora estipulado, garante o direito da consolidação de propriedade do imóvel em favor do credor fiduciário, nos termos do Art. 26 § 7°, da Lei n° 9.514/97. Atenciosamente, Ênio Laércio Chappuis, o Oficial.

Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas e Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas de Novo Gama-GO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE GUSTAVO DE SOUSA MORAES CPF: 066.168.091-61 e LISSANDRA CAMILLY DE ABREU LIMA CPF: 077.669.751-06

O Cartório de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas e Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas de Novo Gama-GO, FAZ SABER, para ciência do(a) respectivo(a), Sr(a) GUSTAVO DE SOUSA MORAES CPF: 066.168.091-61 e LISSANDRA CAMILLY DE ABREU LIMA CPF: 077.669.751-06, residentes e domiciliados em Quadra 00 E, Número 37, Chácara 110, Estrela D'Alva VI, devedores fiduciantes do imóvel: Apartamento nº 102, Lote 02, Quadra 05, Pavimento Térreo, Condomínio Residencial Bemfica Rubin, Lunabel 3, Neste Munícipio; os quais não tenham sido encontrados nos endereços de cobranças: Apartamento nº 102, Lote 02, Quadra 05, Pavimento Térreo, Condomínio Residencial Bemfica Rubin, Lunabel 3 e na R 208, Q 3, Lote 37, Estância Esperança, Neste Munícipio; fica, por este edital INTIMADOS do teor respectivo, O Cartório de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas e Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas de Novo Gama-GO,segundo as atribuições conferidas pelo art. 26 § 1° e 3° da lei n° 9.514/97. Por requerimento da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, credor fiduciário de Contrato de Financiamento Imobiliário, na Matricula n° 23.996 deste Ofício, com saldo devedor de responsabilidade, de V.Sa., venho INTIMA-LOS a efetuar o pagamento das prestações e as que se venceram até a data do pagamento, os juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contatuais, os encargos tributos, as contribuições condominiais imputáveis ao imóvel, cujo valor corresponde a R$ 7.448,81 (sete mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e oitenta e um centavos), além das despesas de cobrança e de intimação, o qual é lançado, na planilha de débitos, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, como "Diferença de prestações anteriores". Assim, procedo à INTIMAÇÃO de V. As. Para de se dirija, no horário de 08:00 às 17:00hs, a este Oficio situado na Av. Haidê do Espírito Santo Cerqueira, Quadra 472, Lote 02/06, Loja 01, Parque Estrela D'alva VI, nesta cidade; onde deverá efetuar o pagamento do débito discriminado. Este edital será publicado por 03 dias, devendo o débito supramencionado ser pago no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias a contar do último dia desta publicação. Por oportuno, fica V. Sa. Ciente de que o não cumprimento do referido pagamento no prazo ora estipulado, garante o direito da consolidação de propriedade do imóvel em favor do credor fiduciário, nos termos do Art. 26 § 7°, da Lei n° 9.514/97. Atenciosamente, Ênio Laércio Chappuis, o Oficial.

Sindicato do Comércio Varejista do Distrito Federal-Sindivarejista

Edital de Convocação

O Presidente, na forma prevista no art. 24, inciso IV do Estatuto Social, **convoca** todos os associados e demais membros da categoria para a Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se no **dia 24 de abril de 2023 às 16h30 em 1ª convocação e 17h em 2ª convocação, no endereço SCS Quadra 6 Bl. A Ed. Newton Rossi, 4º andar, Brasília – DF**, para deliberar sobre: **a)** exame e apreciação das pautas de reivindicações dos trabalhadores dos sindicatos laborais; **b)** eleição e delegação de poderes às Comissões de Negociações Coletivas para 2023/2024 para negociar e firmar o Instrumento Normativo, instaurar ou responder Dissídio Coletivo ou promover defesa; e **c)** Discussão e aprovação das contribuições patronais para 2023/2024. Informamos que a pauta de reivindicações do SINDICOM está à disposição, para conhecimento prévio dos interessados, devendo ser solicitada através do e-mail assessoria1.trabalhista@sindivarejista.com.br. A assembleia será realizada, exclusivamente, de forma presencial. Sebastião Abritta, Presidente - Brasília-DF, 13 de abril de 2023.

LEILÃO DE IMÓVEL

REGIDO PELA LEI 9.514/97 - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
(CREDORA FIDUCIÁRIA: ECAP ENGENHARIA LTDA)

ADRIANO DE SOUZA CARDOSO, Leiloeiro Público Oficial, matriculado na Junta Comercial do DF sob o nº 33, devidamente autorizado, torna público que realizará no dia **19/04/2023** às 11:00h, pelo lance mínimo de R$ 403.235,94 (quatrocentos e três mil duzentos e trinta e cinco reais e noventa e quatro centavos) calculado na forma do art. 27, §1º da Lei 9.514/97, ou, em não havendo licitante, dia **20/04/2023** às 11:00h, pelo lance mínimo de R$ 421.623,77 (quatrocentos e vinte e um mil seiscentos e vinte e três reais e setenta e sete centavos) calculado na forma do art. 27, §§ 2º e 3º da Lei 9.514/97, Leilão Público Extrajudicial do(a) **Unidade Autônoma nº 23 do Conjunto 03, Condomínio Residencial Le Jardin 2, Lote nº 02, Quadra C-2, Setor Habitacional Tororó, Brasília-DF, com área de terreno de 367,35 m2,** com matrícula no 2º CRI do DF sob o nº 162.101, oriundo(a) de consolidação de propriedade em favor de ECAP ENGENHARIA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 05.945.467/0001-28, por força de Escritura Pública de Compra e Venda com Alienação Fiduciária em Garantia, celebrado entre a Credora Fiduciária e MARIA APARECIDA ALVES DE FIGUEIREDO SOUSA, portador(a) do RG nº 1.980.000 SESP/DF e CPF nº 968.397.081-87, tendo sido o(a)(s) devedor(a)(es) fiduciante(s) devidamente constituído(a)(s) em mora. A venda será feita à vista, a quem maior lance oferecer, respeitados os valores mínimos acima descritos, acrescidos de 5% (cinco por cento) de comissão do Leiloeiro. Os débitos de IPTU/TLP e Taxas Condominiais cujos vencimentos ocorram até o dia 20/04/2023 correrão por conta da Credora Fiduciária. O imóvel encontra-se sem qualquer construção. Caberá ao arrematante o pagamento dos emolumentos cartoriais e impostos (ITBI) decorrentes da lavratura e do registro da Escritura Pública de Compra e Venda. **O leilão será realizado de forma exclusivamente eletrônica através do portal WWW.CAPITALLEILOES.COM.BR.** Ficam os devedores fiduciantes, por este edital, desde já intimados das referidas datas.

Leilões Judiciais e Extrajudiciais

Edital completo, Fotos e Certidão de Ônus do imóvel disponíveis no site **WWW.CAPITALLEILOES.COM.BR** ou pelos tels. (61) 3552-4847 e (61) 9968-6566.

ADRIANO DE SOUZA CARDOSO
Leiloeiro Público Oficial

Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas e Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas de Novo Gama-GO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE VANIA VOGADO DE OLIVEIRA CPF: 072.604.721-03 e TIAGO DE SOUSA ALVES CPF: 709.848.441-55

O Cartório de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas e Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas de Novo Gama-GO, FAZ SABER, para ciência do(a) respectivo(a), Sr(a) VANIA VOGADO DE OLIVEIRA CPF: 072.604.721-03 e TIAGO DE SOUSA ALVES CPF: 709.848.441-55, residentes e domiciliados em Quadra 21, Lote 08, Jardim Lago Azul, devedores fiduciantes do imóvel: Apartamento nº 101, Lote 04, Quadra 09, Pavimento Térreo, Condomínio Residencial Ferrari III, Jardim Lago Azul, Neste Munícipio; os quais não tenham sido encontrados nos endereços de cobranças: Apartamento nº 101, Lote 04, Quadra 09, Pavimento Térreo, Condomínio Residencial Ferrari III, Jardim Lago Azul e na Q 9, Rua 25, Lote 16 B, Jardim Lago Azul, Neste Munícipio; fica, por este edital INTIMADOS do teor respectivo, O Cartório de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas e Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas de Novo Gama-GO,segundo as atribuições conferidas pelo art. 26 § 1° e 3° da lei n° 9.514/97. Por requerimento da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, credor fiduciário de Contrato de Financiamento Imobiliário, na Matricula n° 24.938 deste Ofício, com saldo devedor de responsabilidade, de V.Sa., venho INTIMA-LOS a efetuar o pagamento das prestações e as que se venceram até a data do pagamento, os juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contatuais, os encargos tributos, as contribuições condominiais imputáveis ao imóvel, cujo valor corresponde a R$ 3.757,41 (três mil, setecentos e cinqüenta e sete reais e quarenta e um centavos), além das despesas de cobrança e de intimação, o qual é lançado, na planilha de débitos, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, como "Diferença de prestações anteriores". Assim, procedo à INTIMAÇÃO de V. As. Para de se dirija, no horário de 08:00 às 17:00hs, a este Oficio situado na Av. Haidê do Espírito Santo Cerqueira, Quadra 472, Lote 02/06, Loja 01, Parque Estrela D'alva VI, nesta cidade; onde deverá efetuar o pagamento do débito discriminado. Este edital será publicado por 03 dias, devendo o débito supramencionado ser pago no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias a contar do último dia desta publicação. Por oportuno, fica V. Sa. Ciente de que o não cumprimento do referido pagamento no prazo ora estipulado, garante o direito da consolidação de propriedade do imóvel em favor do credor fiduciário, nos termos do Art. 26 § 7°, da Lei n° 9.514/97. Atenciosamente, Ênio Laércio Chappuis, o Oficial.

Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas e Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas de Novo Gama-GO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SERGIO JUNIO DA SILVA BARBOSA CPF: 055.305.771-56

O Cartório de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas e Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas de Novo Gama-GO, FAZ SABER, para ciência do(a) respectivo(a), Sr(a) SERGIO JUNIO DA SILVA BARBOSA CPF: 055.305.771-56, residente e domiciliado em Quadra 06, Lote 16, Rua 12, Jardim Paiva, devedor fiduciante do imóvel: Apartamento nº 302, Lote 02, Quadra 07, 2º Pavimento, Condomínio Residencial Maranata, Lunabel 3-B, Neste Munícipio; o qual não tenha sido encontrado nos endereços de cobranças: Apartamento nº 302, Lote 02, Quadra 07, 2º Pavimento, Condomínio Residencial Maranata, Lunabel 3-B e na Quadra 06, Lote 11, Jardim Paiva, Neste Munícipio; fica, por este edital INTIMADO do teor respectivo, O Cartório de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas e Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas de Novo Gama-GO,segundo as atribuições conferidas pelo art. 26 § 1° e 3° da lei n° 9.514/97. Por requerimento da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, credor fiduciário de Contrato de Financiamento Imobiliário, na Matricula n° 16.554 deste Ofício, com saldo devedor de responsabilidade, de V.Sa., venho INTIMA-LO a efetuar o pagamento das prestações e as que se venceram até a data do pagamento, os juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contatuais, os encargos tributos, as contribuições condominiais imputáveis ao imóvel, cujo valor corresponde a R$ 2.684,51 (dois mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e um centavos), além das despesas de cobrança e de intimação, o qual é lançado, na planilha de débitos, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, como "Diferença de prestações anteriores". Assim, procedo à INTIMAÇÃO de V. As. Para de se dirija, no horário de 08:00 às 17:00hs, a este Oficio situado na Av. Haidê do Espírito Santo Cerqueira, Quadra 472, Lote 02/06, Loja 01, Parque Estrela D'alva VI, nesta cidade; onde deverá efetuar o pagamento do débito discriminado. Este edital será publicado por 03 dias, devendo o débito supramencionado ser pago no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias a contar do último dia desta publicação. Por oportuno, fica V. Sa. Ciente de que o não cumprimento do referido pagamento no prazo ora estipulado, garante o direito da consolidação de propriedade do imóvel em favor do credor fiduciário, nos termos do Art. 26 § 7°, da Lei n° 9.514/97. Atenciosamente, Ênio Laércio Chappuis, o Oficial.

Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas e Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas de Novo Gama-GO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE LADJANE LOURENCO DOS SANTOS VIEIRA CPF: 058.285.651-503
e PEDRO HENRIQUE VIEIRA DA SILVA CPF: 048.685.511-24

O Cartório de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas e Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas de Novo Gama-GO, FAZ SABER, para ciência do(a) respectivo(a), Sr(a) LADJANE LOURENCO DOS SANTOS VIEIRA CPF: 058.285.651-503 e PEDRO HENRIQUE VIEIRA DA SILVA CPF: 048.685.511-24, residentes e domiciliados em Residencial Alvorada, Quadra 205, Lote 28, Lago Azul, devedores fiduciantes do imóvel: Apartamento nº 302, Lote 24, Quadra 19, 2º Pavimento, Condomínio Residencial Fenix X, Lunabel 3-A, Neste Munícipio; os quais não tenham sido encontrados nos endereços de cobranças: Apartamento nº 302, Lote 24, Quadra 19, 2º Pavimento, Condomínio Residencial Fenix X, Lunabel 3-A e na Quadra 09, Lote 10, Jardim Lago Azul, Neste Munícipio; ficam, por este edital INTIMADOS do teor respectivo, O Cartório de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas e Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas de Novo Gama-GO,segundo as atribuições conferidas pelo art. 26 § 1° e 3° da lei n° 9.514/97. Por requerimento da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, credor fiduciário de Contrato de Financiamento Imobiliário, na Matricula n° 17.222 deste Ofício, com saldo devedor de responsabilidade, de V.Sa., venho INTIMA-LOS a efetuar o pagamento das prestações e as que se venceram até a data do pagamento, os juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contatuais, os encargos tributos, as contribuições condominiais imputáveis ao imóvel, cujo valor corresponde a R$ 4.303,48 (quatro mil, trezentos e três reais e quarenta e oito centavos), além das despesas de cobrança e de intimação, o qual é lançado, na planilha de débitos, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, como "Diferença de prestações anteriores". Assim, procedo à INTIMAÇÃO de V. As. Para de se dirija, no horário de 08:00 às 17:00hs, a este Oficio situado na Av. Haidê do Espírito Santo Cerqueira, Quadra 472, Lote 02/06, Loja 01, Parque Estrela D'alva VI, nesta cidade; onde deverá efetuar o pagamento do débito discriminado. Este edital será publicado por 03 dias, devendo o débito supramencionado ser pago no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias a contar do último dia desta publicação. Por oportuno, fica V. Sa. Ciente de que o não cumprimento do referido pagamento no prazo ora estipulado, garante o direito da consolidação de propriedade do imóvel em favor do credor fiduciário, nos termos do Art. 26 § 7°, da Lei n° 9.514/97. Atenciosamente, Ênio Laércio Chappuis, o Oficial.

Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas e Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas de Novo Gama-GO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ROMULO XAVIER PINTO CPF: 025.732.391-01

O Cartório de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas e Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas de Novo Gama-GO, FAZ SABER, para ciência do(a) respectivo(a), Sr(a) ROMULO XAVIER PINTO CPF: 025.732.391-01, residente e domiciliado em Quadra 04, Conjunto B, Casa 2, Setor Sul, Gama-DF, devedor fiduciante do imóvel: Apartamento 01, Lote 08, Quadra 08, Pavimento Térreo, Condomínio Le Parc, Lunabel 3, Neste Munícipio; o qual não tenha sido encontrado no endereço de cobrança: Apartamento 01, Lote 08, Quadra 08, Pavimento Térreo, Condomínio Le Parc, Lunabel 3, Neste Munícipio; fica, por este edital INTIMADO do teor respectivo, O Cartório de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas e Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas de Novo Gama-GO,segundo as atribuições conferidas pelo art. 26 § 1° e 3° da lei n° 9.514/97. Por requerimento da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, credor fiduciário de Contrato de Financiamento Imobiliário, na Matricula n° 4.336 deste Ofício, com saldo devedor de responsabilidade, de V.Sa., venho INTIMA-LO a efetuar o pagamento das prestações e as que se venceram até a data do pagamento, os juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contatuais, os encargos tributos, as contribuições condominiais imputáveis ao imóvel, cujo valor corresponde a R$ 25.565,12 (vinte e cinco mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e doze centavos), além das despesas de cobrança e de intimação, o qual é lançado, na planilha de débitos, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, como "Diferença de prestações anteriores". Assim, procedo à INTIMAÇÃO de V. As. Para de se dirija, no horário de 08:00 às 17:00hs, a este Oficio situado na Av. Haidê do Espírito Santo Cerqueira, Quadra 472, Lote 02/06, Loja 01, Parque Estrela D'alva VI, nesta cidade; onde deverá efetuar o pagamento do débito discriminado. Este edital será publicado por 03 dias, devendo o débito supramencionado ser pago no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias a contar do último dia desta publicação. Por oportuno, fica V. Sa. Ciente de que o não cumprimento do referido pagamento no prazo ora estipulado, garante o direito da consolidação de propriedade do imóvel em favor do credor fiduciário, nos termos do Art. 26 § 7°, da Lei n° 9.514/97. Atenciosamente, Ênio Laércio Chappuis, o Oficial.

Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas e Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas de Novo Gama-GO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SINVALDO THIAGO SOARES DOS SANTOS CPF: 018.198.031-20 e GABRIELA LACERDA DA COSTA CPF: 064.509.991-01

O Cartório de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas e Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas de Novo Gama-GO, FAZ SABER, para ciência do(a) respectivo(a), Sr(a) SINVALDO THIAGO SOARES DOS SANTOS CPF: 018.198.031-20 e GABRIELA LACERDA DA COSTA CPF: 064.509.991-01, residentes e domiciliados em Rua 47, Quadra 40, Lote 05, Jardim Lago Azul, devedores fiduciantes do imóvel: Apartamento nº 201, Lote 40, Quadra 20, 2º Pavimento, Condomínio Residencial Sena VIII, Lunabel 3, Neste Munícipio; os quais não tenham sido encontrados no endereço de cobrança: Apartamento nº 201, Lote 40, Quadra 20, 2º Pavimento, Condomínio Residencial Sena VIII, Lunabel 3, Neste Munícipio; fica, por este edital INTIMADOS do teor respectivo, O Cartório de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas e Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas de Novo Gama-GO,segundo as atribuições conferidas pelo art. 26 § 1° e 3° da lei n° 9.514/97. Por requerimento da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, credor fiduciário de Contrato de Financiamento Imobiliário, na Matricula n° 25.089 deste Ofício, com saldo devedor de responsabilidade, de V.Sa., venho INTIMA-LOS a efetuar o pagamento das prestações e as que se venceram até a data do pagamento, os juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contatuais, os encargos tributos, as contribuições condominiais imputáveis ao imóvel, cujo valor corresponde a R$ 3.691,11 (três mil, seiscentos e noventa e um reais e onze centavos), além das despesas de cobrança e de intimação, o qual é lançado, na planilha de débitos, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, como "Diferença de prestações anteriores". Assim, procedo à INTIMAÇÃO de V. As. Para de se dirija, no horário de 08:00 às 17:00hs, a este Oficio situado na Av. Haidê do Espírito Santo Cerqueira, Quadra 472, Lote 02/06, Loja 01, Parque Estrela D'alva VI, nesta cidade; onde deverá efetuar o pagamento do débito discriminado. Este edital será publicado por 03 dias, devendo o débito supramencionado ser pago no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias a contar do último dia desta publicação. Por oportuno, fica V. Sa. Ciente de que o não cumprimento do referido pagamento no prazo ora estipulado, garante o direito da consolidação de propriedade do imóvel em favor do credor fiduciário, nos termos do Art. 26 § 7°, da Lei n° 9.514/97. Atenciosamente, Ênio Laércio Chappuis, o Oficial.

OS MELHORES AUTOMÓVEIS VOCÊ ENCONTRA AQUI

APONTE A CÂMERA DO SEU CELULAR PARA O QR CODE
E CONFIRA OS MELHORES AUTOMÓVEIS PARA VOCÊ

PARA MAIORES INFORMAÇÕES ACESSE:

www.correiobraziliense.vrum.com.br

5.2 ACHADOS E PERDIDOS

5.2 COMUNICADOS, MENSAGENS E EDITAIS

ACHADOS E PERDIDOS

COMUNICO EXTRAVIO
DO TÍTULO 384 da Estância Thermas Pousada do Rio Quente em nome de Francisco Troncha, portador do CPF: 009.547.481-15, que foi residente e domicilado na SQS 103 bloco H Apto 108 - Asa Sul - Brasília - DF. Cep:70.342-080.

CONVOCAÇÕES

COMUNICADO
A SRA. JENNIFER Sabrine de Andrade Silva. Estamos através dessa, formalizando para Jennifer Sabrine Andrade Silva comparecer no dia 14 de abril de 2023 às 15h no endereço SHC Norte Quadra 105 Bloco D Loja 07 Térreo - Asa Norte - Brasilia -DF, para comprovar o seu afastamento e encaminhamento junto ao Orgão INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) uma vez que o seu atestado médico venceu no dia 15/03/2022 e não houve retorno. Foi tentado contato, porém a mesma não atende as ligações e mensagens da empresa. Sem mais para o momento. Atenciosamente, CP 105 NORTE COMERCIO DE CALCADOS LTDA.

MÍSTICOS

CODO DO MARANHÃO
A MÃE JANA ajuda espiritual no amor com resultados em 7 horas. Faz Pacto de riqueza. Revelo combinações de números que fazem a pessoa acertar os 14 números da lotofacil, garantido resultado em cartório. Cura impotência sexual e ejaculação precose, faz aumento peniano. Atendo em sua casa se precisar. Zap (61) 99149-8430 Tenho testemunha de clientes.

5.4 OPORTUNIDADES

NEGÓCIOS

INSTALAÇÕES COMERCIAIS

SELADORA A VÁCUO Kitchen 220v na caixa R$150 (61) 98229-4701

5.5 PONTOS COMERCIAIS

PLANO PILOTO

PADARIA E CAFETERIA Luxo em Shopping renomando Plano Piloto 61-981341742

5.7 HOSPEDAGEM

5.7 TURISMO E LAZER

SERVIÇOS

HOSPEDAGEM

CALDAS NOVAS-GO Alugo Apartamento 14 a 18 de maio 61 998725678

TEMPORADA

HOTEL HOT SPRINGS
CALDAS NOVAS (GO) Apto 7 piscina, sauna, frigobar, ar, banheira 4 pessoas. Whats 61 99987-9698

OUTROS

ACOMPANHANTE

MASSAGEM ERÓTICA
PURO PRAZER dose dupla e brinquedinhos (61) 3326-7752/99866-8761

ALAN 27 ANOS
BOY SARADO moreno claro, bonito, paraense, discreto, massagista com local. Asa Norte 61 99422-0962 zap

BARBARA COROA Belíssima, alta magra c/ massag relax/acess (61) 9.8178-3181 moro soz

BOCA GULOSA
DEISE FAÇO Oral até o fim em homens ativos! 61 98237-3542

FAÇO ORAL
KEILA FAÇO Oral até o fim em homens ativos deixo finalizar na boca. A .Norte 61 99620-9236

MASSAGEM RELAX

MASSAGISTA PRECISO
COM/ SEM EXPERIÊNCIA p/ semana ou fim d semana 61 98474-3116

AS+TOPS DAS GALÁXIAS
BEMESTARMASSAGENS.COM .br as 20 todas lindas 61 985621273/ 3340-8627

6 TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

6.1 Oferta de Emprego
6.2 Procura por Emprego
6.3 Ensino e Treinamento

6.1 OFERTA DE EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
CONTRATAMOS PARA Trabalhar em indústrias de alimentos em Samambaia. Com experiência comprovada em CTPS Currículo para: **rh@germana.com.br**

6.1 NIVEL BÁSICO

DOMÉSTICA COM REFERÊNCIA na CPTS, todo serviço, cozinhe bem, não dormir, não fume, Seg a Sab família com filhos. 99669-6518

MANICURE c/ experiência , excelente local de trabalho . Pago bem. 3356-8382/ 99619-5740

ESPAÇO LAUANNY
MASSAGISTA CONTRATA p/Asa Norte c/ou s/ experiên 61 99617-9551

EMPRESA CONTRATA
PORTEIRO atuar na área de condominial c/ experiência Enviar CV: rh@centrosulservicos.com.br

EMPRESA CONTRATA
SERRALEIRO COM EXPERIÊNCIA comprovada, serviços na área de produção de placas e painéis publicitários, manutenção em rede elétrica de baixa tensão, instalação de lona, serviços em alturas superiores à 6m. Interessados enviar Currículo para o e-mail: recrutamentoserralheiro 2023@gmail.com

DOMÉSTICA
COM EXPERIÊNCIA p/ Lago Sul 44hs semanais, salário + plano de saúde. (61) 99134-0117

TRABALHADOR RURAL p/ Haras/Fazenda. Manejo cavalo/gado 99982-5568/99902-8080

NÍVEL MÉDIO

CONTRATA-SE
AUXILIAR DE COZINHA Para Pizzaria. Currículo: 61 99373-4861

CONTRATA-SE
CABELEIREIROS E MANICURES Com experiência para trabalhar na Asa Norte. 98173-1168

COZINHEIRA
PRECISA-SE COM EXPERIÊNCIA no Plano Piloto e Lago Sul, com ótimas referências. 99966-2308/3297-2908

HOTEL FAZENDA EM ALEXÂNIA CONTRATA
COZINHEIRO (A) Com experiência. Necessário dormir no hotel em dias de trabalho. Salário compatível com o cargo. Enviar currículo para: 61 98124-0059. Não recebemos ligações.

ÓTIMOS GANHOS!!
MASSAGISTA PRECISA-SE com ou sem experiência. 61 3326-7752

ASSISTENTE E-COMMERCE 2 vagas c/ experiência Cv: fufamilia01@gmail.com

ATENDENTE LANCHONETE p/ Taguatinga. anapaulajb.s@gmail.com

6.1 NÍVEL MÉDIO

AUXILIAR DE SERVIÇOS Gerais p/ trabalhar em instituição em Sobradinho. Tr: 3591-3039. Encaminhar currículo para: instcontrata@gmail.com

AUXILIAR DEPTO Pessoal Ceilandia c/ exper. conssoladm@gmail.com

CASEIRO/ JARDINEIRO c/ experiência comprovada 61-99316400

COZINHEIRO COM EXPERIÊNCIA p/ Self-Service 99924-4408

CONTRATA-SE
DOMESTICA QUE DURMA no emprego. Guará II Tr: 98202-5813

MANICURE COM EXPERIÊNCIA 2 vagas Asa Norte 98536-7382 wpp

MANICURE R$ 1.700 + VT. Tr: 98139-6240

PRECISA-SE
MARCENEIRO E AJUDANTE de Marcenaria, com experiência. Tr: 99979-8210 Zain

MASSOTERAPEUTA CONTRATA-SE p/ clínica A.Norte 98191-6768

PROJETISTA MOVEIS Planej. Cv p/: ambientes plan@gmail.com

RENDA EXTRA Ganhe 110 % de lucros em 20 dias. https://nupix.club/cadastros/trindade

CONTRATA-SE
TRANSCRITOR DE ÁUDIO Freelancer, com experiência. Enviar CV : equipetranscricao.vk@gmail.com

PRECISA-SE
VENDEDOR (A) DE MÓVEIS c/ exper. em vendas pela internet. CV: ems.ltda@uol.com.br Tr. 3046-6064

NÍVEL SUPERIOR

ESTAGIÁRIO (A) ADMINISTRAÇÃO Bolsa R$700 +VT +VA. CV para: maisrhdf@gmail.com

CUIDADOR(A) DE idosos e Terapeuta Ocupacional p/ trabalhar em Instituição de idosos em Sobradinho. Benefícios: assistência médica e odontológica, almoço no local. Enviar currículo p / : instcontrata@gmail.com

6.2 PROCURA POR EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

PROCURO POR EMPREGO de Doméstica, Diarista e Auxiliar de limpeza, de segunda a sexta. Tenho referência e experiência 99334-1674

DIARISTA , cozin, passad, faxin, fç cmida cong. 61-993418208

DIARISTA, PASSADEIRA ofereço meus serviços c/ refer 992752826

CUIDADO COM OS GOLPES E AS FALSAS VAGAS DE EMPREGO

Listamos abaixo alguns cuidados que você pode tomar para se proteger dos golpes que podem ocorrer na sua busca por uma vaga de emprego.

- ✗ Não pagar para obter um diploma para determinada vaga;
- ✗ Não transfira dinheiro e nem forneça dados bancários;
- ✗ Atente-se para as vagas que não exigem experiência e oferecem um bom salário;
- ✗ Não compre cartões, nem coloque créditos para terceiros;
- ✗ Desconfie se você precisa pagar por um curso necessário para sua contratação ou para participar do processo seletivo;
- ✗ Não forneça informações pessoais ou profissionais, seja por telefone ou Whatsapp;
- ✗ Pesquise a agência ou empresa que oferece o emprego;
- ✗ Fique em alerta com histórias longas e improváveis.

DISQUE-DENÚNCIA 181

Se alguma vaga foi publicada em nossas edições nos sinalize através do e-mail classificados@correioweb.com.br. Não hesite em procurar uma delegacia de polícia.